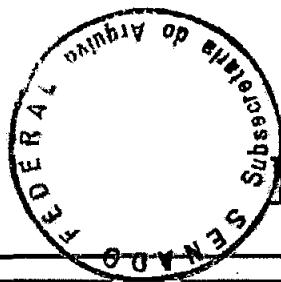


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - N° 004

TERÇA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1998

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA	PROCURADORIA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PSDB
Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA		
1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN	(Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC	Líder Sérgio Machado
2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG	Waldeck Omellas – PFL – BA Emilia Fernandes – Bloco – RS	
1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB	José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF	Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres
2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO		José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge
3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC		
4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI		
Suplentes de Secretário		
1º – Emilia Fernandes – Bloco – RS 2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3º – Joel de Hollanda – PFL – PE 4º – Marluce Pinto – PMDB – RR		
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		
Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma – PFL – SP		
Corregedores – Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)		
1º – Ramez Tebet – PMDB – MS 2º – Joel de Hollanda – PFL – PE 3º – Lúcio Alcântara – PSDB – CE		
	PROCURADORIA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO GOVERNO
	(Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC	Líder Élcio Alvares – PFL – ES
	Waldeck Omellas – PFL – BA Emilia Fernandes – Bloco – RS	Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC
	José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF	Ramez Tebet – PMDB – MS
	LIDERANÇA DO PFL	
	Líder Hugo Napoleão	
	Vice-Líderes Edison Lobão	
	Francelino Pereira	
	Gilberto Miranda	
	Romero Jucá	
	Romeu Tuma	
	Júlio Campos	
	LIDERANÇA DO PMDB	
	Líder Jáder Barbalho	
	Vice-Líderes Nabor Júnior	
	Gerson Camata	
	Carlos Bezerra	
	Ney Suassuna	
	Gilvam Borges	
	Fernando Bezerra	
		LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO
		Líder José Eduardo Dutra
		Vice-Líderes Sebastião Rocha
		Antonio Carlos Valadares
		Roberto Freire
		LIDERANÇA DO PPB
		Líder Epitacio Cafeteira
		Vice-Líderes Leomar Quintanilha
		Esperidião Amin
		LIDERANÇA DO PTB
		Líder Odacir Soares
		Vice-Líder Regina Assumpção

Atualizado em 8-1-98

EXPEDIENTE	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal		
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	MARCIÁ MARIA CORRÊA DE AZEVEDO Diretora da Subsecretaria de Ata	
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JANEIRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 1.223, de 1997, de 19 de dezembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade da República Federativa do Brasil no Exterior, referente ao período de agosto a outubro de 1997, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos no referido período.

00380

Recebimento do Ofício s/nº, de 1997, de 18 de dezembro último, do Governo do Estado de Mato Grosso, encaminhando a documentação referente à quinquagésima nona, sexagésima e sexagésima primeira emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado – LFTE-MT.

00380

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 179, de 1997, que autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-RIO, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.

00380

Recebimento da Mensagem nº 78, de 1998 (nº 10/98, na origem), de 8 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a treze milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos, entre o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, e o Estado do Mato Grosso do Sul, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Construção de Ponte sobre o rio Paraguai, rodovia BR-262, no trecho Miranda–Corumbá.

00380

Recebimento da Mensagem nº 79, de 1998 (nº 33/98, na origem), de 9 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até oitenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –

BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

00380

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.463-21, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00381

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.469-26, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00381

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.475-35, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00382

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.477-44, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00382

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.479-36, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00383

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.480-38, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.482-44, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquiás e das fundações públicas, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.512-18, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.535-13, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.549-38, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.554-23, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.559-21, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que altera a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00386

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.567-11, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00387

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.586-4, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00388

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.591-3, em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00388

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR OTONIEL MACHADO – Contribuição para a polêmica da aplicabilidade da lei da doação presumida de órgãos.....

00389

SENADOR LEONEL PAIVA – Incentivo ao incremento da construção civil no Distrito Federal, como meio de enfrentamento ao desemprego.....

00390

SENADOR LAURO CAMPOS – Indicação do nome de S. Ex^a, por companheiros do Partido dos Trabalhadores em todo o território nacional, à pré-candidatura ao Governo do Distrito Federal..

00392

1.2.3 – Requerimentos

Nº 8, de 1998, de autoria do Senador Joel de Hollanda, solicitando inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Vice-Governador de

00386

Janeiro de 1998

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 13 00379

Pernambuco, José Antônio Barreto Guimarães.		
Aprovado. 00395 00401	ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.
Nº 9, de 1998, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministro da Saúde as informações que menciona. 00395 00402	1.4 – ENCERRAMENTO
Nº 10, de 1998, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministro do Planejamento e Orçamento a informação que menciona. 00395 00402	2 – RETIFICAÇÃO
Nº 11, de 1998, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministro dos Transportes as informações que menciona. 00395 00402	Ata da 1ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 7 de janeiro de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.
Nºs 12, 13 e 14, de 1998, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministro do Planejamento e Orçamento as informações que menciona. 00396 00411	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 12-1-98
1.3 – ORDEM DO DIA		4 – ATAS DE COMISSÕES
Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1997 (nº 338/96; na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Não houve oradores no quarto dia de discussão, em primeiro turno. 00396 00411	2ª e 7ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 1º de abril e 17 de junho de 1997, respectivamente.
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		3ª a 6ª, 8ª, 10ª, 12ª, 13ª e 18ª Reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 10 e 23 de abril, 8 e 15 de maio, 10 de julho, 14 e 28 de agosto, 16 de setembro e 18 de novembro de 1997, respectivamente.
SENADOR OSMAR DIAS – Análise do desemprego no Brasil. 00396 00511	1ª Reunião da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 470, de 1995 – SF, destinada a analisar a Programação de Rádio e TV, no País, realizada em 9 de dezembro de 1997.
SENADOR MAURO MIRANDA – Satisfação pela conclusão das obras da eclusa de Juípá. Comentários sobre a edição de hoje do jornal 'Gazeta Mercantil', em que evidencia a importância econômica do novo perfil da hidrovia Tietê-Paraná. 00398 00515	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
1.3.2 – Requerimento		Nºs 33 a 35, de 1998.
Nº 15, de 1998, de autoria do Senador Joel de Hollanda, solicitando inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do compositor pernambucano, Lourenço da Fonseca Barbosa, Capiba. Aprovado. 00400 00515	6 – MESA DIRETORA
1.3.3 – Comunicação da Presidência		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de janeiro de 1997

6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur da Tavola – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Edison Lobão – Élcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – João França – João Rocha – Joel de Holland – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Roberto Arruda – Júnia Marise – Lauro Campos – Leonel Paiva – Lucídio Portella – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Osmar Dias – Otoniel Machado – Regina Assumpção – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu o Aviso nº 1.223, de 1997, de 19 de dezembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade da República Federativa do Brasil no Exterior, referente ao período de agosto a outubro de 1997, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos no referido período.

A matéria, anexada ao processado do Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, ao do Projeto de Resolução nº 112, de 1994, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Mato Grosso, Ofício s/nº, de 18 de dezembro último, encaminhando, nos termos do art. 2º, § 2º, da Resolução nº 72, de 1997, a documentação referente a

59ª, 60ª e 61ª emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado – LFTE-MT:

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 94, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 179, de 1997, que autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-RIO, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 78, de 1998 (nº 10/98, na origem), de 8 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a treze milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos, entre o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA e o Estado do Mato Grosso do Sul, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Construção de Ponte sobre o rio Paraguai, Rodovia BR-262, no trecho Miranda-Corumbá.

A matéria, anexada ao processado do Ofício nº S/90, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 79, de 1998 (nº 33/98, na origem), de 9 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até oitenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

A matéria, anexada ao processado do Ofício nº S/6, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-21, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Francelino Pereira	José Bianco
Waldeck Ornelas	Vilson Kleinübing
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
Geraldo Melo	Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
José Carlos Aleluia	Vilmar Rocha
João Mellão Neto	Saulo Queiroz
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Sandro Mabel	Albérico Filho
Nelson Harter	Jorge Wilson
Nelson Otoch	Adroaldo Streck
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
Benedito Domingos	
Fernando Gabeira	PV

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.469-26, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Hugo Napoleão	José Agripino
Júlio Campos	Bernardo Cabral
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
Coutinho Jorge	Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Roberto Pessoa	Rubem Medina
José Carlos Coutinho	José Carlos Aleluia
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Antônio Brasil	Paulo Lustosa
Hélio Rosas	Mauro Lopes
Jovair Arantes	Adelson Ribeiro
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
Laprovita Vieira	
Lindberg Farias	PSTU

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.475-35, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Jonas Pinheiro	José Bianco
Joel de Hollanda	José Alves
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Jefferson Peres	Carlos Wilson
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
César Bandeira	Antônio Geraldo
Ursicino Queiroz	Augusto Viveiros
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Lídia Quinan	Saraiva Felipe
Elcione Barbalho	Teté Bezerra
	PSDB
Sebastião Madeira	Márcia Marinho
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
José Linhares	
Chico da Princesa	PTB

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.477-44, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Guilherme Palmeira	João Rocha
Júlio Campos	Romero Jucá
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Coutinho Jorge	Artur da Távola
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Regina Assumpção	Odacir Soares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Paes Landim	Betinho Rosado
José Lourenço	Marilu Guimarães
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Ivandro Cunha Lima	Oscar Goldoni
Zé Gomes da Rocha	Marquinho Chedid
	PSDB
Marisa Serrano	Osmânia Pereira
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Fausto Martello	
Gonzaga Patriota	PSB

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.479-36, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PFL

Gilberto Miranda	Vilson Kleinübing
José Alves	Hugo Napoleão

PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB

José Ignácio Ferreira	Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
--------------------	-----------------

PPB

Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
--------------------	--------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PFL

Arolde de Oliveira	Roberto Pessoa
Costa Ferreira	Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

José Aldemir	Noel de Oliveira
Hélio Rosas	Albérico Filho

PSDB

Edson Silva	Marinha Raupp
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	

José Machado	Alcides Modesto
PPB	

Jair Bolsonaro	PL
----------------	----

Valdemar Costa Neto

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.480-38, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PFL

José Bianco	José Alves
Vilson Kleinübing	Francelino Pereira

PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB

Jefferson Peres	Lúdio Coelho
-----------------	--------------

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
--------------------	-----------------

PTB

Odacir Soares	Regina Assumpção
---------------	------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PFL

Ciro Nogueira	Roberto Pessoa
Carlos Magno	Raimundo Santos

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Zaire Rezende Pedro Irujo
 Marcos Lima Orcino Gonçalves
 PSDB
 Marcus Vicente Adroaldo Streck
 Bloco (PT/PDT/PCdoB)
 José Machado José Modesto
 PPB PPS

Adhemar de Barros Filho Sérgio Arouca
 De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Até 12-1-98 - designação da Comissão Mista
 Até 13-1-98 - instalação da Comissão Mista
 Até 7-1-98 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 - prazo final da Comissão Mista
 Até 31-1-98 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.482-44, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
José Bianco	Francelino Pereira
Freitas Neto	Hugo Napoleão
	PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Artur da Távola	Jefferson Peres
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB

Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
--------------------	--------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Jairo Carneiro	Laura Carneiro
Marilu Guimarães	Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Saraiva Felipe Lídia Quinan
 Luis Dantas Regina Lino
 PSDB
 Raimundo Gomes de Matos Candinho Mattos
 Bloco (PT/PDT/PC do B)
 José Machado Alcides Modesto
 PPB PMN

Nilton Baiano Bosco França
 De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Até 12-1-98- designação da Comissão Mista
 Até 13-1-98- instalação da Comissão Mista
 Até 7-1-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98- prazo final da Comissão Mista
 Até 31-1-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.512-18, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Jonas Pinheiro	Júlio Campos
Joel de Hollanda	Freitas Neto
	PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB

Odacir Soares	Regina Assumpção
---------------	------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Rodrigues da Cunha	Adauto Pereira
José Rocha	Jaime Fernandes

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Manoel Castro

Euler Ribeiro

Silas Brasileiro
Moacir MichelettoOscar Goldoni
Valdir Colatto

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Gonzaga Mota
Djalma de Almeida CesarB. Sá
PSDB

Ezídio Pinheiro

Djalma de Almeida Cesar
Barbosa Neto

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

PSDB

PPB

Ademir Lucas

Candinho Mattos

Mário Cavallazzi

PV

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

PPB

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98- designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98- instalação da Comissão Mista

Até 07-1-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98- prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.535-13, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Carlos Patrocínio
Bernardo CabralEdison Lobão
Bello Parga

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

José Ignácio Ferreira

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Saulo Queiroz

Augusto Viveiros

Titulares

SENADORES

Suplentes

PFL

José Bianco
Waldeck OrnelasFrancelino Pereira
Joel de Hollanda

PMDB

Ramez Tebet
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Teotonio Vilela Filho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Odacir Soares

Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Mendonça Filho	César Bandeira
Vilmar Rocha	Alexandre Ceranto
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Gonzaga Mota	Ivandro Cunha Lima
Genésio Bernardino	Confúcio Moura
	PSDB
Roberto Santos	Franco Montoro
	Bloco (PT/PDT/PCdoB)
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Felipe Mendes	PTB
Paulo Heslander	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.554-23, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras provisões".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Francelino Pereira	José Agripino
Waldeck Omellas	João Rocha
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Carnata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho	Beni Veras
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB

Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha
--------------------	--------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Osvaldo Coelho	Raimundo Santos
Marcos Vinícius de Campos	Paulo Lima

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Paulo Ritzel	Noel de Oliveira
Orcino Gonçalves	Albérico Filho

PSDB

Anivaldo Vale	Roberto Rocha
	Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado	Alcides Modesto
	PPB

Wigberto Tartuce	PSB
------------------	-----

Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.559-21, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
João Rocha	Carlos Patrocínio
José Alves	José Bianco

	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Coutinho Jorge		Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção
DEPUTADOS		
Titulares	Suplentes	
	PFL	
Osório Adriano		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Mussa Demes
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)		
Hermes Parcianello		Paulo Lustosa
Antônio do Valle		Luiz Dantas
	PSDB	
Firmo de Castro		Roberto Brant
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Alcides Modesto
	PPB PTB	
Júlio Redecker		Paulo Heslander

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista
 Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista
 Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista
 Até 31-1-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.567-11, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
	PFL
Romeu Tuma	Francelino Pereira
Edison Lobão	Gilberto Miranda
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Lúdio Coelho	Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
	PFL
Valdomiro Meger	Ademir Cunha
Paulo Gouvêa	Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Rita Camata	Udson Bandeira
Edison Andriño	Hélio Rosas
	PSDB
Feu Rosa	Alzira Ewerton
Bloco (PT/PDT/PCdo B)	
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Pedro Corrêa	PPS
Sérgio Arouca	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista	
Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista	
Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista	
Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional	

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.586-4, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão Edison Lobão	Francelino Pereira Gilberto Miranda
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB
Osmar Dias	Carlos Wilson
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Regina Assumpção	Odacir Soares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Saulo Queiroz Jaime Martins	Magno Bacelar Luiz Braga
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Paulo Lustosa Cleônâncio Fonseca	Ivandro Cunha Lima Mauro Lopes
	PSDB
Roberto Rocha	Ezídio Pinheiro
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
Celso Russomano	PPB
Bosco França	PMN

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.591-3, adotada em 31 de dezembro de 1997 e publicada no dia 2 de janeiro de 1998, que "Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Romero Jucá Júlio Campos	Waldeck Ornelas
	Vilson

PMDB	Gerson Camata Carlos Bezerra
Jader Barbalho Nabor Júnior	PSDB
Lúdio Coelho	Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
Epitácio Cafeteira	PPB

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Rubem Medina Robson Tuma	PFL
	Vanessa Felippe Marcos Vinícius de Campos

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Ivandro Cunha Lima	Pedro Irujo
Ana Catarina	Ricardo Rique
PSDB	
Alberto Goldman	Antônio Carlos Pannunzio
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Alcides Modesto
PPB	
Ricardo Barros	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 13-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 7-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 31-1-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Otoniel Machado. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR OTONIEL MACHADO (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o início deste ano vem fortemente marcado por uma polêmica que mais uma vez coloca a questão da saúde no centro do debate nacional.

O que se discute de maneira intensa é a aplicabilidade da Lei de Doação Presumida de Órgãos, aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que se encontra em vigor desde o dia 1º de janeiro. A nova lei procura colocar em prática propósitos, acima de tudo, fraternos e humanitários. A idéia central é desburocratizar o processo de doação de órgãos, permitindo que milhares de vidas sejam salvas por meio de atitudes concretas de solidariedade, uma marca profunda do povo brasileiro.

Objetivamente, a lei transforma todos os maiores de 18 anos em doadores de órgãos, exceto aqueles que manifestem desejo contrário em documento de identidade. A doação presumida, dessa forma, foi adotada como instrumento fundamental

para diminuir o desespero de inúmeros pacientes crônicos que aguardam angustiados nas filas de espera por um órgão que possa restituir-lhes a esperança em continuar desfrutando o nosso bem maior, que é a vida.

Assim, não se discutem os propósitos e os objetivos da Lei, mas a total ausência de estratégia por parte do Governo no sentido de que a sua aplicação se tornasse realmente eficaz.

O que se viu a partir de 1º de janeiro foi um início de pânico junto a diversos setores da população, que imediatamente buscaram a segunda via da identidade para se declarar não-doador. Mais do que nunca, esta atitude revelou a desconfiança da sociedade em relação ao Estado e aos seus organismos de saúde. Muitos temem que seu rim ou coração sejam retirados antes da hora; outros visualizam um campo fértil para a comercialização indevida, e procuram, portanto, os meios legais para proteger o seu corpo.

Num primeiro momento, surpreendentemente, essa Lei, que é sinônimo de fraternidade e humanismo, acaba provocando um efeito contrário. A pesquisa Datafolha, publicada na última quinta-feira, constata que diminuiu para 63% o percentual dos que hoje cederiam os seus órgãos de maneira espontânea. Em 1995, o Instituto apurou que 75% dos brasileiros tinham vontade de doar.

Desta forma, 12% da população deixaram de ser doadores a partir da vigência da nova Lei.

A falta de esclarecimentos fez com que proliferasse uma imagem negativa a respeito da medida, que passou a ser avaliada como coercitiva e autoritária.

Mesmo assim, apenas 24% dos entrevistados na pesquisa se declararam totalmente contrários à nova lei. Isso significa que, nos seus objetivos essenciais, ela tem respaldo popular, mesmo porque a índole do brasileiro sempre foi associada à solidariedade.

O que se questiona basicamente é se a família deve ou não ser consultada antes da retirada dos órgãos. E, neste aspecto, a pesquisa foi muito clara. De cada cinco entrevistados, quatro acham que o procedimento de ouvir os familiares deve ser rigidamente observado.

Desta forma, Srs. e Srs. Senadores, devemos nos atter à crua realidade para fazer com que a Lei da Doação Presumida cumpra seus objetivos sem ferir a cultura, os costumes e os preceitos da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, torna-se urgentíssimo que o governo imediatamente lance uma ampla campanha de esclarecimento público, evitando equívocos e impedindo uma reação em massa contra a medida.

Avaliamos que nunca é tarde para reparar um erro. Mesmo que atrasada, essa campanha cumpre agora um papel decisivo, conscientizando a população sobre a importância da doação de órgãos dentro de um movimento global em defesa da vida.

Como médico, posso lhes dizer que meus colegas de profissão eticamente adotam a consulta familiar como um procedimento natural no momento da doação de órgãos. Isso com certeza continuará existindo, mesmo que a nova Lei não determine tal procedimento.

A doação presumida, portanto, na prática, não irá se traduzir enquanto mecanismo autoritário. Será, isto sim, para que possamos dar mais um passo importante na busca de soluções para as dificuldades que afigem a saúde brasileira. O que não podemos é ficar de braços cruzados diante do drama vivido por milhares de cidadãos que necessitam de um órgão para continuar existindo.

A Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos estima que existam 15 mil pacientes na fila de espera por um rim. Outras 800 pessoas aguardam um fígado. Outras 500 necessitam de um coração. No Brasil, a capacidade de doadores com morte encefálica é de 9 mil pessoas por ano.

O que mais chama a nossa atenção é que o custo de um doente crônico renal para o Estado fica em torno de R\$7 mil reais por ano. Muitos ficam até cinco anos na fila a espera de um rim. Desta forma, a realização rápida dos transplantes representa também uma importante e racional economia em relação aos gastos com a saúde pública.

Vejam bem que o valor de dois anos de tratamento pago pelo Estado corresponde exatamente ao preço de um transplante de rim, com uma diferença fundamental: em 80% dos casos, as operações alcançam sucesso absoluto, enquanto que o tratamento prolongado não representa solução para o problema.

As dificuldades maiores, entretanto, são observadas, por exemplo, em relação aos transplantes de fígado. Custam em média R\$100 mil, bastante inacessíveis para a população brasileira.

São fatores que mais uma vez nos convocam a lutar por mais recursos, tendo em vista minimizar os dramas que persistem em nosso sistema de saúde.

A Associação Médica Brasileira constata com muita clareza que inúmeras doações de órgãos são

possíveis no País, mas que acabam não sendo concretizadas pela absoluta falta de estrutura para viabilizar a tarefa.

Apenas seis Estados brasileiros têm as condições necessárias para realizar transplantes. Poucos hospitais públicos são capazes de identificar os doadores e aproveitar os seus órgãos. A falta de aparelhamento adequado é um dos aspectos centrais que explica a dificuldade de socorrer hoje todos aqueles que necessitam da ação do Poder Público.

Mas devemos sempre perseverar e agir. Um bom exemplo neste sentido vem de Goiás, onde atuamos profissionalmente. Somos considerados proporcionalmente o primeiro Estado do Brasil em eficácia nos transplantes de córneas. É preciso que essa experiência possa se espalhar por todo o País, levando a cura e o bem-estar a todos aqueles que necessitam.

Esperemos que de fato 98 seja o ano da saúde brasileira. A intensa polêmica sobre a doação de órgãos tem sido, por isso mesmo, altamente positiva. Estamos abrindo o Brasil para as suas realidades. Estamos despertando consciências e, ao mesmo tempo, sendo conscientizados. Estamos unindo esforços para fazer da vida o emblema máximo de nossas ações.

O caminho é esse: incentivar ações humanitárias e construir um Brasil justo! Por meio do trabalho de cada um, será possível sonhar com um amanhã melhor, pleno de paz e esperanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o *Jornal de Brasília* divulgou, na sua edição do dia 4 de outubro, reportagem em que informa que, no mês de agosto, existiam cerca de 155 mil pessoas sem trabalho em Brasília.

Esse número concede ao Distrito Federal lastimável liderança entre as unidades da Federação que têm mais pessoas desocupadas.

Em termos proporcionais, Brasília alcançou naquele mês um desemprego da ordem de 18%. Só para comparar, podemos mencionar que em São Paulo esse indicador era de 15,9% e em Porto Alegre atingia 14,1%.

Segundo técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), o crescimento constante desse índice se deve, em parte, à chegada ao Distrito Federal de pessoas que vêm em busca de emprego, ou seja, Brasília ainda continua sendo vista, pelos que moram nos Estados próximos, como um local onde se pode encontrar trabalho.

A Capital da República foi, realmente, nos anos 60 e 70, uma espécie de eldorado, onde as pessoas conseguiam emprego com relativa facilidade, e, muitas vezes, bem remunerado. No entanto, nos anos 80, com a falência do aparato estatal, os empregos começam a rarear.

Agora, com a modernização do País, com o enxugamento do Estado e sua retirada de toda atividade econômica, deixa o Governo de ser o grande empregador de mão-de-obra em Brasília, seja na esfera da União seja na esfera do Distrito Federal. Chegamos, portanto, a uma situação limite. O mais dramático é que o elevado índice de desemprego sempre tem reflexos negativos, em especial no que se refere ao aumento da criminalidade. Isso é muito preocupante.

Quem acompanha a vida de Brasília sabe que, nos anos 60 e 70, o Estado tinha papel preponderante na economia do Distrito Federal. Só a massa de salários pagos pela União e pelo GDF fazia girar a atividade econômica. Entretanto, nas décadas de 80 e 90, a participação da iniciativa privada aumentou muito. Brasília tem agora uma agricultura respeitável, um comércio muito ativo e uma indústria que avança rapidamente, sem falar, é claro, no setor de serviços, o que mais cresce.

Sr. Presidente, -Sr^{as}. e Srs. Senadores, o desemprego é hoje um fenômeno que atinge o mundo todo. Não poupa países ricos nem pobres. Entre as nações mais industrializadas da Europa, por exemplo, a desocupação atinge níveis assustadores, mesmo com esses países contando com políticas sociais bem amplas que o Brasil.

Dessa forma, a criação de empregos tornou-se o principal desafio a ser enfrentado pelos governantes, e as propostas para reduzir o emprego são os pontos mais destacados nas plataformas dos que pleiteiam cargos eletivos no mundo todo. Quem consegue convencer o eleitor de que criará mais postos de trabalho acaba sendo eleito.

Estudos da questão alertam que, em nossos dias, o desemprego não é mais algo conjuntural que possa ser totalmente resolvido. Trata-se, isso sim, de um problema mais que estrutural, agravado a

cada dia com o avanço acelerado da tecnologia. O que se deve fazer é, com políticas sócio-econômicas, combatê-lo decididamente.

No caso do Distrito Federal, estou convencido de que o que se tem a fazer é incentivar a indústria da construção civil. Como se sabe, essa é a indústria que mais emprega a mão-de-obra e não exige, no seu todo, trabalhadores altamente qualificados.

É importante considerar esse último aspecto já que a grande massa dos desempregados brasilienses se encontra justamente entre os que os que não têm preparação escolar ou profissional.

O Presidente do Sinduscon-DF afirma, em artigo publicado na *Gazeta Mercantil*, que a cada parcela de R\$10 mil, o que corresponde à construção de uma habitação popular de cerca de 35 a 40 metros quadrados, empregam-se diretamente sete trabalhadores. E outros cinco ou seis trabalhadores alcançam o emprego indiretamente. Portanto, para cada casa popular construída, geram-se sete empregos diretos e cinco indiretos. Ainda é possível aumentar essa média.

Como se vê, em termos de política social, trata-se de um investimento muito positivo. Em outros segmentos da economia, aplicação semelhante geraria um número de empregos sensivelmente inferior, além de não propiciar o alcance da medida da moradia, que é uma medida altamente social.

Em texto divulgado no dia 6 de novembro desse ano, na *Gazeta Mercantil*, o Presidente do Sindicato da Habitação da Comissão Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Ricardo Yazbek, mostra outro número importante sobre o setor. Segundo ele, levantamento recente provou que o chamado **construbusiness** – o maxicomplexo industrial da construção – alcança 19% do PIB nacional.

O setor de construção é, portanto, o segundo segmento mais importante da economia brasileira, atrás apenas da indústria de transformação, que engloba os ramos automobilístico, petroquímico e metalúrgico. A indústria da construção civil exporta mais do que importa, não pressionando a balança de pagamentos. E gera empregos em massa.

Estima-se que, no Brasil, cerca de 3,5 milhões de pessoas estejam empregadas diretamente na construção civil, com outros 17,5 milhões indiretamente, constituindo o maior mercado de trabalho por categoria. Em Brasília, esses trabalhadores somariam quarenta mil.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, concluo este breve pronunciamento pedindo às autoridades

federais e do Distrito Federal que se dediquem ao estudo do que aqui proponho. Não vejo atividade que possa gerar mais empregos num prazo tão curto, principalmente. Como deixei bem claro, a questão é de decisão política. Trata-se de investimento modesto, quando se pensa nos seus grandes benefícios sociais.

Temos de considerar que, além da redução do desemprego, nossa meta e dever principal, estaremos também, no caso da construção imobiliária, combatendo o déficit habitacional, que alcança índices elevados na Capital da República. Por todos os ângulos que olharmos, só veremos pontos positivos no incremento da construção civil. Está na hora, pois, de investir maciçamente nesse setor em Brasília, principalmente na construção civil social, isto é, na construção de casas populares, para reativar a economia local.

Sr. Presidente, amanhã abordarei a questão da segurança pública no Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que, ao contrário daquilo que estava em meus planos para o futuro, sem antes ter dado sequer um telefonema, sem ter participado de qualquer encontro ou reunião, pessoal ou coletiva, fui convocado de forma insistente e, ao contrário do que pretendia fazer nos anos que me restam, mais uma vez obrigado a tentar, como pré-candidato, o Governo do Distrito Federal.

Tentei, particularmente, encontrar um espaço interno dentro do Partido, que me foi fechado, para discutir vários problemas que foram se acumulando ao longo de três anos de Governo. Durante esse período, encontrei-me duas vezes apenas com o Governador Cristovam Buarque. Pedi uma audiência e expus a S. Exª minha insatisfação diante de um Governo que considero neoliberal, muito próximo das diretrizes do Governo Federal, e que, do meu ponto de vista, não tem correspondência com o desiderato, com os objetivos e finalidades que trouxeram nosso Partido à existência e deram-lhe ânimo, coragem e vitórias.

A primeira vez que fui procurado por companheiros do Partido, estava em minha residência. Nunca fui do Diretório, nunca exercei qualquer função dentro do aparelho partidário, não tenho nenhum

representante nas instâncias partidárias. Assim, jamais pensei que minha conduta pudesse ser acomodada de ambiciosa ou, ao contrário daquilo que algumas vezes escutei na vida, que estivesse rompendo com minha conduta anterior, que eu havia perdido uma das mais importantes qualidades do ser humano; aquela virtude que, no meu ponto de vista, fez com que, na hora da morte, Sócrates, a quem estenderam a chave da liberdade, preferiu a morte: a coerência humana, que, para mim, é a mais importante das virtudes. Alguns colegas e companheiros meus tiveram a extrema gentileza de, em certo momento da minha apagada existência, ver na minha vida a coerência como uma companheira permanente.

Portanto, não é a primeira vez que o Partido me convoca para ser candidato ao Governo do Distrito Federal. Na primeira vez em que isso aconteceu, havia um mandato tampão de dois anos, e ainda não se decidira se seria preenchido por meio de votação ou do que a Constituição de 1988 viesse a determinar. O mandato tampão foi finalmente preenchido pelo interventor e, depois, Governador Joaquim Roriz. Naquela ocasião, o meu nome estava indicado pelo Partido dos Trabalhadores, por unanimidade, para ser o candidato ao Governo.

Posteriormente, repetiu-se e recaiu sobre a minha pessoa, que nunca tive e não tenho qualquer influência na máquina partidária, a insistência de que me prontificasse a ser candidato ao Governo. Por motivos particulares, acabei renunciando à candidatura, e naquela ocasião, perguntado quem poderia me substituir à frente da disputa eleitoral, lembrei o nome de alguém que não estava no Partido dos Trabalhadores, Professor Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, lutei dentro do Partido para que, além do Professor Cristovam Buarque, o Professor Paulo Bica, o Dr. Saraiva e outros viessem, inclusive o Chico Vigilante, que uma vez foi pré-candidato ao governo. Lutei sempre para que a democracia começasse em casa, para que houvesse vários candidatos disputando a preferência dos companheiros do Partido para encabeçar essa chapa. Assim, pensei que estivesse contribuindo para que a democracia partidária não pudesse jamais ser abandonada pelo Partido, para que as disputas fossem sempre bem acolhidas, com um espírito superior, que coloca os ideais democráticos acima dos interesses de grupos ou individuais. Portanto, ao contrário do que desejava, vou lançar, como pré-candidato, minha candidatura ao Governo do Distrito Federal. Só concordei fazê-lo em função de instigações que recebi de companheiros do Estado do Pará ao Rio

Grande do Sul. Na realidade, o que me parece é que questões ideológicas importantes, questões políticas fundamentais, devem ser debatidas.

Desejo que o destino afaste de mim esse cálice e que finalmente eu possa desempenhar mais uma vez uma função que considero altamente positiva, garantindo, contra a vontade daqueles que se sentem ameaçados pelo meu nome, uma colaboração para o debate interno, aberto e sério, colocado em nível elevado, a respeito da postura que deve tomar, que deve ter, das diretrizes políticas que devem selar os compromissos dos Governos Estaduais ocupados por companheiros do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Lauro Campos?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Claro que não vou analisar nem julgar o problema interno do Partido de V. Ex^a. Mas da sua manifestação colho dois sentidos: quanto ao primeiro quero discordar frontalmente quando V. Ex^a diz "a minha apagada existência". V. Ex^a não tem nem esmaecida quanto mais o termo forte de "apagada" pelo seu passado retilíneo e sempre coerente. E aí, a segunda parte do pronunciamento de V. Ex^a da qual quero discordar. A discordância, portanto, já está aí retratada. Não posso ouvir V. Ex^a dizer, depois de um convívio de três anos, batalhando, lutando e incentivando os seus correligionários, que V. Ex^a tenha uma existência apagada politicamente sequer, porque profissionalmente V. Ex^a tendo herdado as qualidades do seu pai, tão grande professor. O segundo ponto é que, lamentavelmente, Senador Lauro Campos, na vida pública não podemos esperar reconhecimento dos nossos contemporâneos. A história fará com que os pósteros, aí sim, digam qual foi a sua atividade no Senado Federal. Cito, até porque a maturidade leva a isso, que V. Ex^a registra não um desabafo, mas um descontentamento por verificar que nesta democracia política, como V. Ex^a disse bem, Sócrates – V. Ex^a não quis falar na cicuta, mas falo agora – quando preferiu a cicuta, é exatamente essa cicuta que V. Ex^a agora, do plenário do Senado, faz chegar aos seus colegas. Registrei aqui que, lamentavelmente, V. Ex^a percebe o que se vê na vida pública: são os interesses dos grupos ou os interesses individuais se sobrepondo aos interesses da coletividade. Essa é a maldição do presidencialismo. Se não tivéssemos o presidencialismo, não teríamos esta máquina, nem dos Governadores nem do Presidente

da República, a como querer proibir uma pré-candidatura pelo sol que ela representa, porque se fosse apagada até contribuiria para que aqueles que querem continuar no poder pudessem se valer disso. Não poderia ficar calado, Senador Lauro Campos, apesar de termos colocações em partidos diversos, mas não somos diferentes, em nenhum instante quando lutamos pelo nosso País. Não podia ficar calado sem lhe dar minha solidariedade. O meu silêncio seria uma forma de coonestar a perseguição obliqua que V. Ex^a está sendo vítima.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Considero que apenas ter sido alvo do aparte que V. Ex^a acaba de fazer ao meu pronunciamento já seria algo que justificaria a minha pré-candidatura.

Realmente agradeço a compreensão de V. Ex^a e aproveito para dizer o seguinte: realmente sou uma pessoa errada no meio político. Nos meus 40 anos de vida universitária, eu realmente estava no ambiente em que nasci, que vivi e onde sentia o meu crescimento individual, jamais aceitei o cargo de diretor ou de chefe de departamento; e, quando o Prof. Edmar Bacha insistiu muito para que eu fosse Vice-Diretor do Instituto, disse a S. S^a que apenas o seria com uma condição, qual seja, a de jamais assumir a Diretoria. Quando isso ocorreu, uma semana depois, renunciei. Nunca pretendi ser guru, chefe ou dirigente de nada. Inclusive, no ano que vem, quando talvez haja uma escolha ou um rodízio da nossa Liderança, tal como aconteceu no ano passado, já recusei desde logo qualquer possibilidade de ocupar esse honroso posto.

De modo que, então, quando ofereceram a Sócrates a chave da liberdade, em troca do que ele teria de se tornar um bárbaro, deixando Atenas para viver junto àqueles que os atenienses consideravam bárbaros, ele preferiu encerrar ali a sua existência, com coerência e com dignidade.

Desse modo, então, tendo em vista essa situação em que eu mais e muito mais e, exclusivamente, fui conduzido do que conduzi, posto que não dei um telefonema, não fiz um pedido, não passei um fax, absolutamente nada fiz para que os companheiros lembressem, de novo, inconsistentemente, meu nome. Chegou a situação a tal ponto que não pude recusar e, então, prontifiquei-me a democraticamente disputar a candidatura a Governador do Distrito Federal.

Se vier ser indicado pelo PT, onde não tenho poder algum, representante algum – não participo nem da máquina do Partido nem da máquina do poder – minha candidatura será apenas uma oportunidade de levar o debate político nesta situação em

que nos encontramos, numa conjuntura tão complexa, numa conjuntura tão obscura em que notamos a tergiversação dos líderes brasileiros que, no meu ponto de vista, não sabem se posicionar, sempre titubeiam e sempre voltam atrás e sempre preferem o muro porque perderam a capacidade de enxergar com transparência os rumos desta sociedade.

Não pretendo trazer luz para este espaço, mas pretendo que a minha presença acenderá o debate. Do contrário, seria candidatura única, seria repetir os exemplos que nós abominamos de organizações ditatoriais. Nós que pretendemos ser democratas e populares não devemos nos erguer contra nenhuma candidatura. Tenho certeza absoluta de que jamais fiz isso. Pelo contrário, estimulei a presença no Partido dos futuros pré-candidatos Cristovam Buarque, Saraiva, Chico Vigilante e Paulo Bica. Para mim foi uma grande satisfação observar que aqueles meus desejos finalmente tenham-se cumprido.

Fui escolhido por unanimidade porque os dois outros concorrentes desistiram de suas candidaturas na hora da votação. Portanto, fui escolhido por unanimidade, e essa unanimidade foi espontânea e não foi forçada.

Sinto ter trazido este debate a esta tribuna, que realmente não é o local adequado. Prometo que não darei mais entrevistas, não levarei mais questões partidárias para o ágora. Tratarei de temas partidários apenas dentro do Partido. E espero que o Presidente do PT também o faça e não venha com ameaças, porque, do contrário, poderá exacerbar a minha conduta. Em circunstâncias como essas – eles sabem – o meu temperamento, a minha formação me levam a dar respostas que, muitas vezes, podem parecer um pouco ou muito agressivas.

Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Lauro Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Com prazer, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Lauro Campos, V. Ex^a, enquanto Senador, embora insista em colocar-se como uma espécie de outsider tanto da política quanto do PT, mesmo com essa postura que faz questão de manter, V. Ex^a contribui muito para o debate, tanto internamente no Partido quanto na sociedade, sobre o tipo de governo, o tipo de sociedade que queremos construir. A presença de V. Ex^a numa prévia interna do PT por si só já demonstra a diferença de nosso Partido em relação aos outros. Basta fazermos um levantamento da situação em todo o Brasil para verificarmos que,

embora em muitos Estados haja pessoas que gostariam de ser candidatos a governador, ninguém ousa colocar seu nome à disposição porque parte do princípio de que o candidato tem que ser aquele que já está ocupando o cargo. Então, considero muito salutar a existência de uma prévia para a escolha de candidatos, não só no Distrito Federal mas também em vários outros Estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde o PT, pelo menos até o momento, é o favorito para ganhar a eleição, temos dois candidatos do mais alto gabarito, ambos com potencial eleitoral, com representatividade social e representatividade interna no PT: Olívio Dutra e Tarso Genro. Farei agora um apelo à militância do PT – porque tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a e do Governador Cristovam Buarque, o que temo não vai acontecer. Muitas vezes a militância acaba se empolgando no debate interno e a energia que deveria ser economizada para o processo eleitoral acaba sendo gasta na disputa interna do Partido e o resultado disso pode ser a derrota eleitoral do Partido. Isso ocorreu nas prévias de Diadema em 96 e nas prévias de Santos, porque o debate fugiu do campo das idéias. Tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a e do Governador Cristovam Buarque, isso não ocorrerá em Brasília. Todavia, desejo fazer este apelo diretamente à militância do Partido para que restrinja o debate que terá lugar na prévia ao terreno das idéias, para que o conjunto da militância escolha aquele que, no seu entender, representará melhor a postura do Partido para a candidatura ao Governo no Distrito Federal, e que, a partir do resultado dessas prévias, todos os militantes do Partido unam-se em torno do candidato vencedor, no sentido de evitar o retrocesso do Partido no DF, fato, que, afinal de contas, muitos desejam que ocorra. Muito obrigado.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a, nobre Senador José Eduardo Dutra, é um dirigente partidário, um Líder do nosso Partido, um jovem Senador com promissora carreira, carreira que não é mais promissora porque é uma raridade engrandecedora a atuação de V. Ex^a como Líder do nosso Partido. Portanto, a compreensão de V. Ex^a de que é necessário mantermos esse conflito interno, conflito de idéias, conflito de pontos de vista em que se entrecocam as diversas tendências que compõem o nosso Partido, uma diversidade na unidade partidária. É justamente por isso que devemos lutar.

Já concorri a duas eleições. Em uma, fui o segundo mais votado. Havia três vagas, mas não tormei posse. Na outra, fiquei em segundo lugar. A perda

foi como se eu tivesse perdido o cabelo que cresceu demais e foi cortado: não significou absolutamente nada. Para mim não foi uma perda; foi uma derrota numa eleição.

Tendo em vista essa minha posição, também com ela se afirma algo contrário a algumas correntes dominantes. Vencer ou vencer, dizem eles. Algumas vitórias têm todas as características de uma derrota e de algo que retroage ao invés de avançar. Vencer ou vencer jamais foi e jamais será o meu lema. É por isso que me encontro muito bem situado no Partido dos Trabalhadores, com os quais eu me irmano, com os quais sempre me identifiquei, porque sou um trabalhador da universidade, sou um trabalhador do ensino.

Portanto, vou utilizar esse espaço para fazer avançar o debate. Se derrotado, será apenas mais uma derrota que marcará o caminho de meu modesto avanço e progresso político e intelectual nesta minha modesta vida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 8, DE 1998

Senhor Presidente,

Na forma do art. 218, do Regimento Interno, requeiro seja registrado em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Governador de Pernambuco José Antônio Barreto Guimarães, bem como nos termos do art. 221, alínea a, apresentação de condolências à família e ao Estado de Pernambuco.

Natural de Recife – PE, Barreto Guimarães exerceu diversos mandatos públicos, além de ter administrado Olinda. Ele foi vice-governador de Eraldo Gueiros Leite, entre 1971 e 1974 – sendo governador interinamente por 4 meses –, secretário de Governo de Paulo Guerra e de Educação de Nilo Coelho. Também foi Deputado Estadual por duas vezes e há 4 anos havia se aposentado como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. – Senador Joel Hollandia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos o seguintes:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Saúde, as seguintes informações:

1. Qual o valor total repassado por esse Ministério, inclusive recursos da Fundação Nacional de Saúde, para o Governo do Estado de Rondônia, no exercício de 1997? Discriminar o valor e objetivo de cada repasse.

2. Qual o valor repassado à Fundação Nacional de Saúde, Superintendência de Rondônia, em 1997? Discriminar o valor e o objetivo de cada repasse.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. Senador José Bianco.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Sudam, através do Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, a seguinte informação:

Informar, por Estado, os Municípios com os quais a Sudam firmou convênio durante o exercício de 1997, com o respectivo valor e finalidade de cada um.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. Senador José Bianco.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao DNER, através do Sr. Ministro dos Transportes, as seguintes informações:

1. Qual o total de recursos investidos na BR-364, trecho Rondônia, no exercício de 1997? Discriminar as verbas de restauração e conservação.

2. Qual o total de recursos repassados ao DER do Estado de Rondônia para investimento na BR-421?

3. Qual o total de recursos repassados ao DER do Estado de Rondônia para investimento na BR-174?

4. Qual o total de recursos repassados ao DER do Estado de Rondônia para investimento na BR-429?

5. Qual o total de recursos repassados ao DER do Estado de Rondônia para investimento no anel viário de Ji-Paraná?

6. Houve algum repasse de verba para conservação da BR-429?

7. Houve algum outro repasse de verba para o DER de Rondônia?

8. Em relação aos convênios firmados, há "restos a pagar"?

9. Em caso positivo, relativamente a quais convênios e qual o valor dos "restos a pagar" em cada um?

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. — Senador José Bianco.

REQUERIMENTO N° 12, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas à Secretaria Especial de Políticas Regionais, através do Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, as seguintes informações:

1. No mês de dezembro/1997 foi firmado algum convênio com o Governo do Estado de Rondônia?

2. Se positivo, qual o valor e objetivo de cada convênio?

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. — Senador José Bianco.

REQUERIMENTO N° 13, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, a seguinte informação:

1. Qual o valor repassado ao Estado de Rondônia, em 1997, através do Programa Planafloro? Discriminar o valor, a data e o objetivo de cada repasse.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. — Senador José Bianco.

REQUERIMENTO N° 14, DE 1998

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Suframa, através do Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, a seguinte informação:

Informar, por Estado, os Municípios com os quais a Suframa firmou convênio durante o exercício de 1997, com o respectivo valor e finalidade de cada um.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. — Senador José Bianco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item único:

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1997 (nº 338/96, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 860, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, com voto contrário do Senador Roberto Freire e, em separado, do Senador José Eduardo Dutra.

Transcorre hoje o quarto dia da discussão em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria entrará na Ordem do Dia de amanhã, para discussão e votação como segundo item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nesta convocação extraordinária, estamos a apreciar e a votar matérias de extrema importância para o País. Algumas delas referem-se diretamente à questão do emprego e à preocupação maior de todos os países do mundo: o desemprego.

Trago alguns dados do IBGE que devem ser considerados pelo Senado da República. No momento em que vamos votar a reforma administrativa,

Câmara aprecia pela segunda vez a Reforma da Previdência. Estaremos modificando de forma importante e significativa as relações de trabalho com o contrato por tempo determinado, que votaremos amanhã.

Os dados da variação absoluta mensal de emprego, segundo os setores de atividade econômica no Brasil, merecem uma reflexão profunda não apenas dos partidos da Oposição, mas talvez até – e principalmente – dos partidos que dão sustentação ao Governo e, em especial, do Governo.

Analizando setor por setor, chegaremos à conclusão de que apenas no comércio, de julho de 1994 a setembro de 1997, abrangendo, portanto, praticamente o período do plano real, houve uma redução de postos de trabalho por atividade que, somados, chegam a 469.263 postos, sem considerarmos que houve um incremento da população na média de 2% ao ano, o que exigiria um aumento de mão-de-obra – ou da criação de postos de trabalho – de 1.200 milhão por ano.

Nesses três anos, o Brasil perdeu quase 470 mil postos de trabalhos, só não perdeu mais porque o comércio teve um crescimento de 102 mil postos. Mas, se tomarmos o setor fundamental da atividade econômica, que é o da indústria de transformação, foram 367 mil postos de trabalho a menos. Se tomarmos a agricultura, foram 52 mil reduzidos e, com eles, unidades produtivas foram incorporadas, concentrando a renda no campo. Não podemos, portanto, iludir-nos com os discursos que dizem que houve transferência dos empregos para o setor de serviços. Não; os dados revelam que, no setor de serviços, houve uma redução de 27 mil postos de trabalho. Se fizermos uma análise um pouco mais profunda desses números, chegaremos à conclusão de que algo errado está sendo feito pelo Governo na condução da política econômica.

Talvez o Ministro Pedro Malan – que é contra o crescimento do déficit público, mas emite pareceres na calada da noite para a contratação de empréstimos pelos Estados, sabendo que eles não poderão pagá-los – pudesse analisar esses números sob a ótica não de quem quer vender à opinião pública aquilo que de fato não está ocorrendo, mas de quem deseja fazer uma crítica ao Plano Real no que se refere à distribuição de rendas no País e à geração de empregos, porque isso é o que importa neste momento em que todo o mundo se debate contra o desemprego.

Alguns se conformam em dizer que estamos enfrentando o desemprego tecnológico, apenas

aquele provocado pela automatização das atividades. Isso é verdade em parte, mas não podemos, de forma nenhuma, ignorar outros fatores que são fundamentais como causas da geração do desemprego em nosso País, à qual estamos assistindo. Um deles é o comércio entre o Brasil e outros países que subsidiam suas atividades e têm a mão-de-obra muito mal remunerada, pior até do que a nossa. Esses países exportam para cá, na maior parte das vezes, produtos e quinquilharias que poderiam ser dispensados, se houvesse o cuidado do Governo em promover a produção e a indústria nacional. Ao importarmos esses produtos desnecessários, promovemos a exportação do emprego.

Eu poderia citar uma série de exemplos, mas especificarei apenas alguns. A cultura do algodão, que foi destruída pela importação irresponsável dos últimos anos, gerava um milhão e duzentos mil empregos no campo e perdeu, apenas em quatro anos, quatrocentos mil empregos, duzentos mil no meu Estado, o Paraná, que detinha cerca de 60% da produção nacional.

Hoje, assistimos a produtores de algodão destruindo o setor produtivo, por não encontrarem estímulo para produzir, porque, no momento da comercialização da safra, deparam-se com o algodão importado que apresenta preços muito inferiores, já que outros países produtores oferecem subsídio e têm mão-de-obra mais barata. Esse fator não pode ser ignorado pelo Governo, que deve tomar providências. Isso está sendo adiado talvez em nome da modernização, que não leva em conta as consequências do desemprego para as camadas mais humildes da população.

Também posso citar como exemplo a destruição da estrutura de produção do trigo: a importação tem sido incentivada e já alcança 80% do nosso consumo. Poderíamos perfeitamente estar produzindo trigo para alcançar a auto-suficiência e gerar empregos; no entanto, nós o estamos compramos por um preço alto.

O setor do álcool hoje sofre um dilema: não se sabe se haverá continuidade da política de apoio à produção de álcool ou se ela se destinará a uma indústria estratégica criada num momento importante da crise do petróleo e que foi abandonada ao longo dos anos porque o petróleo voltou a ficar relativamente barato. No entanto, todos os países do mundo sabem que a questão do álcool não é apenas econômica, mas estratégica e ambiental e deve ser analisada sob esses ângulos. Assim consideram, por exemplo, os Estados Unidos, que, num projeto expe-

rirmental, produziu cerca de cinco bilhões de litros de álcool, apenas para mostrar a viabilidade de sua produção e deixá-la como alavancas a ser utilizadas no futuro para o desenvolvimento do País, caso haja nova crise do petróleo.

Esses três exemplos dão bem a noção de que não há uma política de desenvolvimento sustentado para o nosso País. Segura-se a moeda, com o alto custo do desemprego, que atinge as regiões produtoras de todo o Brasil, bem como as áreas metropolitanas e industrializadas, onde os índices já são muito altos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Osmar Dias, entendo que política de desenvolvimento existe, com falhas, e V. Ex^a acaba de mencionar uma grave, que é a política do álcool. Em verdade, todos os dias, tem-se anunciado nas televisões mundiais que se extinguirá, dentro de poucas décadas, o estoque de óleo de que nos valemos hoje para o movimento dos automóveis. Ora, no instante em que isso acontecer – e estamos muito próximos desse limite, dessa fronteira crítica –, se não houver uma alternativa para o mundo, e sobretudo para o Brasil, um país de vastas extensões territoriais, será o caos. E o projeto do petróleo foi um dos mais felizes, já elaborados neste País; infelizmente, está sendo, de fato, abandonado. Em relação a isso, não posso deixar de ser solidário com V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Senador Edison Lobão, agradeço a correção, porque realmente há uma política de desenvolvimento em vigor no País e até nos Estados. A prova disso é a política que leva os Estados a sacrificarem investimentos nos setores básicos fundamentais, a fim de transferir praticamente a totalidade dos recursos para a atração de montadoras no País.

Tenho em mãos um jornal do meu Estado, de domingo, 11 de janeiro de 1998, cujo título da seção de empregos é "Montadoras vão cortar 30 mil empregos em 3 anos". Trata-se da manchete de uma matéria que traz uma dura realidade: dos 106 mil empregos que há em nosso País atualmente, oriundos das montadoras de automóveis, 30 mil serão cortados nos próximos três anos. Segundo a própria matéria, "os novos investimentos – estimados em US\$21 bilhões – devem criar apenas entre 10 e 12 mil novas vagas, o equivalente ao número de demissões que a Volkswagen ameaça fazer na fábrica da

Anchieta, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo)". Esse alerta é dos pesquisadores da indústria automobilística Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius.

Então, Senador Edison Lobão, há uma política de desenvolvimento que não leva em conta a vocação de nossa economia e que tenta, a todo custo, atrair montadoras. Não quero ser cansativo, mas tenho de citar um exemplo: o meu Estado está investindo U\$900 milhões para atrair duas ou três montadoras de automóveis a fim de gerar três mil empregos. São U\$900 milhões dados a título de empréstimo, sem juros e correção monetária, que começarão a ser pagos no ano 2006. É uma generosidade que não alcança nenhum trabalhador ou empresário do meu ou de qualquer Estado brasileiro, porque se uma empresa genuinamente brasileira quiser se instalar no meu Estado terá que entrar na fila para obter financiamento dos agentes financeiros nacionais, ir ao BNDES para tomar empréstimo à taxa de juro de mercado. Mas as montadoras, porque estão todos os dias na mídia, estão sendo financiadas com o dinheiro público que é desviado da agricultura, do financiamento de pequenas indústrias, da geração, propriamente dita, de empregos no campo e nas cidades. As montadoras geram para o Governo muito mais faturamento político do que geraria o investimento em pequenas propriedades rurais, na geração de empregos nas cidades, na implantação de pequenas indústrias, como é o caso do meu Estado, que tem uma vocação agroindustrial.

Há um projeto equivocado de desenvolvimento que nos levará, a curto prazo, a chorar os recursos que estamos jogando fora do País quando importamos produtos e fábricas de automóveis desnecessariamente. Sem os incentivos concedidos pelos Estados, essas montadoras instalar-se-iam aqui da mesma forma por uma questão geográfica. Essa avaliação é feita pelo pesquisador Glauco Arbix, que diz que grande parte dos incentivos saiu de graça, ou seja, esses recursos e essas empresas acabariam se dirigindo para o Brasil mesmo sem incentivos. Uma verdadeira guerra fiscal estabeleceu-se entre os Estados, levando-os à loucura de tomar recursos do Tesouro e conceder empréstimos que, na verdade, são verdadeiras doações, escondendo a sete chaves os acordos firmados.

Neste ponto, lamento que o Senado tenha tomado a decisão de não continuar exigindo que esses acordos fossem abertos, para que conhecêssemos a realidade dos fatos, ou seja, o que está sendo feito com o dinheiro arrecadado pelo Estado, por meio dos tributos pagos pela população. Não serve

ao País um projeto de desenvolvimento que privatiza aquilo que o Estado possui, mas que estatiza fábricas de automóveis. Na verdade, o que está sendo feito no meu e em alguns outros Estados brasileiros é a construção de fábricas de automóvel com dinheiro público, e isso é estatizar as fábricas de automóveis. Há uma inversão, portanto, nos incentivos e nas atividades que deveriam ser do Estado e que estão sendo transferidas para a iniciativa privada, mas atividades que são da iniciativa privada e que estão sendo assumidas pelo Estado em financiamentos altamente generosos.

A questão do desemprego deve ser tratada com mais responsabilidade. Não podemos adiar um grande projeto de desenvolvimento do interior do País. A interiorização dos investimentos deve ser feita de forma imediata. O Brasil investe hoje apenas 16% do PIB, o que é muito pouco para um País que precisa crescer, pelo menos, 5% ao ano, para que os empregos exigidos pela população crescente e pela população desempregada possam ser gerados. Não é com doação de dinheiro público, não é com importação daquilo de que não necessitamos, não é com uma política de desenvolvimento que não priorize a geração de empregos que conquistaremos o verdadeiro desenvolvimento.

O desemprego é uma preocupação mundial que não está recebendo, do nosso Governo, a devida atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, uma boa notícia deste começo de ano é a conclusão das obras da ecluna de Jupiá. A inauguração está marcada para esta quinta-feira e será um dos marcos mais importantes deste final de século na integração dos transportes de toda a América Latina. A obra vai permitir a integração definitiva entre os rios Tietê e Paraná, avançando ainda mais na direção dos países vizinhos do Mercosul e criando uma nova escala econômica nas exportações de Goiás e do Centro-Oeste.

Uma constatação importante é que esta é a primeira grande obra do programa Brasil em Ação a ser inaugurada. Como muitas outras obras de vulto que foram abandonadas nas últimas décadas, a ecluna de Jupiá estava paralisada há 23 anos, sendo mais um daqueles monumentos de nossas gastanças sem compromisso com a sua conclusão. Estão de parabéns o Presidente Fernando Henrique Car-

doso, o Ministro Eliseu Padilha e o Governador Mário Covas e, afinal, todos nós, porque estamos assistindo a um País em mudança na valorização dos investimentos públicos.

Como representante do Estado de Goiás nesta Casa, tenho todas as razões pessoais para festejar esse acontecimento. Os produtos que já vêm sendo escoados para o Brasil e o exterior, através do Porto Fluvial de São Simão, no rio Paranaíba, no meu Estado, terão um raio de alcance de mais de 600km na conquista de novos mercados, com uma navegabilidade que chega a 1.700km. Goiás e o Centro-Oeste passam a integrar economicamente uma região de 206 municípios, incluindo os de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Outros dados mostrados na edição de hoje da *Gazeta Mercantil* evidenciam a importância econômica do novo perfil da hidrovia Tietê-Paraná. A área de influência direta cobre 76 milhões de hectares e 50 milhões de brasileiros. Com os elevados índices de renda per capita dessa região, em torno de US\$5 mil, a massa de consumo corresponde a 70% do nosso mercado interno. Com base em números da Companhia Energética de São Paulo – CESP, as previsões de investimentos potenciais chegam a US\$6 bilhões nos próximos anos. Outras projeções indicam que a hidrovia vai transportar, dentro de quinze anos, 20 milhões de toneladas no trecho do Tietê e 35 milhões de toneladas no trecho do Paraná, contra um total de 5 milhões que foram transportados em 1996 nos atuais limites de navegabilidade.

Na verdade, Srs. e Srs. Senadores, estamos vivendo, com a vitória sobre uma grande barreira superada, o começo da história definitiva da Hidrovia Tietê-Paraná ou hidrovia de São Simão, como a chamamos em Goiás. A partir de agora, desaparecem todos os entraves para a navegação até o Lago de Itaipu. Mas ainda persistem os acessos precários para o transbordo na direção do território argentino, sendo necessária a construção de novas eclunas para a ligação direta entre o Centro-Oeste e o país vizinho, em toda a extensão da Bacia do Prata. Como principal interessado nessa etapa final da hidrovia, o Governo paranaense vem patrocinando estudos consistentes, na busca de alternativas de viabilidade. Posso garantir que estaremos ao lado do povo paranaense nesse sonho de integração continental. As perspectivas futuras são grandiosas para a região Centro-Oeste, que dentro de poucos anos vai confirmar a sua vocação de principal mercado de commodities do País. Outra verdade que não tenho medo de antecipar é que, a partir do Paranaíba, te-

remos, em poucas décadas, um corredor de exportações tão importante para o Brasil como foi e tem sido para os Estados Unidos o Vale do Tennessee.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem insistido na identificação do transporte fluvial como uma das preocupações mais importantes de seu governo, no setor de infra-estrutura. Não há como negar razão a um presidente que chegou ao poder no ápice do movimento mundial pela globalização e no momento mais importante da consolidação do Mercosul. A política nacional de transportes e o Programa Brasil em Ação contemplam essa prioridade, incluindo como metas alcançar os projetos hidroviários do Araguaia-Tocantins, do Madeira e do São Francisco. É preciso perseverar nesse objetivo, com a mesma vontade política que não deve faltar para outras obras importantes para o desenvolvimento do País e a integração de todas as suas regiões.

Em Goiás, continuaremos insistindo na prioridade da duplicação do eixo rodoviário Goiânia-São Paulo. Ao mesmo tempo, estaremos ao lado do Presidente na luta pela construção da Ferrovia Norte-Sul, pela modernização do Corredor Ferroviário Centro-Leste, pela implantação do Gasoduto Brasil-Bolívia, com ramais que beneficiem Goiânia e Brasília, e pela recuperação da malha rodoviária federal que atravessa o Centro-Oeste. Temos grandes dificuldades de recursos, mas temos um Governo sensível que está empenhado em administrar carências com honestidade e competência.

Estimular a intermodalidade e direcionar os novos investimentos para esses objetivos é uma das marcas essenciais da atual política nacional de transportes. Os estudos mais recentes do Geipot mostram que ainda passam pelas rodovias cerca de 80% de nossas cargas agrícolas contra 16% das ferrovias e apenas 3% das hidrovias. De acordo com os técnicos, "isso ocorre porque, apesar do estado físico precário do subsistema rodoviário e da situação comprometedora da frota de veículos utilizada, é, segundo a ótica do usuário, o modal mais flexível e confiável, apesar do custo médio de transporte bastante elevado".

Estamos no caminho certo, repensando o nosso modelo de transportes. Investir em novos eixos de transporte de longa distância e modernizar os existentes, para baratear custos e aumentar a competitividade dos produtos agrícolas exportados, é investir em uma estratégia de médio e longo prazos que vai beneficiar um País onde ainda existem muitas fronteiras a conquistar, principalmente no Centro-Oeste. Os custos do frete hidroviário representam 50%, em média, dos custos rodoviários. Com os in-

vestimentos pesados das últimas décadas, o Brasil alcançou uma posição invejável no confronto com outros países da América Latina. Apesar das distorções do nosso modelo, é preciso reconhecer que foi principalmente graças à grande infra-estrutura rodoviária implantada que alcançamos a posição de oitava economia do mundo, que estimulamos os recordes crescentes das safras agrícolas e que multiplicamos a nossa capacidade industrial.

A hora é de reordenar a matriz de transportes, duplicar as rodovias essenciais à integração nacional, investir nos sistemas de longo percurso para baratear custos, e, afinal, consolidar o modelo de infra-estrutura que vai projetar a grandeza de nossa economia no próximo século.

O Programa Brasil em Ação, em suas linhas gerais, exibe uma percepção incontestável de nossas realidades atuais e futuras. E, nessa direção, fatos fundamentais estão acontecendo. A inauguração da eclusa de Jupiá inaugura o calendário de fatos importantes na direção do futuro. Ainda recentemente, os melhoramentos introduzidos nas linhas da Ferrovia reduziram à metade o tempo de transporte dos minérios produzidos em Catalão, em direção à baixada santista. Ainda este ano, o Ministério dos Transportes espera inaugurar a ponte rodoviária da Ferronorte, em Santa Fé do Sul, um pouco acima de Jupiá, nos limites entre Mato Grosso do Sul e São Paulo. Será mais um projeto de importância fundamental para a Região Centro-Oeste. São fatos e tempos novos que devemos saudar com entusiasmo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a lista de oradores.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 15, DE 1998

Senhor Presidente,

Na forma do art. 218, do Regimento Interno, requeiro seja registrado em ata voto de pesar pelo falecimento do compositor pernambucano Lourenço da Fonseca Barbosa, Capiba, bem como nos termos do art. 221, alínea a, apresentação de condolências à família e ao Estado de Pernambuco.

Maestro, arranjador, instrumentista, poeta e pintor, Capiba nasceu em Surubim – PE e deixou uma contribuição cultural de valor inestimável para Pernambuco e para o Brasil.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1998. – Senador Joel Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Senhoras e Senhores Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14h30min., a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1, de 1998 – art. 336, b)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 239, de 1995, e 42, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1996 (nº 1.724/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 2 e 3, de 1998, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Waldeck Omellas, favorável ao Projeto, com Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 239, de 1995, e 42, de 1996, que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sebastião Rocha, Ademir Andrade, e das Senadoras Marina Silva e Emilia Fernandes; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 400, de 1997), Relator: Senador Romeu Tuma, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Freire, Josaphat Marinho e José Eduardo Dutra, e abstenção do Senador Esperidião Amorim.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1, de 1998 – art. 336, b)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1996, e Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1995, de autoria do Senador

Júlio Campos, que dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas e dá outras providências.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1, de 1998 – art. 336, b)

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1996, e

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1996, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 1997

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1997. (nº 338/96, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 860, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire e José Eduardo Dutra.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 2, de 1998 – art. 336, b)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1997 (nº 3.814/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trans Urbanos – CBTU, a repassar à Companhia de Trans Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS, recursos para pagamento de pessoal, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 10 e 11, de 1998, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Freire; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h06min.)

(OS 10185/98)

**ATA DA 1ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 7 DE JANEIRO DE 1998**

(Publicada no DSF, de 8 de janeiro de 1998)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 00195, 2ª coluna, na Comunicação da Presidência,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mello) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Recursos nºs 1 e 2 de 1998, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, de autoria do Senador José Serra, que extingue a utilização da Taxa Referencial (TR), nos depósitos em que específica e dá outras providências.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mello) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o recurso nº 1, de 1998, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, de autoria do Senador José Serra, que extingue a utilização de Taxa referencial (TR) nos depósitos em que específica e dá outras providências.

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

12-1-98

Segunda-feira

15h30min – Sessão Deliberativa do Senado Federal

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL.**

2ª Reunião (Extraordinária), realizada em 1 de abril de 1997.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia primeiro de abril do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Bianco, Humberto Lucena, Casildo Maldaner, Carlos Wilson, Abdiás Nascimento, Emilia Fernandes, Joel De Hollanda, Bello Parga, José Alves, Marluce Pinto e Regina Assumpção. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente

reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney concede a palavra ao Senhor Senador Bernardo Cabral, designado Relator em substituição ao Senhor Senador Lúdio Coelho, do item 01 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1996, que "Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, em Brasília, em 1º de março de 1996." Usando da palavra o Senhor Relator apresenta parecer favorável à proposição. Não havendo discussão é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, na qualidade de Relator, faz uso da palavra o Senhor Senador Romeu Tuma, que emite parecer favorável à proposição constante do item 02 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo, nº 12, de 1997, que "Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Buenos Aires, em 09 de abril de 1994". Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação é aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador Carlos Wilson, designado Relator do item 03 da pauta: que "Aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995". Colocado em votação, o Projeto é aprovado por unanimidade. Para relatar o item 04 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1995, que "Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros Países", faz uso da palavra a Senhora Senadora Emilia Fernandes, que emite parecer favorável ao Projeto. Após votação nominal, o parecer é aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Bianco, designado relator do item 05 da pauta: Projeto de Lei do Senado, nº 28, de 1996, que "Estende os benefícios dos incisos II e III do artigo 53 do Ato das Disposições Transitórias aos ex-combatentes que define". Para discutir a matéria faz uso da palavra o Senhor Senador Humberto Lucena, que propõe seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Colocada em votação, a proposta é aprovada por unanimidade.

Em seguida, faz uso da palavra o Senhor Senador Joel de Hollanda, designado relator do item 06 da pauta: Requerimento nº 1058, de 1996, que "Requer nos termos regimentais, seja manifestado à Sua Excelência, o Senhor Boutros-ghali, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, voto de aplauso pelas iniciativas promovidas, no curso de sua gestão, no sentido de garantir a auto-determinação do Timor Leste e do povo Maubere, bem assim de solidariedade à Sua Excelência para perseverar em seus esforços, a fim de que sejam observadas as deliberações da ONU concorrentes à independência do território do Timor Oriental e da nação Timonense." colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney, determina que a reunião torne-se secreta para que sejam apreciados os seguintes itens da pauta: Mensagem nº 52, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor José Marcus Vinícius de Souza, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, Cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade Dominicana", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; Mensagem nº 62, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Pedro Paulo Pinto Assumpção, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, Cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; e, a Mensagem nº 63, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Luiz Antônio Jardim Gagliardi, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, Cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão", cuja Relatora é a Senhora Senadora Emilia Fernandes. Reaberta a reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador José Sarney – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Ao presidir pela primeira vez a Comissão de Relações Exteriores, quero agradecer a todos os membros da referida Comissão a honra que me concederam elegendo-me para Presidente da mesma.

Espero que trabalhemos conjuntamente e possamos contribuir para o Senado Federal de maneira positiva, tendo uma posição de relevância na discussão dos problemas internacionais.

Peço à Senadora Emilia Fernandes que faça o relatório dos dois processos sob sua apreciação.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, trata-se do Item 04, Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1995, de autoria do nobre Senador Roberto Requião que propicia instrumentos ao Poder Executivo para prontamente adotar medidas em relação aos países que criarem restrições ao nosso comércio externo desafiando acordos bilaterais ou multilaterais.

O projeto foi apresentado à Casa em 17 de abril de 1995, sendo despachado pela Presidência para exame nas Comissões de Constituições, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei foi relatado pelo nobre Senador Esperidião Amin e aprovado pelo Colegiado em 20 de setembro de 1995.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto chegou a ser distribuído para o nobre Senador Lauro Campos, mas não chegou a ser apreciado.

Em 5 de março de 1997, o Plenário do Senado aprovou requerimento do Senador Roberto Requião dispensando o parecer daquela Comissão, nos termos do art. 119 do Regimento Interno.

A partir de 06 de março de 1997, o projeto de lei foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e repassado a mim em 17 de março para ser relatado.

Passo à leitura do Parecer.

(Procede-se à leitura do Parecer.)

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, enquadrando-se o Projeto de Lei nº 122, de 1995, nos cânones das nossas relações internacionais e adequando-se aos mais elevados princípios e regras do Direito, opinamos pela sua aprovação.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui pela aprovação do projeto. Todavia, como se trata de matéria terminativa e que exige votação nominal, fica a mesma adiada para outra reunião.

não em que tenhamos condições de proceder à votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1996, que aprova o texto do Acordo IV "sobre cooperação, nos usos pacíficos, de estado exterior, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, em Brasília, em 1º de março de 1996".

Quando esse projeto teve a sua tramitação, de forma regular, na Câmara dos Deputados, obteve ela aprovação unânime das Comissões de Relações Exteriores, de Constituição e Justiça e de Redação e Defesa Nacional. Votada e aprovada, veio ao Senado para o exame do parecer.

É o relatório, Sr. Presidente.

Se V. Ex^a me autorizar, passo ao voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a pode proferir o seu voto.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, o presente ato internacional, estabelecendo entre os dois países cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, encerra um conjunto de atos e providências recíprocas, concernentes, objetivando alcançar os melhores resultados técnicos e científicos, numa área reconhecidamente sensível e de elevada tecnologia.

A parte objetiva do acordo – emendas ao texto, prazo de permanência em vigor, sua prorrogação, denúncia, etc. – está de conformidade com os atos praticados para a espécie.

Em face do exposto, somos pela sua aprovação na íntegra, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1996, oriundo da Câmara dos Deputados.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma para proferir parecer.

O SR. ROMEU TUMA –

(Procede-se à leitura do Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Wilson para proferir parecer sobre o item 03 da pauta.

O SR. CARLOS WILSON –

(Procede-se à leitura do Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há número legal na Comissão para que se possa fazer a votação nominal da matéria constante do item 4, relatado pela Senadora Emilia Fernandes.

O projeto estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros quanto a práticas discriminatórias adotadas por outros países. O parecer é favorável.

Vou tomar os votos dos Srs. Senadores.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado à unanimidade.

Peço ao Senador José Bianco para relatar o item 5. Projeto de Lei do Senado nº 28, que estende os benefícios dos incisos II e III do art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos ex-combatentes que define.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço a designação.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 028, de 1996, que estende os benefícios dos incisos II e III do art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos ex-combatentes que define, é de autoria do ilustre Senador Casildo Maldaner.

Passo, pois, a relatar, aqui, um trabalho feito pelo eminentíssimo Senador José Agripino Maia.

(Procede-se à leitura do Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão.

Tem a palavra para discutir, Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, a mim me parece que, no mérito, essa proposição é das mais oportunas. Tenho, entretanto, uma dúvida

com relação ao aspecto jurídico da questão, e gostaria de levantar mais para o debate da Comissão, presente como está aqui inclusive o nobre ex-Relator da Assembléia Nacional Constituinte, o ilustre Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Humberto Lucena, peço licença para interrompê-lo a fim de convidar o Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão, para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Pelo que se lê aqui, dispõe o art. 1º do projeto: são estendidos aos militares da Aeronáutica que têham participado efetivamente em missões de vigilância e segurança como integrantes de guarnições em zona de guerra, durante a II Guerra Mundial, os benefícios previstos nos incisos II e III do art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, com a regulamentação dada pela Lei nº 8.059, de 04 de julho de 1990.

Como justificativa à proposição são apresentados os seguintes argumentos:

A Carta de 1988, art. 52, item II e III, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, garantia aos ex-combatentes e às suas viúvas e dependentes o direito a uma pensão especial correspondente às deixadas para o 2º Tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com qualquer rendimento recebido dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvados os direitos de opção.

Ocorre que a Carta Magna concedeu essa vantagem apenas àqueles ex-combatentes abrangidos pela Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. Nesse diploma legal, por uma inexplicável lacuna, são considerados ex-combatentes apenas os militares do Exército e Marinha, que participaram em missões de vigilância e segurança em zonas de guerra. Urge, pois, corrigir essa discriminação contra esses brados brasileiros que se encontram hoje todos em idade avançada.

A minha impressão, Sr. Presidente, é que, na verdade, a injustiça é clara, é mais que razoável a apresentação do projeto, mas me parece, à primeira vista, que, no caso, tratar-se-ia talvez, Senador Bernardo Cabral, de uma proposta de emenda constitucional e não de um projeto de lei, já que, se a Constituição restringiu, como pode a lei ampliar o benefício concedido?

Então, diante dessa dúvida, sugeriria, para não prejudicar a matéria, a sua aprovação no mérito e a subsequente remessa para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se pronuncie a respeito desse aspecto jurídico que acabei de levantar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Humberto Lucena levanta uma preliminar de constitucionalidade e juridicidade do projeto, a qual vamos colocar em votação antes de submeter a matéria a voto quanto ao mérito, mesmo porque só poderemos apreciar o mérito depois de o projeto transitar, sendo constitucional e jurídico.

Assim, submeto a voto a preliminar arguida pelo Senador Humberto Lucena, onde S. Ex^a propõe seja também ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que concordarem com a preliminar, permaneçam como se encontram: (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda para relatar o item nº 06.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, de conformidade com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre Senador Eduardo Suplicy requer voto de aplauso a S. Ex^a o Sr. Boutros Boutros-Ghali, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, pelas iniciativas que promoveu com vistas a garantir a autodeterminação do Timor Leste e do povo de Maubere.

Passo à leitura do parecer da lavra do Senador Hugo Napoleão.

(Procede-se à leitura do Parecer.)

Sr. Presidente, este, o parecer de autoria do nobre Senador Hugo Napoleão, com o qual concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável ao requerimento.

Não havendo manifestação em contrário dos Srs. Senadores, vou considerá-lo aprovado.

Aprovado.

Peço aos Srs. presentes que se retirem da sala, uma vez que vamos, na forma regimental, proceder a uma reunião secreta para apreciar nomes de embaixadores.

Muito obrigado.

(A reunião se torna secreta às 18h02min.)

Encerra-se a reunião.

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária), Realizada em 17 de Junho de 1997

Às dez hora e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Humberto Lucena, Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Abdias Nascimento, Emilia Fernandes, Joel de Holanda, Bello Parga, Gerson Camata, Osmar Dias e Levy Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensado a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General de Brigada Alberto Mendes Cardoso. Após a exposição o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jader Barbalho, autor do Requerimento de Convocação do Senhor Ministro em seguida o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores. -Fazem uso da palavra pela ordem os Senhores Senadores Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Hugo Napoleão, José Agripino e Levy Dias. Após breves considerações, e nada mais havendo a tratar, a presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. - Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Coloco em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Temos hoje a grande satisfação de receber o Senador Eduardo Menen, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino, um dos políticos da maior importância no país irmão e que tem dado uma grande contribuição à amizade e à cooperação entre Brasil e Argentina. Temos a

oportunidade hoje de recebê-lo nessa Comissão e de ouvi-lo a respeito de nossas relações.

Saúdo também o Senador Omar(?), que aqui está presente, o Deputado Luiz(?) e o Embaixador Ramiro(?).

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, penso que valia, na abertura desta reunião e antes que o Senador ocupe a palavra, um esclarecimento nosso de que o pouco **quorum** de nossa Comissão se deve ao fato de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado discute hoje a lei de Previdência Social, o que exigiu a presença maciça dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – E todos os membros da Comissão de Relações Exteriores são membros da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Menen.

O SR. EDUARDO MENEN – (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Senador Menen as palavras que acaba de proferir nesta Comissão.

Quero dizer-lhe que, pela primeira vez, nesta Comissão, estabelecemos uma regra de receber e ouvir um Senador, Presidente do Congresso de outro Estado, bem como Embaixador de outro país.

Essa exceção nos é muito honrosa, porque se faz justamente com a Argentina, País hoje importíssimo para as nossas relações.

Concedo a palavra ao Embaixador Diego Guelar.

O SR. DIEGO GUELAR - (*Pronunciamento em espanhol*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Consulto se algum dos Srs. Senadores deseja usar da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, gostaria de citar mais uma ponte, dentre as já citadas entre o Brasil e a Argentina. Refiro-me à uma ponte que construí, quando Governador, na Província de Missões com o Estado do Paraná, entre Andrecito(?) e Capanema. E, finalmente, depois de dois anos e meio, está aberta, derrotando, ao longo do tempo, a burocracia dos dois Países, principalmente a nossa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Sr. Senador Eduardo Menen, Sr. Embaixador Diego Guelar, Sr's e Srs. Senadores, gostaria de dizer da importância em termos na Presidência desta Comissão o Senador José Sarney, que merece destaque pelo fato de que, quando Presidente da República, S. Ex^a foi um perseguidor desse propósito de estreitamento e integração com a Argentina.

Foi no Governo do Presidente José Sarney que tivemos momentos importantes para a consolidação dessa integração, que considero importantíssima.

O Brasil e a Argentina, sem dúvida, têm dado uma demonstração de parceria que até desafia a ordem natural da política. Inclusive traz uma responsabilidade, sobretudo, para aqueles que estão empenhados em garantir que o sucesso do Mercosul – e é importante ressaltar – não se dê apenas no âmbito das nossas relações comerciais.

Em que pesce sabermos dessa grande necessidade, que é uma importante alavanca para o nosso mercado – que entendemos ser o carro-chefe do Mercosul –, não podemos também escamotear que a relação só comercial seja um fato preponderante no Mercosul, que, para nós, é um grande desafio, já que existem características particulares entre esses dois Países, e que poderíamos ultrapassar essa barreira do comércio e tentar relações que vão desde o turismo até a troca de conhecimento.

Recentemente tive a oportunidade de participar de um fórum na Argentina, onde pude observar que, no que diz respeito ao Mercosul, temos que tratar também de algumas políticas sociais específicas, que dizem respeito a direitos e deveres de mulheres da população indígena e das crianças. Sentimos a necessidade de compartilhar a nossa rica legislação. Temos uma tarefa enorme pela frente na sustentação do Mercosul. Esse desafio, extremamente importante, também diz respeito à interpretação que estamos dando às nossas leis específicas, Argentina e Brasil, a fim de que possam comportar a necessidade social dessa representação significativa, como vi na Argentina, que faz parte de um processo ativo, que são as mulheres. Foi muito importante a minha participação nesse fórum. Inclusive estou com a incumbência de enviar o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente para que também a Argentina pudesse debuçar-se em torno de uma lei que possa dar às crianças argentinas todo o amparo possível e necessário.

Quero, mais uma vez, dizer da satisfação de estar nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senador José

Sarney, e também de os estar recebendo nesta nossa Comissão. Espero que possamos outras vezes, com um número maior, dado o fato de que esta Casa tem várias comissões em funcionamento e mais CPIs hoje, o que fez com que não tivéssemos aqui mais Parlamentares, mesmo não sendo desta Comissão, muito embora tenha certeza de que gostariam de estar presentes para saudá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Humberto Lucena. Em seguida, o Senador José Agripino Maia.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Senador Eduardo Menen, ex-Presidente do Senado Constituinte, e atual Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino e dizer-lhe, inicialmente, ao congratular-me com suas palavras sobre as relações Brasil-Argentina, que sou testemunha, como membro da direção do grupo brasileiro que representará o País na União Interparlamentar, da grande simpatia que há em torno de sua candidatura à Presidência máxima do órgão em nível mundial. V. Ex^a reúne todas as credenciais para alcançar aquela alta investidura e, certamente, contará com o apoio decidido dos representantes brasileiros.

Desejo também cumprimentar o Sr. Embaixador argentino no Brasil, Diego Ramiro Guelar, e os Senadores Omar Vaqui(?) e Presidente da Comissão de Relações Interparlamentar do Senado argentino, e o Deputado Luiz Rubio(?), Presidente do grupo argentino no Parlamento Latino-Americano.

Quero dizer ao Embaixador que eu gostaria que S. Ex^a, em rápidas palavras, pudesse esclarecer para esta Comissão o que foi objeto de um entendimento nosso com a presença do Governador do meu Estado, José Maranhão, com relação à sua iniciativa – dele, Embaixador –, no sentido de fazer com que possamos construir uma ponte entre o Mercosul e certas regiões brasileiras que estão, por enquanto, fora da sua influência, especificamente o Nordeste, que é a minha Região, e o Norte. Certamente, S. Ex^a poderá dar os detalhes desses entendimentos. Desde já, renovarmos o nosso apoio total a este projeto, que é de fundamental importância para que o Mercosul possa ter realmente, em relação ao Brasil, um alcance maior em termos nacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Sr. Embaixador deseja nos dar a honra de ouvir suas palavras, após o pronunciamento do Senador Humberto Lucena?

O SR. DIEGO RAMIRO GUELAR – (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de saudar a presença do Senador Eduardo Menen, do Senador Omar Vaqui, do Deputado Luis Rubio e do Embaixador Diego Ramiro Guelar, que nos visitam e nos honram com suas presenças nesta manhã.

Queria concordar com as opiniões aqui manifestadas por ambos, a começar pelas opiniões do Senador Eduardo Menen quando afirmou – fato com que concordo integralmente – que o Mercosul é produto da democracia que se implantou nos países da América do Sul. Prova evidente disso é o recente fato ocorrido no Paraguai, quando a democracia reinante nos países do Mercosul sustentou o Presidente Juan Wasmoy. Foi o apoio dos presidentes dos países do Mercosul que sustentou a presença democrática do Presidente Juan Wasmoy no cargo para o qual foi eleito.

O Mercosul não representa apenas o aumento das relações comerciais entre o Brasil e Paraguai, que cresceram exponencialmente, assim como aquelas entre o Brasil e o Uruguai e o Brasil e a Argentina, que seguramente vão aumentar com os países associados como o Chile e a Bolívia e todos os restantes. O Mercosul é produto de uma solidariedade antiga: o sentimento continental.

Talvez fosse hora de relembrar que muito embora sejam alardeadas as diferenças que possam ter existido entre o Brasil e a Argentina, a começar pelo futebol, coisas muito mais fortes existem, como por exemplo em episódios como a Guerra das Malvinas, as Falklands. O Brasil, no primeiro momento, manifestou a sua posição favorável à Argentina; foi o Brasil quem representou os interesses argentinos junto à Grã-Bretanha no período do conflito. Foram manifestações muito claras em momentos difíceis, que demonstram claramente o sentimento continental de solidariedade. E essa solidariedade precisa e seguramente vai permanecer.

Neste momento, o Senador Eduardo Menen é candidato à Presidência da UPI. Creio ser nossa obrigação, até para nos valorizarmos – nós, Mercosul; nós, América do Sul –, apoiar decididamente a candidatura do Senador Eduardo Menen. Até em retribuição a colocações como as que ouvi ontem do Embaixador Diego Guelar, quando ele apreciava, por exemplo, o fato de o turismo na Argentina levar 4 milhões de pessoas a Buenos Aires, por ano, e o turis-

mo no Brasil, por inteiro, trazer apenas 2 milhões de estrangeiros a este País. Desses 2 milhões, 700 mil são argentinos; o restante 1 milhão e 300 mil de estrangeiros são de outros países.

Eu perguntava ao Embaixador Diego a razão fundamental pela qual o estrangeiro procurava Buenos Aires. Ele me dizia: "as pessoas podem caminar"; ou seja, elas têm segurança. As pessoas podem andar, se sentindo seguras, pelas ruas de Buenos Aires. Ele avançava e me dizia que há um cacoete produzido pelos brasileiros de que nós somos violentos. Há um cacoete e um erro em se afirmar que a pobreza está ligada à violência. O brasileiro é pacífico por excelência, é um povo pacífico e agradável.

E eu disse: Embaixador, o senhor está me lembrando uma coisa que é um fato a mais nas relações do Mercosul. Não é o Brasil que tem de dizer que o brasileiro é pacífico, é o seu parceiro. E a Argentina tem autoridade para isso porque recebe estrangeiros que vão a Buenos Aires fundamentalmente porque podem caminar. Por que não caminhar em Salvador, Natal, Rio de Janeiro, São Paulo, Foz do Iguaçu ou Pantanal? Os senhores é que têm de dizer isso. E ele dizia: "Claro, porque na medida em que o Brasil tem potencial para receber, não 2 milhões, mas 20 milhões de estrangeiros, nós pegamos 4 milhões e não pegamos 8 milhões – a sobra continental.

Acho que as relações do Mercosul produzirão resultados que hoje não se consegue medir. E essa é a razão pela qual quero dizer a V. Ex^{as}s que, nesta Comissão – aqui se trata de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, e nas Relações Exteriores, o assunto que mais desperta interesse é Mercosul.

Recentemente, tivemos a troca de Embaixador do Brasil. Saiu o Embaixador Azambuja, que foi para a França e entrou o Embaixador Seixas Correia, saído da Espanha para a Argentina. Em ambas as sabatinas, 80% dos questionamentos não giraram em torno nem da França, nem da Espanha, de onde vinharam ou para onde iam. Giravam em torno de relações Mercosul/Argentina. Isso comprova claramente que a preocupação dos políticos com assento nesta Comissão está voltada para a questão Mercosul que para nós é fundamental.

É importante os senhores saberem disso. V. Ex^{as}s estão plantando 10 consulados no Brasil, produto da preocupação política dos políticos argentinos com as relações com o Brasil. Quero dizer a V. Ex^{as}s que a preocupação dos políticos brasileiros com as relações com o Mercosul e com a Argentina são de igual quilate.

É essa a mensagem que eu queria deixar, com a manifestação do desejo de que a representação brasileira apóia decididamente a candidatura de Eduardo Menen.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

Quero congratular-me, neste instante, porque a Comissão já está com quase a totalidade do seu quorum.

O SR. CASILDO MALDANER – Cumprimento o Presidente José Sarney e também o Senador Eduardo Menen, igualmente ao Embaixador Diego Guelar e os colegas Deputados da Argentina que aqui estão.

Gostaria de enfatizar aquela afirmação do Senador Menen de que o Mercosul, hoje composto por 4 países, com mais a adesão do Chile e da Bolívia, não ficará só nisso. Os países do Pacto Andino começam a ter interesse e, pelo que se notou, o Mercosul é o início de uma integração do Continente Sul-Americano. Acho que vamos chegar lá. Para nós, brasileiros, é sumamente importante, tendo em vista que o Norte do Brasil também vai se integrar – e homenageio a terra do Presidente Sarney, que foi quem iniciou esse intercâmbio com o Presidente Alfonsín. E com a integração dos países do Pacto Andino teremos uma verdadeira integração do Continente Sul-Americano. É sumamente importante essa integração.

Gostei do que disse o Embaixador Diego Guelar quanto à integração entre Brasil e Argentina, entre os países do Mercosul, não só na parte comercial, mas também na integração da cidadania. Gostei dessa parte. Além da integração comercial, de mercadorias, também a integração da cidadania. E aí, em complementação àquilo que disse a Senadora Benedita da Silva, compartilharemos as legislações, compartilharemos as leis entre o Brasil e Argentina e vice-versa. Diria até compatibilizar as legislações; procurar compatibilizar em todos os sentidos.

Penso que nós, do Congresso brasileiro e do Congresso da Argentina, os representantes desses Congressos, devemos procurar compatibilizar as legislações em todos os campos, quer na defesa do consumidor, do trabalho, no campo da educação, enfim, em todos os setores, para facilitar inclusive a atuação dos profissionais em diversas áreas, e aí, sim, nessa compatibilização das legislações, nós teríamos uma integração cada vez mais firme em todos os setores de atividades.

Ao finalizar, os meus agradecimentos e dizer da honra de poder participar, nesta manhã de terça-

feira – como dizia o Senador Bernardo Cabral: numa terça-feira, não é tão fácil –, deste debate, dada a importância das visitas que nos sensibilizaram para que aqui comparecêssemos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, Senador José Sarney, cumprimento o Senador Eduardo Menen, o Embaixador Diego Ramiro Guelar, Deputado Luiz Rubio, o Senador Omar, para também expressar a importância deste encontro que é muito positivo, a fim de que possam Brasil e Argentina caminhar juntos na direção da integração. E avalio quanto importante é a posição de ambos os países.

Na reunião recentemente realizada em Belo Horizonte decidiu-se que, se tivermos como perspectiva a Associação de Livre Comércio das Américas, deveremos ter como primeira etapa a integração do Mercosul.

Mas eu gostaria de ressaltar, como fizeram o Senador Casildo Maldaner e a Senadora Benedita – acredito que seja esse um sentimento de todo o Senado brasileiro –, que a integração econômica do Mercosul entre os nossos países e, progressivamente, os demais se dê não apenas com o sentido de maior liberdade para o capital, para as mercadorias e serviços serem transacionadas, mas que haja perspectiva também da integração do ponto de vista do ser humano, do ponto de vista dos trabalhadores, dos direitos à cidadania de todos aqueles que vivem nas Américas.

Avalio que entre nossos países poderá haver uma interação progressivamente maior sobre os direitos que, mais e mais, devem estar nas pessoas, concebendo o que é que deve existir. Acredito seja importante que as reuniões, por exemplo, do Mercosul ou da ALCA se dêem não apenas com a interação de governos, do parlamento, de empresários, mas também com a representação de trabalhadores que estejam a discutir os direitos comuns e, em especial, aqueles que são os representantes do povo no parlamento temos a responsabilidade de estarmos pensando nesses direitos que gradualmente deverão ser comuns.

Há um fenômeno que enquanto os governos de países como os Estados Unidos e os países europeus pensam muito em solicitar a países como o Brasil e Argentina que baixem as nossas barreiras alfandegárias, por outro lado têm levantado barreiras, inclusive colocado eletricidade nas barreiras para o ingresso, por exemplo, de latino-americanos

ou de mexicanos nos Estados Unidos. É um certo contraste.

A França, no século passado, doou aos Estados Unidos da América a Estátua da Liberdade como símbolo de que as pessoas poderiam chegar aos Estados Unidos, muitas vezes perseguidas por problemas de religião ou raciais, para ali poderem estudar, trabalhar, desenvolver as atividades as mais diversas com o sentido de muita liberdade. Todavia, nem sempre esta tem sido a tendência nesses tempos. Na Europa, por exemplo, também tem havido barreiras fortes ao direito de africanos e outros ingressarem naqueles países.

Por outro lado, os países europeus, ao pensarem na integração dos países da Comunidade Europeia, estão pensando não apenas na questão da liberdade para o capital de investimentos ou para o comércio, mas, sobretudo, na integração do ser humano. Os espanhóis, os portugueses, os italianos, os gregos e assim por diante têm hoje uma perspectiva de, mais e mais, poderem atravessar fronteiras com liberdade, pensando em direitos sociais e na cidadania que se aproxima.

Gostaria de deixar aqui essa reflexão, bem como o registro da importância do esforço por parte de países como o Brasil e a Argentina de estarmos dizendo quão significativo e importante é que qualquer esforço de integração dos países das Américas possa contar também, o quanto antes, com a participação de Cuba.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O Senador Roberto Freire tem a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE — Sr. Presidente, tomei conhecimento agora de que a agenda dos ilustres visitantes está bem apertada.

Quero apenas saudar a presença de Parlamentares argentinos e dizer que é chegado o momento — e pelo menos aqui foi dito — em que precisamos nos preocupar além da política econômica. A questão do Mercosul começa a ter um caráter político, no sentido mais geral, muito evidente. Seria interessante que, no momento em que dois Parlamentos se encontram na Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, começássemos seriamente a dar os primeiros passos para a instalação do Parlamento do Mercosul com uma comissão permanente de acompanhamento, para que as questões não sejam resolvidas em nível de chancelaria e em nível de executivo, mas que comecem também a ter a presença dos povos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Desejo, mais uma vez, agradecer ao Senador Eduardo Me-

nen, ao Senador Omar Vaqueiro, ao Deputado Luiz Rubio, ao Embaixador Diego Ramiro Guelar a visita que fazem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Consideramos esta visita uma homenagem à nossa Casa e sobretudo um passo importante na aproximação entre os nossos Parlamentos, nessas pontes que se abrem em todos os setores para estabelecermos contactos, aproximação, e ajudarmos na solução de problemas que nos são comuns.

A integração era uma idéia vaga; depois, passou a ser um sonho; depois, passou a ser um processo; e, hoje, tornou-se uma realidade, uma realidade afirmativa da capacidade dos nossos povos em superar divergências e criar sentimentos de união capazes de defender os nossos interesses e, ao mesmo tempo, assegurar a nossa participação no mundo cada vez mais globalizado.

Aqui foi ressaltado que a primeira decisão que tivemos, da qual resultou todo esse encaminhamento de nossas relações, foi uma decisão política. E foi citado que começamos pelo lado nuclear, uma vez que esse era sobretudo o ponto principal de desconfiança entre o Brasil e a Argentina. Os nossos países fizeram algo inédito no mundo inteiro. Não conheço na História da Humanidade um país que tenha feito aquilo que fizeram o Brasil e a Argentina: o Presidente da Argentina convidou o Presidente do Brasil para visitar a usina secreta de Picanegó — não somente os dois Presidentes, mas todos os seus técnicos —, com a vontade de abrir totalmente aquele setor para que não tivéssemos qualquer desconfiança e pudéssemos iniciar o outro processo, o passo mais largo da aproximação entre os nossos povos.

Em correspondência a esse gesto, temos o orgulho de dizer que temos, no Brasil, na Usina de Aramar — que até então era secreta, de tecnologia sensível, onde descobrimos o enriquecimento do urânio e onde hoje o enriquecemos —, uma placa de bronze com os seguintes dizeres: "Esta usina foi inaugurada pelo Presidente da Argentina, Dr. Raúl Alfonsín".

Isso mostra como demos passos importantes, passos que superaram as divergências que existiam sobre Itaipu e todas as outras que a História tinha nos legado como uma herança que não tinha base na realidade.

Hoje, as relações do Brasil com a Argentina constituem as relações mais estreitas e, sobretudo, se encontram num estado em que não são somente do domínio da diplomacia, não são somente do domínio administrativo, não são somente do domínio

das empresas que tratam dos problemas econômicos. Neste instante, estamos assistindo a uma massificação na compreensão das nossas responsabilidades e na criação realmente de uma amizade que não une somente teórica e burocraticamente os partidos, mas o povo brasileiro ao povo argentino.

A presença de V. Ex^a, Senador Eduardo Menev, com a responsabilidade que tem na Argentina, com a exponencialidade que tem como um grande político, é certamente para nós uma grande honra. Recebemos a visita de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como, justamente, mais uma ponte que se abre no estreitamento das nossas relações políticas, a base das nossas relações globais.

Muito obrigado a V. Ex^a e à sua comitiva. (Palmas)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

3^a Reunião (Ordinária), realizada em 10 de abril de 1997.

As dez e trinta minutos do dia dez de abril do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Humberto Lucena, Pedro Simon, Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Roberto Freire, Emilia Fernandes, Joel de Hollanda, Bello Parga, e Eduardo Suplucy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney concede a palavra ao Senhor Senador Bernardo Cabral, Relator do item 01 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1997, que "Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, para cooperação na Área de Transportes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba, em Havana, em 30 de janeiro de 1996." Usando da palavra o Senhor Relator apresenta parecer favorável à proposição. Não

havendo discussão é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Na seqüência, na ausência do Relator, Senador Pedro Simon, a Presidência designa o senhor Senador Joel de Hollanda como substituto. Feita a leitura do Parecer, já na presença do Relator, Senador Pedro Simon, é colocado em discussão. Não havendo discussão é aprovado o Parecer. Na sequência, designado para Relator, faz uso da palavra o Senhor Senador Romeu Tuma, que emite parecer favorável à proposição constante do item 03 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo, nº 20, de 1997, que "Aprova o texto do Acordo sobre Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995". Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação é aprovado por unanimidade. Ainda fazendo uso da palavra o Senhor Senador Romeu Tuma, Relator do item 4 da pauta: que "Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, que regulamenta a cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à operação de Paz na ONU em Moçambique (Onumoz), celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas. Colocado em votação, o Projeto é aprovado por unanimidade. Para relatar o item 5 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1997, que "Aprova o Texto do Acordo, por Troca de Notas, relativos a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996. Não havendo discussão o parecer é aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Senadora Benedita da Silva, designada Relatora em substituição ao Senhor Senador Humberto Lucena do item 06 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1996, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave. Feita a leitura do Parecer, que conclui por diligência junto à Câmara dos Deputados, e, ainda, pelo encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para análise de seus aspectos Constitucionais. Não havendo discussão é aprovado o Parecer. Em seguida, faz uso da palavra o Senhor Senador Carlos Wilson, designado relator do item 8 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1997, que, "Aprova o Texto do Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portu-

guesa, para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 20 de julho de 1995. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o Parecer. No prosseguimento, faz uso da palavra o senhor Senador José Agripino, Relator do item 09 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1997, que "Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo ao emprego assalariado dos familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no outro, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996. Colocado em votação, o Parecer é aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente da Comissão designa a senhora Senadora Benedita da Silva para que Relate, como Extra-Pauta, o Requerimento nº 248, de 1997, de autoria do senhor Senador Abdias Nascimento, que requer nos termos regimentais, que o Senado Federal apresente voto de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, a ser instalado no próximo dia 11 do corrente mês, nos termos do Protocolo de Lusaka, com a presença do Secretário Geral da ONU e outros Líderes Africanos. Colocado em votação o Requerimento é aprovado por unanimidade. Dando continuidade o senhor Senador José Sarney, determina que a reunião torne-se secreta para que sejam apreciados os seguintes itens da pauta: Mensagem nº 52, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor José Marcus Vinícius de Souza, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade Dominicana", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; Mensagem nº 62, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Pedro Paulo Pinto Assumpção, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; e, a Mensagem nº 63, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Luiz Antônio Jardim Gagliardi, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão", cuja Relatora é a Senhora Senadora Emilia

Fernandes. Reaberta a reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e; para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião.

Item nº 1:

Projeto de Decreto-Legislativo nº 14, de 1997, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Cooperação na Área de Transportes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba, em Havana, em 30 de janeiro de 1996.

É Relator o Senador Bernardo Cabral, a quem concedo a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – (Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Bernardo Cabral, perdoe-me interrompê-lo. Gostaria apenas de convidar o Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão, para fazer parte da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu já estava me sentindo importante aqui, Sr. Presidente, ao lado do Vice-Presidente.

Sr. Presidente, vejam V. Ex^a e os eminentes Senadores como se vai modificando aquela idéia antiga de proibir o relacionamento com países socialistas, notadamente Cuba. Hoje, essa cooperação está, mais uma vez, provada e comprovada e insere-se no contexto de nossa política externa.

Por essa razão, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto-Legislativo nº 14, de 1997.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Projeto de Decreto-Legislativo nº 19, de 1997, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas

que incorpora os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 5º do Acordo para Construção da Ponte São Tomé em São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires.

É Relator o Senador Pedro Simon, que não está presente. A matéria foi redistribuída ao Senador Joel de Hollanda. Pergunto se S. Exª pode oferecer o parecer.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – (Leitura do parecer.)

Portanto, Sr. Presidente, esse é o parecer de autoria do nobre Senador Pedro Simon, que tive a honra de ler e com o qual estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Consulto o Senador Pedro Simon se gostaria de aditar algumas palavras ao relatório, de sua autoria, que acaba de ser lido pelo Senador Joel de Hollanda.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, Sr. Presidente.

Lembro que foi na Cidade de Uruguaiana que V. Exª e o Presidente argentino assinaram o célebre Protocolo que agora se está transformando numa realidade.

Contei, naquela oportunidade, que aquela ponte – São Borja-São Tomé – era para ser feita na década de 30. Fiz-se vitoriosa a Revolução de 30; dias depois, os filhos de São Borja, que tinham vindo com Getúlio Vargas até o Rio de Janeiro, tiveram uma reunião marcada com o novo Presidente. E o Presidente agradeceu, porque os fazendeiros de São Borja tinham, inclusive, patrocinado aquela caminhada com inúmeras vacas, alimentação etc. Então, o Presidente perguntou o que poderia fazer para ajudar. E um fazendeiro mais jovem, com visão mais ampla, pediu a construção da ponte. E o intendente da Prefeitura mandou que ele calasse a boca e que não falasse bobagem e que o Presidente cuidasse do Brasil, que de São Borja cuidavam eles. E a ponte não saiu, nos 20 anos do Governo Getúlio; e não saiu até hoje.

E, dando oportunidade a Uruguaiana, precisava vir V. Exª, lá do Maranhão, para, tanto tempo depois, iniciar a construção da ponte. É essa a ponte que está saindo agora, uma ponte da maior importância, porque além de fazer a ligação do Brasil com a Argentina, São Borja-São Tomé, faz a interligação Atlântico-Pacífico. Vindo do Pacífico, pelo Chile, chega-se ao Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O Porto de Antofagasta, no Chile, do Pacífico, unindo ou ao Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, ou unindo aos portos do Paraná e de Santa Catarina.

Quero apenas dizer da satisfação de ver que o Governador Antônio Britto e o atual Presidente da

República, Fernando Henrique Cardoso, com o Presidente argentino, Carlos Menem, desenvolveram uma atividade que, durante algum tempo ficou parada, porque foi aberta a concorrência e ninguém apareceu, mas hoje já é uma realidade. E creio que V. Exª será convidado para a inauguração – se V. Exª me levar junto, talvez eu vá – dessa ponte no final do ano que vem.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Já que o Senador Pedro Simon está se referindo ao passado, eu cometeria uma omissão se não ressaltasse que S. Exª, como Governador do Estado, era o grande incentivador e reivindicante junto ao Governo Federal dessa obra de São Borja.

Há um provérbio chinês que diz que, quando vamos abrir um poço, devemos sempre lembrar de quem abriu o poço; quando vamos beber água no poço, devemos lembrar de quem o abriu. O Senador Pedro Simon, certamente, foi um daqueles que nos ajudaram a abrir esse poço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3:

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, que aprova o texto do Acordo sobre Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

É Relator o Senador José Bianco. Não estando S. Exª presente, peço ao Senador Romeu Tuma que seja o Relator da matéria.

O SR. ROMÉU TUMA – (Leitura do parecer.)

Portanto, o Relator, Senador José Bianco, é favorável, motivo pelo qual concordo com esse decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer, cuja conclusão é favorável. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, aprova o texto do Acordo por Troca de Notas que regulamentam a Cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército em uma Operação de Paz na ONU em Moçambique, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas.

É o Relator o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - (Leitura de parecer.)

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto-Legislativo nº 22, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e Srs. Senadores que aprovam, querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5:

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, no dia 16 e 17 de dezembro de 1996. Relator: Senador Carlos Wilson.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner.

Tem S. Ex^a a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER - (Leitura do parecer.)

Eu gostaria até, Sr. Presidente, nobres Colegas, de ressaltar a importância que esse projeto vai acarretar, principalmente em relação às enchentes que vêm ocorrendo sempre no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, mais precisamente em algumas cidades perto de Blumenau, cujas populações muito têm sofrido. Este projeto, que contempla também os Estados do Paraná, Ceará e, se não me engano, a Bahia, no que diz respeito a Santa Catarina será de suma importância. Eu gostaria de ressaltar este particular perante os Srs. Senadores da Comissão.

(Continua leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui pela aprovação do texto do acordo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6:

Projeto de Lei da Câmara nº 47. Altera a Lei nº 7.565, de 19.12.88, para incluir hipótese de destruição de aeronave.

Com a palavra a Senadora Benedita da Silva, em substituição ao Senador Humberto Lucena.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - (Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui com uma preliminar de diligência junto à Câmara dos Deputados para correção de um equívoco registrado na Ata. Se bem entendi essa conclusão, transformar em diligência.

Os Senadores que concordarem com a diligência permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A decisão será cumprida.

Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, no dia 16 e 17 de dezembro de 1996. Relator: Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - (Leitura do parecer.)

Em face do exposto, votamos pela aprovação do acordo de complementação econômica entre o Mercosul e a Bolívia, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo 24/94.

Este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, quero fazer um ligeiro comentário, em função de conversas privadas que tivemos. Quando o Senador Carlos Wilson entrou nesta sala, disse a S. Ex^a que talvez fosse interessante solicitarmos a inversão da pauta, no sentido de simbolizar que isso é uma prioridade da política externa brasileira: o fortalecimento do Mercosul e a sua ampliação. Isso representa hoje, nesse mundo globalizado, uma das alternativas mais significativas para essa região, e, em função da liderança que o Brasil exerce, essas questões do Mercosul devem receber de nós, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prioridade um.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.

Em votação.

Os Srs. Senadores e a Senadora Benedita da Silva, se aprovarem, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, que aprova o texto do acordo de cooperação consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, para proteção e assistência consular aos seus nacionais em terceiros países, celebrado em Lisboa, em 20 de julho de 1995.

Com a palavra o Senador Carlos Wilson, substituindo o Senador Artur da Távola.

O SR. CARLOS WILSON - Designado pelo Senador José Sarney, passo à leitura do relatório.

(Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo ao emprego assalariado dos familiares dos agentes das missões oficiais de cada Estado, celebrado em Paris, no dia 28 de maio de 1996.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, com exposição de motivos anexa do Sr. Ministro das Relações Exteriores, projeto que aprova o texto do acordo entre os Governos do Brasil e da França, relativo a emprego assalariado dos familiares dos agentes das missões oficiais de cada Estado no outro. O acordo é celebrado em Paris em 28 de maio de 1996.

Desejo destacar, Sr. Presidente, um trecho da exposição de motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, que diz o seguinte:

"O presente acordo, similar aos assinalados com os Estados Unidos da América, o Canadá e a Grã-Bretanha, em 1987, com a Argentina, em 1991, com o Chile, a Colômbia e o Uruguai, em 1993, e com a Dinamarca, Venezuela e Austrália, em 1994, e a República Dominicana, em 1995, refletem a ten-

dência atual no sentido de estender aos dependentes dos agentes das missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Com efeito, as novas gerações do serviço diplomático brasileiro reivindicam espaço profissional autônomo no exterior para os seus dependentes, cônjuges em especial, que reclamam atividades outras que a mera função de acompanhamento do funcionário transferido para outro país."

Quero destacar que o ato internacional bilateral ora destacado visa alterar **inter partes** com a república francesa norma que impede que parentes de agentes diplomáticos exerçam atividades profissionais no Estado acreditado. Trata-se evidentemente de uma moderna forma de realização funcional das relações diplomáticas, que, seguramente, será implementada em outros Estados em curto lapso de tempo.

Por essa razão, e pelo exposto, sendo o acordo sob exame oportuno e conveniente aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela sua aprovação."

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a Senadora Benedita da Silva para discutir.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, já havia dito ao Senador Agripino Maia que iria discutir esse projeto. Eu o invejo porque S. Exª foi o Relator e vou dizer por quê.

Em ocasião oportuna, apresentei um projeto, considerado inconstitucional, dado meus parcos conhecimentos regimental e constitucional. Naquela oportunidade, dizia que estava ocorrendo uma anulação da individualidade dos profissionais parentes de diplomatas.

Fui mal interpretada à época – como quase sempre –, tendo a mídia colocado que eu queria dar empregos ou que o País pagasse a conta das don docas, que eram as esposas dos diplomatas e seus parentes.

Por haver conversado bastante sobre o assunto de que ora trata o Relator com pessoas do corpo diplomático, enviei um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, expondo minha preocupação com relação àquela situação, dizendo, entretanto, que não teria condição de legislar sobre essa maté-

ria, mas entendendo que os acordos deveriam ser ampliados. Vejo agora, com satisfação, que já temos um bom número de adesões a essa idéia.

Eu gostaria muito que o Ministério das Relações Exteriores pudesse, realmente, celebrar acordo com os demais países, no sentido de que não fosse anulada a individualidade dos parentes dos diplomatas.

Louvando a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, quero colocar que a minha inveja com relação à relatoria é positiva, porque gostaria, eu mesma, de ter relatado o projeto. Disse a S. Ex^a que desejava discutir o projeto e S. Ex^a perguntou-me se eu seria contra. Agora, S. Ex^a está sabendo que a minha opinião é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As palavras de V. Ex^a enriquecem a discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, eu queria louvar o depoimento da Senadora Benedita da Silva. É notório que S. Ex^a realiza um bom número de viagens ao exterior, sempre em relevantes missões. É uma figura que todos reconhecemos como extremamente simpática e deve, nas suas passagens pelos países que visita, manter contato com as nossas embaixadas. Pôde, agora, prestar um depoimento de um fato que há algum tempo S. Ex^a observa, o que enriquece o nosso Parecer e o convalida, porque é a opinião de uma pessoa que tem vivido esse problema há muito tempo.

Agradeço a manifestação da Senadora Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa deve esclarecer que sempre estabelece critérios nas Presidências que tem exercido. Um deles, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi o de distribuir todos os processos da Comissão entre seus membros, do primeiro ao último, renovando-se conforme a entrada dos processos, a fim de que todos tenham oportunidade de participar das matérias.

Infelizmente essa matéria não foi atribuída à Senadora Benedita da Silva por conta desse critério de rodízio, que acredito salutar para toda a Comissão. Mas todos podemos discutir qualquer matéria, em qualquer momento, o que dá oportunidade também de os Senadores participarem dos debates.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Nenhuma crítica com relação à Presidência, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tenho sobre a mesa, requerimento, extrapauta, do Senador Abdias do Nascimento, apresentado no Plenário e que veio à Comissão de Relações Exteriores. Justifica-se a sua inclusão extrapauta pela urgência da matéria, uma vez que se trata de voto de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, que se instalará no próximo dia 11, amanhã. Seria importante que a manifestação da Comissão ocorresse antes dessa data.

Já distribuí o requerimento e peço à Senadora Benedita da Silva que relate e ao mesmo tempo dê o seu Parecer sobre o mesmo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Passo a ler o requerimento:

"Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a que o Senado Federal apresente votos de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, a ser instalado no próximo dia 11 do corrente mês, nos termos do Protocolo de Lusaka, com a presença do Secretário-Geral da ONU e outros Líderes africanos.

Esse Governo é fruto de acordo realizado pelo MPLA e a Unita, agora implementado, e que encerra uma longa guerra interna naquele país com o qual o Brasil tem laços históricos, culturais e de sangue."

O Senador Abdias do Nascimento, ao ter essa iniciativa, propicia-nos a oportunidade de ressaltar a importância dos investimentos do Brasil em relação aos países em guerra, além de lembrar-nos da oportunidade de contribuirmos para a instalação da paz.

Temos de ressaltar que o Brasil investiu muito em Angola e destacou-se entre os angolanos por sua contribuição. Poderíamos ter feito mais, mas o povo angolano reconhece o que já foi feito. A iniciativa do Senador Abdias do Nascimento só referenda essa nossa vontade de respaldar os atos daquele governo e também de ressaltar a importância do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola.

Tivemos, recentemente, uma iniciativa dessa natureza com relação à África do Sul, depois do apartheid, e que conduziu Mandela à Presidência da República.

Não posso deixar de reconhecer que, na Presidência da República, o Senador José Sarney, manifestou-se por várias vezes contrário ao apartheid da África do Sul.

Respalhada nas iniciativas do Presidente da República à época, tive oportunidade de manifestar-me na Assembléia Nacional Constituinte, propôndo o boicote, naquele momento, como uma ação pararadical, visando à libertação de Nelson Mandela. O Brasil não deixou de dar a sua contribuição, Mandela está lá, e nós estamos felizes com esse momento. Um outro fato mais recente é com relação à Moçambique.

Todas essas manifestações em prol da paz é importante para o País, e o Senado Federal, na iniciativa do Senador Abdiás do Nascimento, estará mais uma vez dando uma contribuição.

Por isso, Sr. Presidente, o meu Parecer é favorável ao requerimento do Senador Abdiás do Nascimento.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral para discutir.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, entendo que em um requerimento dessa natureza há que se fazer algumas reflexões. A primeira, é a oportunidade dele.

O Senador Abdiás do Nascimento foi de uma rara felicidade. S. Ex^a mostra a oportunidade do requerimento, ressaltada essa oportunidade no voto da eminentíssima Senadora Benedita da Silva, ao comprovar que se instala em Angola, depois de tanta luta fratricida, essa reconciliação nacional. Oportunidade maior que amanhã, na urgência dele. Esse acordo realizado entre o MPLA e a Unita, tão bem ressaltado pelo eminentíssimo Senador Abdiás Nascimento, só apresenta uma restrição, qual seja, a de que não tenha estado S. Ex^a aqui há mais tempo, ainda que tenha aqui chegado em circunstâncias dolorosas como foi a do desaparecimento de um companheiro nosso. Todavia, se o nosso Senador Abdiás Nascimento aqui estivesse, tenho certeza de que esse requerimento, como a luta toda dos líderes africanos, teria sido muito bem-sucedido.

Quero cumprimentar o eminentíssimo Senador Abdiás Nascimento e dar o meu voto favorável ao parecer pela manifesta oportunidade que a matéria encerra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A palavra continua franqueada. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Abdiás Nascimento, autor do requerimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Benedita da Silva, desejava manifestar também meu regozijo de viva voz;

porquanto mais do que qualquer outro nesta Casa sou um brasileiro de profundas ligações com Angola, de onde veio a maioria dos primeiros africanos escravizados para o Brasil. Foi exatamente do estoque banto que tivemos a grande influência, por exemplo, no nosso português; que tivemos os primeiros guerrilheiros de liberdade em todas as Américas, que foram os habitantes, os quilombolas de Palmares.

Angola tem feito uma doação, em trabalho, sangue e sacrifício, para a construção deste País, o que se constitui em uma dívida incomensurável do Brasil para com o povo angolano. Assim, esse voto representa muito pouco diante daquilo que o nosso País tem em débito para com Angola.

Eu queria também manifestar que, amanhã, ao se instalar o novo governo, o Governo brasileiro também estará presente. O Senhor Presidente da República já indicou o Embaixador Canabrava para representá-lo nesse ato, idéia, a meu ver, muito feliz por designar um ilustre embaixador para essa missão, porquanto S. Ex^a não será um estranho no meio.

Eu mesmo tive a oportunidade, em missão da Unesco em Angola, de testemunhar o trabalho muito positivo e competente desse Embaixador em um país que estava em guerra, um país rodeado por movimentos armados de libertação nacional. E, para minha agradável surpresa, tive encontros com os líderes da Libertação da Namíbia, na Embaixada do Brasil, a convite do Sr. Embaixador Canabrava. S. Ex^a não é embaixador que fica distante dos acontecimentos ou endossa o lado do aparentemente mais forte, não se comprometendo com aqueles que estão em minoria, lutando pelo resgate de sua independência e liberdade. O Embaixador Canabrava teve uma atitude que em nada desmereceu, pelo contrário, muito acrescentou à credibilidade do Brasil junto aos países africanos, já que, não esqueçamos - é preciso estar sempre na lembrança -, o Brasil foi um consistente votante contrário às resoluções da ONU a respeito da independência dos países africanos, sobretudo os chamados países lusitanos de além-mar que eram Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

É uma página realmente melancólica da nossa política exterior, visto que o Brasil esteve, durante todo esse processo, manietado à política salazarista de Portugal, naturalmente cumprindo o acordo de amizade por consulta que o Brasil tinha com Portugal. Um acordo muito esdrúxulo, porque um país poderoso como o Brasil ficou manietado por um acordo ou protocolo de consulta e amizade com um país

que tinha aquele tipo de relações exteriores que o mundo todo conhece e repudia.

Assim, é muito salutar que o nosso Governo esteja presente a esses eventos importantes do mundo africano, porque é preciso também recordar, finalizando, Sr. Presidente, que a África deu tudo ao Brasil, ela foi doadora de tudo ao Brasil, e o Brasil foi o beneficiário da África. Entretanto, é muito difícil que o Brasil se posicione de maneira positiva em relação à África.

Assim, concluo, parabenizando o nosso Presidente pela escolha do Ministro e agradecendo os votos que já foram externados aqui, favoráveis ao meu requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de submeter a votos, desejo solidarizar-me com o requerimento de V. Ex^a, porque não só fui um apoiador da paz em Angola, como também um militante dessa causa.

Acho que o Brasil cumpriu extraordinariamente bem o seu dever desde o momento em que foi o primeiro país que apoiou a independência de Angola, dando condições ao Governo do MPLA, o Movimento Popular para a Libertação de Angola, para que ele pudesse dar estabilidade ao País.

Durante o tempo em que fui Presidente, de todas as maneiras, procuramos ajudar o Governo de Angola para que ele tivesse estabilidade e, nos fóruns internacionais, nos empenhamos em defender a causa da paz em Angola. Depois que deixei a Presidência, nos fóruns internacionais de que participei, em todos tive a oportunidade de lutar para que o mundo visse a guerra de Angola, essa guerra cruel que era uma herança da guerra fria e que continuava mesmo depois do fim do confronto ideológico; uma guerra que foi feita e montada diante do interesse das grandes potências da época e que permaneceu, ocasionando aquilo que é uma humilhação para a humanidade: um terço da população de Angola hoje está mutilada por essa guerra fratricida.

E é com grande júbilo que todos vemos agora o estabelecimento de um governo de unidade. Lembro, neste instante, a figura de Agostinho Neto, que foi um grande homem, um extraordinário líder angolano, poeta – para ser grande líder, teria que ser também poeta –, que também teve a sua obra continuada por Milton Nascimento e por José Eduardo dos Santos.

Acho que esse requerimento expressa o sentimento de todos nós.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Sr. Presidente, uma palavra só.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pois não.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Não poderia também deixar de testemunhar que eu mesmo assisti à defesa de V. Ex^a, como Presidente da República, sobre essas teses nas Nações Unidas.

Assim, absolutamente, não quis fazer nenhuma referência ao seu Governo quando me referi ao distanciamento do Brasil em relação a Angola. E não somente nessa questão da África lá fora, no continente, mas também da África aqui dentro. Durante o seu Governo, tivemos várias conquistas porque tivemos o apoio de V. Ex^a, como, por exemplo, na questão da Serra da Barriga, que V. Ex^a ajudou a desapropriar, a tornar um bem da comunidade afro-brasileira.

Assim, quero dar esse testemunho também, para que não haja equívocos nas críticas que estou fazendo aos Governos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Mas jamais pensei que houvesse qualquer referência a mim. Apenas me manifestei porque essa é uma causa que me toca profundamente, a causa de Angola, país que conheço e admiro, conheço sua história, cuja luta acompanhei, e ao qual sou ligado por relações de amizade com todos os grandes líderes angolanos que participaram dessa luta.

O SR. ROBERTO FREIRE – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pois não.

O SR. ROBERTO FREIRE – Para lembrar que talvez tenha sido um dos únicos momentos em que nós, que resistimos à ditadura, tivemos que admitir – e, inclusive, aplaudir – que, mesmo na época do regime militar, o Governo Ernesto Geisel promoveu o reconhecimento, como o primeiro país, da independência e libertação de Angola. É importante salientar isso, porque, nessa questão, acho que a sociedade brasileira tenta resgatar tudo isso que foi de contribuição dos angolanos. Portanto, nada mais justo do que termos aprovado aqui um regozijo desse.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.

Os Srs. Senadores que aprovarem o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Antes de passarmos à reunião secreta para a aprovação dos nomes de dois embaixadores, que exerçerão, cumulativamente, os cargos junto à Re-

pública de Maurício e junto à República Eslovaca, tenho dois assuntos administrativos. Um ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dirigido ao Presidente da Casa, que o submeteu ao Plenário – conforme a praxe adotada – desde o tempo em que fui Presidente – de ouvir a Comissão de Relações Exteriores sobre a conveniência ou não destes convites recebidos pelo Senado: um convite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que o seu Presidente participe de uma reunião do Parlamento da América Latina, a se realizar na cidade de Santiago do Chile nos dias 4 a 6 de junho do corrente ano...

Acho que nada temos a opor. Podemos encaminhar ao Presidente da Casa para que ele comunique ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se o Plenário concordar, esse é nosso entendimento.

O outro requerimento veio de um convite para uma delegação brasileira ao Iraque. Como o convite é muito simples, creio que não oferece condições para que a Comissão examine quais os objetivos da viagem e quando seria realizada. Sendo assim, proponho à Comissão que devolvemos ao Presidente da Casa, a fim de que ele estude a conveniência ou não da ida dessa delegação e procure mais informações para que tenhamos condições de, então, opinar mais concretamente. Se todos estão de acordo, que se proceda assim. (Pausa.)

Assim será feito.

Muito obrigado.

A partir deste momento, vamos transformar a reunião em secreta. Peço aos presentes que se retirem da sala.

(A reunião torna-se secreta às 11h57min.)

(Levanta-se a reunião às 12h12min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

4ª Reunião (Ordinária), realizada em 23 de abril de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Bianco, Pedro Simon, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Roberto Freire, Emilia Fernandes, Joel de Hollanda, Bello Parga, José Al-

ves, Marluce Pinto, Ademir Andrade e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação do seguinte item da pauta: Mensagem nº 91, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luís Felipe de Seixas Correa, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina", cujo Relator é o Senhor Senador José Agripino. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador José Agripino, Relator da Mensagem. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Pedro Simon, Benedita da Silva e Roberto Freire. No prosseguimento Sua Excelência determina que a reunião torne-se secreta para que se proceda à votação. Reaberta a reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta a reunião.

Esta é uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores, que se reúne hoje, quarta-feira, neste horário, exclusivamente para examinar a Mensagem nº 91, de 1997, na qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Sr. Luiz Felipe de Seixas Correa, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina.

Peço ao Senador Hugo Napoleão que acompanhe o Sr. Embaixador até a mesa para que ele possa, na forma constitucional, prestar ao Senado os esclarecimentos sobre sua missão.

Já presente aqui na Comissão o Embaixador Seixas Correa, que vai desempenhar uma missão de extrema importância, desde que aprovado pelo Senado, de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina, país hoje da maior importância para o Brasil, dado o novo patamar do relacionamento entre nosso País e a Argentina.

Devo ressaltar, como testemunho, que o Embaixador Seixas Correa trabalhou durante algum tempo na Presidência da República e acompanhou a construção desse processo de integração latino-americano; portanto, estamos mandando à Argentina um homem extremamente qualificado, culto e que conhece perfeitamente todos os meandros de sua carreira, com uma larga experiência já em algumas embaixadas.

Com a palavra o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA -
Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra extraordinária poder comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado, presidida por V.Ex^a, a quem me unem laços muito antigos de amizade, em um período extremamente fértil e importante na minha vida profissional como seu colaborador durante três anos na Presidência da República.

Estou profundamente honrado pela indicação recebida do Presidente Fernando Henrique Cardoso para desempenhar, como titular, a missão diplomática do Brasil em Buenos Aires. Caso mereça a aprovação do Senado, pretendo entregar-me a essa tarefa com grande dedicação e entusiasmo.

V. Ex^a, em suas generosas palavras, adiantou um conceito que me parece fundamental, que é o da importância atualizada da relação entre o Brasil e a Argentina no contexto bilateral, no contexto regional e no contexto internacional.

O Presidente Fernando Henrique, há tempos, declarou que a relação com a Argentina representa a "pedra de toque" da política externa brasileira. Essa afirmação, tempos atrás, teria causado alguma controvérsia, hoje ela é recebida como a expressão de uma realidade que transformou completamente a relação bilateral, que tem um lado visível, que são os intensos fluxos de comércio, investimentos e cooperação bilateral, entre o Brasil e a Argentina, e que tem também um lado invisível, digamos assim, igualmente importante, que é dado pelo seu conteúdo estratégico. Ou seja, o fortalecimento da segurança política, econômica e social dos dois países, o reforço das suas respectivas posições no mundo e a consolidação de condições mais efetivas de convivência e cooperação na América do Sul.

Existe hoje o que eu chamaria de uma verdadeira aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Quando se tem em conta o passado das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, dá-se um valor, tem-se a consciência exata do que significa, de

como se evoluiu historicamente para chegar à situação que desfrutamos hoje.

No período colonial, fim dos territórios que depois transformaram nos Estados do Brasil e da Argentina, viveram sobre a tensão, fruto dos antagonismos das potências ibéricas colonizadoras; durante o Século XIX, depois da independência, a desintensão entre os regimes que se implantaram nestes dois países, a monarquia centralizadora no Brasil e a República na Argentina, somada aos antagonismos herdados ou certos automatismos herdados do período colonial também impediram que se forjasse um espírito de cooperação entre os dois países.

Na realidade, o primeiro momento de aproximação entre o Brasil e a Argentina ocorreu no final do Século XIX, já sob a República do Brasil, e o que é muito interessante, inspirado e liderado pela diplomacia presidencial. O primeiro exercício do Brasil em matéria de diplomacia presidencial foi uma troca de visitas, em 1899, do Presidente Julio A. Roca, da Argentina, ao Brasil, e, em 1900, a visita de retribuição do Presidente Campos Salles a Buenos Aires. Quanto à essa troca de visitas, encontrei recentemente um registro extenso num livro editado pelo governo argentino, em 1902, o que mostra que já havia aí uma grande consciência da importância dessa aproximação.

Uma frase do Presidente Roca, que me parece sintetizar ou prenunciar de uma forma extremamente positiva o que viria a ser o quadro de integração entre os dois países. Disse o Roca, em resposta a uma saudação do Senador Quintino Bocaiúva, que liderava uma missão parlamentar, que fora recepcionado no Rio de Janeiro:

"O Brasil e a Argentina deveriam unir-se com os laços da mais íntima amizade, porque juntos serão ricos, fortes, poderosos e livres."

Esta foi uma frase de 1899, quando a idéia de integração, o conceito de integração não existia, não havia sido formulado. Mas as lideranças civis brasileiras e argentinas já percebiam naquele momento o potencial imenso da relação e a necessidade dessa união. "Juntos seremos ricos, fortes, poderosos e livres." Enfim, é o prenúncio do Mercosul, digamos assim.

Agora, essa visão custou muitíssimo a ser materializar, porque entre a premunição Roca-Campos Salles e o que finalmente veio a ser o processo de integração à Argentina, já na década dos 80, passamos por períodos de muita separação, de suspeitas, de antagonismos, de uma certa forma estimulados

por pensamento ultrapassado de inspiração estratégico militar de segurança dos dois países. E também pela própria maneira como as duas economias se inseriam no mundo, com modelos autárquicos, com tendência autárquica, substituição de importações, uma certa competência que, em muitos casos, chegou a relações de tipo adversativa. Houve alguns momentos fugazes de entendimento durante o período Vargas, houve o espírito de Uruguiana entre os Presidente Jânio Quadros e Arturo Frondizi, mas a integração, o que chamaria de paradigma da integração, que foi prenunciado na troca de visitas Campos Salles-Roca só veio a prevalecer nos anos 80, quando os dois países voltaram a se encontrar sobre a democracia e, novamente, sobre o impulso de uma diplomacia presidencial forte. Isto é muito interessante. A superação das áreas de atrito e de desconfiança recíproca, como era o caso da política nuclear, constituiu todo o processo de afirmação da integração constituiu um dado importante para o Governo José Sarney e para o Governo Raúl Alfonsín, dentro do quadro da própria consolidação do poder civil nos dois países, que se realizavam então.

Os Presidentes Sarney e Alfonsín consolidaram a integração, atualizaram a visão estratégica prenunciada, no início do Século, por Roca e Campos Salles e, mediante a concepção e implementação de uma série de políticas de cooperação, simbolizadas no instrumento matriz que é a declaração de Foz do Iguaçu, de novembro de 1985, mudaram o signo da relação e deram origem ao atual processo.

Passou-se do que eu chamaria de uma relação de tipo competitivo-adversativa, freqüentemente antagônica, para uma relação competitivo-cooperativa de vocação integradora, de uma relação que se nutria de desconfianças para uma relação que se orienta por visões compartilhadas e iniciativas conjuntas. Foi uma verdadeira mudança de mentalidades e atitudes. O projeto foi político na sua origem, mas incorporou uma ampla densidade econômica e social.

Obviamente, administrar essa relação representa um desafio inédito, extremamente complexo tanto para o Brasil quanto para a Argentina. A interação entre os dois países não tem precedentes: é rápida, instantânea, transbordante, praticamente ilimitada, incorpora todos os segmentos do Governo, todos os segmentos da sociedade civil, há uma parceria renovada a cada dia pela descoberta de oportunidades de negócios, de cooperação, em suma, de todo um universo de possibilidades que a contigüidade física e, sobretudo, a convergência de interesses,

que é muito importante, tornou espontânea e natural. O diálogo hoje é franco, incessante e tem sido capaz de conduzir à superação dos problemas específicos que ocasionalmente surgem na relação devido ao próprio volume da integração entre as duas economias.

O quadro político e econômico da Argentina é de estabilidade, o Presidente Carlos Menem foi eleito em 1989, numa composição política ampla que integrava todos os setores tradicionais do peronismo e a elite empresarial Argentina; enfrentou um primeiro ano ainda um pouco tumultuado, com restos de inquietação militar e alguma instabilidade econômica. Mas a partir do chamado "Plano da Conversibilidade", em 1992, tomou a iniciativa de reformas e implantou uma série de medidas de cunho modernizador na Argentina; redefiniu-se o papel do Estado, a abertura comercial, as privatizações e consolidou-se um grande ganho, que é o da estabilidade monetária.

O êxito das reformas aprovadas pelo Presidente Menem, propiciou um entendimento amplo na Argentina, o chamado "Pacto de Olivos" entre o Presidente Menem e o ex-Presidente Alfonsín, no marco em que se acordou a possibilidade de reeleição. O Presidente Menem se reelegeu com facilidade e tem um mandato até 1999.

A estabilidade da moeda argentina trouxe de volta a credibilidade internacional e abriu caminho para uma série de reformas, como a reforma do Estado e a rápida privatização de grandes empresas públicas argentinas, a ser completada proximamente com os aeroportos e correios.

A Argentina hoje, pode se dizer, é um país que praticamente concluiu um ciclo de reformas e desenhou um modelo econômico aberto aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, sem restrições a investimentos estrangeiros, com seus serviços de infra-estrutura básica privatizados e voltado para a busca de maior competitividade e produtividade. Tudo indica que a Argentina já superou a recessão provocada pelos efeitos da crise mexicana, no final de 94, e está ingressando num novo ciclo de crescimento sustentado.

O Brasil, que hoje é o principal parceiro da Argentina, deve estar preparado para intensificar ainda mais sua presença nos mercados argentinos.

A política externa, por sua vez, desde a implantação do plano de conversibilidade, foi colocada a serviço, digamos assim, do projeto de modernização do País. As linhas mestras da política externa argentina são a retomada de vínculos de plena confiança

com os países desenvolvidos, em geral, e com os Estados Unidos, em particular, bem como o fortalecimento das relações com seus vizinhos territoriais – Brasil e Chile.

Se bem que já tivesse começado com o Presidente Alfonsín, sobretudo no que diz respeito ao Brasil e ao Chile, a redefinição da política exterior Argentina tomou forma concreta na administração Menem; neste governo a Argentina reafirmou a sua condições democrática, deixou o movimento não alinhado e procurou afinar-se com o Ocidente. Passou a cooperar estreitamente com os Estados Unidos, participou de várias operações das Nações Unidas, em particular da Guerra do Golfo, retomou as relações com a Grã-Bretanha e passou a procurar alianças capazes de favorecer as políticas econômicas ortodoxas que estavam se implantando no país, sobretudo com os países da UCD.

Renunciou às veleidades de autonomia bélica, nuclear, balística e consolidou a inversão do signo das relações com o Brasil.

O Brasil, nesse universo da política exterior da Argentina, ocupa hoje um papel absolutamente primordial. O indicador mais evidente da intensificação das relações bilaterais é o comércio, cuja evolução nesta década é notável. Em 1991 os dois países comercializavam um total de US\$3 bilhões, em números redondos; em 1996, chegamos a US\$12 bilhões, ou seja, de três para doze, um aumento de 400% em cinco anos. É um comércio, portanto, que ultrapassa o volume de US\$40 milhões por dia. Para citar alguns exemplos: só o Estado de São Paulo importa mais da Argentina do que todo os Estados Unidos; o Nordeste brasileiro é o quinto maior destino das exportações argentinas, à frente de países como a própria França e a Grã-Bretanha. É notável o que em cinco anos se pôde gerar quando se abriram as portas anteriormente fechadas pela política.

A tendência do comércio – um tema que se discute muito, atualmente, tanto no Brasil quanto na Argentina – é para o equilíbrio, a análise dos números é muito clara. Há oscilações em função da conjuntura econômica de cada país, mas a tendência é para o equilíbrio.

Nesse mesmo período que estamos analisando, de 91 a 96, o Brasil teve saldo favorável em três anos, 92, 93 e 94, e a Argentina em três anos, 91, 95 e 96; no total, ou seja, nesses últimos seis anos, há um saldo total favorável à Argentina de cerca de US\$500 milhões, o que revela, na realidade, a tendência ao equilíbrio.

Nesse período o Brasil se tornou, como País individual, o principal parceiro comercial da Argentina. As cifras de 96 indicam que o mercado brasileiro absorveu US\$6,5 bilhões de mercadorias argentinas, que representam cerca de 30% do volume total de exportações da Argentina. Esse valor é superior ao total das exportações argentinas para toda a União Européia, que é de US\$4,5 bilhões, e também para os três países do Nafta, que são US\$2,2 bilhões. O Brasil passou a ser também o principal País provedor da Argentina. As importações argentinas do Brasil estão hoje na casa de US\$5,3 bilhões, que são praticamente equivalentes ao que a Argentina importa dos três países do Nafta e ligeiramente inferior ao que a Argentina importa de todos os 15 países da União Européia. É algo de grande magnitude, de grande importância para os países.

A tendência é para a complementabilidade, naturalmente porque quando uma corrente de comércio dessa magnitude se instala é porque há complementabilidade entre os dois mercados, coisas que se produz de maneira mais eficiente num do que outro e que se complementam nas trocas, na própria distribuição dos setores.

E não é de se esquecer, também, a importância que representou o fato de o Brasil ter reorientado as suas compras de petróleo na América do Sul. Hoje, a Argentina é o nosso principal supridor de petróleo; a Venezuela é o terceiro.

Junto com o comércio, o que vêm? Os investimentos. Hoje, há mais de 350 empresas brasileiras operando na Argentina, e os investimentos diretos brasileiros naquele país ultrapassam, segundo os últimos dados, a casa dos US\$2 bilhões.

Muitas empresas estão apostando firme no mercado argentino. O Banco Itaú está instalando 31 agências só em Buenos Aires, até 98; a Brahma já é a segunda cerveja mais consumida na Argentina; a Petrobrás acabou de firmar contratos importantíssimos para operação e implantação na Argentina; a Empresa Ceval é, hoje, a maior processadora de soja na Argentina. Enfim, mais de 100 empresas argentinas, por sua vez, também estão, hoje, instaladas no Brasil.

Há, portanto, a face comércio/investimentos, que é a mais visível nesse processo de integração e que trouxe consigo uma série de outros fatores de aproximação. Hoje, por exemplo, somando-se os vôos diretos e os vôos de companhias que têm liberdade entre Brasil e Argentina, há cerca de 22 vôos diários entre cidades argentinas e cidades brasileiras. O Brasil já é o principal destino para o exterior,

para os turistas argentinos; as televisões brasileiras chegam por cabo a todos os receptores argentinos; há sete correspondentes brasileiros em Buenos Aires, toda a atualidade brasileira, todos os acontecimentos relevantes no Brasil são noticiados, comentados e discutidos na Argentina.

Há um grande interesse pela língua portuguesa, que se tornou, inclusive, obrigatória na academia diplomática e nas academias militares argentinas. O Estado do Rio Grande do Sul tem um escritório de representação em Buenos Aires, tal a soma de interesses que se gerou nesse intervalo.

Isso constituiu, portanto, uma agenda bilateral extremamente ampla. Poderemos, mais adiante, tecer alguns detalhes, mas valeria a pena levantar, neste ponto da sabatina, uma idéia do que está se fazendo, por exemplo, em termos da integração física, que é a base do mercado comum que se está buscando formar na Argentina. É o nosso espaço comum.

Estamos avançando muito rapidamente na interconexão e ampliação de redes de infra-estrutura de transportes, de energia e de telecomunicações. Há projetos importantíssimos, como a hidrovia Paraná-Paraguai, a construção de uma densa malha de aviação regional, o aproveitamento do gás argentino na matriz energética brasileira e a compra de excedentes de energia elétrica argentina. Nesse contexto da interconexão energética, que é o projeto mais em evidência no momento, há um interesse do Brasil em consumir um eventual excedente de energia elétrica da Argentina, e o interesse argentino em colocar no Brasil os seus excedentes de gás natural, das jazidas setentrionais.

Vai-se privatizar a usina hidrelétrica de Yaciretá, e isso vai ser viabilizado pela absorção, pelo Brasil, de parte considerável da energia que vai ser gerada por esse empreendimento binacional argentino-paraguaio.

A curto prazo, está-se contemplando a construção de uma estação conversora de freqüência, que vai permitir a interligação energética entre os dois países e a construção de uma usina termelétrica em Uruguaiana. A médio prazo, há o projeto já antigo, mas que agora está novamente ativado, da construção da usina hidrelétrica de Igarabí(?) sobre o rio Uruguai, num empreendimento binacional.

Há cerca de 15 dias, a Petrobrás e a empresa petrolífera argentina YPF assinaram dois contratos importantíssimos. Um prevê a atuação integrada das duas empresas no mercado regional em termos de industrialização e comercialização de derivados de

petróleo, e outro, em associação com a empresa The Dow Chemical Co., é para o aproveitamento do gás argentino. São investimentos no total de US\$1,4 bilhões entre as duas empresas. Na região da fronteira, estão avançando rapidamente no estabelecimento de uma antiga demanda gerada pelo próprio aumento do comércio bilateral, que é o considerado controle integrado das fronteiras, que permite a administração da passagem de bens, pessoas e mercadorias sem os entraves burocráticos que entorpeciam no passado. Vão ser instalados esses controles integrados nas fronteiras Uruguai/Passo de los Libres e Puerto Iguazu/Foz do Iguaçu. E se definem já também condições para esse controle integrado em outros pontos, em princípio, Capanema, Bernardo, (?) Cerqueira e São Borja/São Tomé. Está em fase final de construção a ponte São Borja/São Tomé e espera-se a pronta habilitação da ponte sobre o rio Santo Antônio, que liga as cidades de Capanema, no Paraná, a Andrecito, na Província de Missões, na Argentina.

Há várias ligações terrestres em plano, em diferentes estágios de planejamento e de concepção. As principais são Itaqui/Alvear, Porto Xavier, em San Xavier, Porto Mauá/Albafoz(?), (?)/Vera Cruz e Porto Soberbo, em Soberbo. Está-se negociando um novo convênio para o transporte fluvial que deverá agilizar esses mecanismos, via iniciativa privada, ficando os Governos com a parte de fiscalização e controle. Há cooperação na área espacial, estamos desenvolvendo junto com os argentinos um satélite para informações sobre água, agricultura e meio ambiente, chamado SABIA, e também na área nuclear, os avanços que foram, hoje, a famosa agência brasileira-argentina de unidade(?) e controle completa agora seis anos, com grande êxito. Isso estimulou a possibilidade de cooperação em diversas outras áreas ligadas à energia nuclear, como o projeto de reatores e produção radiológica e de segurança nuclear, além de outras coisas.

Há um entendimento muito firme e positivo entre as forças armadas dos dois países, que têm participado de manobras conjuntas com a finalidade última o planejamento de operações e eventual participação conjunta em forças de paz das Nações Unidas. A nova política de defesa nacional, anunciada pelo Governo brasileiro, foi, segundo todas as nossas informações, muito bem recebidas na Argentina.

Não há dúvida de que, praticamente, tudo isso que foi possível fazer – eu gostaria de dar só uma imagem dos principais projetos que estão em andamento – se deve ao êxito do Mercosul. A dimensão

do Mercosul, na realidade, passou a constituir um elemento indissociável do relacionamento bilateral entre Brasil e Argentina. É o Mercosul que nos dá o marco internacional distintivo dessa relação bilateral e que confere à relação uma personalidade regional e internacional de primeira grandeza, ao mesmo tempo em que promove, estimula e orienta a própria integração. O Mercosul foi constituído a partir do Tratado de Buenos Aires, em 1988, que estabeleceu o mercado comum entre Brasil e Argentina. É, portanto, o fruto mais evidente daquilo que eu chamaria da aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Nasceu de uma visão política e, em muito pouco tempo, transformou-se em uma realidade em expansão que passou a vincular os mais diferentes setores dos países que integram. Tendo sido o elemento que deu origem ao Mercosul, a aliança Brasil-Argentina deve continuar a ser a sua base fundamental de sustentação, dela depende o aprofundamento do Mercosul e a capacidade deste para enfrentar os desafios interpostos, hoje pelo que se poderia chamar dessa disjuntiva regionalismo versus globalização. Em particular, num futuro que já se torna bastante imediato, a capacidade do Mercosul de fazer face aos desafios impostos pela negociação da chamada área de livre comércio das Américas, a ALCA. Trata-se, evidentemente, de desafios muitos poderosos e que exigirão do Brasil e da Argentina um grau bastante acentuado de sintonia. Qualquer processo de integração hemisférico como o da ALCA passa, necessariamente, pelo entendimento entre o Brasil e a Argentina.

Em matéria de política comercial externa não há a menor dúvida de que a parceria bilateral representa um elemento chave tanto para um quanto para o outro parceiro.

Todavia, para o aprofundamento da Mercosul, qual é o principal desafio? Acho que o principal desafio é a nossa capacidade, neste momento, de desenvolver mecanismos eficientes de coordenação e informação que, numa palestra recente em Buenos Aires, o Ministro Lampeira chamou de a cultura do Mercosul; ou seja, desenvolver nos nossos meios governamentais e empresariais privados uma cultura do Mercosul, uma capacidade de pensar na dimensão da integração regional em todo o processo de tomada de decisões.

Isso ficou muito evidente em episódio recente, à luz das medidas de proteção cambial tomadas pelo Brasil para impedir a especulação financeira com importações e a reação que esse episódio gerou nos setores argentinos que se sentiram prejudicados.

Esse tema da informação e da coordenação será, sem dúvida, um dos mais relevantes e sensíveis da agenda bilateral.

A título de conclusão, Sr. Presidente, eu diria que a densidade da agenda bilateral e o nível que atingimos nas relações demonstram a existência de uma recepção recíproca em que os dois países, Brasil e Argentina, se tornaram mutuamente indispensáveis. Cada um para desenvolver plenamente o seu projeto de desenvolvimento, seu projeto nacional, passou a depender do outro. Criou-se o que se chamaria de um processo de interdependência, no sentido mais positivo do termo. Uma situação em que os interesses estão tão fortemente interligados que todas as grandes decisões de um afetam direta ou indiretamente o outro. É uma situação, portanto, que demanda uma sensibilidade especial de parte a parte para discernir com precisão as áreas em que esses interesses se entrecruzam e um sentido de oportunidade permanente para que se possa manter a coordenação das políticas.

A questão, hoje, na realidade, não é nem de saber se essa aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina convém ou não. Essa questão já está respondida favoravelmente.

E ainda uma vez voltamos ao tema da diplomacia presidencial sobre a liderança dos Chefes de Estado. Há um entendimento permanente, constante e muito positivo entre os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, e esse entendimento tem assegurado a continuidade e a solidez do processo. O desafio que temos pela frente, neste momento, é determinar em que ritmo e em que áreas prioritárias essa aliança deve se aprofundar, sobretudo à luz dos exemplos que temos tido, assim como superar e enfrentar eventuais acidentes de percurso que possam surgir. Acidente de percurso algum nos impedirá de prosseguir, de avançar. Num processo de integração Brasil-Argentina, estacionar equivale a regredir. É preciso avançar equilibradamente, garantir sempre a continuidade do processo e manter a dinâmica da integração.

Trata-se, portanto, eu diria, de uma relação a ser administrada com extremo cuidado, o que nem sempre é fácil, sobretudo porque os instrumentos de gerenciamento dessa relação, na medida em que são novos, são situações novas para ambos os países; estão sendo desenvolvidos na medida em que o processo avança. Em muitos casos, há um aprendizado empírico, eu diria até experimental, com mecanismos de administração conjunta numa infinidade de relações, muitas vezes imprevisíveis, e situações

que vão se colocando diante dos dois países, à medida que o processo avança e os diferentes setores do Governo e da sociedade interagem com mais intensidade.

Por todas essas razões, acho que Buenos Aires é, hoje – eu hesitaria em dizer mais do que nunca, não sei fazer nenhum tipo de comparação –, um posto-chave para a diplomacia brasileira. Caso minha indicação venha a ser aprovada pelo Senado, eu pretendo conduzir a Embaixada dentro da orientação traçada pelo Presidente da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, qual seja, consolidar e aprofundar a aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina, dando seguimento a uma missão de grande qualidade e de muito êxito, que teve à frente da Embaixada, nos últimos cinco anos, o Embaixador Marcos Azambuja.

Imagino que o trabalho da Embaixada deveria se centrar em alguns objetivos essenciais, que eu sintetizaria para os Srs. membros da Comissão: 1) apoiar, proteger e ampliar os interesses brasileiros na Argentina, mediante a permanente identificação de oportunidades de comércio, de investimento e de cooperação; 2) projetar a imagem do Brasil no Governo e na sociedade civil argentina como um parceiro confiável, plenamente empenhado na construção e na consolidação da relação bilateral; 3) abastecer o Governo brasileiro de informações e avaliações sobre os diferentes aspectos da realidade argentina, de maneira que as decisões brasileiras sobre temas que tenham uma repercussão ou um interesse comum possam incorporar aquilo que poderíamos chamar de variável argentina; ou seja, a dimensão da interdependência; 4) articular com o Governo e com representantes da sociedade argentina o melhor modo de neutralizar riscos e encaminhar problemas que possam ocorrer, mediante o exercício da diplomacia preventiva; 5) promover maior conhecimento recíproco entre os dois países, tanto a nível de interação entre os dois governos quanto da sociedade civil e estimular ainda mais – o que acho particularmente importante nessa altura do processo de integração – o aprofundamento dos vínculos entre os Poderes Legislativos dos dois países; 6) promover e apoiar os esforços de integração levados a cabo pelos Governos do Cone Sul, juntamente com as províncias argentinas Corrientes, Entre Ríos, Misiones e Formosa; e, finalmente, promover e apoiar as iniciativas tendentes a vincular ainda mais estreitamente os Estados do Norte e do Nordeste do Brasil ao processo de integração.

São objetivos genéricos, mas creio que sintetizam apropriadamente o sentido geral da missão que se pretende desenvolver em Buenos Aires.

Se V. Ex^a me permite uma palavra pessoal, como diplomata de carreira e tendo tido a experiência anterior de duas embaixadas importantes, eu diria que nenhuma tarefa, neste momento, me seduz e me mobiliza mais do que poder contribuir para o aprofundamento dessa aliança e dessa relação estratégica da maior importância para os dois países, para cada um, individualmente, para toda a nossa região e para a nossa projeção no mundo.

Como comecei recapitulando a história, eu gostaria de terminar também com uma citação histórica:

Houve a troca de visitas presidenciais entre os Presidentes Rocca (?) e Campos Sales, em 1912. O Barão do Rio Branco tinha acabado de morrer, deixando um grande vazio na Diplomacia brasileira, enfim, na vida pública brasileira em geral. O Ministro das Relações Exteriores, que assumiu o Itamaraty – carga pesadíssima – após a morte do Barão, Lauro Müller, teve a idéia de pedir ao velho Presidente Campos Sales que saísse dos seus cuidados e fosse exercer a função de Ministro Extraordinário e Pleno Potenciário do Brasil na Argentina – naquela época, não havia embaixadores, as embaixadas não existiam, eram legações. Era uma missão de prestígio, que o Governo brasileiro via com muita importância, para buscar recuperar aquele dinamismo, aquele ímpeto que se havia criado com a troca de visitas presidenciais.

A principal instrução que o Ministro Lauro Müller deu a Campos Sales foi a de se deixar ver passeando todas as tardes pela Calle Florida, ao projetar a imagem da importância, da dignidade e a imagem que ele tinha gerado como fator de aproximação da Argentina pela sua própria visibilidade.

Campos Sales exerceu muito bem essa função, por um período curto: ficou três meses e meio apenas na Argentina, mas deixou uma marca muito profunda.

Encontrei também no fim do discurso de Campos Sales, ao assumir sua missão, no seu primeiro ato oficial, uma afirmação que complementa a afirmação do Presidente Rocca (?), que dá o outro quadro importantíssimo do que é, continua a ser e continuará sendo a base fundamental da relação bilateral.

Rocca havia prenunciado o paradigma da integração, ao falar como o Brasil e a Argentina juntos seriam mais ricos, mais poderosos. E Campos Sales falaria na importância da relação para o equilíbrio continental.

Creio que, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, fica mais e mais evidente essa dupla dimensão da relação Brasil/Argentina.

Campos Sales dizia: "Esses laços de solidariedade que têm aproximado as duas nações, Brasil e Argentina, são os mesmos que as vinculam pela identidade dos seus vastos destinos como forças de equilíbrio na política continental".

Integração e equilíbrio são os dois grandes paradigmas anunciados pela nossa Diplomacia presidencial, no começo do século, que devem continuar, acredito, a nos inspirar na condução e na atualização permanente dessa relação estratégica para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Embaixador Seixas Correia não as palavras com que vem manifestar o seu conhecimento sobre a Argentina, mas porque essa é uma obrigação constitucional dele e do Senado.

O valioso subsídio que oferece à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para aprofundar o seu exame das nossas relações com a Argentina.

Foi um trabalho em que demonstra aquelas qualidades que lhe são permanentes, não somente de inteligência, de cultura e de experiência, mas de um homem estudioso, profundo, exato nas suas afirmações, como também de um estudioso permanente e capaz de, sucintamente, nos transmitir e nos dar uma visão não só das relações do passado e do presente mas também do futuro.

Acredito que a missão que o Embaixador Seixas Correia recebe é a mais importante missão de natureza diplomática que tem o Brasil. Considero nossas relações com a Argentina ponto fundamental para as relações exteriores brasileiras.

Há muitos anos visitou o Brasil o Presidente Carter, e, alguns dias depois, visitava o Brasil o Presidente Andrés Pérez, da Venezuela. Fui o orador, nesta Casa, que saudou o Presidente Carlos Andrés Pérez e, de certo modo, choquei o Senado quando disse que a visita dele era mais importante para o Brasil do que a do Presidente Carter, porque eu considerava que as nossas relações com países do continente sul-americano são as mais importantes e prioritárias que tem o nosso País.

Tudo o homem pode mudar, menos a geografia. Estamos na América do Sul, não condenados, mas agraciados por viver com os países com os quais estamos vivendo. O Brasil tem fronteiras com

dez países e nossas relações sempre foram profundamente amistosas.

Havia em relação ao Brasil uma retórica, ao longo de toda a sua história, da boa vizinhança, de vizinhos-irmãos. Mas, na realidade, os nossos olhos eram voltados permanentemente para o Norte, para o Atlântico, para a Europa, para os Estados Unidos, enfim, para o Hemisfério Norte.

Como intelectual, como estudioso da História, levei para a Presidência da República essa contribuição, que, talvez, tenha sido modesta, mas que considero muito importante para o Brasil: a visão de que devíamos mudar o nosso relacionamento com a América do Sul.

E logo que assumimos a Presidência da República, já no mês de agosto, dávamos instruções ao Itamaraty para que, imediatamente, procurasse dar uma nova formulação a essa política. E preparamos com uma rapidez muito grande o encontro de Iguaçu, quando tive oportunidade de propor ao Presidente Raul Alfonsín essa mudança significativa nas nossas relações: a de abandonarmos o caminho da competição para entrarmos no caminho de uma cooperação estreita e de profunda integração.

E devo, aqui na Comissão – acho que é importante para o exame das nossas relações com a Argentina no momento em que aprovamos o nome do Embaixador para aquele país –, dizer que se não fosse a presença de Raul Alfonsín como Presidente da Argentina, seria impossível que tivéssemos mudado essa política dessa maneira. Não bastava que o Presidente do Brasil tivesse essa visão, era preciso que estivéssemos no momento histórico de haver um homem, na Argentina, com a mesma visão. E foi essa conjugação do mesmo enfoque que possibilitou essa mudança extraordinária, hoje refletida na consolidação das relações do Mercosul.

Devo fazer também uma afirmação que é de justiça: já na campanha, o Presidente Menem teve a gentileza de escrever-me – eu então era Presidente da República – para dizer-me que fazia parte de sua plataforma de candidato a manutenção dessa direção no relacionamento do Brasil com a Argentina.

É da autoria do prefeito de Uruguaiana uma frase que eu acho importante, porque reproduz o sentimento de todos nós: "Nada foi mais importante depois da independência dos nossos países do que realmente a criação da integração sul-americana". Isso que hoje é o Mercosul com quatro países, na nossa visão, amanhã será, sem dúvida, um espaço econômico que abrangerá toda a América do Sul. E devemos estar presentes para sermos uma força au-

tônama, sem dependências, quando tivermos a oportunidade de examinarmos o problema da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas – em 2004.

Assim, Sr. Embaixador, também teria algumas referências a fazer, neste instante, sobre as minhas preocupações, as quais considero ser do meu dever dizer-las a V. Ex^a que vai assumir esse cargo. A primeira delas é o fato de que quando o Mercosul foi criado pelo Brasil e pela Argentina, com a aprovação dos nossos Congressos, a nossa visão era a formação de um mercado comum. Isto é, não era uma visão meramente econômica, era uma visão cujo exemplo era o europeu. Um visão que se derramasse também numa integração cultural, política, física e que tivesse organismos supranacionais capazes de envolver a sociedade nesse processo, para atingir aquilo que V. Ex^a disse do Ministro Lampreia, de criar-se uma cultura da integração latino-americana.

Vejo, não digo com preocupação, mas pela necessidade de acompanhamos o processo, uma tendência para que o Mercosul se transforme simplesmente numa área de livre comércio. Essa correção de rumos temos que, permanentemente, fazer, para que não fiquemos somente nas conquistas econômicas.

Outra preocupação que tenho, e acredito que é a de todos nós, brasileiros, é o fato de que, permanentemente, à proporção que o Mercosul se consolida, ele se torna um concorrente dos outros espaços econômicos. Com isso, evidentemente, vamos sofrer, a partir de agora, como já estamos sofrendo, alguns problemas que têm por objetivo nos separar, desintegrar o que foi construído com tanto esforço.

Há alguns dias, fui à Argentina participar de um seminário sobre a integração do Continente, objetivando ajudar nessas relações, com a responsabilidade de um ex-Presidente da República. Coincidencialmente, depois de ter lido as declarações do BIRD contrárias ao Mercosul, as declarações do Secretário do Comércio Norte-Americano sobre o Mercosul, li as do economista Dombusch, que acompanhava o Encarregado de Negócios da Embaixada Americana à Argentina, no sentido de que a Argentina era um país destinado a um grande futuro, e que havia um perigo: o Brasil.

Ora, esse é o renascimento da velha retórica que conseguimos sepultar. Devemos estar alerta para que jamais isso possa medrar ou voltar a ter qualquer circulação no Brasil ou na Argentina. O tratado que fizemos é definitivo, não tem volta, portanto, só há um perigo para nós: a separação dos nossos países, a volta das nossas divergências.

Por isso, V. Ex^a, na Embaixada da Argentina terá que ajudar o Governo brasileiro com a sua capacidade e a sua experiência a, sobretudo, resolver esses problemas cotidianos, de divergências comerciais, mas que devemos manejar com aquele mesmo espírito com que os países que têm o nível e o patamar das relações que temos com a Argentina tendem a manejar: abandonar as fórmulas para caminhar na diplomacia presidencial, na aproximação que hoje existe entre os nossos países. A nossa relação é normal e absoluta.

Mandei a todos os Srs. Senadores um dossier sobre a Argentina e, a partir de agora, vou fazer o mesmo todas as vezes que tivermos embaixadores para serem inquiridos, a fim de que tenham oportunidade de se informar a respeito do País e melhor orientar as suas investigações, no sentido de aumentar os subsídios para poder decidir e se aprofundar no estudo das relações com os diversos países.

De acordo com o Regimento, devemos secretar a reunião, porque iremos abordar problemas sensíveis de nossas relações que não poderão ser públicos.

Embaixador, mais uma vez, o nosso agradecimento pelas informações preciosas que o seu talento, a sua competência, o seu espírito público forneceram à Comissão de Relações Exteriores.

Algum Sr. Senador deseja abordar assunto de natureza geral, que não tenha sensibilidade, antes que a reunião se torne secreta?

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, em primeiro lugar, felicito o ilustre Embaixador pela sua brilhante exposição, pela sua biografia e pela proposta de trabalho que apresenta para levar à Argentina.

Em segundo lugar, felicito o Senador José Sarney. O que S. Ex^a falou é a mais pura expressão da verdade. Tive ocasião de participar, modestamente, do trabalho que liderou. Lembro-me da primeira reunião feita por S. Ex^a, quando era chanceler o Sr. Setúbal. Por determinação de S. Ex^a, propunha exatamente iniciar os entendimentos entre o Brasil e a Argentina. Aquela reunião, que para mim foi histórica, estavam presentes o Chefe da Casa Militar, o Chefe da Casa Civil, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o Ministro das Relações Exteriores e eu, talvez por ser gaúcho, Ministro da Agricultura.

Entre as várias teses apresentadas, o Sr. Setúbal disse: "Tenho aqui duas propostas sobre minha mesa: a importação de maçãs e de alho. O Senador Pedro Simon, Ministro da Agricultura, está sendo contra, porque pensa que prejudica a produção de

maçã e de alho do Rio Grande do Sul". V. Ex^a, Senador Sarney, virou-se para mim e disse: "Pedro, você, que é do Rio Grande do Sul, numa hora em que estamos iniciando uma integração dessas ser contra?". Eu respondi que, em primeiro lugar, não era contra a importação de maçã ou vinho da Argentina, que se importasse à vontade o que se quisesse da Argentina. O que eu defendia era um entendimento. Plantamos maçãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e temos de saber as condições de preço.

Sr. Presidente José Sarney – eu disse –, se queremos realmente iniciar um intercâmbio com a Argentina, parece-me piada falar em maçã, alho e vinho. Vamos fazer realmente um grande intercâmbio. Naquela época, importamos cinco milhões de toneladas de trigo, sendo dois milhões dos Estados Unidos e mais de dois milhões do Canadá, mas não importamos 1 quilo de trigo da Argentina. Isso porque, no passado, a Argentina tinha um acordo com o Brasil de fornecimento de trigo, e como houve uma falta enorme de trigo e o preço subiu às nuvens, os argentinos resolveram vender para a Europa, não honrando o compromisso conosco. Por uma questão dessa natureza, trazemos trigo do Canadá e dos Estados Unidos e não comprávamos um quilo da Argentina.

Sr. Presidente, V. Ex^a vai ser recebido como herói se chegar e disser que, desses 4,5 milhões de toneladas que estamos importando, uma cota será da Argentina. Importamos não sei quanto em gasolina, petróleo e derivados, produtos que a Argentina fornece ao mercado mundial e, no entanto, não compramos nada daquele país no que diz respeito a esses produtos. Se estamos comprando, se estamos importando, por que não importar da Argentina?

Lembro-me que V. Ex^a mudou o tom daquela reunião e foi naquele momento que tudo começou. A outra reunião que deve ser salientada – não sei se foi anterior ou posterior à que V. Ex^a se referiu – foi a que se realizou em Montevidéu, onde estiveram presentes V. Ex^a e o Presidente Alfonsín, os chanceleres do Brasil e da Argentina – o Setúbal e o Caputo –, além do Presidente uruguai, que é hoje novamente presidente, e do chanceler uruguai, que é hoje presidente do Banco Mundial. V. Ex^a me convidou, para honra minha, como Governador do Rio Grande do Sul, e eu participei dessa reunião.

E, justiça seja feita, os uruguaios fizeram uma intermediação importante, a pedido de V. Ex^a, no diálogo, no entendimento, das formas iniciais do projeto. Naquela reunião dizia o Presidente uruguai

que não tinha nenhuma dúvida de que quando a Argentina e o Brasil se acertassem todo o resto estaria automaticamente feito. Diga-se de passagem que foi um gesto bonito do Uruguai o reconhecimento do que é uma realidade.

Tudo o que estava acontecendo no Brasil e na América Latina era fruto dos entraves impostos pelo hemisfério norte para criar obstáculos entre o Brasil e a Argentina.

E V. Ex^a teve esse mérito. Foi com muita emoção que assistimos à reunião dos três presidentes – V. Ex^a, o Presidente Alfonsín e o Presidente uruguai, em Uruguiana. Lá estavam os governadores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os seis governadores do norte da Argentina. Ali foi assinado o primeiro tratado, que foi o início do Mercosul. Porque, na verdade, quando V. Ex^a abriu os caminhos, abriu as portas, uniu Brasil e Argentina, o resto foi consequência.

Por isso, endosso tudo o que V. Ex^a disse. Inclusive, o que V. Ex^a disse hoje e os artigos que V. Ex^a tem escrito que são da maior importância. Especial referência merece, a propósito, o último artigo publicado na Folha de S.Paulo, que foi perfeito. Nele, V. Ex^a faz referência ao incidente diplomático envolvendo Brasil e Argentina. Os dois países devem estar atentos e evitar que algo semelhante se repita, não se brinca com essas questões – refiro-me ao equívoco praticado pelo embaixador argentino e à reação extemporânea brasileira.

V. Ex^a tem razão quando diz que V. Ex^a não lançou ou não estamos discutindo aqui uma questão apenas de uma simples zona de livre comércio. Estamos discutindo uma integração importante, semelhante àquela que se processa na Europa, onde em pouco tempo estará circulando uma moeda única. Os europeus venceram as mais fantásticas dificuldades e nós estamos caminhando para que isso realmente aconteça no Cone Sul.

Por isso, Embaixador, acho que é muito importante a sua escolha. Foi muito feliz o Governo indicando V. Ex^a, pela sua competência, pela sua capacidade. Creio que falo em meu nome e em nome do Rio Grande do Sul, que é um Estado que pagou um preço muito alto pela inimizade Brasil-Argentina.

A nossa zona de fronteira, Sr. Embaixador, pagou um preço altíssimo, porque o Presidente da República, o Dr. Getúlio Vargas, inclusive, proibiu a fronteira do Rio Grande do Sul de desenvolver atividades industriais. Na zona de fronteira, nos duzentos quilômetros de fronteira, era proibido haver fábricas. Durante dezenas e dezenas de anos vendemos

a nossa lá para São Paulo, sem que ela passasse nem por um processo de limpeza, pois nem a lavagem podia ser feita em Uruguaiana. Com isso, nasceram as tecelagens em São Paulo, que passaram a vender o produto final para nós posteriormente. Não podíamos ter uma usina de energia, porque a bitola das nossas ferrovias era estreita - crime contra a humanidade -, quer dizer, em todo o Brasil as ferrovias têm bitola larga; na Argentina, as bitolas são largas. No Rio Grande do Sul, a bitola é estreita. Isso foi feito para impedir a invasão argentina no Brasil. Pagamos esse preço. Por isso, preocupa-nos a questão da integração. Durante todo o tempo em que houve essa divergência entre Brasil e Argentina, a zona de fronteira foi uma zona egoísta. Tirando o futebol, que era coisa séria - era uma guerra -, a convivência entre Brasil, Argentina e Uruguai - e o Presidente Sarney sabe disso - foi a mais íntima possível.

O que tememos agora - e perdoem-me a sinceridade - é que a integração não seja feita para valer. Tenho medo - que o Ministro Serra me perdoe - que a integração seja feita entre São Paulo e Buenos Aires e o Rio Grande do Sul se transforme num corredor de passagem. São Paulo vendendo os seus produtos, que não têm praticamente concorrência, e nós recebendo - o que está acontecendo hoje - os **containers**. Eles passam por Uruguaiana, vão para São Paulo e os comerciantes do Rio Grande do Sul vão comprar em São Paulo, porque os **containers**, sem alfândega, vão direto para São Paulo. Depois o comerciante ou consumidor do Rio Grande do Sul precisa obter em São Paulo, por intermédio de revendedores paulistas, produtos que por lá já passaram. Então, acho que essa é uma questão que tem de ser analisada, debatida e aprofundada.

V. Ex^a falou e eu não entendi, Sr. Embaixador, algo em relação à ponte em Capanema. Parece-me que ela já está pronta, aliás, é mérito do Governador Requião, que estava à frente do governo paranaense àquela época.

O SR. (Não Identificado) - Mas ainda não foi habilitada.

O SR. PEDRO SIMON - Parece-me que agora já foi.

O SR. ROMEU TUMA - (inaudível)

O SR. PEDRO SIMON - Agora foi. Foi um gesto competente do Requião. Eu e o Presidente Sarney ficamos esperando para obter entendimentos com a Argentina. Fiz bobagem; deveria ter feito como o Requião, que fez a ponte e foi conversar depois.

A outra pergunta que faria a V. Ex^a diz respeito ao gasoduto Brasil-Argentina. À época do Governo Sarney, foi assinado acordo com o Presidente Alfonsín relativo ao gasoduto Brasil-Argentina.

No dia seguinte à posse do ex-Presidente Fernando Collor, às 9 horas da manhã, a primeira reunião de trabalho do ex-Presidente - até fiquei impressionado, pensei que se tratava de um novo Jânio Quadros, mas depois vi que não era tanto - foi uma reunião de trabalho com o Presidente Menem. Nessa reunião foi renovado o acordo assinado entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín, que dizia respeito à ponte e ao gasoduto. Collor e Menem renovaram o acordo da construção da ponte e do gasoduto. Muito tempo depois saiu o gasoduto Brasil-Bolívia. Não sei por que o gasoduto Brasil-Bolívia teve êxito e o gasoduto Brasil-Argentina ficou parado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Apenas lembro ao Senador Pedro Simón que naquela época, nós também colocamos no tratado a moeda comum, que seria o gaucho.

Com a palavra o Sr. Embaixador Seixas Corrêa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA - Senador, sobre a ponte Capanema-Andrezito, que está em implementação neste momento é o que se chama a habilitação dos centros de controle dos dois países, para que possa começar a fluir o tráfego pela ponte.

Houve uma reunião em Buenos Aires no começo deste mês e já foram identificadas todas as questões de natureza técnica e encaminhadas as soluções; já foi decidido que haverá o controle integrado do trânsito vicinal, turístico entre as duas regiões, que será instalado em Capanema, e o controle integrado de cargas e transporte automotor na cabeceira de Andrezito. Isso deve estar em vias de começar a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA - Perdão, Senadora, eu gostaria apenas de responder ao Senador Pedro Simón sobre o gasoduto Brasil-Argentina. Acabou de ser viabilizado o gasoduto pelo acordo feito entre a Petrobrás com a Yacimentos Petrolíferos Fiscales - YPF, inclusive com a participação de uma empresa privada americana, The Dow Chemical, para a construção de uma termoelétrica e a geração de energia a partir do gás. Está decidida já a incorporação do gás argentino à matriz

energética brasileira, o que já está sendo operacionalizado.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a V. Ex^a que seja breve, pois há muitas outras senadoras que querem fazer intervenções.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a tem razão. Já houve entendimento sobre o gasoduto Brasil-Argentina, mas é com relação, por enquanto, à construção do trecho de Uruguaiana. A disputa que tínhamos dia respeito à trajetória que seguiria o gasoduto - da Argentina para Uruguaiana, de lá para Montevidéu e depois para Porto Alegre e finalmente São Paulo. O que acontece agora é que virá da Bolívia, passará por todo o centro, vai para São Paulo e daí a duzentos anos chegará ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Embaixador Seixas Corrêa e congratular-me com a intervenção do Presidente José Sarney, porque estava eu, exatamente fazendo as anotações para levantar as mesmas preocupações que foram suscitadas pelo Presidente. Claro que S. Ex^a tem muito mais propriedade para fazê-lo, já que foi quem iniciou todo esse processo do Mercosul.

Estive recentemente na Argentina. Lá, era alvo de preocupação minha, como brasileira, no contexto do Mercosul, e também de outros que buscam consolidar cada vez mais esse processo de unificação de Brasil-Argentina. Tal preocupação dizia respeito ao fato de que o aspecto econômico tem sido enfatizado dentro do Mercosul e tem sido esquecido o aspecto social, até mesmo das políticas específicas que são importantes e preponderantes para um processo mais ajustado entre Brasil e Argentina no contexto Mercosul.

Além disso, foi apresentada a questão dos direitos humanos nessa reunião de que recentemente participei na Argentina. Tratou-se de assunto referente a comunidades indígenas, por exemplo, totalmente excluídas, isoladas, sem nenhuma política evidente, voltada para ela. Falou-se também do fato de que o Poder Legislativo, em nível constitucional, não haver elaborado norma relativa à questão infantil, o que é preocupante. Nós ali estávamos contribuindo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que o Legislativo na Argentina pudesse também, a partir da nossa contribuição, trabalhar com a questão infantil. Os parlamentares mais interessados

na área social, como sempre, são as mulheres e lá também tínhamos um número maior de mulheres, que expressou a preocupação com o fato de o Mercosul estar priorizando o aspecto econômico.

Eu gostaria ainda de chamar a atenção para uma outra preocupação que tenho - também levantada pelo Presidente Sarney -, que diz respeito a uma relação cultural. Há o interesse pela língua portuguesa - a TV Globo tem um programa que é transmitido diretamente para a Argentina, por meio do qual é possível ouvir e ver o Brasil. Esse fato requer da nossa parte, da parte da embaixada brasileira, uma certa sustentação no que diz respeito à política do Cebes, já que, parece-me o Cebes tem esse papel. Ele não visa lucro, ele está voltado para a divulgação e a integração não apenas da língua, mas da cultura; aliás, tenho a impressão que está havendo um entendimento no sentido de que deverão passar o Cebes para a iniciativa privada. Eu tenho essa preocupação, porque o Cebes é uma parte importantíssima na embaixada que preserva e divulga os valores culturais e lingüísticos.

São essas as minhas preocupações. Faço-as na forma de um adendo àquelas apresentadas pelo Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Embaixador Seixas Corrêa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA - A Senadora Benedita da Silva levantou problemas de muita importância, que são naturalmente esses aspectos sociais e culturais do processo de integração. São esses aspectos que dão sustentabilidade social às correntes de comércio e investimento que se desenvolvem. São aspectos importantíssimos, são faces da mesma moeda. Creio que há uma grande sensibilidade de nossa parte e há uma grande sensibilidade de parte da Argentina para que esses aspectos sejam desenvolvidos *pari passu* com todo o processo de integração.

O Presidente Sarney disse, com toda a razão, que estamos diante de um mercado comum, pois se trata de um projeto que visa a formação de um mercado comum. E o que é um mercado comum? É um espaço integrado onde circulam livremente bens, pessoas, mercadorias, idéias; enfim, é a criação de um espaço comum, integrado. Nesse espaço comum, as idéias, a cultura, são valores que devem sustentar a integração, não tenho a menor dúvida disso.

Posso assegurar a V. Ex^a que será uma preocupação permanente da embaixada, refletindo a

orientação do Itamaraty e com reflexos também na Argentina.

Com relação à divulgação da língua portuguesa, aos centros que divulgam a língua portuguesa no exterior, não há propriamente uma privatização; o que se buscou fazer foram formas alternativas de sustentação financeira. Isso não se limitou à Argentina, mas se trata de processo que está sendo conduzido em todas as capitais onde mantemos esse tipo de instituição para evitar que elas sejam dependentes de subsídios unicamente, de subsídios governamentais. A idéia é que eles possam se estabelecer e desenvolver suas atividades de disseminação da cultura brasileira de forma auto-sustentável. Isso não significa que descuraremos da orientação. Ao contrário, é uma maneira que temos de nos liberar do encargo financeiro e concentrarmo-nos na substância; ou seja, naquilo para que o Cebes foi criado: difundir a língua, a imagem e a cultura brasileira no exterior.

No caso específico do Cebes de Buenos Aires, ele está em franca expansão e, segundo a última referência que recebi, muito perto de atingir a auto-suficiência financeira. Há um trabalho extremamente bem coordenado com a embaixada, que se integra harmoniosamente com as nossas linhas de atuação e está cumprindo todos os requisitos. Zelarei para que assim continue.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador José Serra.

Antes, porém, quero lembrar aos eminentes Senadores – todos conhecem a forma como presidi esta Casa, sempre zeloso pelo Regimento Interno – que o Regimento das Comissões diz que deve ser mantido o horário do Regimento do Senado. Então, cada orador tem direito a 10 minutos.

O SR. JOSÉ SERRA – Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, quero dizer que concordo com V. Ex^e a respeito da importância das nossas relações com a Argentina. Eu diria, inclusive, que hoje a nossa embaixada lá é a mais importante. Não tenho dúvida de que a nossa representação junto à Argentina é a que, entre todas as representações no exterior, tem maior peso e maiores afazeres. Sempre foi uma embaixada importante, mas assumiu uma característica diferente nos últimos anos. Além disso, acredito ser a nossa embaixada na Argentina aquela que tem uma relação mais próxima com o Presidente da República por ser, também, a que mais necessite dessa ligação direta. Não tenho dúvida de que hoje, entre todas as embaixadas, excluída talvez a Embaixada do Brasil junto à OMC, que compartilha dessa im-

portância, a Embaixada do Brasil na Argentina é a que tem maior peso para nós.

Por outro lado, acredito que a indicação do Embaixador Seixas Correia é a mais apropriada possível. Conheço-o há dez anos, quando era Assessor da Presidência da República. Desde então, acompanhei seu trabalho no México, na Espanha e como Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, na época do Ministro Celso Láfer. Conheço-o bem, do ponto de vista intelectual e do ponto de vista da sua trajetória profissional.

Por isso, congratulo-me com o Presidente da República e com o Itamaraty por essa indicação. Eu queria manifestar enfaticamente a minha satisfação a esse respeito.

Creio que, para nós, as novas relações com a Argentina representam uma etapa muito importante não apenas na história da nossa Diplomacia, mas também da nossa política internacional.

Criado que fui na cidade de São Paulo e neto de argentino – porque minha avó por parte da mãe era argentina –, fui acostumado a encarar a Argentina como um rival, como um adversário. Isso é uma coisa cultural, inclusive em São Paulo; não era apenas no futebol, era algo mais profundo.

Isso, na verdade, teve implicações para nós, algumas como a que o Senador Pedro Simon assinalou, principalmente do ponto de vista da nossa política militar, por toda a concentração de esforços militares na Região Sul do País. Essa foi uma preocupação, eu diria, obsessiva da política de segurança nacional.

O SR. ROBERTO FREIRE – Salvo em relação aos comunistas.

O SR. JOSÉ SERRA – Na verdade, era subversão interna, inimigo externo: China, União Soviética e Argentina. Esses três fatores, aliás, desapareceram, coisa que nos leva inclusive a refletir a respeito do novo papel das Forças Armadas – tive até oportunidade de discutir sobre essa matéria na Escola do Estado Maior das Forças Armadas.

Agora, o Brasil, se livre, digamos, dessa concorrência, é bom para todos: é bom para nós e é bom para a Argentina. Trata-se de menor dispersão de esforços, de recursos e uma maior aproximação econômica.

Quero dizer também que, no mundo de hoje, essa aliança, essa aproximação é especialmente importante. O Embaixador sabe que existe hoje um tipo de envolvimento de organizações econômico-financeiras internacionais com as políticas nacionais maior do que jamais existiu.

No plano do comércio, temos a Organização Mundial do Comércio, da qual, infelizmente, o Brasil participou já na fase final, a partir da Rodada Uruguai do GATT, em períodos muito conturbados da nossa vida doméstica. E, a meu ver, teve uma participação aquém da que seria desejável do ponto de vista da sua qualidade.

O fato é que na OMC, hoje, com os seus estatutos aos quais o Brasil aderiu, há restrições a políticas econômicas domésticas as mais tradicionais, no que se refere não apenas ao comércio exterior, bem como a incentivos à atividade econômica, às exportações, à atração de investimentos e tudo mais. Segundo, a própria OCDE, que é a organização dos países desenvolvidos, tende a atuar cada vez mais de forma integrada, definindo políticas, fazendo entendimentos prévios. Um exemplo a esse respeito está na questão dos investimentos que a OCDE discute hoje: ela caminha para a aprovação do estatuto de investimentos estrangeiros no mundo e poderá ser um instrumento fortíssimo de imposição para os países do antigo Terceiro Mundo, para os não-membros da OCDE.

No limite, esse estatuto afeta até as políticas cambiais e tributárias dos países, porque, no fundo, a proposta é que qualquer investimento estrangeiro tenha rigorosamente o mesmo tratamento do investimento nacional do ponto de vista tributário, fiscal, monetário etc, para que se tenha uma idéia da importância disso e, evidentemente, nunca a respeito da mobilidade de mão-de-obra porque, no fundo, trata-se de encarar a economia mundial como uma economia doméstica no que se refere aos investimentos, mas não no que se refere, por exemplo, à mobilidade do fator trabalho. Além do mais, nós sabemos que as agências multilaterais de financiamento – Banco Mundial, BIRD e outras menores que tendem a adquirir peso maior ou agências nacionais de cooperação – tratam os seus financiamentos, cada vez mais, sob o critério de condicionalidade: de políticas, de meio ambiente etc. Desta forma, a aproximação de diferentes países, como disse o Presidente José Sarney, unidos por uma fatalidade geográfica que é o que não pode ser alterado, é fundamental até para encarar essa estratégia internacional.

O Mercosul tem para o Brasil – voltarei a alguns pontos quando da reunião secreta – uma importância que não é apenas econômica mas política. O Mercosul, sob o ponto de vista econômico, é mais importante para os outros parceiros do que para o país. Para nós, tem uma importância política, talvez, mais ampla do que para os outros. Entramos, agora,

numa fase mais difícil das relações exatamente pelo aprofundamento da integração. O Embaixador deverá inaugurar essa nova etapa, a mais difícil do Mercosul, nos próximos anos e para fora teremos, também, que tratar de um tema que é extraordinariamente importante, eu diria decisivo para o futuro do País, no próximo século, que são as relações com os Estados Unidos – trata-se da proposta com relação à associação de livre comércio americana. Assim, são questões que poderemos voltar a falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Luís Felipe Seixas Correia, quero consignar, com muita alegria, em ter na minha vida, no Embaixador Luís Felipe Seixas Correia o colega dos antigos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde os idos de 1963. De lá para cá, acompanho-lhe a vida diplomática e pública e, também, pessoal, com muita atenção, com muita admiração e afeto.

Realmente, Sr. Presidente, tem o Embaixador oferecido ao País e à Diplomacia brasileira inúmeros e relevantes serviços. Recordo-me que aqui estive, quando foi sabatinado para a Embaixada do Brasil no México em que teceu considerações a respeito dos últimos tempos do Governo Miguel de La Madrid e Osvaldo Hurtado Larrea, e dos primeiros e então tidos como promissores meses do Presidente Carlos Salinas de Gortari. Lamentavelmente, não participei dessa segunda sabatina por ocasião da designação para a Espanha, porque exercia as funções de Ministro de Estado das Comunicações do nosso País. Mas uma situação, aqui, cabe fazer referência: quando eu era Ministro da Educação no Governo do Presidente José Sarney, fui ao Estado do Rio Grande do Sul para um convênio no qual nós inauguramos, com a Brigada Militar gaúcha, um ginásio poliesportivo e, lá, fiz uma visita ao então Governador Pedro Simon, do glorioso Estado do Rio Grande do Sul. E S. Ex^a me dizia que na fronteira havia mortos, embaraços e percalços. Talvez esses a que se referiu, também, o Sr. Senador José Serra mas que, sem dúvida, devia creditar-se ao então Presidente José Sarney não só o desarmamento geral de espíritos como a conjugação de novos fatores na diplomacia continental e nas relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil.

De modo que eu estive lá, recentemente, para um encontro de natureza internacional e accompa-

nhei com preocupação, também, a evolução, felizmente frustrada, dos acontecimentos relativos à nossa restrição das importações. Tomei conhecimento de que 30% das exportações argentinas são para o Brasil, o que significa que há uma grande dependência. E tomei conhecimento também de outro fato auspicioso de um lado, curioso do outro: o Nordeste brasileiro já é o quinto maior importador da Argentina, o que nos coloca em situação ímpar. E aqui foi dito por V. Ex^a, na exposição, que só o Estado de São Paulo já importa mais da Argentina do que os Estados Unidos da América.

Tudo isso, naturalmente, foi objeto de preocupação nos últimos tempos. Fico apenas desejoso de que essas minúcias não venham a perturbar esse frutífero Mercosul.

Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ouviu do Primeiro-Ministro do Canadá, em Ottawa, a informação de que o Canadá pretendia envolver-se com o Mercosul. Aqui esteve também, recentemente, o Presidente Jacques Chirac, da França, na busca do mesmo objetivo. Assim, o Mercosul passou a ser uma realidade em função do que o Presidente José Sarney tanto fez e tanto trabalhou. E o fez com grande sucesso, de forma que o seu Governo, entre outras marcas na política interna, deixou esta na política externa: profícua atuação internacional.

Registro, portanto, só essa indelével marca de receio no sentido de que não haja os acidentes de percurso que sei V. Ex^a saberá muito bem respeitar, conduzir e dirigir.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. É o último orador inscrito para as considerações. Em seguida, passaremos à reunião secreta.

O SR. ROMEU TUMA – Serei bem rápido, Sr. Presidente. Cumprimento o Embaixador Seixas Correia, porque recebi, quando V. Ex^a era Presidente, um grande carinho do Embaixador nas missões que me eram dadas – e não foram poucas – na Chefia da Polícia Federal. O Embaixador, sempre atencioso, orientava-nos para que, nesses contatos internacionais, não trouxéssemos nenhuma angústia para V. Ex^a na Presidência da República. E lembro-me de que, quando na Presidência da República, V. Ex^a insistia muito nesses contatos internacionais, nos acordos bilaterais e naquele tópico que era importante em nossa atividade: Segurança Pública. Fizemos alguns acordos com a Argentina em várias reuniões, inclusive em Uruguaiana, Senador Pedro Si-

mon, onde éramos permanentemente recebidos pelas autoridades de comando da Polícia Federal Argentina. É claro que essa condição, para quem, como eu, trabalhou na Polícia Federal – em um período fiz CPOER no Exército e sempre o exército vermelho era o argentino –, foi se arrastando durante alguns anos.

Toda essa dificuldade que o então Governador e hoje Senador Pedro Simon trouxe era uma realidade: as forças inimigas estavam no Sul do País, onde sempre se aguardava uma invasão. Hoje, pela manhã, ouvi um noticiário sobre a bitola diferenciada entre os dois países, que era essa preocupação permanente dos governantes em relação a uma ação militarizada de invasão. Segundo o noticiário, o Brasil apagava de vez aquela imagem. Parece-me, segundo o noticiário que ouvi hoje, que na próxima semana serão assinados vários acordos. A notícia interessou-me, porque eu sabia que V. Ex^a viria aqui hoje.

Na área da Segurança fizemos, na penúltima reunião em Pequim, na China, junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, uma petição à Interpol para que desse atenção especial à segurança do Mercosul. A intenção era criar o Mercopol – era a idéia original –, mas ficaria muito oneroso para os países participantes do Mercosul. Então, voltou-se um pouco para a estrutura técnica da Interpol.

Estivemos recentemente com o Embaixador Azambuja, que tem prestado muita atenção no aspecto de relacionamento com a Argentina, inaugurando a subsede da Interpol em Buenos Aires. Acredito que V. Ex^a tenha conhecimento de que ela é importante para nós, tendo toda a sistemática de tecnologia atual que a Interpol instalada na Argentina possui.

Temos uma necessidade permanente dessas informações internacionais, principalmente de tráfico de drogas, furto e roubo de veículos, e, agora, da lavagem de dinheiro, que é um tema importantíssimo. Estamos acompanhando aqui toda essa evolução dos precatórios, um tema importante sobre cujo andamento gostaria que V. Ex^a nos informasse, se possível.

Queria fazer uma proposta ao Presidente Sarney, aproveitando a tese do Senador Hugo Napoleão.

Esta Comissão é a de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Recebi, na semana passada, um folheto do Ministro da Marinha sobre o tema defesa, e constitui uma angústia muito grande, principalmente para os dirigentes das Forças Armadas Brasilei-

ras, não se tocar nesse tema, até para se discutir o papel atual das Forças Armadas, visto que há pressão internacional para que seja transformada em atividade policial no combate às drogas e para a proteção interna, e para que se crie uma força internacional de proteção ao continente.

Então, é um tema que também gostaria fosse levado em conta por V. Ex^a. Desejo a V. Ex^a boa sorte, e espero estar brevemente ao seu lado no debate com as autoridades argentinas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Quero informar ao Senador Tuma que estamos pensando juntos. Justamente, uma das programações que tenho para submeter à Comissão é fazermos aqui um seminário de estudo sobre defesa continental.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE — Sr. Presidente, Sr. Embaixador, inicialmente, quero falar da satisfação — pessoal e política — de nos reencontrarmos aqui, depois da acolhida e da hospitalidade que recebemos quando de uma visita à Espanha.

Penso que esta Comissão — não sei se também por inspiração do Presidente José Sarney, que idealizou muito concretamente, com ações, o Mercosul — tem-se preocupado muito, e acho que é uma preocupação importante, com a questão do Mercosul.

Esse é o centro atual da política externa brasileira, fundamentalmente. Daí ter razão o Senador Serra quando diz que essa é, talvez, a Embaixada mais importante que o Brasil, hoje, tem.

Vai enfrentar alguns problemas graves, a política não é mais apenas de um país, de um Estado nacional; hoje, a disputa é entre blocos regionais. Já estamos vendo, num cenário muito próximo, todo um contencioso de integração das Américas, e o Mercosul é centro desse debate, daí evidentemente a importância dessa embaixada para a política externa brasileira.

Diria que talvez deva haver uma compreensão, que acredito será fácil no desempenho da sua tarefa, de que o Mercosul não vai se construir apenas pelo aumento das trocas econômicas, até por que países adversários, em litígio, mantêm trocas econômicas.

O fundamental, hoje, nesse processo de integração, de globalização, é o aspecto cultural de as identidades nacionais poderem se integrar. Esse talvez seja o papel fundamental na Argentina, até para superar preconceitos históricos em todos os campos.

Uma outra questão, muito do Nordeste, é que tivemos um certo contencioso com a Argentina

quando, na definição de políticas internas de incentivo, que é algo em que a Organização Mundial de Comércio cria entraves — e creio que o Senador José Serra traz uma contribuição importante quando começa a ponderar que o problema do acordo do comércio internacional é a questão do futuro — às políticas internas nacionais.

No tocante à questão dos incentivos a montadoras que o Governo brasileiro, numa medida provisória, concedeu aos Estados do Nordeste brasileiro, numa das discussões que tivemos em Pernambuco — particularmente nós, do Partido Popular Socialista, que, apesar de pequeno, é aquele *chiquitito pero cumpridor* —, debatemos a hipótese de que seria interessante começarmos a ver quais são as regiões deprimidas da Argentina, que políticas podem ser adotadas no âmbito do Mercosul que compatibilizem políticas de incentivos nacionais para regiões deprimidas, só que em nível do Mercosul, e uma medida dessas de incentivos à instalação, ou descentralização, ou desconcentração industrial, no Brasil, que tenha uma correspondente no Mercosul, para regiões deprimidas dos outros países. Com isso, supera-se exatamente esse contencioso. Talvez devarmos dar uma dimensão maior ao planejamento regional do Mercosul, mudando um pouco a qualidade dessa discussão. A isso, em Pernambuco, demos início.

Eu queria aqui apenas trazer esse fato, porque talvez cheguemos à Embaixada brasileira para que essa questão dos processos de integração não seja algo que fosse correspondente à proximidade geográfica ou ao Sul do País, já que o Mercosul corre um pouco o risco de uma integração mais fácil com essa região, em função da proximidade geográfica, excluindo outras regiões brasileiras.

Então, é importante termos essa dimensão e tenho a certeza de que vamos contar com alguém que compreenderá essa nova concepção, essa nova política.

Por último, gostaria de dizer que não devemos buscar apenas a proximidade com o Presidente da República, mas também com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Com a palavra o Embaixador Seixas Correia. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA — O Senador Roberto Freire levantou um ponto crucial — inclusive havia mencionado esse aspecto na exposição inicial. Essa dimensão da aproximação do Nordeste e do Norte do Brasil com o Mercosul é uma preocupação fundamental do Governo e muito especialmente da nossa diplomacia.

Inúmeras atividades têm sido desenvolvidas para gerar essa coordenação, esse entendimento, e o Vice-Presidente Marco Maciel tem sido muito ativo nessa área, por isso acredito que temos aí um caminho muito promissor.

Essa idéia desenvolvida pelo Senador me parece também extremamente interessante. Enfim, o problema surgido àquela época com a questão dos incentivos está absolutamente resolvido, controlado. Não há, neste momento, qualquer dificuldade em andamento, mas essa é uma idéia a ser desenvolvida e útil no futuro, sem a menor dúvida. Esteja V. Ex^a seguro de que encontrará, na ação da Embaixada, total respaldo para isso.

Quanto a um entendimento com o Congresso, também dentre os objetivos que tracei para a atuação da Embaixada estava justamente o de desenvolver – o que penso fundamental no processo de integração que estamos vivendo – essa aproximação mais crescente, mais fluida, mais quotidiana, praticamente, entre os nossos Poderes Legislativos. Disso não tenho a menor dúvida e nesta Comissão, hoje mesmo, já neste nosso primeiro contato estou me nutrindo de idéias que serão extremamente férteis para a minha gestão, e pretendo que assim continue. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concluída a primeira parte dos nossos trabalhos, peço aos presentes que tenham a gentileza de se retirar do recinto, uma vez que vamos passar à parte secreta da nossa reunião. (Pausa.)

(A reunião torna-se secreta às 11h57min e volta a ser pública às 12h43min.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

A Comissão acaba de aprovar, por 16 votos, sem nenhum voto contrário, a indicação do Embaixador Luiz Felipe Seixas Correia para representar o Brasil perante a República da Argentina.

Quero, também, cumprimentá-lo pela brilhante exposição que fez na Comissão, que foi, sem dúvida, uma das mais notáveis dos nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min.)

5^a Reunião, realizada em 8 de maio de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores

José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Humberto Lucena, Casildo Maldaner, Jáder Barbalho, Arthur da Távola, Carlos Wilson, Lúcio Coelho, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Roberto Freire, Emilia Fernandes, Bello Parga, Levy Dias e José Alves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta e, ainda a ouvir a exposição que fará o Senhor Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata. Feita a exposição, o Senhor Presidente da Comissão determina que a reunião torne-se secreta para que sejam apreciados os seguintes itens da pauta: 1-Mensagem nº 92, de 1997, "Do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; item nº 2-Mensagem nº 68, de 1997, "Do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal; o nome do Senhor Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma; item 3-Mensagem nº 65, de 1997, "Do Senhor Presidente da República, submetendo a apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintela, Ministra de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia; item nº 4-Mensagem nº 90, de 1997, "Do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, Cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana", cujo Relator é o Senhor Senador Bernardo Cabral.

Reaberta a reunião em caráter público, o Senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney concede a palavra ao Senhor Senador Guilherme Palmeira, designado Relator do item 5 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1997, que "Aprova o

texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, em Brasília, em 18 de junho de 1996". Usando da palavra o Senhor Relator apresenta parecer favorável à proposição. Não havendo discussão é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Na seqüência, na qualidade de Relatora, faz uso da palavra a Senhora Senadora Benedita da Silva, que emite parecer favorável à proposição constante do item 6 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1997, que "Aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos países afetados por desertificação e/ou seca; assinada pelo Governo Brasileiro, em Paris, em 15 de outubro de 1994". Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação é aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador Jáder Barbalho, designado Relator do item 7 da pauta: que "Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25 de março de 1996". Colocada em votação o Parecer Favorável do Senhor Relator, o Projeto é aprovado por unanimidade. Ainda com a palavra, o Senhor Senador Jáder Barbalho emite Parecer Contrário ao item 8 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1997, que "Autoriza o Poder Executivo a promover acordos com os países que menciona, para a implantação de agrovielas nas terras da União, situadas na faixa internacional de fronteiras das regiões Norte e Oeste do Brasil e dá outras providências". Não havendo discussão, o Parecer é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Senadora Emilia Fernandes, designada Relatora do item 9 da pauta: Diversos nº 19, de 1997, que "Encaminha ao Presidente do Senado Federal, cópia da Decisão nº 279/95, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 21-6-95, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC 3.064/93-0), para as providências cabíveis à espécie, que a competência atribuída ao Tribunal, nos termos do art. 71, inciso V, da Constituição Federal, relativamente à fiscalização das contas nacionais da empresa Itaipu Binacional, encontra-se prejudicada, uma vez que a administração dessa entidade é conduzida de forma paritária entre Brasil e Paraguai". Fazendo uso da palavra, a Senhora Se-

nadora Emilia Fernandes emite parecer pelas seguintes providências e posterior arquivamento: A) Dar conhecimento ao Senhor Presidente da República do inteiro teor deste parecer, para que adote as providências que entender cabíveis; B) Encaminhar Requerimento de Informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia para que informe as providências adotadas no sentido de atender às determinações do Tribunal de Contas da União; C) Encaminhar cópia deste parecer para conhecimento da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, por se tratar de matéria de sua competência; D) Encaminhar cópia deste parecer ao Tribunal de Contas da União, para conhecimento e adoção das medidas que considerar pertinentes. Colocado em votação o parecer é aprovado por unanimidade. Em seguida, faz uso da palavra o Senhor Senador José Agripino, designado Relator do item 10 da pauta: Diversos nº 22, de 1997, que "Comunica ao Senado Federal, a realização em Genebra, Suíça, da 85ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no período de 3 de junho de 1997, e consulta sobre o interesse desta Casa em indicar representante para participar do referido evento, na condição de observador parlamentar, integrando a Delegação Oficial do Brasil. Colocado em votação o parecer favorável é aprovado por unanimidade. Na seqüência, faz uso da palavra o Senhor Senador Romeu Tuma, designado Relator do item 11 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1997, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, nas condições que menciona". Colocado em votação o parecer favorável do Senhor Relator é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião. Vamos proceder a uma inversão da pauta, colocando em primeiro lugar o Item nº 2, que é a Mensagem do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue. É Relator o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – (Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Romeu Tuma, peço licença a V. Ex^a para interromvê-lo e convidar o Ministro Ricardo Luiz Viana de Carvalho para tomar assento à Mesa, onde, após o relatório de V. Ex^a, terá oportunidade de ser ouvido pela Comissão.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a pode continuar.

O SR. ROMEU TUMA – Submetendo à apreciação do Senado o Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

A preliminar do relatório oferece os dados legais para esta apreciação do Senado, seguindo-se o **currículum vitae** do Embaixador Ricardo, rico em missões e trabalhos exercidos em benefício da sua função precípua de diplomata. Exerceu várias funções dentro da Chancelaria brasileira, sempre de grande destaque e relevo. No exterior, foi Conselheiro em Londres, de 1983 a 1985; em Caracas, de 1990 a 1992; e Ministro Conselheiro da Delegação Permanente do Brasil junto à ONU para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em Paris, de 1992 a 1997. Teve várias missões temporárias representando o Governo brasileiro, principalmente em conferências relativas às questões ambientais globais, o que o habilita, sobremaneira, ao posto de Embaixador junto à República do Zimbábue, uma vez que esse país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, organismo internacional que vem patrocinando os principais acordos internacionais e ambientais. É portador de comendas da Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial e de Comendador, conferidas pelo Governo brasileiro. Traz dados referentes ao Zimbábue, bem como o seu Produto Interno Bruto e outros detalhes da relação do Brasil com aquele país, quer econômica, quer política.

Era o que tinha a expor, Sr. Presidente, aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ricardo Luiz Viana de Carvalho para que possa fazer a sua exposição a respeito da missão que lhe será entregue pelo Governo brasileiro, ser Embaixador junto à República do Zimbábue.

O SR. RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Sinto-me, naturalmente, muito honrado por ter esta oportunidade de dirigir-me a esta Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado por ocasião da apreciação da Mensagem que indica o meu nome para o cargo de Embaixador junto à República do Zimbábue.

A República do Zimbábue é um país importante no contexto da África Austral. O Brasil sempre valorizou essa condição do País, desde a formação da Frente Patriótica, com o movimento de libertação do País, em 1976, admitindo a sua legitimidade e apoiando a causa da independência do Zimbábue em vários fóruns internacionais.

Economicamente, o Zimbábue tem o terceiro PIB da região, depois da África do Sul e de Angola. Mas o país é mais sofisticado e diversificado, sob o ponto de vista econômico, do que todos os seus vizinhos, com exceção da África do Sul, que é, evidentemente, o maior país da região. Mesmo com relação à África do Sul, o Zimbábue é menos dependente do setor de mineração. Tem, por exemplo, um setor manufatureiro responsável por dois terços do PIB nacional.

Politicamente, sempre teve atuação destacada na África Austral. Sua liderança lutou bravamente, não apenas pela eliminação do apartheid em seu próprio território, mas, como todos sabem, teve atuação altamente importante e estratégica, como país de linha de frente, nessa luta também na África do Sul. Participou ativamente da Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral, um mecanismo criado em 1980 para reduzir a dependência da região com respeito à África Austral, que estava ainda sob o regime de apartheid. A Conferência transformou-se, posteriormente, em 1992, no organismo internacional que se chama Sadec – Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África, que, no futuro, tende a ser o equivalente, na região africana, ao nosso Mercosul. A entrada da África do Sul posteriormente na Sadec privou, naturalmente, o Zimbábue de uma certa liderança que tinha nessa organização.

O Presidente Robert Gabriel Mugabe, há longos anos no poder, 17 anos aproximadamente, é incontestavelmente um líder nacional de alto nível, respeitado internacionalmente, e um elemento essencial da importância política do país.

O Zimbábue é um país sem mar; está situado inteiramente nos trópicos, entre 15 e 22 graus de latitude sul, o que corresponde no Brasil, aproximadamente, às latitudes de Ilhéus e Rio de Janeiro. Como o território do Zimbábue é constituído de planaltos, entre 900 e 1.700 metros de altitude, possui clima temperado. Faz fronteiras com a Zâmbia, com

Moçambique, Botsuana e a África do Sul. A capital é Harare, cidade com 1 milhão 184 mil habitantes.

O Zimbábue é uma república com um Presidente, chefe do Executivo, e um parlamento unicameral de 150 membros, com mandatos de cinco anos.

Como todos sabem, o Zimbábue sofreu um processo de colonização, pelos europeus, bastante complexo, que culminou com a instalação, ao longo da primeira metade deste século, de um regime de desenvolvimento separado de raças. Os zimbabueneses, aliás, também referem-se ao fato pelo termo **apartheid**, de origem sul-africana. Embora abolido desde 1980, com a independência do país, o **apartheid deixou marcas profundas no Zimbábue**.

A motivação inicial dos ingleses colonizadores foi a de encontrar riquezas minerais no país, sobretudo ouro. Na falta disso, os colonizadores puderam reconhecer desde logo as potencialidades agrícolas do planalto do Zimbábue e apropriaram-se de vastas extensões de terras próprias para a agricultura, com o consequente deslocamento das populações nativas.

Pelo ato de propriedade da terra de 1930, mais ou menos metade da Rodésia – o atual Zimbábue – foi reservada para europeus. E muito embora esse texto de lei tenha sido abolido em 1979, fez pouca diferença no que diz respeito à distribuição da terra. Há, ainda, por exemplo, 11,5 milhões de hectares em posse dos brancos.

A questão da terra sempre foi, e ainda é, um problema central no Zimbábue. Essa situação de exclusão impõe aos nativos pelo regime racista de apartheid, na Rodésia, provocou, evidentemente, uma forte reação e a constituição de organizações nacionalistas para combatê-la.

A declaração unilateral de independência pelos brancos, em 1965, quando os britânicos queriam dar independência ao país, com uma participação majoritária e multiracial, constituiu, por exemplo, já uma tentativa desesperada dos europeus de manter os seus privilégios. Isso, como todos sabem, determinou sanções econômicas pelo Reino Unido e, posteriormente, pela comunidade internacional, em cumprimento a resoluções das Nações Unidas.

Vieram depois a guerrilha e a guerra civil.

O apartheid retardou, assim, a independência do Zimbábue, que só se deu em 1980, quando grande parte da África já estava descolonizada. E o país ressentiu-se, portanto, desse passado histórico conturbado. Exemplo disso é que o tema crucial da economia do país é a chamada indigenização, ou seja,

a transferência da riqueza da minoria branca, no poder até 1980, para os africanos.

O Presidente Mugabe tem tratado a questão com prudência, pois uma desapropriação efetiva das terras produtivas terá o efeito de afugentar o capital externo e desencorajar novos investimentos.

O Presidente Mugabe foi reeleito em 1996 e tem um mandato de seis anos. Irá, portanto, até o ano 2002. Não se sabe ainda se concorrerá à reeleição. O Presidente Mugabe e o seu partido, Zanu PF, exercem grande liderança no Zimbábue. Não há, no momento, liderança alternativa ao Presidente Mugabe. O partido Zanu é fortemente majoritário; detém 117 dos 120 assentos do Parlamento, que são supridos por sufrágio universal.

Desde 1990, o país está engajado em um programa de reajuste estrutural sob supervisão do FMI e do Banco Mundial.

A primeira parte do programa, de 1990 a 1995, já foi cumprida. Em 1995, o FMI suspendeu o seu programa com o país, por questões de déficit orçamentário acima dos patamares previstos. Não se espera que um novo programa de reajuste possa ser acordado com o FMI antes de julho de 1997.

Apesar dessas dificuldades com o FMI, as perspectivas econômicas do país para 1997 são boas.

Em matéria de comércio exterior, o maior supridor do Zimbábue é a África do Sul, que detém hoje mais de 38% do mercado do país. Seguem-se Reino Unido, Japão, Alemanha e Estados Unidos. O maior mercado exportador do Zimbábue é o Reino Unido, seguido da África do Sul, da Alemanha, do Japão e de Botsuana.

No que diz respeito às relações com o Brasil, as relações diplomáticas datam da independência, em 1980, com o reconhecimento do Zimbábue pelo Brasil. A embaixada permanente é de 1987 (Decreto de 4 de agosto daquele ano). As relações bilaterais são corretas e cordiais, mas necessitam, por assim dizer, de um certo adensamento. Há um desconhecimento recíproco, sobretudo na área empresarial. E faz falta, certamente, a criação de um quadro institucional de acordos que regulem e facilitem o intercâmbio e a cooperação com o Zimbábue. Estão em negociação um acordo de cooperação técnica e um acordo de cooperação cultural. O intercâmbio comercial tem sido favorável ao Brasil, mas seus níveis são ainda irrisórios. Temos hoje, por exemplo, menos de US\$20 milhões de exportações e importações abaixo da casa dos US\$3 milhões. A expansão das relações com o Zimbábue depende, em alguma me-

dida, de nossa capacidade de satisfazer as expectativas de assistência manifestadas pelas autoridades zimbabuenses em vários setores. Essas autoridades encaram o Brasil como fonte potencial de recursos.

No setor de cooperação técnica, onde talvez haja maior possibilidade de corresponder à expectativa local, foram iniciadas tratativas na área de mineração com a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais e, na área da agricultura, com a Embrapa.

A experiência brasileira na tecnologia de combate à seca é de interesse para o país, que é periodicamente devastado por esse flagelo. No momento, o principal elo de contato entre empresas dos dois países está no setor da produção e exploração do fumo, pela importância que tem o Zimbábue como produtor. São constantes os entendimentos entre os fazendeiros locais brancos, detentores da maior parcela da riqueza nacional, e os cultivadores e negociantes do ramo no Estado do Rio Grande do Sul.

Encontra-se nessa área a principal atração de natureza comercial entre os dois países, no momento, não só pela coordenação no setor da exportação mundial do fumo como também pelo interesse na importação de máquinas agrícolas produzidas no Brasil.

Com o objetivo de retomar o diálogo no mais alto escalão, foi renovado o convite ao Presidente Robert Gabriel Mugabe para visitar o Brasil, o que poderia ocorrer ainda no corrente ano. Essa visita, se vier a se realizar, servirá ao esforço do Zimbábue de buscar novos parceiros na área comercial suscetíveis de reduzir a sua dependência face à África do Sul, que, apesar de tradicional e grande fornecedora, adota políticas consideradas discriminatórias dos produtos do Zimbábue. A visita deverá contribuir também para dar novo alento ao intercâmbio entre os dois países.

Sr. Presidente, no momento, é o que tenho a dizer. Se V. Ex^a estiver de acordo, interromperia esta minha exposição e ficaria à disposição da Comissão para outros esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer perguntas ao Ministro Ricardo de Carvalho e se, ao mesmo tempo, essas perguntas envolvem assuntos sensíveis em relação ao que se refere às nossas relações diplomáticas com o Zimbábue. Se elas tivessem essa conotação, na forma regimental adotada pela Comissão, teríamos de transformar esta reunião, neste momento, em secreta.

O SR. ROMEU TUMA — Gostaria de, dentro da especialidade — não sei se seria interessante que

fosse secreta —, sobre o problema das drogas, porque V. Ex^a é especialista por ter participado dos conselhos...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Então vamos transformar a reunião, a partir deste momento, em secreta.

Peço aos presentes que dêem condições à Comissão de cumprir a decisão tomada pelo Regimento Interno.

(A reunião transforma-se em secreta às 10h32min e volta a ser pública às 11h29min.)

O SR. ROMEU TUMA — O relatório se refere à Mensagem nº 92, de 1997 do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Embaixador Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha. Os dados apresentados confirmam a legalidade da indicação e vem em seguida o currículum vitae do Sr. Embaixador. Além das promoções, sempre por merecimento, seguem os cursos que fez, principalmente o de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e do Serviço Exterior de Georgetown, Universidade nos Estados Unidos:

Entre as missões que exerceu no exterior, destacam-se as seguintes: Chefe de Gabinete, em 1995/1997, do Itamaraty; Relator da Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e Práticas Administrativas do Itamaraty, em 1992/1993; Chefe do Departamento de Administração, de 1986/1990; Coordenador-Executivo do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Posses no exterior: Washington; OEA; Conselheiro, de 1993/1995, em Lisboa, na Embaixada; 1º Secretário e Conselheiro de 1980/1983; Nova York, na ONU, 1º Secretário de 1977/1980; em Londres, na Embaixada, 2º Secretário de 1971/1974. Não sei se esse número confere.

Como homem público, prestou serviço fora do Ministério das Relações Exteriores, exerceu, dentre outros, os seguintes cargos: Coordenador do Programa Federal de Desregulamentação de 1990/1991; Diretor-Geral da Administração da Presidência da República de 1990/1991; Secretário da Administração Federal, em 1991/1992; Secretário de Projetos Especiais e Ministro Extraordinário da Criança em 1992; Presidente do Grupo de Trabalho de Organização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de fazer um parênteses, Sr. Presidente, sobre o trabalho exercido pelo Dr. Carlos Garcia no interesse público, em especial a mim como

então Diretor da Polícia Federal. Tive uma participação direta na atividade chefiada pelo Ministro Carlos Garcia. A minha instituição foi muito beneficiada com a firmeza, com o caráter e com o interesse público desenvolvido pelo Embaixador Carlos Garcia:

Conseguiu, por intermédio de uma visão econômica importante, que a Polícia Federal saísse beneficiada da sua participação nesse evento. Compramos mais de uma centena de veículos, conseguimos vários equipamentos de alta tecnologia, que poderiam ser alocados para servirem apenas à conferência, mas esse dinheiro foi alocado com inteligência pelo Embaixador Carlos Garcia e hoje ainda presta serviços à Polícia Federal. Se isso tivesse ocorrido dentro de uma visão simplista, de alguém que quisesse cumprir apenas a sua obrigação, teriam sido pagos, talvez, valores mais altos que pelos cálculos que o Embaixador apresentou à época por serviços prestados e que não teriam continuidade em benefício da administração pública.

Então, gostaria de, publicamente, prestar minhas homenagens a V. Ex^a por esse trabalho importante. E não deixaria de citar também a primeira iniciativa do Governo brasileiro voltada para o interesse da criança, em que V. Ex^a foi o ministro extraordinário e fez um trabalho importante, que – acredito – não teve continuidade. Se tivesse sido dada maior atenção ao seu desenvolvimento, talvez não tivéssemos tantos fatos a lamentar com respeito às crianças que hoje se encontram abandonadas em várias cidades brasileiras.

Esse é o registro que queria fazer, de ordem pessoal, perante os membros desta Comissão.

Além disso, V. Ex^a ocupou cargos eletivos, exercidos em nome do Brasil, do Ministério de Relações Exteriores; do Comitê de Contribuições das Nações Unidas – 1978/79 e 1989/90; Relator do Comitê das Nações Unidas sobre os usos pacíficos do espaço exterior, de 1978/80; várias condecorações nacionais, militares ou civis, além de internacionais, de Portugal, Itália, México e Japão.

Era o que tinha de apresentar, declarando, se me permitir, o voto secreto favorável à indicação do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Feito o relatório, na forma constitucional, concedo a palavra ao Sr. Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para dizer como e de que maneira pretende exercer a missão que lhe foi entregue e para a qual está sendo indicado pelo Presidente da República,

para exercer a função de Embaixador junto ao Reino da Espanha.

Com a palavra o Sr. Ministro Carlos Moreira Garcia.

O SR. CARLOS MOREIRA GARCIA – Muito obrigado, Sr. Presidente José Sarney, Sr. Senador Romeu Tuma, Relator, Srs. Senadores.

Se me é permitida uma palavra pessoal antes de começar esta exposição, Sr. Presidente, quero ressaltar que se trata de um momento muito emocionante para um diplomata de carreira que, com 30 anos de serviço, se apresenta pela primeira vez perante esta alta Comissão no Senado Federal, para ser sabatinado, por ter recebido do Presidente da República a indicação muito honrosa para um posto diplomático da importância que tem a Embaixada do Brasil em Madri.

Mas, se a emoção e a honra de estar aqui perante os Srs. Senadores são grandes, não é menor o meu empenho e o desejo de bem servir, dentro das melhores tradições da Casa a que me orgulho de pertencer, que é o Itamaraty.

Sr. Presidente, a presença da Espanha na história do Brasil é anterior até mesmo ao descobrimento. Um tratado assinado entre Portugal e Espanha, em 1494, em Tordesilhas, dava à Coroa Portuguesa a soberania sobre uma larga faixa do futuro território brasileiro e, acreditam alguns historiadores, foi um forte incentivo à viagem de Cabral em 1500. Mais tarde, em 1580, o Rei da Espanha tornou-se também Rei de Portugal, na chamada União das Coroas Ibéricas, e o Brasil foi incorporado aos territórios sob seu governo, uma situação que durou 60 anos.

Restabelecida a soberania portuguesa, foi preciso negociar com a Espanha a situação de fato criada na América do Sul pela ação desbravadora dos brasileiros, que tinham ido muito além da linha do meridiano traçado em Tordesilhas.

Um brasileiro ilustre, até hoje lembrado pelo Itamaraty como um de nossos patronos, Alexandre de Gusmão, conduziu as negociações do Tratado de Madri, de 1750, entre Portugal e Espanha, que deu ao Brasil um traçado muito próximo do definitivo.

O fim dos dois impérios coloniais ibéricos, nos primeiros anos do século passado, deixou um Brasil unido e as colônias espanholas divididas em quase duas dezenas de países independentes.

Nossas relações diplomáticas como país independente se concentraram, desde sempre, nos novos países de língua espanhola do Prata e são até hoje a primeira prioridade e a mais forte presente realidade da política externa brasileira.

A Espanha também contribuiu, pela imigração de centenas de milhares de espanhóis, para a formação do povo brasileiro, pessoas que aqui se estabeleceram, formaram famílias, uma comunidade trabalhadora e criativa que ajudou a enriquecer a cultura brasileira. Recentemente, inverteu-se o fluxo migratório e formou-se uma pequena colônia brasileira na Espanha, a qual o Itamaraty tem estado atento.

Em sua visita oficial à Espanha em fevereiro, o Ministro Luiz Felipe Lampreia instalou o Conselho de Cidadãos de Madri, um órgão composto por 12 personalidades representativas da colônia brasileira, que tem como função promover uma integração dos interesses dos cidadãos com o trabalho consular a cargo da Embaixada.

Passando aos dias de hoje, a Espanha, revivida pela associação à União Européia, democrática e próspera, volta-se, mais uma vez, para o continente americano. Indo além de sua imensa presença cultural, usando a mesma como base, a Espanha tem procurado, nos últimos anos, uma irradiação de suas empresas pela América Central e do Sul, com a novidade de, desta vez, incluir o Brasil entre seus objetivos.

A presença espanhola como investidor estrangeiro já é grande na Argentina, no México, no Chile e no Peru e a timidez inicial em relação ao Brasil foi superada à vista do sucesso inegável do Mercosul e do fortalecimento da economia brasileira.

No ano passado, foram dignos de nota os investimentos da Telefônica, uma empresa que acaba de ser privatizada, na aquisição de parte da Companhia Rio Grandense de Telefones e a aquisição de 50% das ações do Banco Geral de Comércio pelo Banco Sant' Ambere.

Também cabe menção ao Mafre, que é o maior grupo segurador espanhol, que comprou 95% da Companhia Vera Cruz de Seguros. Várias empresas espanholas no setor de autopeças formaram joint-ventures com empresas brasileiras para fornecer às montadoras instaladas no Brasil. A Gamesa, que é uma grande fabricante de peças e equipamentos, associou-se à Embraer na produção do novo avião M-145. O Grupo Sol Meliá já possui sete hotéis no Brasil e pensa abrir novas unidades. No setor de alimentos, a Tabacalera comprou a Rio Grande Tabacos e um dos maiores produtores mundiais de balas e de gomas de mascar anunciou a instalação de uma fábrica. Também um grupo varejista, chamado Continente, o segundo na Espanha, anunciou que planeja expandir a operação que tem no Rio Grande do Sul de forma a cobrir mercados no Sul e no Su-

deste. A Telefônica declarou que a sua presença na CRT é apenas indicativa de sua vontade de participar de outras privatizações no setor de telecomunicações no Brasil e no Mercosul. Outros bancos espanhóis além do Sant' Ambere declararam a sua intenção de participar do mercado brasileiro, dentro de uma estratégia para o Mercosul, pois já detém expressivas posições no Chile e na Argentina. Uma firma chamada Gás Natural, também com forte presença na Argentina, anunciou planos de participar de uma rede de gasodutos interligando sócios do Mercosul.

Mas a Espanha também tem presença importante nas Américas por suas empresas de mídia, principalmente a Agência F e a TVE. A Agência F oferece talvez a melhor cobertura jornalista sobre os países espano-americanos, para estes próprios e para o resto do mundo. Uma notícia sobre o Brasil chega mais facilmente aos nossos vizinhos pelo noticiário da F do que qualquer outra agência noticiosa. Já a TVE divulga seus programas de noticiário e entretenimento por toda a América Central e do Sul, usando, inclusive, canais de um satélite espanhol. É uma cobertura muita ativa e devemos buscar que inclua mais notícias sobre o Brasil para um melhor conhecimento do nosso País da parte de nossos vizinhos.

A Revista Economist, num artigo recente sob o título *O Mundo Espanhol*, fez uma afirmação muito interessante, que peço permissão para citar:

O verdadeiro ponto forte da Espanha no mundo não é militar, político ou econômico, é cultural. Uma vantagem chave é sua língua, hoje o idioma natal de 300 milhões de pessoas no Globo.

O espanhol é, na verdade, o único verdadeiro desafiante do inglês como língua universal. Em muitos lugares, inclusive na América do Norte e na Europa, o francês está sendo deixado de lado como primeira língua estrangeira que as pessoas aprendem.

No Brasil, temos visto crescer o interesse pelo espanhol, em grande parte graças ao Mercosul. O Governo espanhol tem, no Instituto Cervantes, um programa de formação de professores de língua espanhola que pode vir a ser instalado no Brasil com grande proveito. Ainda na área da cultura hispânica, eu gostaria de, fazendo uma digressão, citar Sérgio Buarque de Holanda, que, no seu livro *Raízes do Brasil*, diz:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e ela-

bora, em geral, os traços de outra cultura quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. No caso brasileiro, a verdade é que ainda nos associa à Península Ibérica uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura. O resto foi matéria que se sujeitou, mal ou bem, a esta forma.

No campo da cooperação educacional, é de grande interesse a participação de professores e estudantes brasileiros num programa de iniciativa do Instituto de Cooperação Ibero-Americana da Espanha chamado Intercampus. Também é muito interessante o número elevado de estudantes brasileiros de pós-graduação na Espanha. A Espanha chega a ser o quarto país de destino para estudantes brasileiros de pós-graduação.

Também é digna de nota a participação brasileira num outro programa espanhol, chamado Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, no qual o Brasil é o país com o maior número de cientistas envolvidos.

Na área cultural propriamente dita, a Embaixada dispõe de um instrumento muito útil na Casa do Brasil, um dos colégios maiores da *Universidad Complutense de Madrid*. Ela está instalada num próprio da União e dispõe de 124 quartos alugados a universitários; a maioria, infelizmente, é ocupada por estudantes de outras nacionalidades, porque a mensalidade é muito elevada para os bolsistas brasileiros.

A Casa do Brasil não recebe subsídios do Governo brasileiro, exceto na forma de complementação salarial do seu diretor, que é nomeado pelo reitor da universidade por indicação do Itamaraty. A Casa do Brasil dispõe de uma biblioteca importante, com cerca de dez mil volumes sobre a realidade e a cultura brasileiras, um banco de dados, em computador, sobre o Brasil, uma galeria de arte onde se fazem exposições com bastante freqüência, e cursos de língua e cultura brasileiras, tendo ela feito com a Universidade de São Paulo, a USP, um convênio que lhe permite conceder diplomas de proficiência. Esse é o primeiro convênio firmado pela USP com qualquer entidade estrangeira para a concessão de diplomas.

A Casa do Brasil publica mensalmente um boletim com tiragem de mil exemplares, distribuído a instituições acadêmicas e outras com interesse em

notícias sobre o Brasil, e vem realizando, a cada dois anos, um seminário sobre a realidade brasileira, em colaboração com o Conselho Espanhol de Estudos Ibero-Americanos e com a Embaixada, que desperta grande interesse e que publica um livro com os trabalhos do seminário.

Quanto à questão econômica, a economia espanhola concorreu com a economia do Brasil pelo oitavo e nono lugares entre as maiores economias do mundo até 1994. Com a estabilização da economia brasileira e o fortalecimento da moeda nacional, a diferença aumentou. Em 1997, o PIB brasileiro, segundo estimativa da Lei Orçamentária, rondava os US\$800 bilhões, enquanto o da Espanha deve estar em torno dos US\$600 bilhões. Mas, de qualquer forma, qualquer que seja a fonte estatística, são duas economias do mesmo porte, que estão entre as dez maiores do mundo. A diferença é que essa riqueza é dividida por cerca de 40 milhões de espanhóis, o que leva a uma renda per capita, em 1996, em torno de US\$15 mil anuais, quase três vezes maior que a dos brasileiros.

A estrutura produtiva é parecida com a do Brasil. Apenas para citar alguns exemplos, a indústria automobilística espanhola tem a presença das maiores produtoras mundiais, como no Brasil, e, em 1996, chegou à marca de dois milhões e quatrocentos veículos produzidos, havendo uma diferença do Brasil: dos dois milhões e quatrocentos mil, um milhão e novecentos mil foram exportados. Na Espanha, os veículos chegam a 25% do total das exportações, principalmente para outros países da União Européia.

As reservas monetárias espanholas, em 1996, somavam US\$61,8 bilhões, um número próximo das reservas brasileiras, e a dívida externa, por outro lado, estava na faixa de US\$59 bilhões.

A inflação está entre as mais baixas do mundo, 2,2% ao ano neste primeiro trimestre de 1997, enquanto a taxa de crescimento, para uma economia desse porte, européia, está bastante bem, em 3% ao ano. Os investimentos, em 1996, chegaram a 22% do PIB, enquanto a poupança interna foi de 19,8%, e a diferença é coberta por investimentos estrangeiros.

A economia espanhola se beneficiou de um grande aporte de fundos europeus, estimado em US\$30 bilhões a fundo perdido, no período que foi da adesão, em 1986, até 1995. Mas, ao mesmo tempo, empresas espanholas em expansão investiram no exterior, entre 1990 e 1994, US\$22,5 bilhões, e esse movimento vem se acelerando.

O atual Governo promete acelerar o ritmo das privatizações e espera arrecadar US\$79 bilhões com a venda de suas participações em diferentes empresas até o ano 2000.

Esses números, Sr. Presidente, dão o retrato de uma economia que, nos últimos 40 anos, de 1955 a 1995, multiplicou o seu PIB por cinco, a produção industrial por sete e o estoque de capital por quatro. São números impressionantes de uma economia moderna e dinâmica.

Prosseguindo na comparação da estrutura da economia espanhola com a brasileira, uma diferença grande se nota no setor de turismo, que, na Espanha, chega a ter 5% do PIB e é muito desenvolvido desde a década de 50. A Espanha tem acolhido mais de 60 milhões de visitantes a cada ano. A imensa maioria são europeus. Do Brasil, em 1995, foram 360 mil turistas, o que não é pouco se compararmos com os 197 mil japoneses naquele ano, portanto, bem menos, e com os 1,6 milhão de americanos, que são turistas contumazes.

O setor turístico brasileiro muito se poderia beneficiar com programas de treinamento de executivos e de planejadores de turismo, aprendendo com os acertos e evitando alguns dos erros cometidos na primeira fase de expansão do turismo no sul da Espanha. Na recente visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, em abril, foi firmado um acordo de cooperação que será brevemente implementado pelo Itamaraty e pela Embratur.

Uma outra diferença que se nota é um maior percentual do comércio exterior espanhol em relação ao produto nacional. O comércio exterior, em 1996, foi de US\$150 bilhões, nos dois sentidos. A explicação óbvia é o comércio dentro da zona integrada da União Européia, que foi responsável por 72% desse total. O comércio com o Brasil tem ficado em torno de 1%, o que parece pouco em termos absolutos, mas que, se comparado ao 1,3 do Japão ou aos 4,1 dos Estados Unidos, mostra que se certamente há campo para expansão, principalmente para a diversificação de nossas exportações, devemos estabelecer metas realistas.

A título de informação sobre o comércio bilateral, em 1996, os últimos dados nos dão exportações de US\$937 milhões, um aumento de 7%, e importações de US\$902 milhões, um acréscimo de 10%. O saldo favorável ao Brasil foi pequeno e se tem reduzido nos últimos anos, principalmente em decorrência de maiores importações brasileiras de autopeças e veículos automotores.

O perfil de nossas exportações é mais ou menos o mesmo das destinadas à União Européia: farelo de soja, soja, minério de ferro, café e couro, sendo os produtos de maior destaque. Já as importações brasileiras, além de veículos e autopeças, se concentraram em livros, ferramentas e azeite de oliva.

O maior problema da economia espanhola tem sido o desemprego. Quando Felipe González assumiu o poder, em 1982, a taxa de emprego estava em 16%. Quatorze anos depois, a muito bem sucedida adesão à Comunidade Européia, um enorme progresso material, e a taxa, em 1996, estava em 22%. É um recorde negativo na Europa e na OCDE, inclusive pela longa duração do fenômeno em níveis tão altos.

Ao se examinar a composição do índice, algumas especulações surgem: muitos dos desempregados trabalham sazonalmente na indústria do turismo, muitos estão na faixa dos 16 aos 19 anos, e na faixa acima de 55 anos, e a administração do salário-desemprego não é muito clara quanto a limite de qualificação e prazos de pagamento.

Finalmente, especula-se sobre a dificuldade para qualquer despendimento e para o alto custo da Previdência, que chega a 40%, como desincentivos ao crescimento das contratações.

Muito recentemente, no mês de abril, foi firmado um acordo muito importante entre empresários e sindicatos, nos moldes dos Pactos da Moncloa, que vai permitir a flexibilização dos contratos de emprego e a sua desgravação penitenciária. Se for bem sucedido, será um marco histórico na luta espanhola contra o desemprego.

Esse acordo está dentro da tradição da redemocratização espanhola de buscar as grandes soluções em fórmulas consensuadas, com a participação de empresários e trabalhadores sob a tutela do Governo.

Uma característica política fundamental da Espanha é o forte regionalismo, que chega ao limite mesmo da descentralização. São 17 chamadas comunidades autônomas, das quais as mais resistentes historicamente ao poder central foram a Catalunha e o País Basco. A Constituição de 1978, para acomodar o processo de descentralização, estendeu poderes legislativos e fiscais a essas comunidades, que correspondem, mais ou menos, às províncias históricas, uma política conhecida, na época, como "café para todos".

Além disso, a Constituição prevê que competências reservadas ao poder central podem, por via negociada, ser delegadas aos governos autônomos.

Em decorrência, além da Catalunha e do País Basco, a Galícia, a Andaluzia e as demais regiões vêm apresentando ao Governo central sucessivas reivindicações de autonomia fiscal, trabalhista e de previdência social, numa disputa em que cada solicitação atendida passa a ser o patamar da próxima.

Posso fazer uma outra citação para mostrar como essa característica espanhola é arraigada. Luís de Camões, ao dar a palavra a Vasco da Gama para descrever à Europa, assim se refere à Espanha:

Eis aqui se descobre a nobre Espanha,
com nações diferentes se engrandece,
cercadas com as ondas do oceano,
todas de tal nobreza e tal valor,
que qualquer delas cuida que é melhor.

A vida política espanhola está passando por um momento muito interessante, com a ascensão ao Governo nacional, pela primeira vez, do Partido Popular, após 14 anos de domínio do Partido Socialista, sendo que o Primeiro-Ministro Felipe González foi eleito quatro vezes e formou governos majoritários por mais de dez anos. O Partido Popular foi eleito com uma plataforma de integração européia combinada com privatizações, controle do déficit público e fortalecimento da posição espanhola na OTAN.

No pleito eleitoral de 3 de março de 1996, obteve o PP 9.716.000 votos e ganhou 156 cadeiras nas Cortes, num total de 350, enquanto o Partido Socialista teve 9.400.000 e fez 141 deputados. A Esquerda Unida teve 2.600.000 votos e fez 21 deputados, mas não tinha condições políticas de se aliar a qualquer dos dois partidos majoritários. A Convergência e União, um partido da Catalunha, que havia assegurado a maioria de Felipe González na aliança feita na legislatura anterior, somou 1.150.000 votos e fez 16 deputados. Após prolongadas negociações, a Convergência e União aliou-se ao PP, formando um bloco de que participa também o Partido Nacional Vasco, com cinco deputados, e a Coalizão Canária, com quatro deputados.

No pleito de 1996, votaram 25 milhões dos 32.500.000 eleitores, em candidatos de 70 partidos registrados, dos quais apenas os cinco mencionados tiveram mais de 1% dos votos. E 52 partidos tiveram menos de 20.000 votos.

Os 350 deputados são eleitos em distritos plurinominais, variando entre 3 e 34 – que é Madri – deputados por distrito.

O PP, Partido Popular, concorreu pela primeira vez nas eleições de 1989, quando teve 5 milhões e 200 mil votos. Em 1993, chegou mais perto da vitoria,

com 8 milhões. E, finalmente, em 1996, venceu, mas sem a maioria absoluta.

A principal linha de atuação do governo, chefiado pelo Presidente José María Aznar, tem sido a de garantir a presença espanhola ao lado das principais economias européias no momento da formação da moeda européia, o euro, o que pressupõe uma adesão estrita a critérios macroeconômicos de contenção do déficit fiscal, da inflação e da variação cambial.

Ainda não está claro se a data fixada para o lançamento da nova moeda, que é 1º de janeiro de 1999, será mantida. Até mesmo a Alemanha tem tido dificuldades com os chamados critérios de convergência e há hesitações no núcleo central da União Européia quanto à presença da Itália no momento inicial de formação da moeda única.

A recente eleição na Inglaterra e as próximas eleições na França poderão trazer novos elementos a essa discussão, que desenrola em toda a Europa, quanto aos critérios de Maastricht e seus efeitos sobre a economia e o emprego nos países da União Européia.

A Espanha foi instrumental quando ocupou, em 1995, a Presidência de turno da União Européia na finalização das negociações do acordo-marco União Européia/Mercosul, firmado pelo Brasil durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Madri em dezembro de 1995.

Esse acordo, a que atribuímos grande importância e que foi o primeiro, jamais firmado, da União Européia com outro bloco regional, deverá guiar as negociações de um amplo acordo comercial dos dois blocos no correr dos próximos anos, em paralelo com a negociação da Alca no hemisfério americano.

A coordenação em matéria de política exterior com a Espanha, em áreas em que os interesses brasileiros e espanhóis coincidem largamente, também se estende ao mecanismo conhecido como Cúpula Ibero-Americana, que é uma associação lata de países latino-americanos da Espanha e Portugal, que reúne anualmente chefes de Estado e de governo.

As reuniões preparatórias desses encontros de alto nível serão sempre uma ocasião para um confronto entre aqueles países com maior capacidade de atuação diplomática, como são o Brasil e a Espanha, com benefícios mútuos e que poderá conduzir a uma maior eficácia dessas cúpulas.

As relações bilaterais estão, hoje, estruturadas pelo Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madri, em 1992, e que está em vigor desde 1994. Esse Tratado Geral estabelece encontros bilaterais periódicos para o tra-

tamento de temas políticos, econômicos, comerciais, culturais, educacionais e de ciência e tecnologia.

Durante recente visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia a Madri, foi instalada a grande comissão prevista pelo Tratado. E as comissões setoriais, formadas por dirigentes dos dois países, poderão passar a se reunir regularmente, buscando adensar as relações bilaterais, tornando mais assíduos os contatos intergovernamentais e estabelecendo uma agenda ampla e organizada.

Estão em vigor entre o Brasil e a Espanha convênios, acordos e convenções, regulando relações nas áreas sanitária, pecuária, florestal, pesqueira, cooperação técnica, científica e tecnológica, transportes e comunicações, previdência social, cooperação cultural, acordo na área nuclear, na área financeira e na área consular e jurídica. No momento, existem negociações em andamento para acordos de garantia de investimentos e para evitar a bitribuição.

A recente visita do presidente espanhol ao Brasil, que tive a honra de acompanhar, permitiu-me ver um desejo muito claro de aproximação com o Brasil no campo político-diplomático, no campo comercial, na área de investimentos na infra-estrutura brasileira e do Mercosul e da cooperação cultural.

O Presidente Fernando Henrique e o Primeiro-Ministro Aznar constataram uma grande coincidência de posições em suas políticas de modernização e estabilização das economias e aceleração do processo de privatização de estatais, de reforma da administração pública e da previdência social.

Foi uma visita muito bem sucedida e que terá sua continuidade numa visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Espanha, conforme o convite que lhe foi feito e aceito, em data a ser marcada, provavelmente no ano de 1998. Enfim, esse é um quadro sumário do relacionamento Brasil/Espanha, uma relação antiga, sem crises e diplomaticamente correta.

Esses são adjetivos de baixo conteúdo emocional ou político. Talvez sejam mais visadas, em termos de opinião pública, as relações recém-estabelecidas, as relações críticas ou aquelas que ultrapassam os limites da diplomacia. Mas, como diplomata profissional, acredito que deveríamos procurar manter nossas relações nestes patamares: amigas, corretas e acríticas; se não chamam a atenção, são as que podem ser proveitosas e duradouras. Isso porque as relações diplomáticas não são um fim em si mesmas. São, isso sim, a base para as relações reais, aquelas estabelecidas pelos estudantes que

completam seus estudos em outros países, pelos empresários que expandem seus negócios e aumentam a produtividade de seus trabalhadores, pelos turistas que conhecem outras culturas, pelos jogadores de futebol que encantam suas torcidas e trazem alegria a brasileiros e espanhóis, enfim, por todos os brasileiros e espanhóis que podem ganhar com o conhecimento de países tão próximos como o Brasil e Espanha para levarem vidas mais plenas.

Caso mereça aprovação de V. Ex's, pretendo conduzir os trabalhos da Embaixada em Madri dentro dessa perspectiva e tendo sempre em conta as palavras de Carnões que dizia que "a disciplina prestante não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos passar agora a segunda parte de nossos trabalhos, e a reunião passa a ser secreta. Pediria aos Srs. e Sras. presentes que dessem condições à Comissão de cumprir com o Regimento.

(A reunião transforma-se em secreta às 12h05min e volta a ser pública às 13h06min.)

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, trata-se de designação cumulativa, visto que ela já exerce a função na Embaixada do Brasil junto à Federação Russa, para, cumulativamente, exercê-la na República da Geórgia.

S. S^a preenche todos os requisitos legais e acredito que poderá ser aprovado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pediria aos Senadores para que tivéssemos a oportunidade de votar a indicação da embaixadora.

O SR. ROMEU TUMA – Tem que votar? Acredito que não precisa votar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com uma comunicação do Tribunal de Contas da União, basicamente a nossa função é esta de apenas fazer essas recomendações, mas a Comissão de Relações Exteriores tem a competência de opinar sobre esse ofício. Penso que só temos uma contrária, que é a conclusão da Senadora Emilia Fernandes, que opina pelo arquivamento, recomendando essas providências que foram sugeridas no parecer. Entendo ser essa a decisão a ser tomada pela Comissão.

Se todos estiverem de acordo, considero aprovada. (Pausa.)

Item 10 da pauta.

O Sr. Senador José Agripino é o relator.

Comunico ao Senado Federal a realização em Genebra, na Suíça, da 85^a Reunião da Conferência

Internacional do Trabalho, no período de 3 a 19 de junho de 97. Consulto sobre o interesse desta Casa em indicar representante para participar do referido evento, na condição de observador parlamentar integrando a delegação oficial do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, pedi ao Ministério do Trabalho que comunique a ocorrência ... (fora do microfone) ... solicita do Senado uma orientação sobre se deseja participar como observador parlamentar.

Já participei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como observador parlamentar de uma reunião da OIT com assuntos da maior importância, porque é uma Conferência entre empregado, empregadores e governos, que debatem assuntos correlatos, tendo oportunidade, nessas reuniões, de conversar informalmente, atualizar-se... (inaudível)... a participação dessa Conferência da OIT.

Se eu aqui tivesse que opinar entre a participação do Senado como observador parlamentar na ONU ou na OIT e só houvesse essa alternativa, opinaria por participar da Conferência da OIT, por entender da importância de que essa Conferência se reveste. Entendendo, no entanto, que as despesas correm por conta do Senado, nosso voto é favorável, com a recomendação de que seja enviado um único representante, um único Senador, que deve assumir a obrigação de, no seu retorno, prestar contas à Casa, apresentando um relatório completo das atividades de que participou.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Continua em discussão a matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, endosso as palavras do eminente Senador José Agripino. Realmente, essa ida à Organização Internacional do Trabalho chega a ser mais produtiva do que a ida à ONU.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir que eu tome a ousadia, eu gostaria de lembrar - V. Ex^a terá que indicar um só candidato - que indicamos o nosso companheiro Senador Roberto Freire, que se tem debruçado muito sobre essa matéria. Tenho acompanhado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a sua atuação nessa área.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Quero esclarecer à Comissão que a competência para indicar o nome desse representante é do Presidente

do Senado Federal. Mas aditaremos ao parecer do Senador José Agripino Maia a lembrança de V. Ex^a.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 5 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, o item nº 5 aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia. O Relator, Senador Guilherme Palmeira, conclui pela oportunidade da adesão brasileira ao presente acordo sobre serviços aéreos entre os dois países.

Portanto, o parecer é favorável a essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O parecer é favorável à aprovação do texto do acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao último item da pauta, Item nº 11, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 17, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, nas condições que menciona. O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, V. Ex^a já fez o enunciado do projeto, que autoriza a doação de alimentos a Angola, Moçambique e Namíbia.

Na Comissão de Relações Exteriores, Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, uma emenda acrescentou Cuba como um dos beneficiários dessa doação e pediu para elevar o montante de alimentos de 10 mil toneladas para 20 mil toneladas.

Trata-se de um caso de solidariedade e amizade. Somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O parecer é favorável ao projeto.

Em discussão.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de pedir que a Comissão solicitasse urgência para a votação. Algumas dessas ajudas correspondem a processos graves que ocorreram em alguns desses países há algum tempo. Essa seria uma demonstração de que o Brasil se solidariza com essas populações.

Peço urgência para essa votação no âmbito do Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O apelo de V. Ex^a será transmitido aos Líderes.

Concedo a palavra ao Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o mesmo apelo feito pelo Senador Roberto Freire. Realmente, essa ajuda tem que ser dada antes que essas populações morram de fome.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço a todos pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h13min.)

6^a Reunião, realizada em 15 de maio de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Bianco, Pedro Simon, Arthur da Távola, Abdias Nascimento, Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Levy Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da Mensagem nº 99, de 1997, do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Fe-

deral, o nome do Senhor Marcos de Castro Azambuja, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma. Após a exposição, o Senhor Presidente determina que à Reunião torne-se secreta para que seja procedida a votação. Reaberta a Reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o anexo taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Vamos cumprir a nossa agenda.

Item nº1.

Mensagem nº 99, de 1997, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa.

Peço ao Secretário da Comissão que introduza no plenário o Embaixador Marcos Azambuja. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Relator da matéria.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, veio a esta Comissão Mensagem do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa.

A Constituição indica que se faça por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente, após a devida arguição.

O art. 103, item 3, do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, notadamente quanto à arguição e reunião secreta – alínea c.

Consta dos autos da presente mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383. Registre-se igualmente a presença de notas de seis páginas referentes ao *status questiones* das relações Brasil-França.

(Leitura do curriculum vitae do Sr. Marcos Castrioto de Azambuja)

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Quero, de forma particular, acrescentar que o Ministro Azambuja sempre foi um idealista no exercício da sua profissão. Tenho certeza, por tudo que aprendi ao seu lado, de que foi por opção e vocação que abraçou essa carreira; dele me servi por várias vezes, servi-me para bem executar a minha missão como Diretor da Polícia Federal, caminhando ao lado do Embaixador Azambuja em horas difíceis da vida nacional.

Portanto, apesar de o voto ser secreto, não posso deixar de dizer que vou votar em "bola branca" para o nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Na forma do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição da República, concedo a palavra ao Embaixador Marcos Azambuja para dizer à Comissão como encara a missão para a qual está sendo indicado pelo Senhor Presidente da República de Embaixador do Brasil junto à França.

O SR. MARCOS CASTRIOTO DE AZAMBUJA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e queridíssimo amigo José Sarney, Srs. Senadores que integram esta Comissão, outros Parlamentares e autoridades que me honram com sua presença, meus senhores e minha senhoras, amigos todos, estou aqui para cumprir um dever, que é também uma honra e, muito especialmente, um prazer.

Volto, Sr. Presidente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, depois de cinco anos como Embaixador na Argentina, para procurar obter esse indispensável e prestigioso assentimento para que possa desempenhar novas funções como Embaixador do Brasil na França.

Não lhes falarei, assim, dos últimos anos, se não para dizer-lhes, com reconhecimento, que, nesse período, invariavelmente, contei com o conselho e o apoio desta Casa. Devo sim trazer-lhes algumas idéias e projetos de como pretenderia cumprir a minha missão em Paris.

Representar o Brasil na França é certamente muito mais do que representar um governo junto ao outro. A França, além de ser uma grande potência em si mesma, membro permanente do Grupo dos Sete, membro permanente do Conselho de Segu-

rança das Nações Unidas, quarta economia do mundo, uma ponta do eixo fundacional da União Europeia, do qual o outro extremo é a Alemanha, além de ser sede de importantes organizações internacionais, é, sobretudo, um país sem o mal da civilização e da cultura para todos os povos do mundo e umas das matrizes do pensamento brasileiro.

Permitam-me citar, logo de início, como breve ilustração, meu velho mestre, o Embaixador Gilberto Amado, Sr. Presidente – também seu amigo e seu admirador –, que dizia que um visitante, ao chegar, não vem ver a França, mas sim verificar a França. Com isso, ele queria dizer que quase todos chegamos àquele país com amplo conhecimento prévio de sua história e de sua cultura, resultado de tantas leituras e imagens, porque, mais do que uma descoberta, buscamos a confirmação enriquecedora de tudo aquilo que tínhamos ouvido falar e que finalmente encontramos. Dizia mais: sintetizando o extraordinário papel que a França tem há tantos séculos, de ser o leito por onde passam a história e as idéias, dizia ele que uma rua de Paris é um rio que vem da Grécia.

Assim, é inevitável que o representante brasileiro em Paris, além de cuidar da grande e crescente trama de interesses compartilhados, que hoje unem o Brasil e a França, traga consigo uma bagagem de associações, memórias e referências, que fará com que sua ação se exerça sempre no terreno privilegiado da intimidade, da relevância recíproca e de uma imensa carga de valores que nos são comuns.

Será especialmente fácil para mim, Sr. Presidente, que nasci no Rio de Janeiro, à vista da Ilha de Villegaignon, não esquecer que houve presença significativa dos franceses no nosso País já logo depois da descoberta e que, desde então, não houve virtualmente momento de inflexão de nossa trajetória nacional de que a França estivesse alheia.

São, sabemos todos, da França as vozes cujos ecos chegam até as montanhas de Minas Gerais, no fim do Século XVIII, trazendo aos conjurados a mensagem da liberdade. A nossa República se faz na moldura de uma forte influência positivista, movimento também que tem sua origem no pensamento da França.

Não quero citar outros momentos, personalidades e exemplos, porque desejo aqui resistir a uma fácil tentação: a de fazer tantas alusões à cultura que nos aproxima e ao passado que nos identifica; que ocupe parte excessiva do tempo desta exposição ao que já é história, antes de me concentrar na-

quilo que sobretudo importa e que devemos, a partir da agora, fazer juntos.

Não seria apropriado que a bagagem do passado, por mais densa e rica que seja, prejudique a velocidade com que devemos consolidar uma nova e promissora fase de nossas relações.

Posso e devo afirmar, sem hesitação, que as visitas de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França, em maio de 1996, e a do Presidente Jacques Chirac, em março de 1997, ao Brasil, definiram um novo momento dessa longa relação entre os dois países e a colocaram num patamar mais elevado. Os dois episódios são modelos exemplares da eficácia da chamada diplomacia presidencial, poderoso instrumento para definição de novos impulsos e prioridades.

É a partir do que foi desenhado pelos dois Chefes de Estado que identifico qual deva ser, na sua essência, a missão que me caberá desempenhar e para exercício da qual procuro a aprovação de V. Ex^{as}.

Permita-me, Sr. Presidente, recordar que estivemos juntos em Paris, quando a França comemorou os 200 anos da Revolução Francesa, que foi uma efeméride não só francesa, mas uma grande data da liberdade no mundo. Estava V. Ex^a presente porque nós todos festejávamos uma liberdade da qual compartilhávamos. Ela nasceu ali, mas todos somos herdeiros dela.

Continuo, Sr. Presidente, ao dizer que, portanto, volto a Paris com o terreno recém-semeado por dois grandes estadistas que conduzem os destinos dos nossos povos e com a minha missão facilitada pela gestão competente do meu predecessor e amigo Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa.

O Brasil democrático, economicamente estável e aberto para o mundo de hoje, encontra-se com uma França redirecionada, que volta a ter pela América Latina acentuado interesse, assentado menos nas antigas expressões retóricas que numa avaliação clara e abrangente da extensão de seus interesses efetivos e potências nessa região e, sobretudo, em nosso País.

O Brasil, por seu lado, além de identificar na França um parceiro significativo em si mesmo, percebe naquele país uma via de acesso preferencial à União Européia; e ela acredita ver em nós o sócio prioritário dessa parte do mundo para a construção da grande ponte, que deverá unir o Mercosul ao processo de integração na Europa.

Já somos o País fora da órbita da OCDE, onde a França fez seus investimentos mais importantes,

circunstância prestigiosa e por todos os títulos benéfica para ambos.

Somos também o País da América Latina com o qual a França mais comercia e, nessa categoria, somos seguidos de perto pelo México e pela Argentina.

O nosso contencioso comercial é pouco significativo, e acredito estar bem-encaminhado em direção a soluções duradouras e equitativas.

Assuntos delicados como os da Casa do Brasil, na Universidade de Paris, serão objeto do meu assíduo cuidado.

Os novos sinais do clima, criado pelas duas visitas de Estado, já são evidentes. Grandes empresas da França, como a Renault, a Electricité de France, a EDF, entre outras, começam a investir maciçamente no Brasil seja através da implantação em novos projetos produtivos, seja pela participação em nossos programas de privatização. As numerosas empresas francesas que tradicionalmente operavam no Brasil e menciono a Rhône-Poulenc, a Saint Gobain, o Carrefour, Michelain, os grupos Sudameris e Baribás, entre outras, que também ampliam seus investimentos, juntam-se agora a novos atores, que são a expressão dessa renovada confiança da França em nós, em penhores da fé no presente e no futuro de nosso País.

Bastaria talvez assinalar que o Brasil continua a ser – e trabalharei para que seja cada vez mais, já que os atuais níveis de investimento e comércio entre nós ainda me parecem modestos, dado ao potencial de ambos os mercados – o principal parceiro da França na América Latina. E hoje já não seria fácil apontar um grande grupo francês na área industrial, financeira ou de serviços que não tenha estabelecido pelo menos uma cabeça de ponte em nosso País ou que não esteja em processo de fazê-lo.

Além do reforço de nossa visibilidade e credibilidade, as duas visitas dos Chefes de Estado trouxeram também importante incremento de nossa cooperação cultural, educacional, científica e tecnológica. Quero destacar a importância do Acordo Quadro de Cooperação que existe entre nós, talvez o mais eficaz e abrangente que o Brasil mantenha com qualquer país.

Existe entre o Brasil e a França uma arquitetura de acordos já assinados, cujo número se eleva a mais de 50 e que nos oferece a moldura necessária para que possamos trabalhar em todos os setores prioritários entre nós. Identificamos informática, agropecuária e sua pesquisa, ciências biomédicas, biotecnologia, proteção ao meio ambiente, etc..

Temos que continuar nessa cooperação, aproveitando um dado fácil e significativo, que é o espontâneo interesse recíproco que existe entre nós e essa fértil curiosidade que os franceses sempre tiveram pelo Brasil, e nós por eles.

Assentado nessa grande credibilidade que o Brasil democrático acrescentou, há também grandes avenidas de cooperação na área militar, nas ciências e tecnologias duais ou chamadas sensíveis.

Não posso esquecer também as possibilidades de cooperação com a França no campo do turismo e hotelaria, onde a França é um dos grande países líderes, capaz de organizar sistemas de lazer de grande técnica. Creio que, sobretudo no Nordeste do Brasil, existem oportunidades adicionais de cooperação com a França.

Eu queria também acentuar que trabalharei com a facilidade da boa, excelente relação que existe entre o Presidente Jacques Chirac e o Presidente Fernando Henrique Cardoso e entre o Ministro Luiz Felipe Lampreia e seu colega francês.

Eu gostaria de me referir, com sua licença, a uma presença da França, agora fisicamente mais próxima ao Brasil: refiro-me ao Departamento Francês da Guiana, com o qual compartilhamos uma fronteira que faz com que a relação entre o Brasil e a França tenha um traço de união adicional; que possamos desenvolver, com eles, aqueles tipos de programas e projetos que só a contigüidade geográfica permite. É uma curiosidade, mas creio que vale a pena assinalar que é com o Brasil que existe a mais extensa fronteira francesa, da ordem de 650 quilômetros. Acredito que há oportunidades importantes para que o Brasil amazônico, em particular, e o Amapá, em especial, possam desenvolver com a Guiana traços ainda mais eficazes de cooperação às possibilidades e às perspectivas que nos oferecem as bases de Curu e Alcântara. Há um entrelaçamento transfronteiriço muito valioso, em outras palavras, na área do desenvolvimento de modelo de segurança e controle de fronteiras mais eficazes, desenvolvimento sustentável. Há muito o que fazer nessa área.

Portanto, o que eu queria dizer é que a singularidade dessa vizinhança física entre um país europeu e um país sul-americano permite que tenhamos um tipo de relação que, geralmente, só se dá entre vizinhos físicos; e também que possamos engajar, em nível operacional, agências e atores franceses normalmente dissociados das relações internacionais com países geograficamente distantes.

Vou trabalhar para que os Governadores, os Parlamentares e todos os grandes atores amazôni-

cos brasileiros possam estabelecer com a França, na vizinhança da Guiana Francesa, uma relação que tenha a especificidade única de que o Brasil é o único grande País tropical que faz fronteira com a Europa comunitária. Isso é alguma coisa importante e útil que se pode fazer.

Também dialogarei, em Paris, com os representantes da Assembléia Nacional Francesa do Departamento Francês da Guiana, com quem temos relações.

Eu lhe havia dito, Sr. Presidente, que a Guiana é sede de importantes organizações internacionais – a Unesco é o exemplo mais eloquente. Tanta importância damos a ela que há uma representação especial brasileira, hoje chefiada pelo Embaixador Fernando Pedreira, queridíssimo amigo com quem também irei cooperar de perto.

Quero destacar a importância de que a sede da Interpol esteja na França, em Lyon. Também nessa área há uma grande agência internacional; na medida em que o crime torna-se mais transnacional, mais perigoso, a Interpol adquire uma relevância crescente, e com ela os vínculos devem ser também mais importantes.

Menciono também a União Latina, chefiada por um outro Colega e amigo brasileiro, Embaixador Geraldo Holanda Cavalcante, com quem vou trabalhar assiduamente.

Queria apenas destacar que o Régime de Controle de Tecnologia Missilística, o MTCR, o Comitê de Controle e Venda de Armamentos, tem sede na França e, portanto, há uma série de outras avenidas adicionais de aproximação que devemos e podemos explorar.

Mas é sobretudo com a OCDE que pretendo dedicar uma parte significativa dos meus esforços. Não falei o que é a OCDE, todos já conhecem, é um dos grandes órgãos organizadores da vida financeira, da vida econômica e da vida comercial; é o clube, se quiserem, dos países mais significativamente poderosos na economia mundial. E o Brasil já tem uma relação imensa, ativa com a OCDE, através da presença, seja como membro pleno, seja como observador, em vários de seus comitês. Portanto, com a OCDE vou procurar um adensamento e estreitamento de contatos.

Quero assinalar que viajo instruído a ampliar esse relacionamento, sem, pelo momento, pretender uma admissão plena do Brasil à Organização, assunto cuja evolução requer passos medidos, criteriosa avaliação de opções e ajustada negociação de interesses.

Creio que seja de interesse especial desta Casa, Sr. Presidente, dizer que o Parlamento Europeu tem sede em Strasbourg, na França. Portanto, pela via bilateral, dentro dos limites do meu mandato, procurarei reforçar a relação do Parlamento Brasileiro com o Parlamento Europeu, aproveitando as vantagens dessa geografia tão favorável a esse estreitamento e ao interesse que a França sempre, dos europeus, dedicou, sobretudo na área Parlamentar, ao Brasil.

Devo aos Srs. Senadores uma brevíssima explicação sobre o momento político que a França atravessa, as eleições convocadas para o primeiro turno, em 25 de maio, e segundo turno, em 1º de junho, que é uma aposta importante que fez o Presidente Chirac, que, ao antecipar o processo eleitoral, essas eleições parlamentares gerais, reforçará sua posição parlamentar, ganhará mais quatro anos e, sobretudo, conseguirá que a França aumente sua confiança em que o rumo que pretende fazer de aproximação crescente com a Europa, de aproximação dessa unidade monetária comum, dessa flexibilização do Estado e, de certa maneira, sua modernização, receberão um endosso da sociedade francesa. Mas é ainda uma aposta.

Tudo o que eu leio e ouço indica que a coisa requer ainda uma previsão nos últimos dias, as oscilações das pesquisas de opinião são abruptas e é difícil estabelecer com clareza, principalmente porque a centro-esquerda francesa, liderada por Lionel Jospin, parece ter feito certos ganhos de opinião pública, portanto, é difícil prever.

Eu havia dito, sobre dois parágrafos que creio vale a pena ler, que para a França, que atravessa um crescimento econômico muito modesto nos últimos anos, com um contingente de desempregados significativo, é difícil adaptar-se às novas exigências comunitárias e aos desafios de uma economia globalizada, intensamente competitiva, e com uma vertiginosa incorporação tecnológica.

Parece que a França, depois de anos em que o Presidente Mitterrand, em outros momentos, trouxe àquele país uma quietude política que não era habitual na sua história recente, volta a viver um período de debate político mais intenso e acentuado, o que estimula aquele país a ter uma ressonância quase que universal. A França é a terra, por excelência, das afirmações da individualidade, do amor pela discussão política e, se eu pudesse dizer, um quase paradoxo da paixão pela racionalidade. A França é o único país que, ao mesmo tempo, defende a racio-

nalidade da maneira mais rigorosa e o faz da maneira mais apaixonada.

Diria que, novamente, a França, que inventou a expressão "esquerda" e "direita", o debate entre a esquerda e a direita, com novos discursos, adquire uma nova fertilidade. Uma das funções da França sempre foi fertilizar o mundo de conceitos, idéias e, por que não, até mesmo de palavras.

Os Acordos de Maastricht são uma elevação imensa entre a intimidade dos sócios europeus. A conformação de uma moeda única é um desafio extraordinário. A França, nessa fase de economia crescendo discretamente, tem dificuldades de fazer, com a velocidade que os tempos requerem, os ajustes que também os tempos exigem.

Espero que todas as resultantes de pressões, tendências, levem a uma França mais aberta agricolamente, de outra maneira, aos produtos brasileiros, mais apta a cooperar conosco; que possamos ter, breve, um parceiro europeu ainda mais ágil, mais dinâmico e, essencialmente, mais a fim de nós.

Queria registrar, acho que é uma satisfação mundial, o compromisso francês com o fim dos ensaios nucleares do Pacífico Sul. Essa era uma atividade residual, que causava à França desgaste, inquietação aos vizinhos do Pacífico, repúdio universal. Creio que é bom que a França tenha tomado esse passo; ela foi objeto de elogios universais por essa decisão.

Acredito ser útil assinalar como a França foi importante na adoção final da convenção sobre armas químicas, de como a França continua ativa no Oriente Médio, na Antiga Iugoslávia, no norte da África. A França é um país líder nessa ação organizada, humanitária, como sua ação recentemente em Ruanda; é um país de humanismo militante, de vontade de ajudar e assistir, que tende a ser uma força viva na sociedade francesa. Não se cria a declaração dos direitos humanos, não se cria o conceito sem que esse fique profundamente involucrado numa sociedade que o inventou, de certa maneira.

Também a França, embora não tenha voltado plenamente à OTAN, encontrou uma maneira de se reaproximar da mesma e que entre os aliados europeus hoje existe uma capacidade de entendimento muito próxima.

Um dos dados essenciais, além da felicidade do momento da relação bilateral, é que a França sinalizou muito claramente que aquilo que quer com o Mercosul quer conosco, uma relação extraordinariamente densa. O senhor sabe melhor que ninguém o quanto acredito que a vocação do Mercosul é univer-

sal. Temos uma geografia que nos faz necessariamente parceiros do mundo. Não pode haver para o Brasil nenhuma associação excludente, portanto, é com a Ásia, com o Pacífico, com a América do Norte, até com a Europa que temos que dirigir com grandes vetores os nossos interesses e aproveitar essa disposição extraordinária do Presidente Chirac, que veio aqui, a outros países do Mercosul, dizer claramente que a Europa espera um adensamento de relações.

Sr. Presidente, feitos esses comentários de caráter histórico, geral, prospectivo e retrospectivo, uma das mais gratas responsabilidades do Embaixador do Brasil é cuidar da comunidade brasileira que a qualquer título resida na França, ou nela se encontra para estudos, negócios ou lazer. É uma grande comunidade, e eu supervisionarei com a maior diligência as atividades das repartições consulares brasileiras na França, para que os nossos nacionais tenham sempre seus direitos atendidos e sejam objeto de tratamento não discriminatório e respeitoso, o que não será, acredito, tarefa difícil nas relações entre duas democracias guiadas pelo mesmo ordenamento jurídico e subordinadas ao mesmo respeito às liberdades essenciais.

Dedicarei, igualmente, boa parte do meu tempo a auxiliar os correspondentes da imprensa brasileira que trabalham na França e a orientar os jornalistas franceses que se ocupam do Brasil. Vou procurar, com esses jornalistas franceses, superar as simplificações e as generalizações, em boa medida, estereotipadas, que alguns meios de comunicação francesa ainda aplicam ao Brasil, aos brasileiros, não para vender uma imagem cosmética do Brasil, mas para sugerir uma atualização da imagem que têm do nosso País.

Manterei intensamente mobilizadas, como já vem ocorrendo, a Galeria Debret, Espaço Cultural Jorge Amado, a Sala Villa-Lobos, locais prestigiosos onde a Embaixada realiza um extraordinário trabalho de acolhida e apção aos nossos artistas e intelectuais e também aos seus colegas franceses, interessados numa aproximação especial com o Brasil:

Sr. Presidente, darei atenção prioritária a todas as etapas da participação do Brasil na Copa do Mundo de Futebol, que se realizará na França em 1998, para que nossos jogadores, dirigentes e torcedores sejam recebidos com afeto e estímulo. Gostaria de pensar que a França, onde é reconhecido o natural apoio à sua seleção nacional, nos coloque em lugar muito alto nas suas simpatias, e que sejamos recebidos com todas as facilidades possíveis e a mais ca-

lorosa hospitalidade. A Embaixada vestirá a camisa da Seleção e será, desde já, um posto avançado para facilitar uma nova e triunfante conquista do esporte brasileiro.

Confiado na sua benevolência, em especial, e na dos membros da Comissão, Sr. Presidente, estendi meu tempo além do que devia.

O novo posto é um grande desafio e vale, não apenas a missa que lhe prometeu Henrique IV, mas todo meus esforços e empenho. Antes de viajar para o novo posto, procurarei estabelecer contatos em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Norte e Nordeste, e onde estiverem localizadas outras agências, instituições e empresas que, a qualquer título, intervenham de forma significativa em qualquer das múltiplas facetas do relacionamento em ambos países. Vou procurar, desde o início, o mais amplo diálogo entre aqueles atores empresariais, acadêmicos e não-governamentais que constroem nosso relacionamento bilateral.

A Embaixada do Brasil em Paris estará sempre aberta a todos. Levo, naturalmente, comigo o objetivo de convencer os franceses de que o Brasil, com a seriedade que o Presidente Chirac nos reconheceu, vai cumprindo o dístico da nossa bandeira, de inspiração francesa, vale dizer: "Ordem e Progresso".

Para guiar meu caminho, pedirei emprestado à França uma outra divisa lá concebida e hoje patrimônio ético da humanidade, que faz parte do ideário de todos nós reunidos nesta sala. Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para que as relações entre as duas Nações avancem em um clima de liberdade, igualdade e fraternidade.

Espero receber aprovação de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sr. Embaixador, como sabe V. Ex^a, o Regimento da Casa determina que nossa reunião seja dividida em duas partes: uma, a reunião pública, na qual V. Ex^a tem a oportunidade de dizer como encara a missão para a qual é escolhido; outra, uma parte secreta, onde os Srs. Senadores terão a oportunidade de fazer questões à V. Ex^a sobre nossas relações com o país para o qual V. Ex^a está sendo designado. Como se trata de perguntas que, às vezes, envolvem questões sensíveis, é prudente que procedamos, como manda o Regimento, de forma secreta.

Antes de encerrarmos esta parte dos trabalhos, queria dizer aos Srs. Senadores, para que fique nos Anais desta Comissão, que temos a oportunidade, nesta manhã, de ouvir uma das figuras de maior ex-

pressão da diplomacia brasileira; um profissional que marcou, sem dúvida, a história do Ministério das Relações Exteriores.

Durante as últimas décadas, não se pode falar na operação diplomática do Brasil sem que se encontre, em determinadas facetas, a presença de V. Ex^a em organismos internacionais, na parte relativa a todas as nossas negociações e, agora, nesse trabalho excelente que V. Ex^a teve oportunidade de fazer à frente da Embaixada do Brasil na Argentina.

É portanto, com absoluta certeza e com grande satisfação e alegria que expresso aqui, e de público, o quanto o Senado Federal está certo de que o nosso Embaixador em Paris, uma vez aprovado pelo Senado, será um diplomata culto, preparado, inteligente, capaz. Essa missão, sem dúvida, é o coroamento dessa vida profissional tão rica e a certeza de que temos na França, em Paris, um representante do Brasil que colocará sua inteligência, sua capacidade e sua experiência a serviço das nossas relações com a França.

Passaremos à parte secreta da reunião.

Peço às pessoas que dêem condições de cumprirmos o Regimento.

Muito obrigado.

(A reunião torna-se secreta às 11h04min e volta a ser pública às 12h57min).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Todos estando de acordo, considero aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min.)

Ata da 8^a Reunião, realizada em 10 de julho de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Humberto Lucena, Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Abdiás Nascimento, Emilia Fernandes, Joel de Hollanda, Bello Parga, Gerson Camata, Osmar Dias e Levy Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General de Brigada Alberto Mendes Cardoso. Após a exposição o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jader Barbalho, autor do Requerimento de Convocação do Senhor Ministro. Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra pela ordem os Senhores Senadores Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Hugo Napoleão, José Agripino e Levy Dias. Após breves considerações e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O primeiro item da nossa pauta é a indicação, que o Presidente da República submete ao Senado, do Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa para desempenhar a função de representante do Brasil perante a Organização dos Estados Americanos. Na forma da Constituição, o Embaixador está presente na Comissão para expor como irá desempenhar a missão para a qual está sendo escolhido pelo Senhor Presidente da República.

Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

– Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pela quarta vez compareço a esta Comissão para reencontrar amigos Senadores que muito me auxiliaram na minha atuação em Paris. É para mim uma honra toda especial aqui comparecer sob a Presidência do Senador José Sarney. Peço apenas um minuto para fazer menção toda especial de carinho a um Senador que por muitos anos presidiu esta Comissão, Luiz Viana, a quem dedico, e sempre dediquei, particular amizade e fui também muito honrado com a sua compreensão e a sua amizade.

Compareço a esta Comissão para lhes dizer do meu interesse, da minha vontade de dar uma contribuição, embora modesta, em nome do Brasil, à Organização dos Estados Americanos.

A OEA apresenta-se atualmente em uma situação que podemos dizer nova. Há um Brasil novo dentro de uma América Latina nova. É um novo continente, e a Organização dos Estados Americanos

terá, como está fazendo, que se adaptar a essa nova situação.

Durante muito tempo ouvimos duas expressões muito em moda ainda hoje: países emergentes e a década perdida. Quando se fala da América Latina, fala-se muito da década perdida: a década de oitenta. Não concordo com essa definição, porque se ela pode ser verdadeira sob o ponto de vista econômico, não o é sob o ponto de vista político, porque foi exatamente nessa década que se fez a redemocratização da América Latina. Isso é um fato muito importante, porque a OEA é, antes de tudo, uma organização política, e o esforço que se fez no Brasil, na Argentina, no Uruguai e em todos os países latino-americanos em favor da redemocratização, bem como esses dez anos de luta não podem ser considerados como uma década perdida. Entendo isso como falta de consideração para com todos aqueles que contribuíram, e sabemos de que maneira, em muitos casos, para que a América Latina apresentasse hoje esse quadro.

Há outros termos que muitas vezes, na linguagem latino-americana, é usado com muita freqüência: países emergentes, economias emergentes. Recentemente, em Paris, em um seminário, tive ocasião de expressar meu ponto de vista no sentido de que o termo emergente poderia ser verdadeiro com relação a determinados países, a determinadas economias, mas não se adaptava ao Brasil. Não creio que um País que participou da Segunda Guerra Mundial num esforço muito grande, que foi um dos fundadores da ONU e que participou em todos os movimentos de caráter internacional nos últimos cinqüenta anos possa ser simplesmente considerado um país emergente, um país que esteja surgindo.

É dentro desse quadro novo que a OEA procura atingir o seu objetivo de confraternização e de ser um foro latino-americano.

Sei que temos um problema de tempo, por isso não vou aqui traçar nenhum histórico da OEA e muito menos vou falar sobre sua organização, que os Srs. Senadores já conhecem, mas gostaria de dizer que a própria fonte, o próprio nascimento da OEA representa um esforço continental.

Em 1889, ou antes mesmo, poderíamos dizer – se não me falha a memória foi Miranda, em 1820 –, foi lançada a primeira idéia de um organismo interamericano, depois reforçada por Bolívar, que, inicialmente, não acreditava na possibilidade dessa união, dessa integração, mas que, na sua vida política, teve oportunidade de promover o Congresso do Panamá, que contou, infelizmente, com uma reduzida partici-

pação, em 1826. E assim chegamos em 1889, em 1890, quando se criou o primeiro pensamento do que se tornou uma entidade de programação comercial para a América Latina.

Em 1910, com a criação da União Panamericana, formavam-se os primeiros contornos da OEA. Mais tarde tivemos, em Cuba, em 1928, uma reunião que deu uma contribuição verdadeiramente de grande utilidade para esse princípio de integração latino-americana. E tivemos afinal, em Bogotá, em 1948, a assinatura da Carta da OEA, durante os dias tristes do famoso "Bogotáço" – a cidade inteiramente destruída e queimada –, quando se assinou a carta da Organização dos Estados Americanos, de cerca de 152 artigos, que abrange um horizonte muito amplo.

Ela tem as suas particularidades. Talvez seja a organização regional das Nações Unidas onde se nota um maior nível de contraste. Creio que poderíamos dizer – parodiando e empregando a expressão de Roger Bastide sobre o Brasil – que a América é a harmonização dos contrastes. E dentro dessa política de contrastes, somos todos unidos em busca de um objetivo comum, que é o aperfeiçoamento da democracia e o desenvolvimento econômico.

Estas serão as duas metas principais no meu trabalho, se meu nome vier a ser aprovado pelo Senado Federal para a chefia da delegação do Brasil junto à OEA.

Da mesma forma, gostaria de ressaltar – e faltaria tempo para isso, mas estarei à disposição dos Srs. Senadores, hoje ou a qualquer outro momento, para explicação ou qualquer detalhamento de tema ou assunto referente à OEA – a necessidade que considero que há de que seja estudada a possibilidade da presença de observadores parlamentares, do Senado e da Câmara Federal, nas Assembléias Gerais da OEA. Acredito que, a exemplo do que é feito normalmente com a Organização das Nações Unidas, seria uma valiosa contribuição aos nossos trabalhos e muito auxiliaria a maior presença do Brasil, que desejamos, no âmbito latino-americano.

Outro assunto que considero de muita importância é o estreitamento do relacionamento da OEA com o Parlamento Latino-Americano. Existem já relações; trabalhos e projetos em comum, mas acredito eu que esta área poderia ser intensamente desenvolvida a curto prazo.

Não gostaria de terminar esta minha breve introdução sem referir-me às duas grandes vertentes que vejo na Organização dos Estados Americanos: a vertente política e a econômica.

A vertente política é o aperfeiçoamento da democracia, e vimos, nos últimos anos, a atuação da Organização dos Estados Americanos em países que foram vítimas ou que foram ameaçados de sofrer danos em sua estrutura democrática.

Da mesma forma o problema dos direitos humanos. O Conselho Interamericano de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos têm obtido, ao longo dos últimos anos, a partir de 1991 e 1992, um papel de realce no contexto latino-americano. Creio que hoje é um denominador comum a todos os países integrantes, aos 34 países integrantes da Organização dos Estados Americanos, não se poder falar em aperfeiçoamento democrático, em garantia das liberdades e direitos humanos com a miséria. São duas coisas em que há um pensamento praticamente generalizado em toda a América Latina. Não se pode falar em democracia com injustiça social; ela será sempre uma arquitetura muito frágil.

Sr. Presidente, permita-me dizer que, em linhas gerais, é o que tenho a oferecer como observações gerais. Coloco-me à disposição de V. Ex^a como de todos os Srs. Senadores aqui presentes, seja para alongar-me na minha exposição seja para abordar temas específicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Senador Abdiás Nascimento, eu desejaria, como Presidente, pedir ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que está vindo agora da missão de Embaixador do Brasil em Paris, porque seria interessante para esta Comissão, que S. Ex^a nos falasse, embora brevemente, sobre a atual situação francesa, já que estamos assistindo a uma nova coabitacão, desta vez sendo um Ministro de esquerda e um Presidente de direita, quando as outras coabitacões na França eram justamente o movimento contrário: havia um Presidente de esquerda e um Governo de direita.

Gostaríamos de ouvir a experiência do Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que é um dos homens mais importantes da diplomacia brasileira, com uma grande experiência, desde moço, prestada ao serviço público e também nos postos em que serviu como Embaixador, sempre com grande brilhantismo e com grande respeito de todos nós.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA
- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Efetivamente, durante os seis anos em que permaneci à frente da Embaixada do Brasil, em Paris, tive ocasião de conviver com sete Gabinetes franceses e dois Presidentes da República.

Estou agora vivendo, a partir da última eleição, a terceira coabitacão francesa. Desta vez, como bem disse S. Ex^a o Sr. Presidente José Sarney, uma coabitacão ao contrário, quer dizer, o Partido Socialista detém a chefia do Governo e a antiga maioria, evidentemente, continua na chefia do Estado, na pessoa do Presidente Jacques Chirac.

É ainda um pouco cedo, porque esta coabitacão apenas é iniciada, para se fazer uma previsão de como ela vai se desenvolver. Todavia, uma coabitacão, como o próprio nome indica, é um trabalho permanente de diálogo e de compreensão. O Primeiro-Ministro Jospin é um homem do diálogo, é um diplomata de carreira, um homem experimentado na luta política também, e saberá, creio eu, manter esse diálogo na forma adequada.

Evidentemente, existem dois campos de que, por tradição – não é um item constitucional –, o Presidente francês compartilha na orientação governamental na coabitacão: Relações Exteriores e Defesa.

O Presidente Chirac parece ter a intenção de conservar esta divisão, de compartilhar esta divisão com o Primeiro-Ministro Jospin. Tivemos já duas experiências, a reunião da OTAN, recentemente, em Madri, e a reunião, em Amsterdã, da União Europeia, em que não se notou uma grande dissonância entre as posições dos dois líderes franceses.

No entanto, é a primeira vez na história francesa – e isto eu gostaria de salientar – que estamos diante de uma possibilidade de coabitacão a longo prazo. Normalmente, os períodos de coabitacão na política francesa antecedem, precedem um período eleitoral. Desta vez, essa coabitacão pode alongar-se por cinco anos – deverá alongar-se por cinco anos. E não há, na história francesa, uma experiência de cinco anos de coabitacão.

É um caso único, mas acredito eu que a França, que sempre foi um grande laboratório de política, de soluções políticas, saberá encontrar os meios necessários para que o País não sofra os resultados eventualmente negativos de uma discordância profunda entre as duas correntes políticas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Abdiás Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me perdoasse e permitisse que, antes das considerações que desejo fazer a respeito do assunto de que estamos tratando, eu fizesse apenas um breve registro.

Eu ténho sido, por décadas, um crítico quase que sistemático do Itamaraty. Sou mesmo, acredito, tido como o homem mau do Itamaraty, sobretudo por

essa questão da relação do Itamaraty com os afro-brasileiros.

Mas quero também registrar as coisas positivas, já que tenho registrado, ao longo destes anos, as negativas – segundo o nosso ponto de vista –, que estão ocorrendo no Itamaraty. Digo isto porque eu mesmo sofri na carne certas injustiças e perseguições do Itamaraty. Elas estão registradas nos meus livros. Não estou levantando nenhuma acusação sem base.

Mas quero agora testemunhar que o Itamaraty está mudando e superando essa fase histórica em relação à população de descendência africana.

Ainda ontem recebi do Haiti uma reclamação de que dois prefeitos de cidades haitianas e um vereador teriam que vir a uma reunião da Internacional Socialista, em Niterói, e não obtinham visto. Estavam na iminência de perder a reunião por falta de visto. Comuniquei-me com um diplomata do Itamaraty e, dentro de meia hora, recebi a comunicação de que o problema já estava resolvido e eles iriam obter o visto.

Vejo que há uma outra atenção, uma outra consideração com esse segmento da humanidade, não só do Brasil, que antes não era muito bem considerado. Tanto assim, Sr. Presidente, que na década de 50, quando eu tinha um teatro experimental do negro no Rio de Janeiro, eu não conseguia visibilidade, como não consegue a nossa comunidade visibilidade, porque não encontra os apoios necessários.

E foi um diplomata da Venezuela que foi ao Rio de Janeiro, obteve toda a documentação daquilo que estávamos fazendo e levou para uma exposição na OEA, que percorreu as grandes cidades dos Estados Unidos, patrocinada pela OEA, mostrando o esforço cultural da comunidade de descendência africana e também o esforço de luta libertária dessa comunidade.

Ora, eu sei que S. Ex^a o Embaixador é sensível a essas questões, porque agora mesmo estive em Paris – acabo de vir de Paris – e tive a grata notícia de saber que a Embaixada do Brasil na França, sob a sua gestão, havia aprovado uma exposição das minhas pinturas em Paris, que deverá ser feita ainda este ano.

Eu gostaria que na sua gestão na Organização dos Estados Americanos a nossa comunidade tivesse também a oportunidade de ter visibilidade e audibilidade, duas coisas que não temos tido durante séculos.

Creio que somos parte, aliás somos a maioria do povo brasileiro e não temos tido oportunidade de falar e de ser vistos.

Eu pediria que na gestão de V. Ex^a na OEA essa questão também fosse levada com a importância e carinho que merece. Era só o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Samey) – Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

– Agradeço muito ao caro Senador, que conheci na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, quando presidida pelo nosso saudoso Dr. Tancredo Neves. E realmente se o então Deputado era veemente muitas vezes em suas observações a respeito do Itamaraty, quero dar o meu testemunho de que essas críticas ou observações, digamos, foram sempre motivadas por um espírito público, por uma grande sensibilidade política e artística, que sempre caracterizou o Senador Abdias Nascimento.

Para mim, é motivo de grande satisfação poder aqui dizer que durante a minha permanência em Paris, em várias ocasiões, apresentei grupos folclóricos brasileiros em Paris.

Recentemente, o grande festival de dança, a 7ª BIENAL de Dança, em Lion, contou com a participação de 600 integrantes brasileiros. Acredito tenha sido a maior manifestação cultural do Brasil já realizada no exterior em matéria artística. Evidentemente, não foi patrocinada exclusivamente por nós, Governo brasileiro, mas pelo Governo francês, mas contou com a nossa colaboração direta. Ali estavam presentes vários grupos representativos da nossa cultura africana, que não é afro-brasileira, é a cultura brasileira. Não faço essa diferença.

Recentemente, tive a hora de acompanhar o Presidente José Samey na inauguração, na Unesco, da exposição dedicada a Aimé Césaire, que, como bem sabe o ilustre Senador, é um dos grandes nomes da literatura consagrada à defesa da negritude – palavra que ele mesmo teria sido o primeiro a usar.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – É meu grande amigo.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

– Exatamente. É ele ex-parlamentar francês e é exatamente por essa razão que faço menção a esse fato.

O SR. SENADOR – E grande poeta.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

– A exposição contou, desde o início, apesar de ser mantida e organizada pela UNESCO, com o apoio da Embaixada, em Paris, exatamente há três anos.

Muito obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é com enorme prazer e emoção que compareço a esta reunião de hoje para ter a honra de ouvir o ilustre conterrâneo.

Uberaba tem por V. Ex^a o maior carinho Embaixador Leite Barbosa. V. Ex^a é a expressão viva da cidade, todos acompanham a sua carreira por tantos anos e, hoje, estamos todos muito orgulhosos de sua trajetória. Tenho a felicidade de chegar aqui, como uberabense e Senador por Goiás, para dar-lhe o respaldo numa hora tão importante.

Quero lembrar do velho Saturnino Leite Barbosa, da nossa vizinha e querida amiga D^a Justina, de todos os seus familiares de Uberaba, da amizade que une as nossas famílias até hoje e dizer a esta Casa que S. Ex^a, como toda a família, é pessoa das mais honradas e inteligentes da nossa comunidade uberabense.

Sinto-me muito honrado e emocionado por estar aqui dando o meu voto para este grande brasileiro, e por que não dizer grande uberabense, que hoje ocupa posição tão importante no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma que já a havia solicitado antes, e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, acredito que a dispensa da leitura do relatório ocorreu pela visão inteligente de V. Ex^a, porque vejo que quase todos os membros desta Comissão já conhecem o Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa. Mas eu gostaria apenas de fazer uma referência à carreira de S. Ex^a, como Relator, que sou, da matéria.

Com 22 anos de serviço ao Itamaraty, S. Ex^a completou todo o ciclo de promoções, sempre por merecimento, na carreira. Teve várias missões no exterior, todas com sucesso. Creio que o Embaixador seja um dos espelhos da qualidade e da competência dos membros da linha do Itamaraty.

Pessoalmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que na época em que V. Ex^a era Presidente, Ministro da Justiça e, anteriormente, Consultor-Geral da República o ilustre amigo Saulo Ramos, me deu oportunidade de conhecer o Embaixador na Itália e depois em Paris. E até por questões de trabalho e de ordem pessoal, tive o apoio irrestrito do Embaixador em missões que me foram dadas em serviços na área da Polícia Federal.

Tive a oportunidade de receber a ajuda do Embaixador no caso de Josef Mengele, quando, inclusive nos hospedou na Embaixada, juntamente com meus companheiros. Às vezes dizia, por brincadeira, que numa noite fria, pela madrugada, a amante de seu antecessor, um religioso, andava pelo corredor do palácio da Embaixada. Então, esconderam os ossos do Mengele, com medo que ela os confundisse e pudesse haver alguma coisa estranha por aqueles corredores.

Desculpe-me citar isso como um fato hilariante, mas é apenas para registrar o apoio que V. Ex^a nos deu, abrindo-nos as portas também na Suíça, quando, numa investigação, buscávamos a abertura de uma conta secreta. Conseguimos sucesso porque V. Ex^a intermediou as nossas negociações com as autoridades e trouxemos de volta o relatório completo sobre todos os fatos que interessavam à Justiça para a completa investigação.

É uma honra estar aqui com V. Ex^a, hoje eu como Senador e V. Ex^a como Embaixador, mas sem tirar, espero eu, a qualidade de amigo, pelo respeito que tenho a V. Ex^a. Sei que, como em outras missões, terá todo o sucesso no interesse do Governo brasileiro na OEA.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Em primeiro lugar, também quero trazer a minha saudação ao ilustre Embaixador, por quem tenho muito carinho e muito respeito. Também acompanhei a sua atividade e sei que é um dos grandes quadros do nosso Itamaraty.

Depois da França, depois da Itália, vai para Washington, para a OEA. Acredito que deveria ir para a própria Washington, Estados Unidos, ou ir para Nova York, na ONU, mas a sua missão lá é realmente muito importante.

Sou uma das pessoas que têm grandes restrições à atuação da OEA; penso que está muito aquém do que deveria ser. Se dependesse de mim, a primeira coisa que faria seria tirar a OEA de Washington. Não sei por que a OEA tem que estar em Washington. Os Estados Unidos, na minha opinião pessoal, são os grandes adversários da OEA. A OEA é a Organização dos Estados Americanos, os Estados Unidos são uma superpotência e há, no Conselho de Estado, um departamentozinho do qual fazemos parte. Então, as questões que nos envolvem são completamente diferentes das questões que envolvem os Estados Unidos.

Poderia até haver um determinado setor onde houvesse uma organização OEA com Estados Uni-

dos, mas penso que deveríamos ter uma Organização dos Estados Americanos, basicamente os latino-americanos, que tivesse independência. Isso parece-me ser importante.

Não conheço, até hoje, a situação de Cuba com relação à OEA e acho um absurdo!

O Senado, inclusive, ao que sei – não só esta Comissão, mas o plenário -, já votou mais de uma vez, e gostaria de saber a opinião de V. Ex^a, manifestação nossa pela integração para que Cuba volte à convivência com os países da OEA. É um absurdo, não tem lógica, não tem razão, não tem compreensão.

Na época em que a América Latina estava cheia de ditaduras, de regimes militares, que coisas horríveis aconteciam, como aconteceu com o Sr. Pinochet, nem por isso a OEA ou os senhores americanos acharam que esses países deveriam se retirar da Organização dos Estados Americanos.

Defendo a democracia, acredito que temos que fazer uma insistência muito grande para que o Sr. Fidel Castro tenha o gesto de grandeza de entender que deveria fazer a transição para a democracia ainda no seu Governo, embora na China também não haja democracia e nem por isso os americanos façam qualquer tipo de restrição àquele país, com o qual se dão muito bem, obrigado. Essa é uma questão.

A outra questão, dentro dessa análise que me parece importante, é o debate que se travou na terra de V. Ex^a, em Minas Gerais, e desta vez os americanos saíram profundamente irritados, mas preparando-se para a próxima reunião. Eles querem fazer a integração, a rigor, terminar com o Mercosul. Na verdade, eles vêm com restrições enormes o sucesso do Mercosul. Penso que até V. Ex^a, Presidente Sarney, quando lançou não imaginava que ia ser tão rápido, e que sairia tão bem – sabíamos o futuro, as perspectivas; que seriam otimistas.

Isso não significa, na minha opinião, alguma coisa para os Estados Unidos. Na verdade, os Estados Unidos não podem ver uma perspectiva de aqui haver um comércio próprio, independente, com reciprocidade, com respeito mútuo, porque se analisarmos a América, vamos ver que em qualquer clima, todo produto agrícola e mineral, tudo que se possa imaginar nós produzimos e, no entanto, somos a zona mais pobre, mais miserável do Planeta.

Então, no momento em que se fizer essa integração, que começou com o Brasil e a Argentina, depois veio o Paraguai e a Bolívia, e já estão vindo o Chile e outros países, será tremendamente importante e significativo. Agora, fazer um mercado co-

mum com os Estados Unidos, juro que não sei qual é a vantagem. Abrir as fronteiras entre nós e os Estados Unidos, nessa chamada globalização, onde eles podem fazer o que quiser, honestamente não entendo o porquê.

Foi uma reação muito boa a que teve Minas Gerais, não sei se o Presidente Sarney concorda. Inclusive, nós no Senado votamos uma moção – aqui na Comissão e no plenário -, dando solidariedade total à posição que foi adotada pelo Brasil de que tínhamos que ficar com a legalização panamericana e transferir *sine die* o debate em torno desse mercado comum de toda a América; como quer os Estados Unidos – essa é uma outra questão. É muito importante a providência e a atuação de V. Ex^a na OEA.

Com toda sinceridade, é claro que não se podem fechar as portas e deixar de debater. É evidente que isso um dia ocorrerá, muito provavelmente, mas, na minha opinião, por enquanto seria um absurdo. Perdoe-me a sinceridade, mas seria um absurdo, dentro dessa chamada globalização, de repente abrir as portas para que os americanos possam ter um mercado comum entre os Estados Unidos e a América Latina.

O Mercosul está crescendo. V. Ex^a vai promover o debate para se fazer essa unificação – é o Pacto Andino, o Pacto Amazônico. Mas, na verdade, dá para se integrar tudo isso numa idéia comum, numa idéia básica de sentimentos. Penso que se fizermos isso, vamos ter realmente condições de termos peso, representatividade. Não é nada, não é nada, parece piada, mas parecia impossível que um dia se deixaria de lado, não diria o ódio, mas as restrições, as mágoas que vinham de séculos entre Brasil e Argentina. No entanto, foi um ato singelo do Governo Sarney.

Nós, que importávamos zero toneladas de trigo da Argentina e importávamos quatro milhões do Canadá e dois milhões dos Estados Unidos, no momento em que o Governo brasileiro foi falar com a Argentina, dizendo que queria comprar trigo e petróleo daquele país, mudou tudo. O ato de V. Ex^a, Presidente Sarney, em ir até lá e dizer que queria conversar com a Argentina, que estava querendo negociar a compra de trigo e derivados de petróleo, mudou tudo e eles acreditaram que estávamos falando sério.

Então, o Brasil de zero de importação passou a ser o grande importador da Argentina. Houve uma mudança. Há todas as condições, penso que é a grande perspectiva de sermos um grande continente.

O Brasil sempre diz que não temos nenhuma perspectiva hegemônica, não queremos ser a liderança desse mercado, queremos identidade, mas não há como deixar de reconhecer que, se esse mercado comum latino-americano sair, o Brasil terá uma grande importância e presença nele; não uma hegemonia, porque não é o que se está buscando, mas, sim, pelos seus cento e setenta milhões de brasileiros, pelo tamanho do seu território.

Então, essas são as duas outras questões. Penso que a primeira, com toda sinceridade, creio – e o Sr. Presidente Sarney poderá falar, pois já se discutiu isso – é uma tentativa de uma reunião dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Congressos Latino-Americanos foi de uma moção no sentido de manifestar o nosso interesse de que Cuba seja readmitida na Organização dos Estados Americanos.

Uma outra reunião que será uma preparação, a ser realizada daqui a dois anos, não sei em qual país. Ela foi marcada em uma reunião nos Estados Unidos, na qual eles pressionaram muito. Contudo não esperavam ver a unificação Brasil-Argentina tão grande, bem solidificada, sendo seguida por toda a América Latina. Daí então eles tiveram que recuar. Ademais, o meu carinho e a minha admiração que V. Ex^a sabe são muito profundas pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

– Em primeiro lugar, agradeço a generosidade do Senador Mauro Miranda. Tudo o que S. Ex^a disse a meu respeito é exatamente o que toda Uberaba e Minas Gerais pensa dele próprio, quer dizer, ele sim é o verdadeiro orgulho de Uberaba, de Minas e a prova evidente de que a vocação dos überabenses é interestadual, e talvez mesmo até internacional. Agradeço muito comovido também pelos laços de amizade que há muitos e muitos decênios praticamente une as nossas famílias.

Da mesma forma ao nobre Senador Romeu Tuma, que se expressou de uma maneira como sempre generosa, amável e gentil, característica da sua personalidade aliada a uma alta competência e uma dedicação ímpar. Para mim é apenas um motivo de orgulho poder ter colaborado e, se aprovado, poder ainda colaborar em todas as missões e trabalhos de interesse nacional.

Quanto ao meu caro Senador do Rio Grande do Sul e meu amigo já há algumas décadas, podemos dizer, posso lhe assegurar que essas duas

preocupações são inteiramente compartilhadas pelo Governo brasileiro. O problema de Cuba, pesar de não ser um problema da agenda da Organização dos Estados Americanos, é um problema que preocupa hoje a toda a América Latina, e não só a América Latina, mas a toda a Organização dos Estados Americanos.

Desde fevereiro de 1962, quando foi aprovada com abstenção do voto brasileiro a exclusão de Cuba da comunidade Latino Americana, em uma reunião em Punta del Este, consulta de Ministros da Relações Exteriores dentro do tratado de cooperação recíproca do Rio de Janeiro, notamos, a partir de 1991 e 1992, um crescente movimento em favor da discussão e do debate sobre Cuba. Da nossa parte brasileira, menciono a atitude e as palavras pronunciadas pelo Presidente Itamar Franco quando da Assembléia Geral da OEA, no Pará. Na oportunidade o Presidente Itamar Franco foi muito claro em demonstrar a preocupação, o desejo brasileiro de que a evolução da situação interna de Cuba permita em curto prazo o seu pleno ingresso na família latino-americana. Essa preocupação foi demonstrada mais uma vez por representantes brasileiros e recentemente o Presidente César Gadiha, atual Secretário-Geral da OEA, teve ocasião, na última Assembléia Geral do Panamá, em 1996, de considerar uma situação inaceitável a ausência de um país do convívio da OEA. Temos 35 países e apenas um não é membro da OEA.

Nesse sentido, cumpridas as determinações do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, estarei vigilante e pronto a dar a minha contribuição para que as coisas caminhem em favor de uma integração mais rápida possível.

Nesse momento, gostaria de frisar a grande honra que tenho também se vier a substituir o Presidente Itamar Franco na chefia da delegação permanente. Acredito eu, Sr. Presidente José Sarney, que é a primeira vez que um embaixador de carreira tem essa oportunidade, essa honra de substituir um ex-Presidente da República no corpo diplomático. Isso para mim significa muito porque o Presidente Itamar tem desenvolvido um excelente trabalho à frente da Delegação Permanente, dando uma demonstração na organização daquilo que ele já iniciara como Presidente da República e muito antes – dou meu testemunho pessoal aqui, nesta comissão, onde passei seis anos como observador, como assessor parlamentar – do seu interesse pela América Latina quando era membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Farei um grande esforço para não deixar que o nível da representação brasileira, após a saída do Presidente Itamar Franco, sofra qualquer dano. Não faltará entusiasmo, não faltará boa vontade para surprender as minhas deficiências pessoais e profissionais.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, e depois ao Senador Bello Parga, quero apenas fazer uma referência de natureza histórica: em 1986, como Presidente da República, quando instituímos o chamado Grupo dos 8, hoje o Grupo do Rio de Janeiro, em Acapulco, México, tive oportunidade de, naquela época, quando ainda existia o problema grave da guerra fria e da radicalização ideológica, propor que Cuba não ficasse afastada do Sistema Pan-Americano. É apenas uma referência histórica.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente José Sarney, Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, eu gostaria de reiterar a posição extermada pelo Senador Pedro Simon, pelo Presidente José Sarney e por V. Exª também, mas julgo importante que saiba o quanto aqui, no Senado Federal, há o respaldo para a posição que o Governo brasileiro tem defendido recentemente através das palavras do Embaixador Presidente Itamar Franco, no sentido de que Cuba esteja de volta ao seio da comunidade dos países das Américas. Avalio, inclusive, que deve o Governo brasileiro realizar um esforço para que na próxima reunião da Alca – Associação de Livre Comércio Americano, deva estar a representação de Cuba presente. Deve-se fazer um esforço nesta direção.

Em relação também à Alca, como tem o Embaixador Leite Barbosa tido grande experiência recente na França e na Comunidade Européia, eu gostaria de observar que lá, na Europa, quando se pensa na união européia se está pensando também mais e mais nos direitos sociais, nos direitos dos trabalhadores, na livre circulação do ser humano e aqui, por ora, sob a égide sobretudo dos Estados Unidos, que têm insistido na proposta da Alca, tem-se observado mais os objetivos dos proprietários do capital. A realização de investimentos por parte dos proprietários do capital em qualquer lugar, para o objetivo da realização da acumulação de capital, de investimentos – próprio do sistema capitalista -, a livre circulação de mercadorias, a queda de barreiras, mas tem-se notado como uma tendência ao longo deste século que as barreiras à livre circulação do ser humano tem aumentado nos Estados Unidos e

de alguma forma na Europa também, como vis-à-vis os países da África, do Terceiro Mundo.

Acredito que devemos incluir na pauta da integração dos países da América – e obviamente a OEA estará pensando nisto – a questão relativa aos direitos do ser humano, aos direitos sociais e progressivamente caminharmos na direção de termos direitos sociais unificados. Sei que isso não se dá do dia para a noite, mas se há tanto empenho para que qualquer mercadoria ou serviço possa ser comercializado em qualquer ponto das Américas a partir do ano 2005, por que não se pensar com a mesma energia na possibilidade de qualquer ser humano, nas Américas, ter direitos iguais à cidadania, à previdência, direitos com a renda de cidadania e assim por diante.

Gostaria de recomendar que na pauta das preocupações do Embaixador do Brasil na OEA haja também essa preocupação.

Meus cumprimentos ao Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Embaixador tem alguma observação a fazer?

O SR. CARLOS ALBERTO BARBOSA – Agradeço com muita sinceridade a valiosa e judiciosa colaboração do Senador Suplicy com referência ao problema dos direitos humanos e da Alca, item já mencionado anteriormente aqui nesta reunião.

Queria apenas reassegurar-lhes que estarei sempre muito vigilante nesses aspectos. O problema da Alca, como bem definiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, é um assunto que deve ser estudado, deve ser processado sem pausa, mas também sem pressa. Quer dizer, temos que ver a complexidade do problema em si não apenas no aspecto econômico, comercial imediato. Não se trata de uma integração visando lucro, temos que fazer uma integração latino-americana, uma integração americana continental, visando o bem-estar do ser humano. Esse seria o nosso objetivo principal.

Não se pode dar uma precedência a uma unificação, uma integração meramente econômica, ao contrário, acredito eu que a integração econômica é uma decorrência da integração política. Não podemos ter sempre objetivos econômicos sem alcançarmos também uma integração política. E hoje, quando se fala integração política, é integração dos direitos humanos, das liberdades fundamentais sem as quais não se pode ter um desenvolvimento sólido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a, que já foi antecipada pelos Senador Pedro Simon e Eduardo Suplicy. De qualquer forma, gostaria de ser esclarecido com relação à questão da política brasileira relativa ao Mercosul, que foi a grande virada da diplomacia brasileira nesse último decênio.

Gostaria que V. Ex^a, Chefe da Missão Permanente, de maneira breve, pudesse dizer qual a posição do Brasil, em termos políticos, com relação ao Mercosul no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

O SR. CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Senador. Permita-me dizer que a Organização dos Estados Americanos tem sempre incentivado e criado todas as facilidades possíveis no seu âmbito de atuação para integração regional, quer dizer, a integração continental, certamente, se fará através da integração ou das integrações regionais. E, dentro desse programa, o Mercosul é evidentemente a integração de maior sucesso até o presente momento e estou seguro que assim continuará sendo. Graças ao sucesso do Mercosul, temos para apresentar à América Latina, aos outros países, um exemplo de uma integração regional que pode funcionar e que está funcionando muito bem; funcionando sem um corpo burocrático, sem grandes problemas de organização, mas que tem produzido efeitos a curto prazo.

Quer dizer, o Presidente Sarney, ao instituir o Mercosul com o Tratado de Assunção, deu partida a uma integração regional que passou a ser um exemplo hoje não apenas para a integração econômica latino-americana, mas também para outros programas em outros continentes.

A posição do Brasil é de manter sempre uma política abrangente na América Latina. Não desejamos nenhuma posição de hegemonia, mas também não devemos ter receio de defender as nossas posições e de assumir as responsabilidades. Não é apenas querer direitos, mas também responsabilidades, as quais o Brasil tem que arcar no contexto internacional.

Dentro dessa situação, a presença do Mercosul na América Latina, é realmente um fato auspicioso para os objetivos da OEA. Apesar de esses objetivos, de uma maneira geral, terem um caráter político, o que desejamos para o nosso continente é a integração econômica e regional de países integrantes do Cone Sul, do Pacto Andino ou da Comunidade do Mercado Comum do Caribe – Caricom.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero expressar a satisfação de todos nós, componentes desta Comissão, em receber e ouvir o Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que, como eu disse no início da reunião, é uma das expressões maiores da Diplomacia brasileira.

Tenho absoluta certeza de que, uma vez aprovado pelo Senado e nomeado pelo Presidente da República, o Embaixador Carlos Alberto desempenhará suas funções com o mesmo brilho e a mesma competência com que tem exercido todos os cargos que lhes são entregues pelo Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado.

Passa-se à votação.

Peço que os Senadores membros desta Comissão tenham a gentileza de permanecer aqui por mais cinco minutos, para cumprirmos o restante da pauta.

Também quero esclarecer que, com a colaboração da Biblioteca do Senado Federal, estamos providenciando para os membros da Comissão de Relações Exteriores um trabalho que colocará à disposição dos Senadores todas as matérias de interesse desta Comissão. Nesse sentido, já estamos distribuindo o primeiro documento. Vamos continuar a fazê-lo.

Por onze votos, a Comissão aprovou o parecer do Senador Romeu Tuma, favorável à indicação do Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa para a OEA.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a para que verifique a possibilidade de agilizar a tramitação e posterior votação de um acordo sobre transporte fluvial, transversal e fronteiriço de passageiros, veículos e cargas entre a República Federativa do Brasil e a República da Argentina.

Esse acordo foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique e pelo Presidente Carlos Menen em abril de 1997, no Rio de Janeiro, quando da Declaração do Rio de Janeiro, que constou de 25 itens. No Item 21, foi destacada a necessidade de um novo acordo sobre transporte fluvial entre os dois países. Esse acordo foi elaborado pelos representantes dos dois países e está em tramitação no Senado Federal para apreciação da nossa Comissão.

Sr. Presidente, diante da importância, da necessidade e das vantagens recíprocas que derivam desse intercâmbio regular entre as regiões fronteiriças – em especial, no Rio Grande do Sul –, faço um apelo a V. Ex^a para que se verifique a possibilidade de agilizarmos a discussão e votação dessa matéria.

Era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a será atendida.

O assessor desta Comissão nos informa, preliminarmente, que o processo ainda não chegou aqui. Mas iremos diligenciar no sentido de que, o mais rápido possível, esse processo seja submetido à decisão do Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar o Item nº 2, que trata da definição de mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados e determina providências.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, honra-me relatar em plenário o relatório feito pelo Senador Bernardo Cabral, que praticamente confirma o que foi discutido e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesse relatório, é feita uma análise das emendas apresentadas na Câmara dos Deputados.

Na Comissão de Justiça houve um pedido de vista, e por isso está sendo votado com atraso, inclusive com manifestação dos Senadores Pedro Simon, Roberto Freire e outros que acompanham de perto essa evolução de proteção aos refugiados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Mauro Miranda, para relatar o Item 3.

O SR. MAURO MIRANDA – Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1997, na Câmara dos Deputados.

(Procede-se à leitura de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável à aprovação do Acordo Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República da Malásia.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, com a evolução da criminalidade na área de fronteira, em razão do Mercosul, está se discutindo um sistema único sob a égide da Interpol, no sentido de termos uma polícia dinâmica para o Mercado Comum. Fui convidado para, no próximo dia 18, em Buenos Aires, proferir uma palestra sobre experiências minhas, sem ônus aos cofres públicos. Assim, peço permissão desta Comissão para proferir uma palestra e trocar experiências sobre esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Plenário não deixaria de aprovar que V. Ex^a fale nessa reunião também em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Todos concordam nesse sentido.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h34min.)

10ª Reunião, Realizada em 14 de Agosto de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia catorze de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente no recinto da reunião os Senhores Senadores, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Abdias Nascimento, Emilia Fernandes, Benedita da Silva, José Bianco, Joel de Holanda, Gerson Camata, Marina da Silva e Otoniel Machado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. No prosseguimento, item 1 da pauta, faz uso da palavra o Senhor Senador Jader Barbalho, que apresenta requerimento nos termos do art. 50, caput e art. 144, § 6º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 397, 1 e 103 do Regimento Interno, seja convocado em caráter de urgência, o Senhor Ministro da Justiça Dr. Iris Rezende e o Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Gal. Brig. Alberto Mendes Cardoso, para comparecerem perante o Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a fim de apresentarem exposição sobre os problemas decorrentes da mobilização das polícias militares. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador José Agripino, Relator do item 2 da pauta; Projeto de Lei do Senado n.º 106, de 1997, que Acrescenta parágrafos ao art. 51 da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dispondo sobre adoção internacional de crianças. Colocado em votação, o Parecer é aprovado pôr unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Senador, José Agripino, faz a leitura do parecer do item 3 da pauta; Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997, que acrescenta parágrafo ao art. n.º 2 do Decreto-Lei n.º 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação o parecer é aprovado por unanimidade. Após breves considerações, e nada mais havendo a tratar, a presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pergunto aos Srs. Senadores presentes se há algum assunto administrativo a tratar, uma vez que não há número para fazermos a sessão deliberativa. (Pausa.)

Não havendo nenhum assunto administrativo a tratar, passaremos à pauta de nossos trabalhos, que compreende três itens. O item 1 refere-se ao requerimento do Senador Jader Barbalho, solicitando a convocação do Ministro Iris Rezende e do General Alberto Mendes Cardoso à comissão, a fim de apresentarem exposição sobre os problemas decorrentes da mobilização das Polícias Militares.

O item 2 acrescenta parágrafo ao art. 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a adoção internacional de criança.

O item 3 trata do Projeto de Lei da Câmara nº 23, que acrescenta ao art. 2º do Decreto Lei nº 2.236, de 23 janeiro de 1985, e altera a tabela de emolumentos e taxas, aprovada pelo art. 131, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

A comissão não dispõe de número legal para a votação da matéria.

A Secretaria da comissão informa que já dispomos, com a chegada do Senador Hugo Napoleão,

de número regimental e que, portanto, estamos em condições de deliberar.

Item 1: Requerimento do Senador Jader Barbalho, solicitando a convocação do Ministro Iris Rezende e do Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão, Relator da matéria.

O SR. ROMEU TUMA — O Senador Jader Barbalho requereu à comissão própria a convocação a esta comissão, em caráter de urgência, do Ministro Iris Rezende e do General de Brigada Alberto Mendes Cardoso, em razão da gravidade dos problemas decorrentes dos conflitos com a Polícia Militar.

Somos favorável a essa convocação e esperamos que se realize o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho, para sustentar, oralmente, o seu requerimento.

O SR. JADER BARBALHO — Sr. Presidente, os fatos são públicos, como bem se referiu o Senador Romeu Tuma, e de muita gravidade, interferem na questão da segurança do País, até porque, de acordo com a Constituição, as Polícias Militares são forças auxiliares do Exército. Portanto, está aí a pertinência da apreciação por parte desta Comissão de Defesa Nacional.

Paralelamente, tive a oportunidade de apresentar o mesmo texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas, face à participação daquele comissão em outras atividades do Senado, não foi possível ainda a apreciação naquela comissão.

Além disso, parece-me fundamental que o Senado possa ter conhecimento de medidas e fundamentalmente de propostas de emenda à Constituição que estariam sendo elaboradas pelo Executivo. Entendo ser importante, antes que essas medidas possam ser anunciadas formalmente, que o Senado tenha a oportunidade de ouvir o Ministro da Justiça, nosso colega, Senador Iris Rezende, e o Chefe do Gabinete Militar, para que eles possam informar dos estudos e das propostas que o Governo Federal imagina enviar ao Congresso Nacional, se for o caso, como emendas à Constituição.

Entendo que o tema é da maior preocupação, por parte da sociedade brasileira, apesar de entender que estamos diante de mais uma questão social. Se há distorções nessa área da Polícia Militar — e creio que elas existam, aliás, a imprensa tem noticiado com muita freqüência —, está claro que estamos diante de um problema salarial gravíssimo.

O SR. ROMEU TUMA – Permite um aparte, Senador Jader Barbalho?

O SR. JADER BARBALHO – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA – Tenho uma angústia muito profunda com o que está ocorrendo. Ontem tive oportunidade de fazer uma visita ao Ministro Iris Rezende e senti que também eles estão com um processo grave de modificações. Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade de trazer esse tema ao Senado. E que ele seja rápido, porque me parece que entre hoje e amanhã esse texto, provavelmente, já estará nas mãos do Ministro e das autoridades do Poder Executivo que vão decidir pelo encaminhamento, acredito. Penso que poderia ser marcado logo para a semana que vem, se o Presidente concordar. Queria trazer essa minha grande preocupação e endossar o pedido de V. Ex^a, além de cumprimentá-lo pela iniciativa.

O SR. JADER BARBALHO – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pelas informações, pela colaboração e solidariedade que V. Ex^a empresta ao meu requerimento.

Ontem tive a oportunidade, instado pelo Presidente Sarney de que estaria em pauta esse assunto hoje, de contactar o Ministro Iris Rezende – até considerando o fato de que é nosso colega de Senado – e saber, exatamente, se ele considerava importante. E o Ministro considerou válida a sua vinda a esta Comissão para que ele possa antecipar, possa discutir com os Senadores, por meio da nossa Comissão, a respeito das propostas que o Governo imagina para o enfrentamento dessa grave questão envolvendo as Polícias Militares.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão.

Concedo a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente e cumprimentar o Senador Jader Barbalho pela iniciativa, porque sem dúvida é um assunto preocupante e da responsabilidade de todos nós: Governo, sociedade, Congresso Nacional. Entendo que é da maior importância e necessidade que, formalmente, convidemos o Ministro Iris Rezende. Também em audiência que tivemos na semana passada, sempre dentro daquela cordialidade, o Ministro registrou a preocupação em relação ao assunto e à construção de alternativas que o Governo vai apresentar ao Congresso Nacional. E que, em última instância, temos que ouvir a sociedade para decidir.

Sabemos, por outro lado, que alguns pontos bastante divulgados pela imprensa todos os dias são pontos polêmicos. E nesse sentido gostaria de registrar que foi muito oportuna a iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que, recentemente, fez uma reunião, uma audiência pública com representantes de todos os segmentos das Polícias Civis, Militares, Rodoviária, Federal, enfim, do Distrito Federal, em que estiveram representantes de Estados onde algumas iniciativas, algumas questões já estão em andamento. Inclusive o meu Estado, o Rio Grande do Sul, estava presente.

Enfim, a grita é geral. O problema é sério. Há questões que precisam ser, urgentemente, implementadas, e temos que discutir. Porque há pontos polêmicos. Mesmo entre os integrantes das próprias Polícias existem divergências. Então precisamos saber qual a linha, qual a posição do Governo em relação a essa questão, para que possamos construir uma alternativa. A alternativa, vindo de cima para baixo, realmente, poderá não ter o resultado e o fruto que a sociedade precisa e espera. O Congresso Nacional, esta Comissão tem um papel decisivo.

Quero me congratular com o autor desse requerimento. Também com o Senador Romeu Tuma, que diz da urgência. Tenho certeza de que o Ministro atenderá prontamente a esse convite, porque o assunto merece atenção. É preocupante a situação dos integrantes das polícias em todos os níveis, em todas as partes do Brasil. É lamentável que isso esteja acontecendo.

Precisamos atuar efetivamente, e esse já é o primeiro importante canal, além de outros que estão surgindo no Congresso e em diferentes comissões.

Era o registro que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, também quero cumprimentar o Senador Jader Barbalho por essa iniciativa, até porque sentimos necessidade de dar ao Senado Federal e ao Congresso Nacional todas as condições necessárias para fazer um debate profundo, consciente, em torno de uma questão que não diz respeito apenas ao Poder Executivo. Essa não é uma responsabilidade pura e simplesmente governamental. Penso que devemos discutir aqui as responsabilidades que todos nós, segmentos do poder constituído no País, temos em relação a várias situações. O Senador Jader Barbalho destaca um aspecto altamente relevante, no que diz respeito à situa-

ção da polícia, que é o social. Independentemente dessa questão, que considero relevante, é preciso que tenhamos oportunidade de discutir com profundidade a matéria, porque só conhecemos o que os jornais e as revistas publicaram. Ainda não tivemos como fazer um debate aprofundado a respeito de várias reivindicações apresentadas em seminários pela própria polícia, como disse a Senadora Emilia Fernandes.

Na Comissão de Assuntos Sociais, os integrantes das polícias apresentaram uma série de reivindicações, repito, mas ainda não recebemos do Governo as informações que consideramos relevantes.

Segundo li nos jornais, as medidas que o Governo pretende tomar não atingem exatamente o ponto abordado pelo Senador Jader Barbalho. No aspecto social, não estamos vendo nada que possa minimizar essa situação, o que considero também uma agravante. Não se pode evitá-la nem mesmo o grande debate a respeito da unificação ou não.

Penso que é válida, é pertinente a iniciativa do Senador Jader Barbalho e gostaria então de apoiá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, o requerimento do Senador Jader Barbalho - eminentes colegas, sobretudo os que já se debruçaram sobre ele - envolve uma questão primordial. O Governo pretende reformular as polícias militares, mas jamais conseguirá fazer isso por meio de um decreto ou de um projeto de lei enviado a esta Casa, se não fizer primeiro a reforma tributária. Os Estados estão vivendo uma situação de grande penúria. Se, de uma hora para outra, essa medida for de ordem geral e se o Governo Federal não fizer a devida mobilização para que os governos tenham verba orçamentária suficiente para essa finalidade, podemos ficar em uma situação delicada. Por isso, o requerimento do Senador Jader Barbalho é altamente oportuno. É importante saber o que envolve tudo isso, sobretudo quando se diz dos problemas decorrentes da mobilização da Polícia Militar.

No requerimento há um termo, Sr. Presidente, que diz: "suas reivindicações". Isso me animou a tomar a palavra para fazer um adendo ao requerimento do eminente Senador Jader Barbalho. Não é possível que se ouça apenas o Ministro Iris Rezende e o General Alberto Mendes Cardoso e não se ouça uma outra parte. Por exemplo, um presidente de

uma associação das polícias militares ou do Distrito Federal, para dizer que tipo de reivindicação, por que eles foram mobilizados. Isso é um estopim, é um rastilho que está no País inteiro, a gerar inquietação.

Faço um apelo ao Senador Jader Barbalho, para que inclua no seu requerimento, como adendo, o convite também a um presidente de uma dessas associações. Precisamos ouvir o outro lado e tirar as conclusões, saber qual o caminho certo, quem vai apontar o caminho e quem indicará soluções.

Era esse o adendo que eu faria. Espero que o eminentíssimo Senador Jader Barbalho, como autor do requerimento, acolha a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Eu, como Presidente desta Comissão, pediria permissão ao Senador Bernardo Cabral apenas para fazer uma pequena alegria ao seu pronunciamento. Quero dizer que a competência da nossa Comissão é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e esse assunto só passa a ser da nossa competência com a interface que, na realidade, tem a segurança interna e a segurança nacional com a defesa nacional. Os assuntos de natureza social e de implicações desses problemas penso que estão afetos à Comissão de Assuntos Sociais. Parece-me que a Comissão de Assuntos Sociais fez um seminário e promoveu audiência de todas essas categorias envolvidas. É apenas uma ressalva. A Presidência faz a ressalva mas deixa à comissão, evidentemente, a faculdade de decidir.

Com a palavra o Senador Otoniel Machado.

O SR. OTONIEL MACHADO - Sr. Presidente, gostaríamos de nos congratular com os Colegas pela feliz iniciativa de fazer esse convite ao Ministro da Justiça para aqui comparecer, que considero muito oportuno. Solidarizo-me com o nobre Senador Jader Barbalho. Todos nós entendemos que é um assunto muito complexo, e que não deixa de ser uma atitude de solidariedade da Casa com o Ministro, tendo em vista que está à frente de um Ministério difícil, complexo. Seria muito proveitosa a participação da nossa Casa ao Ministro da Justiça.

Era isso que gostaríamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Continua a discussão da matéria.

Não havendo mais oradores, com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, antes que V. Ex^a coloque em votação, gostaria de agradecer as referências feitas ao nosso requerimento. Sinto-me na obrigação de agradecer a mani-

festação do Senador Bernardo Cabral a respeito da nossa proposição, e, em que pese saber da sua preocupação, reconhecer que o Senador Bernardo Cabral deseja – o que é fundamental no processo democrático – o contraditório. Estamos, na verdade, diante do contraditório, em face das diversas versões apresentadas em relação às causas que acabaram resultando nesses lamentáveis episódios. Concordo com V. Ex^a.

Entendo que, talvez, em outro momento, poderíamos ouvir a outra parte, nesta ou em outra Comissão. Até porque temos dificuldade, neste momento, de identificar qual a instituição que poderia ser representativa desse segmento, já que são polícias estaduais – estamos tratando de autonomia estadual.

Eu pediria que o Senador Bernardo Cabral que relevasse. Eu não considero que, neste primeiro momento, tendo em vista que estamos diante da questão da segurança nacional, pudéssemos ouvir juntos, já com os dois Ministros, essa entidade que pudesse ser representativa da versão das polícias militares.

Por isso solicitaria, em que pese compreender o sentido das observações feitas pelo Senador Bernardo Cabral, que S. Ex^a me relevasse esse incentivo para que pudéssemos ouvi-los em um outro momento, até em uma outra Comissão, pois considero fundamental, além de ouvir o Governo, ouvir os Estados e as entidades representativas das PMs, da segurança pública estadual. Nesse primeiro momento, contudo, Sr. Presidente, seria adequado saber o que o Governo imagina, o que deseja propor. Como bem disse o Senador Bernardo Cabral, nenhuma alteração nessa área poderá ser feita sem alteração da Constituição. É urgente, então, que o Senado se envolva nesse debate.

É o reparo que faço, com o agradecimento pelas observações do Senador Bernardo Cabral e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência enfocou o problema sob o ponto de vista regimental, porque, na realidade, a Constituição define exatamente "defesa nacional e segurança nacional". Essa interface da segurança nacional é interna e objeto de um artigo específico da Constituição. No caso, a nossa competência, como Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, está na defesa nacional.

Estamos votando o requerimento do Senador Jader Barbalho, pois esse assunto pode implicar em problema de defesa nacional, já que tem uma interface de segurança interna. Foi nesse sentido, apenas, a ponderação da Presidência, sem julgar que

não possa e não deva ser feita a audiência dos grupos interessados, do contraditório, quer dizer, nos outros órgãos da Casa que estão dispostos a receber e a acolher esses sentimentos.

Em votação.

Os. Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2: Projeto de Lei do Senado Federal nº 106. É Relator o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes de emitir o meu parecer, aproveito a oportunidade para me solidarizar com a proposição feita pelo Senador Jader Barbalho e fazer apenas uma observação.

O encaminhamento e o reparo dessa questão são eminentemente políticos e envolvem muitas pressões, sutilezas e apoiantes de parte a parte com defesa de interesses, mas o encaminhamento será eminentemente político.

O Senador Iris Rezende, Ministro da Justiça, é um companheiro nosso. Já tive a oportunidade de conversar com S. Ex^a no Ministério sobre essa questão, e até dissecar as alternativas de solução definitiva para esse problema, e creio oportuníssima a vinda de S. Ex^a aqui, nessa Comissão, para começar a conversar francamente sobre o problema e pedir mais do que o apoio, pedir o encaminhamento do Senado e desta Comissão na solução do problema, em um diálogo que seguramente se fará com serenidade, à luz de argumentos lógicos, para que se chegue a bom termo em um problema que é seríssimo e cuja solução é fundamentalmente política.

Por essa razão, aplaudo a iniciativa do Senador Jader Barbalho e voto pela convocação e pela vinda de S. Ex^a até essa Comissão, de onde, repito, deve sair o embrião de uma bandeira que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional. É o que espero da discussão que irá se efetivar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Creio que esse é o interesse do Senador Jader Barbalho, que é coincidente com o interesse do Ministro Iris Rezende.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, chega à Comissão de Relações Exteriores Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1977, que acrescenta parágrafos ao art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É de autoria da Senadora Benedita da Silva. Na verdade, são dois breves parágrafos que passo a resumir.

O primeiro, determina que embaixadas, consulados e serviços diplomáticos brasileiros sediados no país de destino da criança adotada ficam obrigados

a registrar em ficha cadastral própria todas as adoções internacionais de brasileiros por estrangeiros. O segundo anuncia que a autoridade judiciária competente para deferir a adoção comunicará, mediante envio de cópia da sentença às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros do país de destino do adotando brasileiro, sobre sua adoção por estrangeiro.

A matéria é absolutamente meritória até por antecedentes que são notórios, são de conhecimento público. Na verdade, a adoção de crianças brasileiras passou a ser entendido e, em muitos casos, configurado com comércio de crianças. É um assunto que tem que ser vigiado e regulamentado. Em muito boa hora a Senadora Benedita da Silva apresenta um projeto que dá forma, que normatiza, que disciplina a matéria.

A proposição de S. Ex^a não vai de encontro a nenhuma norma convencional que rege as relações internacionais; não confere tarefas exorbitantes ou indevidas aos nossos agentes diplomáticos; não desrespeita princípios de legislação alienígena; nem incide sobre atribuições específicas dos Poderes da República.

Somos inteiramente favoráveis. Como sugerido, submetemos à consideração desta Comissão um substitutivo de redação mais sintética, mais concisa, que passo a ler:

“§ 5º – A autoridade judiciária competente para deferir o pedido enviará cópia da sentença às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros no país de destino do adotado, que ficam obrigados a registrar em ficha cadastral própria todas as adoções que lhes forem comunicadas.

Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.”

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui pela apresentação de um substitutivo.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, sugiro ao eminentíssimo Senador José Agripino, cujo parecer é irretocável, que S. Ex^a, nesse substitutivo, assine prazo à autoridade judiciária. Ficando in *al-bis*, poderá haver um risco. A autoridade judiciária fica apenas obrigada a enviar cópia, mas não há prazo estipulado para a prática desse ato. Sugiro,

então, ao Senador José Agripino que verifique se aceita a sugestão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Aceito de plano. É uma contribuição valiosa.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – É um dado importante que completa a intenção da Senadora Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência propõe que a redação seja a seguinte:

“A autoridade judiciária competente para deferir o pedido enviará cópia da sentença às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros no país de destino do adotado no prazo de 30 dias.”

O SR. JOSÉ AGRIPINO – O prazo de 30 dias é razoável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Srs e Srs. Senadores, o projeto que teve parecer favorável do Relator faz parte das contribuições que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente incumbiu-se de apresentar no Congresso Nacional – Câmara e Senado – para que seja aperfeiçoado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi uma colaboração na elaboração de políticas da adoção de crianças e adolescentes.

Aprovo o parecer do Relator, especialmente após a proposta – acatada pelo Relator – do Senador Bernardo Cabral. O parecer do Relator está perfeito. Tôdavia – e não quero que minha intervenção pareça indelicada – declaro, como já comentei em particular com o Senador Agripino, que considero irrelevante o substitutivo. Esse instituto é regimental, mas o substitutivo deve ser apresentado quando há uma discordância profunda ou quando é o caso de acrescentar-se algo que altere o caráter e o objetivo do projeto. Nesse caso, o relator pode acrescentar uma emenda do relator ao projeto original. Tenho absoluta certeza de que essa não é uma questão apenas do relator. Tem a ver com as nossas assessorias. É preciso que a assessoria do Senado atente para o fato. Não é necessário oferecer um substitutivo para incluir uma frase ou para sintetizar um parágrafo. Gostaria de chamar a atenção a esse respeito e dizer ao Senador José Agripino que estou perfeitamente de acordo com o seu parecer. Agradeço aos meus pares o apoio ao Relator, porque este projeto é realmente necessário e relevante e vai complementar a lei de adoção no País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO – Longe de mim ousar corrigir a redação ou a intenção da Senadora Benedita da Silva. Pelo contrário, minha intenção foi apenas dar mais força a sua intenção, num parágrafo sintético, incisivo e claro. Foi só isso, no sentido de colaborar.

A intenção da Senadora Benedita da Silva é absolutamente meritória, e isso já declarei aqui quando pronunciei o meu voto, e o sentido do substitutivo é exclusivamente o de oferecer uma sugestão de redação mais incisiva sobre o objetivo. A sugestão que, ao final faço, com uma redação que propõe para votação, é:

A autoridade judiciária competente, para deferir o pedido, enviará, no prazo de 30 dias, cópia das sentenças às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros no país de destino do adotado, que ficam obrigados a registrar, em ficha cadastral própria, todas as adoções que lhes forem comunicadas.

Uma proposta com começo, meio e fim, conclusiva sobre a intenção, repito, absolutamente meritória da Senadora Benedita da Silva.

É a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar, concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, gostaria de me congratular com a autora deste projeto, desta emenda ao Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a adoção internacional de crianças, e com o ilustre Senador José Agripino, pela sensibilidade e pela oportunidade com que acolheu a idéia, diante do grande desafio que temos em relação à questão da criança.

É importante que, cada vez mais, em todos os momentos e oportunidades que tenhamos, frisemos, ressaltamos, chamemos a atenção dos políticos, da sociedade em geral, dos governantes, sobretudo dos prefeitos, que estão próximos de sua comunidade, para a questão da criança.

Sabemos que há uma polêmica muito grande, porque cada vez mais cresce o desafio, não apenas para o Brasil, mas para o mundo todo, do problema da criança e do adolescente no desenvolvimento dos seus países, a necessidade do respeito que cada ser humano deve ter em relação às fases evolutivas da sua vida, da possibilidade do estudo, do lazer, enfim, da cultura e do desenvolvimento saudável.

No momento em que estamos votando esta matéria, temos que buscar todas as formas de inibir o tráfico, venda, exploração, enfim, todo tipo de discriminação em relação à criança.

É muito oportuno que apresentemos uma proposta concreta, objetiva, para que as embaixadas e os órgãos representativos dos países tenham a responsabilidade de acompanhar de perto e sejam mais um canal de fiscalização na tentativa de impedir esse tratamento que, infelizmente, ainda existe em relação à criança.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de dizer que pedi vista do projeto que trata do acordo Brasil-Coreia em relação à questão do turismo exatamente para oferecer alguma sugestão para a Comissão de Relações Exteriores encaminhar ao Itamarati, no sentido de que todo acordo a ser feito na área de turismo, um setor onde há muita exploração de crianças, de jovens, de adolescentes, principalmente meninas, que se busque acrescentar alguma cláusula de responsabilidade mútua.

Estamos fazendo todo esse trabalho. Agora estamos com a CPI do Trabalho Infantil, que está dando uma belíssima contribuição à sociedade brasileira e às próprias famílias, que terão que discuti-la e assumi-la com os governos, além de apresentar propostas de crescimento de renda das famílias.

Portanto, cabe-nos apenas nos congratularmos com a Senadora Benedita da Silva pelo seu espírito claro de luta em defesa desta causa, assim como tem lutado em defesa de tantas outras, e ao Senador José Agripino pelas considerações e pelo parecer que apresenta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMEU TUMA – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, apenas me permitiria cumprimentar a Senadora Benedita da Silva e o Senador José Agripino pela aprovação do projeto.

A aprovação desse projeto vem fechar uma lacuna gravíssima, em que, durante o período em que estava na Polícia Federal, qualquer investigação sobre adoções tinha uma dificuldade muito grande de identificar a localização do adotante. E havia acusações graves de adoções para a venda de órgãos. Passamos quase meio ano para localizar crianças com deficiências físicas, em que havia acusações de que foram adotadas não como um fator humanístico,

humanitário, mas para a venda de órgãos. E essa dificuldade de se encontrar onde eram registradas, para aonde foram trouxe até uma intervenção mais direta da Interpol, que passou a ter, dentro dos seus projetos de discussão, o acompanhamento de adoções permanentemente, para assim evitar que haja um desvirtuamento e não um comércio, como cita a Senadora no seu projeto e confirma o Senador José Agripino no seu relatório.

Quero cumprimentar e permitir-me-ei enviar esse projeto à própria Interpol na próxima reunião que haverá, em outubro, na Índia, já que se trata de uma grande preocupação não só do Brasil, mas de vários países do Terceiro Mundo, que sofrem com esse tipo de agressão humanística, com a adoção ilegal ou às vezes para outros fins, não humanitários.

Quero cumprimentá-los e deixar registrado esse fato.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje discutir a matéria, vou submetê-la a voto.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada:

Item 3 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236. Relator, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o projeto de lei em apreço teve origem na Câmara dos Deputados e tem o objetivo de facilitar a vida de estrangeiros com visto permanente no Brasil que tenham 60 anos ou mais de idade e que sejam portadores de deficiência física, pelo acréscimo que faz de um parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovadas pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de agosto de 1980.

Na verdade, trata-se de uma liberalidade que se concede a estrangeiros com vistos permanentes no Brasil, declarando-os dispensados da renovação da cédula de identidade e do cadastramento nas condições objetivamente definidas pelo texto legal proposto.

Como o projeto de acréscimo do parágrafo não traz qualquer comprometimento ao eventual projeto de cadastramento ou de identificação nova de estrangeiros, levado a efeito pelo Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça, julgo oportuna

e conveniente a proposição aos interesses nacionais. Por essa razão, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está esgotada a nossa pauta.

Com a palavra o nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, há um projeto de decreto legislativo que os eminentes Senadores que compõem essa Comissão vêm acompanhando, que aprova o texto da Convênio nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

A Senadora Benedita da Silva, com a sua preocupação e eficiência de sempre, pediu vista. Por igual, o Senador Artur da Távola.

A matéria é controvérida, Sr. Presidente. O meu parecer se choca com a manifestação apresentada pela Senadora Benedita da Silva e pelo Senador Artur da Távola, de que há, sem nenhuma dúvida, um fato novo. Mas, como o Senador Artur da Távola está adoentado, seria uma des cortesia se discutíssemos isso na ausência de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Perfeitamente.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sugeriria, se V. Ex^a aceitar a sugestão, aguardarmos a volta do Senador Artur da Távola e a designação de um novo Relator para apreciar esses pontos, uma vez que há um fato novo. Ficaria em desconforto também não só pela ausência do eminentíssimo Senador Artur da Távola, com quem tenho laços de amizade há muitos anos, mas porque o fato novo está a indicar que a relatoria – e isso já acontece há mais de quatro anos; eu mesmo proferi parecer em abril de 1996 – poderá dar uma nova linha, aproveitando a manifestação da Senadora Benedita da Silva, do Senador Artur da Távola e quem sabe uma própria correção de rumo da minha parte.

Era essa a manifestação, Sr. Presidente. Encerro a V. Ex^a os autos do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado. A sugestão de V. Ex^a está devidamente enquadrada nas melhores práticas parlamentares: não votarmos na ausência de um colega que tenha uma posição definida sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

12ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 1997.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Humberto Lucena, Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Abdias Nascimento, Ermínia Fernandes, Joel de Hollanda, Bello Parga, Gerson Camata, Osmar Dias e Levy Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General de Brigada Alberto Mendes Cardoso. Após a exposição o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jader Barbalho, autor do Requerimento de Convocação do Senhor Ministro. Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra pela ordem os Senhores Senadores Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Hugo Napoleão, José Agripino e Levy Dias. Após breves considerações, e nada mais havendo a tratar, a presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal:

A nossa pauta de hoje consta de apenas um item.

Convido o Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão, para participar da mesa.

Temos a satisfação de receber nesta Comissão o General de Brigada Alberto Mendes Cardoso, Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República, que aceitou a convocação desta Comissão para vir expor a respeito do assunto relativo à mobili-

zação das Polícias Militares e os problemas dela decorrentes.

A convocação do Sr. Ministro General Alberto Mendes Cardoso foi feita por requerimento do Senador Jader Barbalho. Pediria a S. Exª que expusesse os motivos da convocação de que foi signatário.

Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, Sr. Ministro General Alberto Mendes Cardoso, preliminarmente, acolhemos a proposta do Presidente José Sarney no sentido de que V. Exª tivesse oportunidade de falar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito dos últimos episódios que envolveram policiais militares e incidentes em diversos Estados da Federação e que resultaram em diversas manifestações inclusive por parte de V. Exª, encarregado pelo Presidente da República de acompanhar em diversos Estados esses episódios, bem como propostas do Governo Federal a respeito da questão.

Então, acolhemos a orientação e a proposta do Presidente José Sarney, no sentido de que V. Exª passe a expor aos membros desta Comissão os estudos do Governo Federal a respeito desta questão que envolve as polícias militares, bem como o que pensa neste momento.

Desde logo, antecipo a V. Exª os nossos agradecimentos pela acolhida que V. Exª deu ao nosso convite.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o General Alberto Mendes Cardoso.

O SR. ALBERTO MENDES CARDOSO – Sr. Senador José Sarney, Presidente da Comissão; Sr. Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente; Srs. Senadores, meus senhores, tenho inicialmente de agradecer o convite honroso, feito pelo Presidente José Sarney, para comparecer aqui. Sinto-me honrado e também satisfeito, por poder, nesta conversa, transmitir a V. Exªs alguma coisa que possa vir a subsidiar orientações que poderão ser expandidas para toda a Comissão e até para o Senado.

Não poderia sequer pensar em ser didático, porque sempre que venho aqui, eu o faço para aprender com pessoas de tanto saber e tanta experiência.

Tive certa vivência nesse problema citado pelo Senador Jader Barbalho. Essa experiência me proporcionou, de certa forma, um conhecimento mais profundo do que ocorreu. Poderíamos dizer que houve uma crise que atingiu um ápice. Talvez o tempo verbal – houve – tenha sido mal-empregado, porque do ápice baixamos para uma linha de aparente nor-

malidade mas, na realidade, as raízes da crise ainda não foram extirpadas. Portanto, não se pode dizer que acabou a crise. Ela baixou para um ponto, podemos assim dizer, de normalidade aparente, mas permanece latente.

Ao longo da nossa conversa e posteriormente, se houver debates, poderemos aprofundar um pouco mais o exame dessas raízes que vêm gerando toda essa problemática.

Encarando esses episódios como crise, também temos de aproveitar a grande oportunidade que todas as crises dão à sociedade de maneira geral, porque das crises sempre decorrem soluções; soluções sempre honestas, quando tratadas com honestidade, quando tratadas sem preconceitos, quando tratadas sem acirramento de posições de privilégios ou de ataque a supostos privilégios.

Essa crise pode gerar soluções magníficas para o que poderíamos, generalizando, chamar de o sistema de segurança pública brasileira.

O Senador Jader Barbalho lembrou que o Presidente me designou para acompanhar esses episódios. Realmente, Sua Excelência assim determinou. Em alguns momentos, dei declarações à imprensa de minha inteira responsabilidade. Não estavam ali palavras do Presidente da República nem manifestação do seu pensamento, a não ser naquilo que dizia respeito ao princípio da autoridade, princípio que estava sendo visivelmente desrespeitado nas manifestações.

Ora, V. Ex^{as}s sabem muito melhor do que eu que a autoridade de qualquer um de nós, governantes ou legisladores, não é intrínseca e pessoalmente nossa, mas delegada pelo povo. Ora, o detentor da autoridade não pode, portanto, permitir que a autoridade a ele delegada seja arranhada e, como aconteceu em alguns momentos, fortemente rompida, como tivemos ocasião de observar em certas demonstrações.

Era uma preocupação do Presidente procurar ajudar, da melhor maneira que pudesse, os governos estaduais a preservarem o princípio da autoridade, porque embora setorizados em alguns Estados, V. Ex^{as}s sabem muito bem que a quebra da autoridade é como que um rastilho de pólvora: a quebra da autoridade em um Município ou Estado não fica restrita a esse Município ou Estado. A simples notícia da quebra da autoridade se espalha e mina o próprio princípio de maneira global no País. Essa foi uma preocupação muito grande do Presidente – e era nossa também – quando passamos a acompanhar os problemas.

Houve quebra da autoridade porque foram desrespeitados princípios basilares para qualquer instituição, para qualquer organização e particularmente para as instituições militares ou militarizadas, como se queira interpretar. Refiro-me aos princípios da disciplina e hierarquia. A quebra desses princípios repercutia inexoravelmente de forma inelutável na quebra da autoridade.

Esse quadro que estou utilizando, à guisa de introdução da nossa conversa, teria de ser completado também por um conceito que tem de ser sempre observado, seja por membros executantes das ações do Estado, seja por dirigentes do Estado. Aí não me refiro ao Estado como unidade da Federação, mas ao Estado como ente de organização política do povo; as organizações pertencentes ao Estado. Neste caso, temos as Polícias; seja as polícias civis, seja as polícias militares, como exemplo de órgãos que são mais do Estado do que dos governos.

É importante que esses órgãos se sintam, poderíamos assim dizer, simplificando para facilitarmos o entendimento do conceito, como membros do time do Estado e que adiram aos princípios do Estado e às determinações e às ordens de quem eventualmente esteja à testa dele: os governadores. Nesse caso, estamos considerando a unidade da Federação, já representando o conceito maior de Estado.

V. Ex^{as}s sabem muito bem que essa adesão ao Estado é fundamental, porque uma coisa é, por exemplo, um policial cumprir suas determinações, suas atribuições, seus deveres, a outra é ele cumprir seus deveres, suas atribuições. A diferença de entonação pretende mostrar a diferença de resultados, a diferença do produto da ação policial nesse exemplo, partindo ela de quem não esteja se sentindo no time do Estado para aquele que se sente pertencente ao Estado.

O que poderíamos citar acerca da necessidade de uma polícia militar, ou militarizada, procurando falar apenas, em tese, de forma doutrinária? V. Ex^{as}s sabem, perfeitamente, que a polícia militar tem, basicamente, duas atribuições que são as principais: a primeira delas é o policiamento preventivo e ostensivo. O policiamento preventivo é feito, muitas vezes, de forma individual, em duplas ou em patrulhas táticas móveis. O policiamento ostensivo, para ser preventivo, tem também de ser dissuasório pela presença. Essa é uma vertente das atribuições das polícias militares.

A outra vertente – e aí a razão de existir a polícia militar – é permitir que conte o Estado e, numa segunda etapa, conte a União, com uma força orga-

nizada em condições de atuar segundo um princípio de massa, com efetivos consistentes, organizada em frações ou em unidades, em pelotões, em companhias ou em batalhões de PM, para ter condições de, usando a sua massa, usando o adestramento, usando a doutrina, usando a cadeia de comando, usando a disciplina, que dá coesão àquela força que vai ser empregada, poder resolver problemas de grave perturbação da ordem pública. Essa é a principal razão da existência das polícias militares.

Poderíamos ter, para aquela primeira vertente, a do policiamento preventivo e ostensivo, polícias civis fardadas, e estariam perfeitamente aptas para aquilo, mas, para essa outra vertente, para o controle e a restauração da ordem pública gravemente perturbada, é preciso um órgão policial com capacidade de atuar da forma que se tem. Recordando: atuar em massa, atuar com unidade de doutrina, com unidade de comando, atuar de forma coesa, portanto, disciplinada e com respeito à hierarquia, e atuar em condições de, usando o seu adestramento, sanar problemas de grave perturbação da ordem pública.

Por que a necessidade desse órgão com essa segunda vertente citada? Entramos, agora, no campo da União. É para que, uma vez esgotados os recursos dos Estados federados, não haja a banalização do emprego de força federal.

E agora faremos uma pequena digressão sobre força federal. Ela é destinada primordialmente, pela Constituição, para a defesa do Estado e, de forma complementar, ainda pela Constituição, para apoiar os Estados em situações, como citamos, de grave perturbação da ordem pública, a pedido dos Governadores.

Mas é necessário que os Governadores, antes de fazerem o pedido de apoio de tropa federal à União, tenham condições de eles próprios, ainda numa penúltima instância, tentar resolver o problema que estaria sendo apresentado à União.

A banalização a que me referi – do emprego da tropa federal – seria gerada pela ausência de um corpo policial, por exemplo, como estamos vendo, que tivesse condições de fazer aquele emprego antes de o Governador considerar esgotados os seus recursos estaduais.

Ora, por que o cuidado e por que, repito, essa expressão "banalização" do emprego da tropa federal? Porque a principal missão das Forças Armadas é a defesa externa do País, é para isso que elas são idealizadas, equipadas, adestradas, organizadas. É para isso que elas se mantêm sempre em permanente estado de presteza, em estado de atender a

uma emergência, em estado de poder desencadear, caso necessário, até mesmo mobilização para atuar, principalmente, na segurança externa.

Ora, poderiam alguns questionar: se estamos num estado de paz promissora, por que estar pensando em ter Forças Armadas primacialmente preparadas para a segurança externa? Sabem muito bem os senhores como é muitas vezes volátil, como é cambiante o quadro internacional. Aqui temos, na nossa América do Sul, felizmente, uma perspectiva de paz duradoura. E será assim, temos certeza. Todavia, uma nação, e principalmente uma nação do porte da Nação brasileira, não pode pretender não ter meios para impor-se como nação soberana. Dentro desses meios, está toda a capacidade política da nação, toda a ação diplomática que se possa desenvolver, todo o poder de sua economia, todo o potencial que possa representar a quantidade do seu povo, a vontade do povo, o moral nacional, a coesão nacional. Aí está a necessidade de ter a nação Forças Armadas em condições de, nesse conjunto nacional, atuar como elemento dissuasor.

Bem, se raciocinarmos dessa maneira, que me parece uma maneira correta de fazê-lo, não podemos estar imaginando que as Forças Armadas devem estar também em condições de atuar como polícia; se assim fosse, o esforço da preparação das Forças Armadas, dada a não-urgência da defesa externa em relação à rotineira necessidade de se ter Forças preparadas para atuação na segurança pública, estariam correndo o risco de desvirtuar a preparação, o adestramento, o equipamento, a organização das Forças Armadas, porque, nessa hipótese, estariam sendo primordialmente preparadas para essa vertente: a de uma força policial militar.

Aí está o que chamamos de risco de banalização do emprego das Forças Armadas. É não se raciocinar de uma forma doutrinária e, mais do que doutrinária, única em toda a Nação sobre a necessidade de existirem Forças Armadas voltadas para a defesa externa, eventualmente em condições de atuar nos Estados, a pedido dos Governadores, para manter a ordem pública e, de outro lado, uma força policial que não abrevie aquele ato entre a eclosão da grave perturbação da ordem pública e a solicitação do emprego de forças federais.

Detive-me bastante neste tema, porque julgo muito importante que ele seja considerado em qualquer tentativa de solucionar esta crise, que, como disse, na minha opinião, não está resolvida, porque em suas raízes ainda não se tocou. Com isso quero dizer que qualquer hipótese levantada para a solu-

ção do problema não deve deixar de considerar a necessidade desse colchão entre a eclosão da grave perturbação da ordem e o início do emprego eventual de uma força armada.

Ademais, se tivéssemos também essa necessidade de abreviar o emprego das Forças Armadas a qualquer conflito, pela inexistência de um órgão que tivesse condições de atuar em massa para solucionar os conflitos graves de ordem pública, estaríamos correndo também um grande risco. Qual o risco? De militarizar, porque as Forças Armadas são preparadas para outras destinações, em caso de emprego de destruição e não de contenção. Esse também é um conceito que deve ser, na minha opinião, sempre considerado ao se estudar o problema das polícias militares.

Alguém pode perguntar – e falamos de passagem: Mas uma polícia civil fardada não poderia fazer isso? Eu diria que desde que ela estivesse adestrada para isso, sim. Mas aí teríamos o mesmo problema que hoje temos com as polícias militares, qual seja, das duas vertentes de sua destinação. Nessa hipótese, teríamos a polícia civil, que é destinada, como os senhores sabem muito bem, às ações de polícia judiciária e às ações de polícia de investigação, também se dividindo na sua preparação para esses eventuais empregos de manutenção ou de restauração da ordem pública, atuando em massa.

Como estou procurando mostrar, e agora vou chegar ao ponto, esse é um dos problemas que todos nós enfrentamos, cidadãos brasileiros, policiais militares. Ali está uma das raízes do problema que veio a eclodir recentemente. Essa, diria até, dicotomia na preparação da polícia militar para a ação policial preventiva ostensiva e, ao mesmo tempo, ter que estar preparada para a ação em massa, até mesmo a ação com violência legal, tendo aí o Estado o monopólio da violência legal.

É lógico que as raízes do problema que recentemente aconteceu com as polícias também estão nos aspectos da remuneração. Em nenhum momento se negou isso, em nenhum momento se deixou de reconhecer isso. Uma causa como essa, seria, muito séria – em certos Estados, mais séria do que em outros, porque havia casos de não se receber a remuneração –, uma causa como essa, quando deságua nas verdadeiras rebeliões que verificamos em alguns Estados ou em demonstrações não dentro da cadeia hierárquica e absolutamente fora do que se espera de disciplina de uma organização militar ou militarizada, causas sociais como essa, justas, não podem ser justificativas para o que aconteceu, para

a rebeldia. Aí se procura, deve-se procurar com honestidade básica de propósitos, deve-se procurar o porquê da insatisfação de cunho social ter desaguado na manifestação de desrespeito à disciplina e à hierarquia. Podemos encontrar várias causas, e aí os senhores representantes das polícias militares conhecem muito melhor do que eu. Mas, sem sombra de dúvida, no momento em que as reivindicações passam a ser defendidas, de uma forma preponderante, pelas associações – que não devem ser sindicatos, inclusive a Constituição proíbe –, que passam a assumir papel de sindicato, porque passaram a reivindicar como tais, no momento em que surge esse espaço para essas associações, no momento em que os Governadores se vêem obrigados a negociar com os dirigentes dessas associações, aí podemos percorrer a cadeia de comando e encontrar alguma falha. Encontrará a falha quem está na cadeia de comando e conhece muito melhor do que quem está lhes falando as características da ação de comando nas polícias militares em cada um dos Estados, porque também não se pode generalizar para todas as polícias militares. Os problemas são peculiares às polícias de cada Estado. Seria talvez inócuo eu estar aqui citando possíveis causas desse afrouxamento da disciplina e dessa concessão de espaço para organizações informais, espaços ocupados por elas em lugar da organização formal de comando. Cada um dos senhores pode ir pensando nisto, tenho certeza de que já vêm pensando, porque recebi muitas manifestações de coronéis e oficiais das polícias militares, algumas rebatendo idéias que eu havia lançado em pronunciamentos e outras aplaudindo e confirmando, em alguns momentos, até fazendo uma autocrítica muito honesta dessas cartas que recebi, creio que o problema salarial estaria muito perto de se explicar, algumas razões pelas quais esse espaço de comando foi ocupado pelas associações. Seja o problema salarial, no que se refere à baixa remuneração, seja o problema salarial no que se refere ao distanciamento entre os salários dos níveis mais altos e dos níveis mais baixos da hierarquia. Temos notícia de proporção, em algumas polícias, entre o soldado e o coronel, de 1 para 20. Não quero citar Forças Armadas como exemplo, absolutamente. Cada um de nós sabe onde lhe aperta o calo. Mas, neste tópico de todos os membros da corporação se sentirem no mesmo barco de dificuldades, eu citaria que a proporção entre o soldado antigo – que é o caso do soldado da Polícia Militar – e o quatro estrelas nas Forças Armadas é de 1 para 8,7, e essa proporção é muito mais baixa quando se

vai verificar do soldado para o coronel, que é o posto máximo das polícias militares. Por que estou me referindo a isso? Porque é muito importante – e não estou querendo dar aula para ninguém, apenas mencionando para conhecimento da Comissão – que, além dos membros de uma força policial se sentirem realmente membros do Estado, eles têm que se sentir também, e primeiro, membros efetivos da Polícia Militar. Não é só o simples fato de estar fardado, de ter a graduação de soldado, sargento, oficial, ou posto de oficial que o transforma num membro efetivo da Polícia. Ele tem que sentir pertinência à Polícia, ele tem que se sentir pertencente a isso, ou seja, até mesmo nas dificuldades, ele tem que se sentir no mesmo barco de seus superiores, e as dificuldades, basicamente, começaram por aí, pela remuneração. Entendam os senhores, por favor – e aqui eu me dirijo aos representantes das polícias militares – que aí não vai uma crítica de quem está falando, mas uma triste constatação de quem está falando. Triste, porque isso veio a colocar alguns membros das polícias, aqueles que se manifestaram, aqueles que até mesmo, em alguns momentos, se rebelaram, veio a colocá-los numa atitude de absoluta ruptura da disciplina e da hierarquia, portanto, ferindo de morte – e aí, sim, explico agora uma expressão que usei numa entrevista –, ferindo de morte a hierarquia e a disciplina.

Sabem os senhores muito bem, não há como entendermos de outra forma, depois de tudo que aconteceu, as cicatrizes ficam muito profundas e não se consolidam; cria-se uma pequena casca por cima, mas a cicatrização efetiva, por dentro, lá embaixo, não ocorre.

Em determinada ocasião, li a referência de um oficial da polícia militar a esta minha expressão "ferindo de morte", dizendo que eu teria exagerado, porque, com certeza, nunca senti fome, e havia soldados e suas famílias sentindo fome.

A afirmação é correta, graças a Deus. Além dos exercícios militares, nunca senti fome. Entretanto, por força de ter sido comandante de pelotão, de ter sido comandante de companhia, vivi isso junto a meus soldados e, em alguns casos, junto aos meus sargentos. Como é costume na Infantaria, de onde tenho a honra de ter vindo, o tenente está sempre junto do seu pelotão, sempre colado, conhecendo o problema de cada soldado, de cada sargento, visitando as famílias, tirando do pouco que lhe é colocado no bolso alguma coisa para ajudar; como capitão, como comandante de unidade, a mesma coisa. E

isso não fui eu quem fiz; é comum se fazer, e sei que muitos oficiais das polícias militares fazem.

Por isso, não é válida a afirmação de que eu estava condenando a quebra da hierarquia e da disciplina por não ter passado fome, e não é válida também pelo que tentei expor até agora. É justa a reivindicação, tem lá a sua raiz justa, que tem que ser atendida através da cadeia de comando e dentro das possibilidades das unidades federadas; mas, embora justa, ela não justifica a quebra da hierarquia e da disciplina, repito, ferindo de morte princípios que são fundamentais para aquela coesão a que me referi, necessária a uma polícia que vai ser empregada como um conjunto, que tem que ser empregada em massa, com unidade de doutrina, unidade de comando e uma coesiva disciplina. Aí, sim, a expressão "ferindo de morte".

Isso não quer dizer – os senhores já devem ter sentido nessas minhas palavras – que ali estivesse falando alguém que fosse contra as polícias militares. Acabei de mostrar que necessitamos de uma organização policial com capacidade de atuar, como citei, segundo esses princípios todos e esses fundamentos. Mas não pode haver uma organização destinada a isso que não tenha como base esses princípios, porque o seu emprego estará comprometido, assim como a confiabilidade.

Com essas palavras – afirmo mais uma vez que é minha opinião pessoal – eu gostaria de dizer que há que se redesenhar as polícias, partindo de uma mudança na destinação das polícias militares.

Penso que devemos ter polícias militares apenas para aquele segundo viés a que me referi, aquela segunda vertente da nossa colina de emprego operacional das nossas polícias – polícias em condições de atuar na restauração da grave perturbação da ordem pública; e que as destinações de policiamento ostensivo e preventivo fiquem com uma polícia civil, que poderá ser fardada ou não, poderá ter seu segmento fardado, poderá ter seu segmento usando trajes civis, mas que tenha a destinação policial de ser polícia judiciária investigativa e polícia que faça a ação preventiva e ostensiva.

É mais ou menos por aí que passa a proposta publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo. É lógico que a operacionalização da proposta tem que ser detalhada, discutida; não discutida em gabinetes, mas na linha de frente, com quem entende desse assunto, que são algumas pessoas e, principalmente, os próprios policiais civis e militares.

Uma organização que tem boas sugestões a apresentar é o próprio Conselho dos Comandantes

das Polícias Militares. Li a Carta de Foz do Iguaçu, que apresenta pontos passíveis de meditação profunda por quem estará encarregado disso.

O Governo Federal está trabalhando, captaneado no sentido de que o trabalho está sendo executado e coordenado pelo Ministério da Justiça, com propostas para resolver essa crise que ainda existe, que é a crise não só da Polícia Militar, da Polícia Civil – porque tudo isso que foi falado em relação à Polícia Militar também aconteceu com as Polícias Civis, e, em alguns casos, muito mais seriamente. Mas, na Polícia Militar, veio muito a lume porque é militar, fardada e porque se espera um comportamento disciplinar mais rígido.

Então, a crise não é apenas de uma ou outra polícia, mas é uma crise do sistema de segurança pública, que tem a sua base nos Estados.

Falamos, muitas vezes, no problema salarial. Não falei, mas é igualmente importante o problema do reequipamento das polícias, para o policial também se sentir realizado profissionalmente, não apenas a realização de dar bem-estar à sua família, mas ele, efetivamente, se sentir um profissional – e isso passa pelo reequipamento das polícias.

Podemos entrar numa outra área, que não é especificamente minha, mas que os senhores também conhecem muito bem, aqueles que foram governadores, aqueles que estudam hoje essas necessidades de reformar alguns sistemas brasileiros; não apenas o sistema de segurança pública, mas alguns sistemas que tenham levado os Estados a essa situação de não poder, sob o risco de desorganizar toda a sua administração, remunerar naquele nível necessário os seus policiais.

Fala-se muito em tirar da Constituição – vou até usar a expressão analítica, porque a sintética é complicada –, desconstitucionalizar as polícias. Não é basicamente uma proposta do Executivo. Tenho conhecimento de que o Ministério da Justiça está trabalhando em alguma coisa sobre a Constituição, porque nela está amarrado todo o sistema de segurança pública brasileira.

Então, é lógico, para quem pretende propor uma solução na raiz do problema tem também que pensar em dar mais liberdade à lei ordinária para legislar sobre o sistema de segurança pública. Amarado à Constituição como está, torna-se difícil a constatação de que o sistema ficou anacrônico e que tem-se que mexer na Constituição. Esta não é uma situação ideal e, como todos estamos vendo, é muito difícil alterar a Constituição.

Nesse sentido, sim, imagino que se deva tirar algo, mas isso não é desconstitucionalizar a polícia, mas tirar da Constituição alguns itens que ali estão amarrados, que devem ser regulamentados ou estabelecidos pela lei ordinária para que se possa ter mais facilidade. E também para que se possa adaptar com mais facilidade a essas peculiaridades, a que me referi, de cada Estado.

O Governador do Ceará – estou citando esse caso porque, por ter estado lá, o constatei – está realizando uma experiência muito interessante em um distrito piloto, digamos assim. Um distrito modelo, de integração das duas polícias. Essa experiência pode tornar-se um embrião em relação àquela reorganização a que me referi: uma polícia civil fardada trabalhando na ação preventiva e ostensiva.

Mais adiante eu até gostaria, se convidado pelo Governador, de voltar para conhecer os resultados desse processo. Cito-o porque li o resultado de uma consultoria encorregnada pelo Governador e me entusiasmei com a idéia de se ir adaptando aos poucos a situação existente para uma situação ideal. E essa adaptação tem que ser realmente gradual para que não se criem novos vãcos no nosso sistema de segurança pública.

Bem, falei sobre os problemas, mas há Estados em que não há problema. Os Estados onde não houve basicamente a manifestação fora da cadeia hierárquica podem ser considerados como os que conseguiram acertar as necessidades, onde os Governadores tiveram condições ou criatividade para se antecipar aos problemas ou tiveram o conhecimento pleno dos dados todos para poder decidir.

Sobre o problema da Constituição, eu diria mais: além de constar que deve haver na Constituição algo que dê uma padronização mínima ao sistema de segurança pública, haveria necessidade – e sabemos que o Governo Federal está agindo nesse sentido – de se ter, assim, uma espécie de tripé, em que se basearia o nosso sistema de segurança pública. Seria uma política nacional de segurança pública, que não entraria no detalhe do Estado mas que daria essa padronização a que me referi, mínima necessária; um órgão que fiscalizasse a execução dessa política pelos Estados e a própria ação governamental nos Estados da Federação. Tudo isso de uma forma bem integrada, bem articulada, harmônica, com geração de recursos para atender às necessidades básicas. Creio que, assim, seriam solucionados todos os problemas enfrentados.

Era o que eu teria a dizer, antes de eventuais debates que os senhores queiram conduzir, apenas

para expor, como foi visto por uma testemunha que lá esteve, o problema das ocorrências nas polícias civis e militares.

Estou disponível, Sr. Presidente, para qualquer pergunta que eventualmente venha a ser feita. Mais uma vez, digo que estou muito agradecido pela oportunidade de cooperar com todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quando o Senador Jader Barbalho propôs a convocação dos Srs. Ministros, de certo modo considerei que isso talvez fosse inoportuno, porque a crise já não era aguda. Mas vejo, neste instante, que o Senador Jader Barbalho acertou. É mesmo bom que se discuta esse assunto fora da pressão e da paixão dos fatos, com absoluta tranqüilidade, como a exposição que V. Ex^a retrata perante esta Comissão. Uma exposição muito clara, muito precisa, sobretudo muito honesta sobre os seus pontos de vista.

Mas acredito que os Srs. Senadores tenham algumas questões a propor para melhor aproveitarmos a presença do Ministro-Chefe da Casa Militar aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Assim, concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo cumprimentar o Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República pelas considerações que fez sobre o tema e pela forma serena, profissionalmente competente, com que acaba de analisar essa questão.

Alio-me às observações do Presidente Sarney quando diz que este momento, efetivamente, é o adequado, uma vez que não estamos vivenciando os dias que envolveram em crise algumas Polícias Militares no Brasil.

Sr. Ministro, anotamos, da abordagem de V. Ex^a, o que consideramos, em qualquer situação, fundamental: é que não existe efeito sem causa; e V. Ex^a, com muita propriedade, referiu-se ao que entende como possíveis causas do episódio que envolveram algumas Polícias Militares em algumas Unidades da Federação.

A questão salarial foi uma delas, e cumprimento V. Ex^a pela sensibilidade ao tratar da questão salarial, em relação à qual, em alguns casos, havia desfasagem salarial, e, em outros casos, atraso. Especificamente, creio eu, no caso de Alagoas, onde todo o funcionalismo público, incluindo a Polícia Militar,

estava – salvo engano da minha parte – há cerca de seis meses sem receber seu salário.

Evidentemente, seja civil ou militar, funcionário público ou não, qualquer pessoa com esse nível de atraso salarial chega ao desespero.

V. Ex^a se referiu também ao distanciamento, em alguns casos, entre a remuneração do soldado e do coronel, bem como à questão do reequipamento das Polícias Militares e à desconstitucionalização dessa questão.

Quero, em primeiro lugar, dizer que sou solidário com V. Ex^a em relação às observações que faz do problema. Tive a oportunidade de governar duas vezes o meu Estado. Desejo registrar que, da Polícia Militar do meu Estado, só recebi solidariedade nas oportunidades em que governei. Não registro nenhum episódio de indisciplina, mas só atitudes do melhor e maior dever cívico por parte dos policiais militares.

Por isso, penso que, nessas questões, há que se separar, na análise dos efeitos, a questão das causas. E cumprimento V. Ex^a que, com sensibilidade, registra, por exemplo, a questão do reequipamento.

Desconheço qualquer gesto, em qualquer Governo no País, em relação a financiamentos para segurança pública. Gostaria que V. Ex^a pudesse nos falar sobre os estudos em relação a financiamento para a segurança pública. Conhecemos, no Brasil, certos programas de financiamento para várias áreas: para a área da saúde, da educação, da habitação. Vários programas já existiram e estão a existir, mas desconheço o problema que em todas as pesquisas de opinião pública no Brasil vem com uma prevalência significativa, que é o problema da segurança pública. E desconheço que no Brasil se tenha instituído, ao longo do tempo, qualquer programa efetivo de financiamento para segurança pública, inclusive em termos do reequipamento, a que V. Ex^a se refere.

Recordo-me que, quando Governador do Estado, pelos projetos que estabeleci o ideal, em nível de segurança pública, teríamos que ter, no Estado do Pará, 25 mil homens. Tínhamos 11 mil, porque isso efetivamente comprometeria, e muito, a receita do Estado. Por outro lado, não havia, como não há, por parte do Governo da União, ao longo do tempo, nenhuma linha de financiamento que possa ajudar os Estados a obter recursos para reequipar as polícias militares.

Então, é um tema, dentre os que vou propor a V. Ex^a, sobre o qual gostaria fosse emitido certo juízo.

Eu gostaria que V. Ex^a hoje falasse sobre o acompanhamento, por parte da União – e, no caso, das Forças Armadas –, em relação às Polícias Militares.

Havia, não sei se ainda há – e me perdoem, no caso, a ignorância sobre o tema –, um setor do Exército que acompanhava as Polícias Militares. Como Governador do Estado, diversas vezes recebi a visita de general responsável por essa área. Faziam o acompanhamento, que, no caso, jamais entendi como qualquer ingerência e interferência por parte do Governo Federal na autonomia estadual, mas sim como uma colaboração por parte do Exército em relação às Polícias Militares, considerando que estas funcionam, de acordo com a Constituição, como forças auxiliares do Exército brasileiro. Portanto, sempre entendi e agradecia os relatórios que me eram feitos com as observações desse acompanhamento.

Gostaria que V. Ex^a, também, sobre o tema, emitisse um juízo sobre o acompanhamento por parte das Forças Armadas, considerando que as Polícias Militares são forças auxiliares do Exército.

Em relação a essa questão da desconstitucionalização, que é um tema polêmico, ouvimos, ao longo desse episódio, várias manifestações: de guarda municipal, de guarda nacional e, por isso mesmo, interessamo-nos em ouvir, como fizemos, a opinião de V. Ex^a; posteriormente, deveremos ouvir a opinião do Ministro da Justiça.

Por exemplo, quando se falou em guarda municipal, considerei algo extravagante. Imagine um Estado como o meu, que é do tamanho da Colômbia! Como iríamos resolver a intervenção com guarda municipal? Não consigo entender e, até lamento se estou emitindo juízo sobre algo que não tenha procedência, porque, às vezes, lemos algumas coisas na imprensa que não têm absolutamente nenhuma procedência. Mas fiquei imaginando... Por exemplo, tivemos vários episódios no meu Estado relativos à famosa Serra Pelada, que chegou a ter 60 mil homens, e vários episódios de segurança pública. Imaginei a Prefeitura de Curionópolis dando tratamento a uma rebelião dos garimpeiros de Serra Pelada. Como é a guarda municipal de lá?

Fiquei imaginando também como é que seria a negativa de colaboração, qual o interesse dos prefeitos em se envolverem em episódios dessa natureza. Estou fazendo essas considerações porque li, na imprensa, e até creio que isso não tem absolutamente nenhum cabimento.

Por outro lado, a questão da guarda nacional é outro episódio no qual se pode perceber uma força pública vinculada à União para episódios dessa na-

tureza. Como fica a questão da autonomia da unidade federada em episódios dessa natureza? E até as relações políticas nem sempre são tranqüilas. Se são tranqüilas hoje entre o Presidente da República e os Governadores, no futuro, poderão não ser.

A autonomia estadual está vinculada também à questão da segurança pública. Um Governador que não tenha sob seu comando a questão da segurança pública, no meu entendimento, fere a autonomia da unidade federada.

Então, são questões dessa natureza que me fizem propor e ter o privilégio de ouvir as observações de V. Ex^a. E, repetindo, não entendo, como V. Ex^a também não entende, como pode haver efeito sem causa. Portanto, em questões como essa, há de se indagar que causas levaram a essa crise.

Tenho também muito medo da generalização, até porque, se formos historicamente fazer generalizações, começaremos com as Forças Armadas, com a intentona comunista de 35. Aí impugnaríamos o Exército brasileiro, porque, em 1935, alguns dos integrantes das Forças Armadas resolveram impugnar a Aeronáutica porque fez Aragarças e Jacareacanga. Então, temo as generalizações. Temos que analisar as causas, que inevitavelmente nos convocam, nos convidam a meditar sobre as soluções.

Sr. Presidente, são essas as minhas indagações e, desde já, agradeço ao General Cardoso, cumprimentando-o por suas lúcidas observações na exposição que fez.

O SR. PRESIDENTE (José Samay) – As questões de V. Ex^a honram a Comissão.

Concedo a palavra ao nobre General Alberto Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Senador Jader Barbalho, muito obrigado pelas observações, inclusive por concordarmos que as generalizações não devem ser feitas. Cada caso tem que ser estudado de per si – concordo literalmente com V. Ex^a –, verificando profundamente as causas. Realmente, assim deve ser.

Dentre os tópicos que V. Ex^a abordou, o primeiro foi chamado de financiamento. Peço a sua autorização para expandir um pouco mais o conceito e chamar de investimentos e custeio. Divido, então, a solução em duas partes: os investimentos e o custeio, bancados, chamemos assim, diretamente; e outro processo, que seria realmente um pouco mais lento, de aumento da dotação orçamentária para os Estados nesse setor.

Como disse a V. Ex^as, o Ministério da Justiça está fazendo os estudos na área federal para propor

finalmente ao Congresso soluções para o problema. Essas soluções tem que passar pelas causas, como bem destacou V. Ex^a.. E entre as causas, estariam os problemas salariais e de reequipamento.

Nesses contatos que vem sendo feitos pelo Ministro da Justiça, S. Ex^a tem procurado verificar como a União, de uma maneira não tão preponderante em relação aos recursos próprios dos Estados, mas de alguma forma significativa, poderia atuar nessa área de ajuda aos Estados para investimentos, em termos de reequipamento, e para o custeio das polícias, ou seja, do sistema de segurança pública. Falam alguns – e há até projetos na Câmara – em fundos; falam alguns, não na área federal ainda, em novos impostos não na área federal, falam alguns em aproveitamento do que já existe no sistema de loterias, por exemplo, para arrecadação que poderá ocorrer sobre o consumo de combustível ou em outras áreas. O fato é que tem de haver uma fonte de recursos que ajude os Estados a resolver esse problema maior que eles estão vivendo.

Como disse durante a conversa, prevê-se também que os Estados venham a melhorar suas condições de investir e de bancar o custeio de seu sistema de segurança pública, na medida em que eles venham a arrecadar mais e possam ter liberdade para sanar alguns problemas estruturais.

Vamos ver um exemplo: o Governador do Rio Grande do Sul citou numa conversa – não me arriscarei a repetir os números – que em seu Estado há uma grande quantidade de servidores públicos que ganham mais do que o Governador, seja em razão de seus salários básicos, seja em razão de acréscimos de vantagens e gratificações. Ele disse que bastaria eliminar essa fatia que está acima do limite do Governador para cobrir, com sobra, aquele 1% a mais que ele criou no ICMS do Estado para resolver o problema das polícias. Ele disse também que não tem como agir legalmente contra esse estado de coisas, a não ser que os recursos legais lhe sejam concedidos, como a todos os Governadores, por intermédio de eventuais reformas que venham a ser feitas. Estão aí as duas fontes a que me referi. Há uma fonte central que está sendo estudada, que mesmo que venha a ocorrer não será preponderante em relação aos próprios recursos orçamentários dos Estados, e uma outra que pode surgir nos Estados, seja em virtude de medida como essa do Governador Britto, que aumentou em 1% o ICMS para esse fim, seja pelo que naturalmente vai ocorrer de forma gradual nos Estados, na medida em que eles venham a ter condição legal de sanar determinadas distorções, até mesmo salariais.

Como V. Ex^a vê, Senador, não tenho condições de lhe responder diretamente e dizer exatamente o que está sendo feito, mesmo porque não é da minha área, mas lhe transmiti idéias gerais que tenho ouvido serem mencionadas.

Posso passar a outro tópico, Sénador?

Sobre o acompanhamento da União, posso dizer que há realmente no Ministério do Exército um órgão que hoje é subordinado ao comando de operações terrestres, chamado Inspetoria-Geral das Polícias Militares, que foi muito atuante. Como V. Ex^a mesmo citou e várias pessoas sabem, era muito atuante mesmo.

Pediria permissão para ler parte de um relatório de inspeção de uma polícia militar de determinado Estado, feita pela então atuante Inspetoria das Polícias Militares. Isso foi no ano de 1970. No caso, era o General Pereira o chefe da IGPM.

Peço permissão novamente para abrir outro parênteses. Pode-se desde logo dizer "bom, mas era 1970, anos de chumbo etc." Não, vamos procurar entender o que vou ler aqui agora na perspectiva histórica. Para entender como as coisas funcionavam no passado, devemos procurar nos colocar como hoje estamos no presente e tentar vivenciar o que acontecia. As polícias militares eram um pouco mais voltadas para a defesa do Estado do que basicamente para a segurança pública, mas faziam muito bem a segurança pública, além de participarem da defesa do Estado, como ente político.

O que quero mostrar é que antes da Constituição de 1988, que retirou uma atribuição muito importante da União, em termos de acompanhamento das Polícias Militares – infelizmente, essa atribuição foi retirada até mesmo por esforço parlamentar –, ou seja, supervisionar e fiscalizar a instrução das polícias militares. A partir daí, houve realmente diminuição das atribuições da IGPM, que eram basicamente as de acompanhar, ajudando na instrução, o que, na realidade, engloba a idéia maior de educação e de adequação da formação. Até 1988, havia muita aproximação, muito controle, muita ajuda. Até recursos eram alocados para as polícias militares.

Vou citar algumas passagens para que possamos ver como atuava a IGPM. Cito aqui um dos objetivos daquela inspeção naquele documento:

"Verificar a adequabilidade da organização e do equipamento para o cumprimento das missões de sua atribuição".

Cada Polícia, uma vez por ano, recebia uma equipe de inspeção, que ia ao detalhe, que era o de cobrar, mas de ajudar, ombro a ombro. Então, vejam a preocupação com relação à organização e ao equipamento.

Mais um objetivo entre os vários:

"Levantar, através de contatos pessoais, os principais problemas, em particular, aqueles cuja solução seja da alçada da IGPM."

Ir lá conhecer os problemas e trazê-los para o âmbito federal, deixando sempre uma cópia com os Governadores.

Vejam bem, trabalhava-se na solução e não apenas no levantamento dos problemas.

"Verificar as condições dos aquartelamentos, bem como o zelo e manutenção do equipamento."

Quem verifica as mesmas não está apenas inspecionando as condições de segurança dos aquartelamentos, mas as de higiene e de bem-estar da tropa.

"Orientar e proporcionar ensinamentos necessários à correta interpretação das normas de segurança pública. Observar a disciplina, o enquadramento e a ação de comando nos diferentes escalões."

Eram muitos os objetivos das inspeções. Citei apenas alguns poucos.

Aqui estão algumas observações feitas por essa equipe de inspeção. Em relação ao aquartelamento, destacaram:

"Remodelação do serviço de saúde, transformando uma precária enfermaria para oficiais, praças e suas famílias em um agradável ambulatório, limpo e bem equipado".

Isso está diretamente ligado à área social e moral da tropa. Verificava-se esse detalhe.

"Construção do estádio olímpico."

Não um estádio olímpico grandioso, mas um que tenha instalações para a educação e treinamento físico, que fazem parte não só da preparação física do profissional, mas também da emulação, do moral do pessoal.

Os relatórios eram longos e seguidos de forma rigorosa, tendo em vista a solução daquelas idéias levantadas como problemas.

"Condições de arrumação e higiene dos banheiros e dos alojamentos."

Enfim, o acompanhamento que era feito ia a esse detalhe. Imagino que, passados os anos, se ainda houvesse a IGPM, se a União não tivesse sido

esvaziada de suas atribuições, que não são aquelas da instrução, mas outras atribuições que foram retiradas da União, colocando as polícias militares sob o comando exclusivo dos Governadores. Quando me refiro a comando exclusivo, não estou fazendo crítica, mas as responsabilidades também passaram, todas, para os Governadores.

Se dessemos um desconto no tempo e situássemos, hoje, essas atribuições que tinha a União em relação às polícias militares, ao acompanhamento das polícias militares, inclusive com as novas condições de consolidação da democracia, etc, poderíamos entender que aquele acompanhamento seria muito mais profundo e muito mais eficaz, porque não haveria qualquer outro viés que não aquele de segurança pública.

Bem, então, houve o esvaziamento. Fui Comandante de uma Brigada, e essas inspeções passaram a ser delegadas aos comandantes das áreas. Como Comandante de Brigada, eu só podia nas minhas chamadas inspeções, que não eram mais inspeções, fazer visitas, e de muita cordialidade. E ficava aí, porque, sequer atribuição de recolher os problemas, eu tinha, porque não tínhamos como resolvê-los. Essas atribuições ficaram ali, exclusivamente no âmbito dos Estados. Então, realmente, Senador, faz falta dar à União uma competência maior no acompanhamento das polícias, uma atribuição maior de acompanhamento que lhe traz responsabilidade de ajuda na solução dos problemas levantados.

V. Ex^a tocou na desconstitucionalização, falou do problema da desmilitarização da Guarda Nacional e das guardas municipais. Comecemos pela Guarda Nacional. A Guarda Nacional foi citada por algumas pessoas, inclusive por mim, como uma solução na hipótese de alguém resolver acabar com essa organização policial. Nesse caso, é preciso preencher aquela necessidade que procurei mostrar em detalhes durante a palestra. Qual necessidade? De haver uma organização capacitada a atuar em massa, de forma hierarquizada, coesa, etc, aquilo tudo que eu disse, para evitar a banalização do emprego das Forças Armadas sem se esgotarem os recursos dos Estados.

Ora, uma Guarda Nacional que iria federalizar a ação policial repressiva, aquela de restauração da ordem pública seria uma alternativa, como existe em muitos países, seja carabineiro, seja armeria, seja polícia nacional, como chamam alguns aí. Há necessidade disso, há necessidade de uma organização que, hoje, tem as suas destinações cumpridas pela polícia militar. Então, não é um princípio de planejamento. O princípio de planejamento é: deve ha-

ver esse órgão, para evitar aquela prematura militarização do conflito, muitas vezes, social. Tem de haver. Esse é o princípio, o que não acho provável, até mesmo não acho possível. Se alguém resolver acabar com a polícia militar, numa hipótese, vamos dizer assim, radical, chegando aos extremos, quem resolver acabar tem também de resolver como atender a esse princípio. Entendido isso, Senador, essa idéia da Guarda Nacional? É lógico que não é o ideal, porque o que, hoje, está no nível do Estado abrange a solução do conflito ainda no nível estadual. A Guarda Nacional leva o conflito, já na penúltima instância, ao nível federal, o que, realmente, diminui a autonomia do Estado no aspecto de ele ter meios para preservar a sua autonomia na solução dos conflitos e perturbação da ordem.

Posso passar a outro item, Senador?

O SR. JADER BARBALHO - Gostaria, Sr. Presidente, em relação a essa questão da desconstitucionalização, de fazer algumas considerações.

Tive oportunidade de vivenciar alguns fatos que julgo relevantes, por isso, permito-me dar o exemplo do Estado do Pará. Estive no Governo antes e após a promulgação da Constituição de 1988. Estamos diante de um caso não de "desconstitucionalizar", mas de "reconstitucionalizar" - se me permitem a expressão - certos episódios.

Penso que seria o caso de voltarmos a ter a IGPM. Seria o caso, porque eu, por exemplo, como Governador, nunca me senti ofendido ou diminuído pelos relatórios por ela produzidos; sempre os entendi como uma colaboração do Governo da União no assunto, quando me alertavam para o fato de que havia um determinado problema na Polícia Militar, e não o que acontece, como V. Ex^a, acaba de me relatar. O Governo Federal foi obrigado a se retirar, porque a Constituição não mais o amparava nessa missão.

Creio que há necessidade de a IGPM voltar a funcionar, porque, considerando que as polícias militares são força auxiliar do Exército, existe a necessidade de um acompanhamento dessas polícias. Se existisse esse acompanhamento, talvez não tivéssemos assistido aos episódios como os que ocorreram em alguns Estados; talvez os governadores tivessem tido a chance de ser alertados sobre problemas internos.

Há o problema, por exemplo, de disparidades salariais. Esses relatórios podiam mencionar o problema. V. Ex^a cita um relatório de 1970, mas fui Governador em 1983, quando não era mais a época do regime de arbítrio no País; havia um processo de efetiva redemocratização no Brasil àquela altura. Os

governadores poderiam ter sido alertados com respeito a salários, pois havia discrepâncias, como bem disse V. Ex^a; em alguns casos, discrepâncias consideráveis.

Há ainda as questões de equipamento, de disciplina e uma série de outras. Penso que, com esses argumentos, V. Ex^a nos provoca para estudarmos a possibilidade de restaurar essa instituição, isto é, o acompanhamento por parte do Exército, das polícias militares, sem que isso fira a autonomia dessas polícias. Ao contrário, esse acompanhamento viria para cumprir o que estabelece a Constituição: que as polícias militares são forças auxiliares e, por isso, esse acompanhamento não provocaria uma lesão à autonomia estadual. Pelo contrário, deve o Exército ter o interesse de saber como andam as suas forças, as suas possíveis forças auxiliares.

Com relação à Guarda Nacional, quem paga? O Governo Federal? Quem determina, em caso de conflito, a intervenção? Hoje estamos vivendo, repito, um relacionamento tranquilo, mas quem poderá dizer no futuro se haverá esse clima de tranquilidade entre um dirigente de uma unidade federada e o Governo Federal?

Como será tratado um eventual episódio que possa redundar num atrito entre o Presidente da República e um Governador de Estado face a uma crise? Há que se levar em consideração a questão da autonomia estadual, que, no meu entendimento, corre o risco de ser quebrada. Penso que, em alguns casos, poder-se-ia ouvir o Congresso Nacional para a intervenção.

A Constituição já trata do assunto em caso de intervenção grave. Com esse debate, já se começa, pelo menos de minha parte, a vislumbrar um caminho que não significasse retirar nada da Constituição, mas devolver a ela a sua tarefa de acompanhamento.

Perdoe-me, Sr. Presidente, perdoem-me os demais membros da Comissão, não desejo, apesar de ser o autor da proposição, monopolizar esse debate, até porque temos aqui vários companheiros que foram governadores de Estados e também tiveram experiência nesta área. Queria apenas dar destaque a essa questão. Penso que, talvez, o caminho adequado seja o de restaurar a possibilidade de o Exército acompanhar a atuação das suas forças auxiliares e não o de retirar isso do Tópico constitucional e agredir a Federação do Brasil, correndo riscos futuros de incidentes graves no relacionamento entre o Governo Federal e as unidades federadas.

O SR. ALBERTO CARDOSO – V. Ex^a me dá a oportunidade de reiterar a idéia que procurei apresentar, de que a Guarda Nacional não é um princípio de planejamento, mas a busca de uma solução para um caso extremo, que julgo bastante improvável, de se acabar com a Polícia Militar. Não advogo isso.

Realmente, há o que se recolocar na Constituição, mas essa não é a solução. Faz parte da solução haver esse acompanhamento federal mais aproximado. Mais, a meu ver, a situação também requer que se retire alguma coisa da Constituição, até mesmo para aumentar a autonomia dos Estados, para que os Governadores tenham mais liberdade de modelar suas Polícias Militares da forma que acharem adequada às suas peculiaridades estaduais. Não estou adiantando o que está sendo feito, porque não tenho conhecimento do detalhamento da proposta.

Para concluir essa resposta, eu gostaria de falar do problema da Guarda Municipal. Na Constituição Federal, já existe a previsão de Guarda Municipal. A previsão é a de que as Guardas Municipais façam basicamente a segurança de patrimônio. Em algum momento, foram dados alguns argumentos que se poderia dar à Guarda Municipal a atribuição também de executar atividades de ordem pública, o que incorre em problemas muito graves. Se isso viesse a ocorrer, talvez fosse necessário estabelecer um limite; por exemplo, isso seria feito a partir de determinada população ou de determinado produto de arrecadação do Município. Isso deveria ser feito, para que não houvesse aqueles riscos muito bem citados por V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Outros Senadores desejam fazer indagações a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

General Alberto Cardoso, conheço um pouco a história de V. Ex^a e, como policial, tenho muito a lhe agradecer. Eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua exposição, na qual V. Ex^a abordou o âmago de algumas questões graves, que, às vezes, têm gerenciado uma conduta não muito correta na área de segurança.

Eu poderia acrescentar pouco ou quase nada ao que já foi dito pelo Senador Jader Barbalho, que dirigiu uma Unidade da Federação em que as questões de segurança não eram voltadas apenas para a área de criminalidade. No campo psicossocial, houve questões graves que o Governador teve a capaci-

dade de gerenciar e de enfrentar, apresentando soluções favoráveis à sua administração.

Gracias a Deus, tive algumas oportunidades de visitar o então Governador, Senador Jader Barbalho, nas quais pude entrar em contato com algumas experiências que podiam ser levadas a outros Governadores, com a intenção de ajudar a solucionar graves problemas. Tudo isso ocorreu sob a égide do então Presidente José Sarney, que nos deu essa honra.

V. Ex^a falou sobre a questão de ferir de morte a hierarquia e a disciplina – V. Ex^a tem uma vocação de soldado -, e sei que a grande maioria das próprias Polícias Militares assim sentem. Às vezes, a disciplina, a hierarquia e a lealdade se confundem com a honra. Essa reação não é de crítica, mas, provavelmente, de sentimento. Assim entendi na primeira leitura que fiz. Acredito que V. Ex^a confirmou isso no seu depoimento.

V. Ex^a citou alguns exemplos ocorridos no Ceará. Um Chefe de Departamento da Polícia de São Paulo, o então Secretário de Segurança Pública, Coronel Erasmo Dias, que hoje é Deputado Estadual, passou por uma experiência idêntica em três segmentos importantes, os quais depois foram caindo no vazio. Essa experiência foi a da construção das unidades policiais e de uma unidade física para a ocupação de companhias de Polícias Militares. A Delegacia, a unidade policial civil, funcionava ao lado de uma unidade da Polícia Militar.

Outra experiência importantíssima que também caiu no vazio foi a criação de unidades do setor de Assistência Social. Às vezes, há a intervenção imediata da Polícia Militar em questões que não são de segurança pública. Essa é uma briga em família. Em questões simples, normalmente, o policial sai como envolvido no processo, tornando partido de uma das partes. Às vezes, há uma violência inesperada, e o policial é indiciado. Com isso, a crítica é feita a toda a instituição.

Alguns Governadores têm coragem de enfrentar coisas desse tipo, criando mecanismos que possam facilitar a atividade policial. Penso que essa experiência do Governador do Ceará, que aqui esteve, numa pré-crise da própria Polícia Civil, que o obrigou a trocar de Secretário, provavelmente, antecipou-se àquilo que eclodiu em outros Estados e que poderia ter ocorrido no Ceará se o Governador não detectasse isso por antecipação. Essa vem a ser a grande virtude da informação. Não sei por que, até hoje – num desrespeito a esse assunto -, não foi criado ainda o setor de informações do Governo, que, às ve-

zes, poderia detectar isso, informando antecipadamente os Governadores sobre algumas crises.

Sobre o financiamento para a segurança pública, penso que essa questão levantada pelo Senador Jader Barbalho é importantíssima.

· Sr. Presidente, o Deputado Benito Gama está relatando, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa da Câmara, um projeto de financiamento para a Polícia, para que haja o reequipamento com financiamento francês. S. Ex^a me pediu que eu acompanhasse, aqui no Senado, essa questão, que provavelmente virá a esta Comissão.

O Senado aprovou o Fundo de Reaparelhamento da Polícia Federal. Acredito que a Polícia terá meios de se reequipar por várias missões que o próprio Poder Legislativo lhe tem delegado no acompanhamento de segmentos importantes.

Ouço, com muita satisfação, a colocação de V. Ex^a e do Senador Jader Barbalho sobre o problema da desconstitucionalização pura e simples do Capítulo 144 da Constituição. Penso que é preciso haver um pouco de flexibilização, para que seja dada uma maior autonomia para os Estados. Mas hoje as Polícias estão ficando sob o abrigo da Constituição, que tira muito da influência política das decisões e do comportamento de um segmento tão importante para que haja a própria prevalência da democracia. A Polícia tem um papel importante na preservação da segurança pública.

Esse aspecto foi muito bem abordado por V. Ex^a. Eu gostaria de saber um pouco mais sobre isso. A primeira e segunda vertentes do emprego da Polícia Militar nos dão a importância da sua presença no contexto institucional de segurança pública. A Polícia pode e deve ter uma formação militar pela segunda vertente e, provavelmente, pela primeira vertente também. A ação planejada de segurança pública ostensiva, preventiva e, às vezes, repressiva impõe uma hierarquia e uma disciplina, porque, normalmente, o seu emprego não é individual, como é o da Polícia Civil, que pode ter uma flexibilização maior, já que, às vezes, um único homem dá prosseguimento às ações da Polícia Judiciária.

A atividade de Polícia Civil não se confunde com a vertente que V. Ex^a colocou tão bem, que é a de ação militar. A Polícia Militar tem uma ação, no meu ponto de vista – não sei se assimilei bem o pensamento de V. Ex^a –, também civil, mesmo que tenha uma formação militar. Provavelmente tenha essa necessidade pelo fato de sua atividade ser sempre coletiva.

Desculpe, Senador Jader Barbalho, citá-lo tantas vezes. É que V. Ex^a esgotou as anotações.

V. Ex^a falou, também sobre a IGPM. Reclamei do Plenário, quando dos primeiros incidentes de movimentação das Polícias Militares em alguns Estados, porque a IGPM não dava uma notícia, pelo menos ao Legislativo, do que estava ocorrendo. Estive com o Ministro Zenildo, e ele me disse: "não sei nem se é vantagem hoje o Exército continuar com a IGPM". A atividade da IGPM hoje está restrita ao acompanhamento e à autorização para o fardamento, bem como à compra do armamento de que as Polícias podem dispor para evitar um Exército armado sob o comando de alguns Governadores.

Então, sobre a Guarda Municipal, tenho uma proposta de emenda constitucional, e gostaria que V. Ex^a a apreciasse. É que, para os Municípios com mais de 100 mil habitantes, a Guarda Municipal poderá, por convênio e sob fiscalização do Estado, por intermédio da Polícia Militar ou de outro órgão, ter uma participação supletiva ao sistema de segurança. Em alguns Municípios, como São Paulo, que tem uma Guarda Municipal bem equipada, com viaturas novas e um adestramento razoável, às vezes até sob o comando de um oficial da PM ou de um oficial do Exército, as Guardas Municipais estão tendo atividade ilegal. Estão armadas, nas ruas e desocupando praças, numa atividade que seria ilegal para uma Guarda Municipal, porque estão exercendo poder de polícia, o que a Constituição não permite, até pela sua própria colocação no Texto constitucional.

Então, não quero importunar V. Ex^a, mas concluo que foi importante essa convocação; foi um aprendizado para nós, que vamos discutir e votar todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o General Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Senador, jamais me sentirei importunado por V. Ex^a. Obrigado pelas perguntas.

Vamos começar pela última.

Sobre o fato de a IGPM ser ou não reativada, ter ou não suas atribuições renovadas, é importante dizer que é a União, sendo IGPM ou qualquer outro órgão, que tem atribuição de fazer a fiscalização.

O Sr. Romeu Tuma – Se o senhor me permitir acrescentar, quando o General Tamoio assumiu a Secretaria Nacional de Segurança Pública, uma das dúvidas que coloquei a ele era sobre qual era o poder, pelo menos gerencial, de fiscalizar as polícias dos Estados. É zero. Então, ele tem que ir a algum

lugar, mesmo para evidenciar uma operação conjunta, pedir por favor.

O SR. ALBERTO CARDOSO – É verdade. A IGPM pode ser reativada, e isso seria interessante – falo, vejam bem, em opinião pessoal; não estou falando pelo Ministro do Exército, porque realmente não posso. Se a IGPM fosse reativada, isso atenderia a um aspecto que já foi citado pelos dois Srs. Senadores: o aspecto de força auxiliar e reserva do Exército. Há que se entender bem esses dois conceitos. Força auxiliar, já foi bastante mencionado, é passar a auxiliar o Exército no caso de o Exército no caso de ele ser empregado em ações para a restauração da ordem pública. Ou seja, elas não saem do cenário, mas passam ao controle do Exército. Aí está a idéia de força auxiliar.

E o reserva é a idéia de defesa externa não para as Polícias Militares serem empregadas como uma força combatente, mas para que elas participem na defesa externa territorial, ou seja, das ações de guarda de pontos sensíveis para o apoio às ações de defesa externa. Bem, então, se tivéssemos a GPM reativada a pleno, aí o Exército teria condições de verificar a adequabilidade das Polícias Militares para o atendimento a essas duas missões constitucionais.

Bem, sobre essa vertente de força auxiliar, gostaria de repisar mais um aspecto. Quando advoço as idéias que já estão sendo discutidas de a Polícia Militar ficar só com a parte de restauração da ordem pública, gravemente perturbada, estou querendo dizer que a formação para esse tipo de atividade não é inteiramente compatível para a formação para o outro tipo de atividade de policiamento preventivo e ostensivo. É aí que quero tocar.

Parece-me, embora não conheça com a profundidade de V. Ex⁸ o problema da Polícia Civil, que há um pouco mais de incompatibilidade – por favor, me corrijam se estiver errado – entre as ações de Polícia preventiva e ostensiva e as ações de Polícia Judiciária, que são policiamentos que não exigem uma formação de emprego em massa, como aquela outra vertente mencionada.

A desconstitucionalização a que V. Ex⁸ se refere, colocando...

O SR. ROMEU TUMA – Se V. Ex⁸ me permite, aí é importante a integração e não a fusão, como se pensa. Mas a integração sob um comando único, como existe em São Paulo, com o Secretário de Segurança. A integração operacional é importantíssima porque as operações de polícia repressiva, preventiva indicam a condução final do término a uma unida-

de da Polícia Civil para complementação do aspecto da Polícia Judiciária. Então, essa integração, que tem que ser, vamos dizer, psicológica e humana, mais do que legal, porque essas divergências não são sobre o aspecto legal, é importante para se conscientizarem as coisas. Há sempre aquele prisma de que querem acabar com uma das Polícias. Entendo que isso não é o principal, o principal é a integração para que os meios possam ser bem gerenciados para o emprego final.

O SR. ALBERTO MENDES CARDOSO – Muito obrigado, Senador.

Sobre a desconstitucionalização *versus* o aumento da influência política, realmente, pode-se analisar o problema sob esse ponto de vista. Tirando da Constituição estaria aparentemente aumentada a autonomia do Governador e as instituições políticas locais para influir sobre a Polícia. Mas me parece que hoje já temos essa autonomia bem definida. Há absoluta autonomia. Com isso, quero dizer, Senador, que ao se retirar alguma coisa em relação ao sistema de segurança pública da Constituição, aumentando, assim, a liberdade dos Governadores de adaptarem o sistema – não me estou referindo apenas às Polícias, mas ao sistema – às condições locais do seu Estado, a Nação brasileira estaria apenas aumentando essa responsabilidade dos Governadores em não permitir que a influência política fosse danosa para as instituições policiais. Parece-me que é outra maneira de ver o problema, embora não seja a única.

V. Ex⁸ falou na necessidade do trabalho de inteligência nas Polícias para que os Governadores estejam bem informados. Esse trabalho, sob o meu ponto de vista, tem que ser executado primordialmente pelas próprias Polícias, pela própria cadeia de comando das Polícias. Creio que isso é feito. E aqui me refiro aos órgãos P-II no nível unidades e PM-II no nível Polícia Militar Estadual, que podem ser empregados e são empregados também para verificar os problemas internos e não o problema interno específico de quem esteja com a atribuição de verificar o moral do pessoal, que deve ser analisado pela área de recursos humanos. Mas, para a área de inteligência e informações, cabe verificar as repercussões dos problemas de pessoal sobre o problema e a necessidade de eficácia da Polícia, sobre seus aspectos de operacionalidade. Essas organizações já existem e é lógico que devem ser zeladas pelos chefes imediatos e subseqüentes, para evitar algumas distorções que todo órgão de inteligência corre o risco de ter, mas por uma ou outra distorção não se

deve condenar à extinção esses órgãos, que são muito importantes.

Vimos até a importância, citada por V. Ex^a, em termos da necessidade da atividade de inteligência. V. Ex^a abriu um parêntese sobre a futura ABI. Não quero me estender aqui, é um tema que me apaixona, porque sou encarregado da preparação da implantação da ABI. Mas, de uma forma que se entende, a proposta do projeto de lei para criação da Agência Brasileira de Inteligência, dentro do Executivo, está sendo esmiuçada, radiografa e estudada e é bom que seja assim para que, quando ela vier para o Congresso – provavelmente até novembro – tenhamos todo o Executivo engajado no projeto de lei. A responsabilidade do projeto de lei não ficaria apenas com a Casa Militar, que eventualmente recebeu essa atribuição temporária de trabalhar para a sua implantação, mas todo o Executivo. V. Ex^a sabe que paralelamente estão sendo feitas muitas conversações com o Parlamento individualmente, de uma maneira informal, acerca do projeto de lei de implantação da ABI. Muitas sugestões estão sendo recebidas e colocadas nesse projeto de lei.

Sobre disciplina e hierarquia, V. Ex^a abordou o aspecto do conflito com honra. Realmente, algumas pessoas tem uma hipersensibilidade à honra, que as faz – a qualquer ameaça a sua honra – reagir de forma muitas vezes desproporcional ao problema. Então, algum arranhão na hierarquia, em vez de ser tratado de forma proporcional, muitas vezes é superestimado, e a reação é desproporcional. Mas isso é uma exceção.

Quando abordei o aspecto disciplina e hierarquia, também sob outro enfoque, foi para mostrar a importância da disciplina e hierarquia para a coesão de uma força que se pretende esteja em condições de ser empregada em frações constituídas, usando o princípio da massa. Creio já ter abordado todos os aspectos da pergunta formulada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eminentes Senadores, General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete Militar, não preciso lhe dizer que dou, de logo, a minha adesão às palavras anteriores dos Senadores Jader Barbalho e Romeu Tuma.

Não quero ser repetitivo, por isso já passo a minhas perguntas que conterão curiosidades, observações, dúvidas pessoais e indagações. Por isso, Sr. Presidente, pedirei permissão a V. Ex^a para que a primeira pergunta de curiosidade me seja respon-

dida e assim sucessivamente, para que o General não possa se perder na exposição que eu fizer a seguir.

A primeira curiosidade, Ministro: qual é a atribuição de um chefe do Gabinete Militar? Sei que ele, a princípio, é um General de Brigada.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Nobre Senador, a Casa Militar tem atribuições bem definidas na lei que são, basicamente, de assessoramento ao Presidente da República, na área militar; um assessoramento que não conflita com o assessoramento que os Ministros militares fazem. É um assessoramento pessoal ao Presidente da República com vistas a adequar as idéias apresentadas sobre a área militar ao conhecimento; à maneira que o Presidente tem de pensar os problemas; um conhecimento que é muito bem perceptível, porque está no dia-a-dia do Presidente, ou seja, characteristicamente, um assessoramento militar pessoal ao Presidente da República. A Casa Militar tem também atribuições de zelar pela segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos chefes dos órgãos essenciais da Presidência da República, a saber, Casa Civil, Secretaria-Geral, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Comunicação Social e o próprio Chefe da Casa Militar. No caso do Presidente da República, também a seus parentes mais próximos. A Casa Militar tem um papel de coordenação do apoio logístico às viagens do Presidente da República e, ainda, na parte da segurança, as instalações desses Palácios todos da Presidência.

Na área do assessoramento pessoal militar ao Presidente, entra uma gama muito grande de temas. Muitas vezes temas que não podem ser listados em um primeiro momento. Se no dia 1º de janeiro de 1995, eu tivesse listado os temas sobre os quais poderia assessorar o Presidente da República, certamente não teria colocado comparecer a Eldorado de Carajás, quando houve aquele conflito; não teria colocado defender o princípio da hierarquia e da disciplina em uma crise de polícia militar e daí por diante.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito. V. Ex^a atinou para o que eu queria é foi em cima, porque defendo muito hierarquia e disciplina e quis ficar bem situado entre uma atribuição e outra que, por determinação do Presidente da República, só por essa determinação poderia o Chefe da Casa Militar cumprir.

Não vou falar sobre a inspetoria geral das Polícias Militares porque o Senador José Agripino, Governador duas vezes em seu Estado, abordará o assunto. S. Ex^a abordará em um ponto, eu quero ape-

nas levar um achego a V. Ex^a no ponto constitucional. É realmente um achego de quem é mais velho, de quem se debruçou durante 19 meses na elaboração da Constituição.

Ministro Cardoso, V. Ex^a declarou que a Constituição de 1988 retirou da IGPM a atribuição de fiscalizar as polícias militares.

O SR. MINISTRO ALBERTO CARDOSO – Não, de fiscalizar a sua instrução.

O SR. BERNARDO CABRAL – Gostaria que o meu amigo – e ele sabe a estima que lhe tenho – reaficasse esse ponto.

A Constituição não toca, em nenhum instante, na Inspetoria Geral das Polícias Militares. Ela poderá ser até revigorada, creio que prestou um grande serviço. Conheci o General que a comandou, o General Lauro Alves Pinto – se não me falha a memória, era esse o nome. Posso dizer que a acompanhei de perto porque, em determinada quadra de minha vida, fui Secretário de Interior e Justiça. Havia um serviço de informações e contra-informações, que era do Conselho de Segurança Nacional, pois não existia ainda o SNI.

O que acontece é que, quando elaboramos essa Constituição, o País estava saindo de uma excepcionalidade institucional para um reordenamento constitucional, daí sua declaração de que a Constituição amarrou a segurança pública.

Quero apenas lhe dar uma contribuição: o que a Constituição fez, Ministro Cardoso, foi definir as atribuições. Havia uma briga muito grande entre a Polícia Federal e a ação fazendária. O nosso hoje Senador Romeu Tuma trabalhou muito para que constasse da Constituição uma das atribuições da Polícia Federal, contida no art. 144, II: "prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins..." – agora veja – "...o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária...". Se a Constituição não tivesse feito isso, haveria uma briga constante – que antes existia – entre a Fazenda e a Polícia Federal. O que a Constituição amarrou – isto sim – está no art. 142: "As Forças Armadas (...) destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem...".

V. Ex^a não tem idéia como o Relator sofreu para colocar a expressão "da lei e da ordem" no texto constitucional. Havia forças que combatiam as Forças Armadas, precisei de coragem para manter essa expressão. Aqui, sim, foi amarrado. Nesse ponto, a Constituição merece aplausos.

Aliás, essa Constituição está sendo muito batida; às vezes, dou-me conta de que eu fui muito contra ela, em alguns momentos, claro, porque é uma Constituição enorme. Hoje, no entanto, ela está permitindo que um Ministro-Chefe da Casa Militar, por inspiração do nosso Senador Jader Barbalho, e para a alegria de termos um ex-Presidente da República aqui, estejamos tendo este diálogo.

Então, o problema da segurança pública, no meu entendimento, antes de ser a segurança do Estado, não pode gerar a insegurança do cidadão.

O SR. MINISTRO ALBERTO CARDOSO – É verdade.

O SR. BERNARDO CABRAL – Essas foram as minhas observações.

Agora, vou tratar de algumas dúvidas pessoais para chegar à indagação final. O que estamos notando é que esta matéria está sendo tratada com um lado emocional fantástico, desprezando-se o racional. Quando ouço dizerem que vamos ter que redesenhar as polícias militares, que a União vai ter que uma intervenção maior e que teremos que prever uma série de circunstâncias, chego à conclusão de que não é por meio de um decreto ou de uma lei que vamos resolver esse problema. A minha indagação – agora, eu a faço a quem assessorava diretamente o Presidente da República – é a seguinte: é possível que se faça isso com as polícias militares sem que haja uma reforma tributária e um ajuste fiscal que dê aos Estados condições de realmente reaparelhar as suas polícias militares e as suas polícias civis, a segurança pública? Não quero entrar no problema dos soldos. Acho que o general é mal pago, e um coronel muito mais. É tão mal pago que tenho um assessor técnico a quem pedi que não esperasse sua formação de general, porque iria ganhar mais como assessor técnico. Senador, veja V. Ex^a como tenho razão no que estou a dizer. Não quero entrar no problema da remuneração, repito.

Quero entrar num problema crucial: a cidadania. A indagação é a seguinte: V. Ex^a acha que é possível fazer isso sem que haja reforma tributária, ainda que V. Ex^a tenha delineado a política nacional de segurança pública, a criação de um órgão que fiscalizaria essas polícias, com uma competência maior chamada Fonte de Recursos, no sentido de ajudar os Estados? Anotei que V. Ex^a entende que devemos bancar o custeio, devemos arrecadar mais, devemos sanear alguns problemas estruturais, mas pergunto: isso será feito sem uma reforma tributária, sem um ajuste fiscal?

Sr. Presidente, eram essas as minhas indagações, as minhas dúvidas, as minhas sugestões e as minhas achegas ao Ministro Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Muito precisas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o General Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Muito obrigado, V. Ex^a ajudou muito ao dar-me a possibilidade de expandir um pouco mais o que havia falado.

A resposta sobre o financiamento das polícias militares ou sobre o sistema de segurança pública seria dividida em duas partes; uma delas diz respeito aos recursos imediatos, que devem ser criados. Não sei especificamente como, porque não é minha área, mas precisam ser criados, inclusive no âmbito estadual. Falei também em, a médio prazo – embora não tenha usado essa expressão – aumentar-se a capacidade dos Estados de custear e investir nas polícias militares e em todo o seu sistema. Mencionei de passagem as reformas. Minha resposta ao senhor é que as reformas são básicas, principalmente a tributária. Estamos concordes nisso.

Sobre o verbo que usei na frase "a Constituição tem amarrado o sistema de segurança pública", devo salientar que talvez tenha usado uma palavra inadequada ao ambiente, mas muito utilizada no meio militar. Amarrado, para nós, quer dizer algo detalhado, bem definido. Temos, inclusive, a expressão tiro amarrado, ou seja, aquele tiro sobre o qual temos todos os dados, pode ser feito à noite. O significado do amarrado é este: a Constituição detalha aspectos da segurança pública – mais uma vez, é opinião pessoal – mas, com o surgimento de crises – e estas, muitas vezes, definem uma conjuntura – aparecem problemas estruturais. Aí é preciso fazer uma modificação nos aspectos detalhados na Constituição para se possa resolver a crise.

O que proponho é que algo na Constituição, e não tudo, seja flexibilizado – foi a palavra usada pelo Senador Tuma –, para que se dê liberdade ao legislador da lei ordinária para que ele possa modificar o que está amarrado na Constituição e, assim, podemos sanar os problemas conjunturais ou estruturais. Dessa forma, não se irá diretamente à Constituição em cada crise.

Concordo absolutamente com o Sr. Senador, desculpe-me, com V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL – Permita-me que eu o interrompa.

Na nossa linguagem parlamentar, o tratamento é excelência, mas senhor fica bem. Não se preocupe com isso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Muito obrigado, Sr. Senador. Concordo plenamente com V. Ex^a; entendendo que a segurança pública tem que ser primordialmente voltada para a segurança do cidadão, para o seu bem-estar, para os direitos e deveres do cidadão, de maneira que se procure, preventivamente de preferência, ou repressivamente, não permitir que problemas, inicialmente de segurança do cidadão, se transformem em problemas de segurança do Estado, na raiz, em termos de prevenção ou mesmo repressão. Concordo absolutamente com o senhor.

Sobre a Constituição Federal de 1988, naquilo que se refere à competência da União, eu procurei mostrar – e, talvez, não tenha sido completo nisso – não que a Constituição tivesse tirado atribuições da IGPM, mas que tirou atribuições da União naquele artigo que trata da competência exclusiva da União – art. 22, inciso XX. Ali, sim, foi retirada da União a competência da instrução, que aborda um campo muito amplo da formação do policial militar. E, retirando essa atribuição da União, indiretamente, retirou a competência do órgão que, pela União, fazia esse trabalho, esse controle – a IGPM.

Eu estava falando, na resposta anterior, ao Senador Romeu Tuma, que a IGPM é o órgão do Exército que poderia ser reativado neste sentido. Nada impede, no entanto, que a IGPM seja, de vez, desativada e se crie um órgão no Ministério da Justiça; apenas deveria ser o órgão com capacidade de coordenar, supervisionar e fiscalizar a capacidade da PM para ser força auxiliar e reserva do Exército.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eu só queria pedir para trazer um dado substancial que talvez fosse interessante para o General Cardoso porque aconteceu na Constituinte.

O que enfraqueceu a IGPM, eu não diria que foi o lobby, mas o trabalho que as polícias militares, em todo o País, fizeram junto aos Constituintes. Aqui devo dizer que V. Ex^a, hoje, é presidido por um ex-Ministro da Justiça, um ex-Constituinte que, naquela altura, não queriam desconstitucionalizar nada. De qualquer sorte, os Constituintes ouviram o que vou relatar.

As polícias militares se queixavam que um Coronel do Exército iria comandá-los, mas que este não sentia de perto o problema da Polícia Militar que tinha problemas diferentes dos do Exército. No Exército, talvez, com mais disciplina, com uma hierarquia, onde não havia tanta leniência, talvez aquele

procedimento de comando funcionasse. Talvez essa queixa tenha motivado, Ministro Cardoso, que os Constituintes assimilassem a circunstância de um cidadão comandado por um de fora de sua corporação. Eles faziam a seguinte pergunta: por que um Coronel da Polícia Militar não vai comandar um batalhão do Exército? E eu cansei de explicar que havia uma diferença: estávamos saindo de uma excepcionalidade institucional e não era possível imaginar que um Comandante da Polícia Militar fosse comandar um batalhão do Exército, até porque o Exército tem uma missão reconhecida pela Constituição.

O que levou a isso tudo foi o lado emocional, por isso eu lhe dizia, no começo – eu defendo essa idéia: poderíamos pensar em reativar, em fazer a parceria nesse âmbito.

Não fui mais além porque o Governador José Agripino havia dito que tinha abordado esse assunto, e eu não iria correr o risco de, tendo gente com mais brilhantismo do que eu para abordar o assunto, eu mesmo fazê-lo.

Era esse o esclarecimento.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALBERTO CARDOSO – É apenas para completar e, mais uma vez, concordando com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pois não.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Quando me referi ao esforço parlamentar das polícias militares, eu estava fazendo menção a isso. No entanto, nesse aspecto de comando das polícias militares, concordo plenamente com os policiais militares. É um direito e, mais do que direito, é dever dos coronéis das polícias militares comandarem suas policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, nós que fomos governadores de Estado – e eu me refiro aos Senadores aqui presentes, Jader Barbalho, José Agripino, Cásio Maldaner, que se afastou por alguns momentos, e eu mesmo –, tivemos a oportunidade de sentir e vivenciar os problemas das polícias militares, às vezes, momentos difíceis.

No meu período, eu me recordo, por exemplo, que houve uma invasão do Palácio Bandeirantes, em São Paulo; na época, não houve condições de ser contida e, à semelhança do que ocorreu em São

Paulo, também em Teresina, capital do Piauí, houve uma tentativa de invasão do Palácio de Karnak, que eu reprimi e não deixei acontecer de maneira nenhuma, sob qualquer hipótese.

Nessa questão toda que está acontecendo com as polícias militares dos Estados – vou repetir expressões de V. Ex^a e do Senador Jader Barbalho, de que não se pode e nem se deve generalizar –, acredito que quem tomou a atitude adequada no caso foi o Governador do Ceará. Claro está que pode haver razões diversas nas atitudes ou nas motivações das polícias militares, ou da brigada militar gaúcha, ou da polícia militar mineira e assim por diante. Eu formulo uma questão de maneira direta, simples e objetiva: independentemente da questão salarial, que é um fato, da questão dos soldos, que realmente são extremamente baixos, e da situação social que atravessa o País e a própria humanidade, será que a constituição dessas associações, por exemplo, de cabos e soldados – todos têm o direito, sob a égide constitucional, de se reunirem ou de se agruparem livremente de acordo com a Constituição e com as leis do País –, será que a constituição dessas instituições, a exemplo dessa e de outras, não contribuiu também, na medida em que se procura fazer a exacerbação da defesa do corporativismo, para enfraquecer a questão da hierarquia? Eu não entendo a quebra da hierarquia e da disciplina, que deve ser mantida a qualquer custo; não sei até que ponto a formação dessas instituições não terá enfraquecido um pouco a questão da hierarquia e da disciplina, porque há até propostas dessas instituições, em nível nacional e estaduais, de se diminuírem os graus da hierarquia, digamos, de 9 para 6, suprimindo-se alguns dos postos da carreira, coisas absurdas, propostas incríveis. Por mais que tenham razão em alguns pontos, não se deve negociar. Deve-se conversar, dialogar, mas nunca negociar. Acredito que há situações que são inegociáveis. É a questão que coloco a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o General Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Obrigado, Senador. Inicialmente, V. Ex^a citou o problema do Ceará, dizendo que aquela foi a atitude mais correta e mais adequada. Tenho procurado evitar fazer comparações entre as decisões de um ou outro governador, mesmo porque não cabe a mim. Mas, em benefício dos governadores, tenho sempre falado sobre dois aspectos. Primeiro, repito, as condições de cada Estado e de cada problema nos Estados, muitas vezes, são completamente diferentes de outro

Estado. O governador – corrijam-me, por favor, se eu estiver errado – tem que ter uma visão mais ampla da administração e da política estadual e até da política nacional, que não lhe permite estar tratando do detalhe da administração.

No Ceará, que julgo que foi um divisor de águas de todo o problema da crise, havia condições muito propícias à decisão do governador, o que não desmerece sua ação, que foi pronta, enérgica e sem negociação com quem não estava se comportando dentro da cadeia de comando. Ali não houve, podemos dizer, uma rebelião da polícia, uma greve da polícia. Uma pequena parcela da polícia participou de uma passeata e, durante essa passeata, houve aquele infeliz problema do tiroteio. Então, o governador teve quase a totalidade da polícia, durante o tempo todo, leal a ele, o que reforçou sua iniciativa, muito bem tomada.

Outros casos poderiam ser analisados, não por mim, mas quem for fazer a análise procure, por obsequio, considerar as condições específicas de cada Estado e as condições que, muitas vezes, de uma forma repentina, surgiram diante do governador, algumas até dramáticas.

Agora, em relação às associações estarem, como me referi na palestra, cumprindo funções de sindicato em termos de fazer as reivindicações, nesse caso há considerações múltiplas a serem feitas, e V. Ex^a fez algumas muito adequadas para o problema. Mas há também, como foi dito pelo Senador Jader Barbalho, que se considerar que não há causa sem efeito. Isso é verdade, mas não há fato sem causa; muitas vezes, e principalmente quanto aos fatos extraordinários, há causas.

O fato de as associações terem assumido o papel que assumiram indica que havia o espaço, o vazio de poder deixado para elas, que assim o assumiram. O Estado, como ente político, deixou esse espaço, que acabou sendo ocupado. Também aí podem-se fazer várias conjecturas das razões pelas quais esse espaço surgiu, conjecturas que cada um tem em mente e, mais uma vez, peculiares a cada Estado. O fato é que houve o espaço.

Mais ainda, gosto de mencionar isto: falei antes que há necessidade de o organismo do Estado e seus membros sentirem-se pertencentes ao Estado. Isso é muito importante. Esse sentimento de não pertencer ao Estado pode, muitas vezes, gerar um descomprometimento com o Estado, que, em vários casos, se percebeu. A quebra tão forte desses princípios de hierarquia e de disciplina demonstrava que ali não havia um compromisso com o Estado como

ente político. Mais uma vez isso aconteceu por uma causa, que foi analisada aqui por vários dos senhores, e que eu tentei fazer também: o Estado não ter tido condições de atender às necessidades básicas, profissionais, de reequipamento, e sociais, familiares, de salário – e não ter atendido, não por um problema conjuntural, mas por um problema estrutural, que já foi muito bem definido, que só pode ser resolvido por intermédio da reforma tributária, administrativa e outras reformas que estão por aí. Porque mais grave do que a crise da PM é a crise do Estado.

Concordo com V. Ex^a quanto a não se tergiversar com a disciplina, com a hierarquia, não se negociar sob pressão, fora da disciplina e da hierarquia. Mas, há também que, para solucionar o problema, ter uma visão clara das causas desse problema, o que V. Ex^a tem. Aí estão as causas que procuramos apontar.

Embora as causas, lá na raiz, sejam justas, elas não justificam esse espaço deixado para o crescimento das associações e para a quebra da disciplina e da hierarquia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino:

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Alberto Cardoso, eu gostaria de fazer algumas considerações e emitir opiniões que podem ser entendidas como sugestões. Começaria por fazer uma constatação pessoal. Eu, como o Senador Jader Barbalho, fui governador de 83 a 86 e depois, de 90 a 94, e tenho uma experiência da presença da IGPM no meu Estado. Eu me orgulho muito da PM do meu Estado. Lembro-me que a presença da IGPM era muito mais efetiva em meu primeiro governo. O general que comandava a equipe de inspeção na Polícia Militar procurava o governador pessoalmente para apresentar seu relatório e trocar opiniões. No segundo governo – eu até me ressentia disto –, eu tomava conhecimento das observações por relatórios que me eram entregues pelo comandante da PM. Só posso entender esse fato como decorrência da Constituinte de 88, que subtraiu das PMs a função de defesa do Estado, delegando-lhes a defesa do cidadão e da ordem pública. Creio que, por conta disso, a IGPM tenha se afastado do acompanhamento da instrução e tenha feito apenas um acompanhamento superficial que terminou por nos prejudicar, causando o problema do qual estamos tratando neste momento. Problema que, evidentemente, preocupa o Palácio do Planalto, que já deve ter tido muitos contatos com dirigentes de Poder Executivo estadual de todo este

País para a formação de um juízo. Em última análise, o que se vier a fazer de reforma vai passar pelo Legislativo, e nada melhor do que a conversa de V. Ex^a com os Senadores, com os Parlamentares que vão tratar do assunto, principalmente os que têm experiência de governo e opiniões a respeito.

Apresento agora minhas opiniões e talvez minhas sugestões.

Entendo, Ministro Alberto Cardoso, que vivemos um problema com duas vertentes. Uma foi a eclosão da crise, que já passou – pelo menos, no momento, ela não existe mais –, com as ocorrências de Minas Gerais, do Ceará, de Alagoas, Pernambuco e de tantos outros Estados. Os motivos alegados foram muitos, principalmente questão salarial. A questão salarial – aí vai minha experiência pessoal – passa por mudanças institucionais. O grande problema entre as diferenças de soldo entre o aluno, o aluno-soldado e o coronel são as isonomias, vinculações, agregações. O salário do coronel termina sendo um multiplicador do valor do soldo do aluno-soldado. O que me fez, como governador, aumentar o salário final de soldado pela via do abono; eu não poderia aumentar seu soldo, porque esse aumento chegaria ao coronel, que terminaria por influenciar o salário de delegado de polícia e até de desembargador. Criava-se um problema na folha inteira, que inviabilizava o próprio Estado.

O primeiro passo é criar condições pela vertente institucional para que se eliminem as vinculações, as agregações, as isonomias. Com isso se faria justiça ao soldado, ao aluno-soldado, que poderia ter reajuste, e se encurtaria a perversa diferença que chega a ser de 20 vezes entre uma patente e outra. Isso diz respeito a providências que devem ser tomadas no âmbito estadual, mas deve ser criada uma condição institucional para que os Estados possam fazê-lo, removendo obstáculos, políticos, difíceis, complicados.

É preciso se debruçar sobre esta questão, pois, caso contrário, vai-se apenas tangenciar o problema, afastando-se do âmago da questão, que é eminentemente salarial. Em casa onde falta pão, ninguém tem razão. Ou se coloca ordem nesta questão salarial ou não se vai chegar, pragmaticamente, a nenhuma conclusão.

É preciso, portanto, ferir bem essa questão, examiná-la bem e criar condições para que o Estado possa, politicamente, operar as mudanças necessárias.

A segunda questão, afora o problema da crise, é a operação do sistema. Uma coisa é a crise, outra

coisa é a operação do sistema. Todos sabemos que, na maioria dos Estados, é difícil colocar até a tropa inteira, o efetivo inteiro na rua, para prestar o serviço devido à sociedade. Entretanto, não há dinheiro para comprar armamento e munição, não há dinheiro para comprar fardamento, não há dinheiro para comprar veículo e nem para mobilizar as tropas na rua.

Quais são as funções básicas do Estado? São: educação, saúde e segurança.

A IGPM, que é uma instituição tímida, pelas razões que abordei anteriormente, não tem cumprido, no meu entendimento pessoal, o seu papel.

Veja bem, no caso da educação, a União chega ao ponto de estabelecer, pela via constitucional, um percentual a ser utilizado por Estados, Municípios e União, de aplicação dos seus orçamentos na área da educação. Uma vinculação claríssima em relação a uma intervenção efetiva, benéfica.

Na questão da saúde, acabou de chegar ao Congresso a renovação da CPMF como forma de salvar a saúde até 1999.

Para a questão da segurança, não há nenhuma providência. Não há nenhum fato. É como se o problema fosse restrito aos Estados; são compartimentos estanques dos Estados, e a União só cuida dele em tempo de crise. Então é preciso que se crie algum instrumento, como se criou para a educação, como se criou para a saúde, de socorro para que a tropa possa ir à rua. É a questão de se resolver a operacionalização das Polícias Militares.

Uma última observação em relação à municipalização. Sou inteiramente contrário a ela, até porque já vivi experiências nesses sentido. A municipalização, Ministro, já existe, na medida em que Municípios que têm condições conveniam com o Estado a alocação de recursos para compra de veículos, para construção de postos policiais. Alguns municípios já fornecem até alimento e combustível para os veículos. É preciso disciplinar esta matéria da ação municipal na questão da segurança.

Eram essas observações que gostaria de fazer aqui como forma de expor o meu pensamento pessoal e de oferecer as minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao General Alberto Cardoso.

O SR. ALBERTO CARDOSO – Senador Agripino Maia, só tenho é que concordar com V. Ex^a, mesmo porque V. Ex^a apresentou sugestões com as quais concordo.

Sobre a timidez da IGPM, que não é um demérito – senti isso em V. Ex^a – ela decorre, basicamente, do fato de que foram retiradas da União, pela

Constituição, algumas atribuições e essas atribuições, de certa forma, ainda não foram dadas a ninguém. O que se supõe é que, com essa retirada, ficasse essa atribuição com o Estado. Mas aí entramos, novamente, naquele problema do "ovo e da galinha". Para simplificar a minha opinião, qual será o ovo, qual será a galinha aí nessa crise que se está vivendo?

É o problema salarial, a causa da crise ou é a incapacidade do Estado, da Unidade da Federação para tratar, realmente, como membro do Estado a sua polícia, todo o seu sistema de segurança pública? Não há dúvida de que tem que se resolver essa situação nos Estados.

Como já foi citado, várias vezes, uma reforma tributária, uma reforma administrativa, etc, darão condições ao Estado de superar as crises como as das PMs. Em relação ao que foi exposto, só tenho que concordar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarmey) – Vamos ao último orador inscrito, que é o Senador Levy Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Ministro Alberto Cardoso, é uma alegria tê-lo aqui na nossa Comissão. Pretendo, na minha intervenção, Sr. Ministro, seguir por uma vertente diferente. Gostei muito das palavras do Senador José Agripino, que me antecedeu. Realmente, se analisarmos superficialmente, podemos até achar que se trata do problema "do ovo e da galinha", mas penso que não é bem assim.

Sr. Ministro, com o advento do satélite, das grandes redes de televisão nos mais longínquos rincões da nossa Pátria, onde nem se imagina que exista uma antena parabólica, as pessoas estão recebendo muitas informações e, visualmente, o que ocorre em todo o nosso País. Quase sempre tenho falado, tanto aqui na Comissão como em plenário, até com uma certa dureza, o que pensam as pessoas que vivem no interior do Brasil, que trabalham, ao verem aquelas imagens transmitidas pela TVs.

Penso que, basicamente, enfrentamos um problema de autoridade. É dessa forma que interpreto a imagem espalhada em todo o território nacional de um grupo de pessoas invadindo um ministério e colocando um perú em cima da mesa de um Ministro. E nada ocorre, nada acontece!

Como essa imagem atuará na cabeça de um soldadinho que está no interior do Brasil? Conheço de perto o modo como trabalha um policial em qualquer recanto da fronteira do nosso País, como a fronteira seca do Estado de Mato Grosso do Sul. Entro no posto policial e vejo como eles trabalham, os

equipamentos que têm, por isso, creio, Sr. Presidente, Sr. Ministro, colegas, companheiros Senadores, saber o que aquela imagem pode dizer a ele: que a falta de autoridade vem de cima para baixo.

Ontem, o Jornal Nacional mostrou, para surpresa minha, uma imagem da agressividade de um grupo de pessoas que atuam à margem da lei. Essas pessoas invadiram uma propriedade no Paraná; havia lá um arrendatário e sua família. Pois bem, a terra cultivada por ele foi invadida, sua plantação destruída e colocaram fogo no seu automóvel, um carrinho velho. A televisão mostrou o carro totalmente destruído pelo fogo.

O que acontece? Qual a providência tomada? Eu não quero, Sr. Ministro, de forma nenhuma constrangê-lo, até liberaria V. Ex^a de comentários, porque tenho uma estima muito grande pelo senhor, mas penso que não terei outra oportunidade de comentar com esta franqueza esses fatos. Antes, porém, vou colocar de uma forma bem dura que para qualquer homem, antes da Pátria, antes da hierarquia, antes da disciplina, está o seu estômago, o de sua mulher e o de seus filhos. O meu Estado também teve esse problema.

Tive contato com pessoas que, sinceramente, Sr. Presidente, não posso relatar aqui. Não há prioridade para a segurança. O problema não é de CPMF ou de se criar um imposto a mais, porque, na ponta dessa linha, estão o pequeno, o micro e o médio empresários, que têm de pagar esse imposto. São pessoas humildes que têm que pagar esse imposto. Não só votei contra a CPMF, como discurai contra ela, dizendo que nosso problema não era de caixa, não era de dinheiro, mas sim de gerenciamento do dinheiro que possuímos.

Participei um pouquinho do caso do Banerj, que chegou à Comissão de Assuntos Econômicos. Estavam argüindo dois futuros Diretores do Banco Central. Levantei esse problema em três sessões de uma forma extremamente dura. No plenário do Senado, falei também de uma forma dura em relação ao dinheiro destinado ao Banerj: R\$3,80 bilhões; e já havíamos aprovado no Senado o dinheiro destinado ao Banespa: R\$17 bilhões.

Digo que o nosso problema é melhorarmos a gerência desse dinheiro todo porque fui Prefeito duas vezes da nossa capital de Campo Grande. Tinha orgulho de gerenciar a cidade com 42% do seu orçamento para custeio e 58% para investimentos.

Então, o problema nosso é de alguém estabelecer uma prioridade para a segurança pública. O dia em que estabelecermos essa prioridade, teremos os

recursos. O dia em que houver uma decisão política de administrar o problema, teremos recursos, porque o policial é um cidadão diferenciado na sociedade.

Um dia, chegando em Campo Grande, deparei-me com um acidente de trânsito extremamente grave. Desci do meu carro, fiquei na estrada e solicitei ao meu motorista que conduzisse os feridos aos hospitais. Parado na beira da estrada com meia dúzia de soldados da polícia e perto de um carrinho velho com uma anteninha de rádio, ouvi uma transmissão que nunca tinha ouvido, mas tenho certeza de que o Senador Romeu Tuma já ouviu milhares de vezes: "Atenção patrulha tal, em tal lugar assalto à mão armada, patrulha tal..." O tempo todo colocando aquele volume de ações que a polícia tinha que fazer contra os marginais. A partir daquele dia, passei a respeitar muito mais os soldados da polícia, porque, enquanto estamos dentro de nossas casas, todos os servidores públicos, assistindo à nossa televisão com as nossas famílias, esse homem está nas ruas disposto a morrer. Então, ele é um cidadão que tem uma atuação diferenciada. Porém, lamento mais, meu caro Ministro, que esperamos primeiro os carandirus da vida para depois agirmos!

Comunico ao Presidente José Sarney e a todos os presentes que esta semana, em encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, comuniquei a Sua Excelência a minha preocupação muito grande de estarmos à beira de um carandiru rural por falta de ação.

O problema todo, sobre o qual temos falado com a maior tranquilidade, é que as ações estão prejudicadas pelos votos, pelas eleições que virão no ano que vem. Estamos em um ano pré-eleitoral. O que isso nos indica? À medida em que os meses forem passando, o problema vai-se agravando; à medida em que pessoas vão agindo à margem da lei e nada acontece, o problema vai-se agravando, e temos, às vésperas da eleição do ano que vem, problemas muito mais sérios do que os hoje.

No meu Estado, a polícia também entrou em greve, porque não há nenhum tipo de ação voltada para a segurança pública.

Sr. Presidente, como todos já expuseram os seus pensamentos, digo que a quebra da coluna dorsal do serviço militar – a hierarquia e a disciplina – é um tema muito sério.

Concordo com V. Ex^a: este assunto não está enterrado. Por hora, ele está embaixo das cinzas, mas poderá virar este País de cabeça para baixo, se urgentemente não forem tomadas decisões e concretizadas ações. Este assunto não morreu. Tinha-

mos a Polícia mineira como modelo; se ela foi para as ruas e fez o que fez, algo a motivou.

Cumprimento V. Ex^a pela seriedade com que conduz a sua tarefa e peço desculpas pela maneira tão firme como apresentei esses pontos. Todavia, penso que eles devem ser abordados. O risco de um Carandiru rural é muito maior do que aquele de São Paulo. O cidadão invade uma propriedade que o Incra declara produtiva; a Justiça, por sua vez, decide reintegrar a posse; o Governador, por causa da eleição do ano seguinte, não se dedica ao assunto; e a Polícia não atua porque não recebe salário. Temo se estabeleça, em relação a isso, o caos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Chegamos ao final de nossos trabalhos.

Desejo agradecer a presença do General Alberto Cardoso nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde pôde confirmar aquela imagem de profissional competente, de homem equilibrado e fiel às suas idéias, expondo, com absoluta clareza, o que pensa sobre esse problema.

Como Presidente desta Comissão, quero congratular-me com os Srs. Senadores pelas intervenções precisas que fizeram, sem que houvesse qualquer desperdício de tempo. Acredito que esta reunião será um valioso subsídio para as decisões do Congresso Nacional e, particularmente, do Senado Federal.

Ainda sobre este assunto, desejo também dizer – isso já foi aflorado aqui – que a crise das Polícias Militares é, sem dúvida, a face dramática de um problema muito maior que é a crise da Federação brasileira. Estamos marchando, a cada dia, para uma Federação mais retórica e para um Estado unitário, de fato.

Acrescento, ainda, a necessidade do País de pensar profundamente no problema da segurança. Talvez ela seja hoje um dos problemas mais dramáticos que temos e que se agrava a cada dia. Quero recordar que a história do homem na face da Terra mostra que os problemas que ele teve de enfrentar para sobreviver são os mesmos de agora. A primeira coisa que o homem primitivo teve de buscar foi a alimentação; sem comer, ele morreria. A segunda etapa foi justamente a de se proteger contra os seus predadores, isto é, os animais, ou contra outros grupos de pessoas que desejavam tomar o território necessário à sua sobrevivência, do qual obtinha sua alimentação. Ele passou a buscar as cavernas; nasceram, então, os problemas de habitação e segurança, que são os mesmos que buscamos solucionar

no tempo presente. O homem não pode prescindir, na sua vida em sociedade, da segurança. A segurança é básica para a sobrevivência das sociedades. Os Estados organizados constituíram forças armadas e policiais em todos os escalões para dar proteção à sociedade.

O cidadão paga essa proteção. Certamente, ocorre um problema de reação, quando ele percebe que vive numa sociedade insegura e que o aparato não o protege. Assim, temos de dar às forças de segurança do País as condições de realmente existirem e cumprirem as suas missões.

Fui Presidente da República em um tempo difícil, porque saímos de um período de militarismo em que havia agregação da força política ao poder militar. Esse não era um fenômeno brasileiro, mas de toda a América Latina. Conseguimos atravessar essa fase; o Brasil, com a colaboração das Forças Armadas, fez uma transição democrática. Hoje, elas estão submetidas ao poder civil, que é a síntese de todos os poderes, e voltadas para os seus deveres profissionais. Assim, não há por que não se ter exata compreensão do que significam as Forças Armadas, as forças policiais, as forças de segurança dentro da sociedade.

Aquele sentimento de discriminação quanto a salário, a equipamentos e a instalações não tem hoje nenhum sentido. Na realidade, estamos verificando que as forças de segurança estão vivendo a crise dos Estados e se encontram numa situação em que não podem cumprir, absolutamente, as missões que lhes são entregues.

Tobias Barreto, no famoso "Discurso àqueles que estão de manga de camisa", diz ser muito difícil falar aos que têm fome, bem como convencê-los e chamá-los à razão.

Numa sociedade com grandes dificuldades sociais, o problema da segurança pública é extremamente grave, e a crise das Polícias Militares reflete essa situação. Por isso, é justo que o Congresso Nacional esteja profundamente preocupado com o que ocorre nesse setor.

Quero ouvir o General Cardoso falar sobre o emprego das Forças Armadas e das forças policiais, sobre o problema da distinção entre elas: uma, empregada no sentido da destruição; outra, no sentido da contenção.

Penso que há uma terceira função em que devemos pensar bem: a força de dissuasão externa e interna. Forças Armadas bem organizadas servem, internamente, como instrumento de dissuasão, para que não tenham de ser usadas no sentido da des-

truição; também as forças internas devem ser usadas no sentido da contenção. Precisamos organizá-las, pois elas estão numa situação realmente difícil.

O mundo mudou. Hoje, devido à revolução tecnológica e científica, há informações de toda natureza. Nesse setor, há a presença do crime organizado e do banditismo, com recursos excepcionais em termos de armamento, informações e articulação até mesmo internacional.

Devido a essa visão um pouco discriminatória, a sociedade tem-se sentido indefesa diante de problemas dessa natureza. Penso que isso deve ser apresentado de maneira muito nítida para a sociedade brasileira.

O militar deve ter um **status**, a fim de que a sociedade veja nele não um inimigo, mas um colaborador, um defensor da mesma. Para isso, evidentemente, ele deve ter dignidade humana e condições pessoais de vida.

Tenho muitos amigos nessa área e sinto que hoje o elo que assegura a dedicação profissional dos militares, no Brasil, é, realmente, a formação que as escolas militares lhes proporcionaram, são aquelas funções fundamentais de patriotismo, porque as condições de vida são cada vez mais difíceis para todos eles. Falo isso de uma maneira geral; refiro-me a todos aqueles que exercem essa função.

Portanto, considero muito importante esta questão debatida aqui. Não penso que isso se resolva com a simples mudança das leis ou da Constituição. Perdoe-me o Senador Bernardo Cabral; S. Ex^a não é o autor da Constituição e, por isso, não deve ficar tão ferido com o que direi. S. Ex^a foi o Relator e muitas vezes foi vencido; assisti ao seu sacrifício. Gerou-se na sociedade a expectativa de que todos os problemas seriam resolvidos por meio da Constituição e da lei. Por isso, a Constituição ficou extremamente detalhista. No entanto, não devemos acreditar que, se modificarmos a Constituição, resolveremos esse problema.

Montesquieu, que escreveu o célebre livro *L'Esprit des lois* ou "O Espírito das leis", dizia algo muito certo: "Muitas leis, nenhuma lei." Toda vez em que aumentamos o número de leis, ficamos vulneráveis ao exercício e à presença da própria lei.

Há poucos dias, eu estava na França e vi como uma sociedade madura reage a isso. A população inteira da França protestava pelos jornais, porque a Assembléia francesa tinha feito 28 leis no ano passado. Os franceses consideravam que a sociedade não absorveria esse número de leis, não poderia cumprí-las; o cidadão não teria conhecimento delas,

não poderia executá-las. Isso significa aquilo que Montesquieu previa: "Muitas leis, nenhuma lei".

Portanto, penso que não se resolve esse problema com a mudança imediata da lei, mas por meio de recursos; ninguém pode fugir desse ponto básico. Em segundo lugar, há um espaço grande para a coordenação entre o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, numa atividade conjunta em órgãos de coordenação, que são fáceis de serem criados.

Se as inspetorias da polícia faziam-se valer da coação, hoje podem servir-se da cooperação. Pode haver adesão das próprias polícias a esse tipo de trabalho em parceria. Em nossas Forças Armadas, há um exemplo disso: ocorrem ações conjuntas com as forças armadas de outros países em caso de impactos militares. No passado, houve, inclusive, missões militares no País.

Penso que o Brasil não precisa mais disso, mas deve haver um trabalho conjunto para que todos possam enfrentar esses problemas e colaborar. Esse é o objetivo primeiro da coordenação que se tem de fazer. Enquanto se discute a alteração da Constituição ou a elaboração de uma lei, o problema se agrava cada vez mais.

Perdoe-me se estou estendendo-me. Vieram aqui para ouvir o General Cardoso, que bastante nos informou sobre esse assunto. Os diversos Senadores também tiveram oportunidade de intervenção.

Muito obrigado ao General Cardoso e aos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h54min.)

13ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 1997.

Às dez horas do dia dezesseis de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores, Bernardo Cabral, Casildo Maldaner, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Hugo Napoleão, Humberto Lucena, José Bianco, Romeu Tuma e Bello Parga. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney concede a palavra ao Senhor

Senador Casildo Maldaner, Relator do item 1 da pauta: – Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1997, que "Aprova o texto do Acordo Relativo a Readmissão de Pessoa Irregular, celebrado entre o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996". Na sequência, faz uso da palavra a Senhora Senadora Benedita da Silva, Relatora do item 4 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo, nº 65, de 1997, que "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996". Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação, é aprovado por unanimidade. Dando sequência, faz uso da palavra o Senhor Senador Romeu Tuma para relatar o item 6 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1997, que "Aprova o texto do Acordo Relativo a Isenção Parcial da Exigência de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996". Não havendo discussão, o parecer é aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Senador Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Humberto Lucena, que apresenta Requerimento de sua autoria, requerendo, nos termos do artigo 397, parágrafo primeiro, do Regimento Interno, sejam convocados a comparecer a esta Comissão, em datas e horários previamente estabelecidos, para expor sua opinião sobre a criação do Ministério de Defesa Nacional, a ser proposta ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, conforme anuncia a imprensa, os Senhores Ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Não havendo discussão é aprovado o Requerimento. Ficam adiados os itens 2 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1997, que "Aprova o Texto do Acordo por Troca de Notas Verbais, que prorroga, por um período de dois anos, os artigos 10 (parágrafos segundo e quinto), 11 (parágrafo 28), 12 (parágrafo 28) e 23 (parágrafo terceiro) da Convenção para Evitar a Duplicata Tributação em matéria de Impostos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, em Brasília, em 19 de março de 1996, cujo Relator é o Senhor Senador Carlos Wilson; item 3 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1997, que "Aprova o Texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em Brasília, em 7 de novembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha", cujo

Relator é o Senhor Senador Abdias Nascimento; e o item nº 5 da pauta: Decreto Legislativo nº 66, de 1997, que "Aprova o Texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, em Beirute, em 4 de fevereiro de 1997", cujo Relator é o Senhor Senador Guilherme Palmeira. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa-noite.

Ainda não há número regimental para decisão da Comissão, mas, se V. Ex^{as} concordarem, podemos dar início à leitura dos projetos cujos Relatores aqui se encontram, bem como do requerimento de V. Ex^a e deixar a decisão para outra reunião, visto que já se passaram 45 minutos da hora.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar à Mesa o seguinte requerimento:

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 397, § 1º, do Regimento Interno, sejam convocados a comparecer a esta Comissão, em datas e horários previamente estabelecidos, para expor a sua opinião sobre a criação do Ministério da Defesa Nacional, a ser proposta ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, conforme anuncia a imprensa, os Srs. Ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Humberto Lucena, desculpe-me a ousadia, mas ainda ontem, ao ler várias matérias a respeito do assunto, fiz uma memória da importância do requerimento de V. Ex^a.

Estamos em cima da hora e acredito que os Srs. Senadores desta Comissão deverão aprová-lo com louvor, se assim posso manifestar-me como Presidente. Se me fosse permitido, endossaria o requerimento de V. Ex^a.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, para discutir a matéria.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de apoiar a iniciativa do Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora, V. Ex^a me permitiria uma breve intervenção?

Queria registrar a presença do Ministro Arnaldo Pietro, Deputado Federal por duas legislaturas e amigo da maioria dos membros desta Comissão. Permaneça conosco, não só fazendo número, mas nos dando a força espiritual de que V. Ex^a é provido.

V. Ex^a tem novamente a palavra, Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Senador Humberto Lucena, o País está vivendo uma situação difícil em relação à questão da segurança, e há muito precisávamos ter instrumentos ao alcance não apenas do Poder Executivo, mas também da sociedade, a fim de discutirmos uma saída para esse problema.

Tive oportunidade de participar de uma comissão cujo objetivo era estudar a criação do Ministério da Segurança. Na ocasião, foram convidados alguns Parlamentares e a sociedade civil.

Na época, o Estado do Rio de Janeiro era o alvo de maior atenção e estava praticamente em pânico: além das irregularidades cometidas pela Polícia, já estavam acontecendo vários seqüestros, homicídios e invasão de privacidade. A população resolveu, então, pressionar o Secretário de Segurança, que, por sua vez, buscou apoio no Governo do Presidente Itamar Franco, para que o Ministério da Justiça pudesse encontrar uma saída para o Estado.

Entendemos que não se tratava apenas de uma saída para o Estado do Rio de Janeiro: a questão da segurança era nacional. Naquele momento, o Estado do Rio de Janeiro era alvo, mas devíamos criar instrumentos que inibissem todas essas ações que estavam acontecendo no Rio, que poderiam estar ocorrendo em São Paulo e que depois sucederam em Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Era enorme a importância de trabalharmos, desde aquela época, uma política para esse fim.

Lembro-me de que, já naquela ocasião, o Deputado Hélio Bicudo também apresentou uma proposta; começou a surgir a discussão da unificação

das Polícias. Tratávamos da questão de investimento social, juntamente com todo o aparato de segurança. Estábamos inseguros, porque existia um grande número de adolescentes nas ruas.

Enfim, quero dizer que, em boa hora, o Governo Federal tomou essa iniciativa de propor algo que debateremos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Por isso, representando o Partido dos Trabalhadores, gostaria de ser co-autora desse requerimento do Senador Humberto Lucena, nessa iniciativa de realizar um debate profundo sobre um assunto que é do interesse de todos e que extrapola siglas partidárias. Penso que este não é um momento de cobrança, nem de pressão, mas de debate sobre a possibilidade de criação desse Ministério.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nobre Senador Humberto Lucena, apenas em apoio à tese desse requerimento, gostaria de relatar que, na semana passada, juntamente com outros Parlamentares, conversei com o Assessor do Ministro da Marinha, que mostrou o ponto de vista do Ministro – enviado ao *Jornal do Brasil* e ao *Jornal de Brasília* – a respeito da criação do Ministério da Defesa. Se V. Ex^a me permitir, eu lhe enviarei uma cópia, já que são respostas a alguns questionamentos feitos pela imprensa em razão de ser o Ministro da Marinha favorável à criação do Ministério.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, para discutir o requerimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente Romeu Tuma, o eminentíssimo Senador Humberto Lucena faz, no momento oportuno, uma proposição que, de logo – já se sente –, será aprovada por esta Comissão. V. Ex^a foi constituinte como eu; naquela época, discutimos este assunto.

O que é preciso para que este debate possa ser levado a efeito agora? Primeiro, o Ministério do Exército, o Ministério da Marinha e o Ministério da Aeronáutica continuarão com Ministros? O Ministro da Defesa será o chefe dos três Ministérios? Esses Ministérios serão reduzidos a uma secretaria? Sabe V. Ex^a que a Secretaria de Estado nos Estados Unidos sempre foi comandada por um civil e tem uma importância imensa. No entanto, nesse país, a titularidade dos ministérios que compõem as Forças Armadas não é exercida por Ministros de Estado.

Esta é uma posição, Sr. Presidente. Tem de ficar bem claro quem fará a convergência desses Ministérios e qual será a atuação do titular do Ministério da Defesa, que terá amplos poderes, uma vez

que o comandante-chefe das Forças Armadas é o Presidente da República, como todos sabemos.

Por isso, louvo o requerimento do Senador Humberto Lucena. É preciso saber qual a posição dos Ministérios; o Ministro da Marinha já se mostrou favorável. Não se deve ficar apenas na harmonia da concordância: deve-se estipular quem exercerá essa titularidade.

Essa é uma achega que queria levar ao eminentíssimo Senador Humberto Lucena. Tive muita honra em subscrever o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Bernardo Cabral, penso que o meu papel não está muito correto. Eu deveria sentar-me do lado de lá, já que estou muito entusiasmado com esta tese.

Aliás, o documento do Ministro da Marinha objetivamente trata da hipótese das Secretarias e da dimensão que, em sua opinião, deve ter o Ministério. Sobre esse problema das Secretarias de Estado da Marinha e do Exército, S. Ex^a faz referência ao documento que mandou à imprensa.

Acredito seja essa a tese mais importante, que, em algumas circunstâncias, inibe alguns militares de serem favoráveis à criação do Ministério ou contra ela.

Se alguém mais quiser fazer uso da palavra para discutir o requerimento, procederemos à votação posteriormente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, entendo que este é o momento para o Senado Federal fazer algumas reflexões.

Geralmente, sabemos o perfil das pessoas que freqüentam as Comissões: estão sempre presentes, deixam seus afazeres e compromissos, às vezes inadiáveis, a fim de comparecerem. Veja V. Ex^a que estamos com um número que impede uma votação. Talvez fosse de bom alvitre, Sr. Presidente, pensarmos na redução dos votos nas Comissões para que os projetos sejam aprovados.

Hoje, a pauta está reduzida, já que temos apenas, segundo o que vejo, seis processos, mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, existem duzentos aguardando votação. A consequência disso é que o Senado Federal fica sendo apontado como uma instituição que não dá seqüência aos projetos em julgamento, e a pauta cada vez mais se avoluma. Além disso, chegam mensagens presenciais, como aquelas que tratam da reforma da Previdência e da Lei Eleitoral.

Há um requerimento da maior importância, de autoria do Senador Humberto Lucena, que, como percebo, terá sua votação adiada. Se o adiamento

for para a próxima semana e não houver número, perderemos a oportunidade de discutir a matéria no momento azado.

De modo que quero pedir a V. Ex^a, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na qualidade de Presidente, e ao Senador Humberto Lucena, que foi Presidente da Casa, desta Comissão e de outras de igual importância, que possamos idealizar e fazer chegar à Presidência do Senado a possibilidade de realizarmos uma votação com número reduzido, quando não implique matérias que exijam maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Bernardo Cabral, a Secretaria me informa que já há número suficiente, e, dentro da minoria exigida, há uma maioria. Então, penso que se poderia acordar a fim de se submeter à votação o requerimento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo ao primeiro item, visto que o Senador Casildo Maldaner aqui se encontra para discutir o Projeto de Decreto Legislativo nº 62/97, que aprova o texto do acordo relativo à readmissão de pessoa em situação irregular, celebrado entre o Governo brasileiro e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

Peço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, que faça sua explanação resumidamente.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, informa a exposição de motivos do Palácio do Itamarati, a qual acompanha mensagem presidencial, que a França tem firmado esse tipo de acordo bilateral com todos os países com os quais mantém isenção de vistos, motivada por uma solicitação de suas autoridades policiais. O referido acordo visa a estabelecer regras definidas e recíprocas para o retorno ao país de origem de pessoas que não atendam – ou não atendam mais – às qualificações mínimas exigidas aos turistas, a saber: apresentação de passagem de continuação de viagem, comprovação de seu objetivo e posse de meios financeiros suficientes para realizá-lo. Também conclui que os mesmos requisitos são necessários para a entrada de estrangeiros no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o presente documento recebeu parecer favorável em todas as comissões temáticas por onde tramitou. É por isso que, fazendo uma síntese deste relatório, concluo no sentido de que esta Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional do Senado venha aprovar esse acordo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Apreciaremos o segundo item numa reunião posterior, visto que o Senador Carlos Wilson não se encontra presente.

A Senadora Benedita da Silva falará acerca do item 4, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1997, o qual aprova o texto do acordo sobre cooperação no campo da cultura, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com base no art. 49, I, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 157, de 5 de fevereiro de 1997, submeteu à consideração dos membros do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos nº 045 – MRE, de 4 de fevereiro de 1997, fl. 09, do Sr. Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil com o Governo da República da África do Sul sobre cooperação na área da cultura.

O voto do Relator em relação a essa matéria trata do presente processo, cuja ementa se refere a acordo de cooperação na área cultural, celebrado entre os Governos do Brasil e da África do Sul, em Pretória, 26 de novembro de 1996.

O ato internacional ora posto em evidência objetiva estreitar ainda mais os atuais laços culturais entre este País e a África do Sul, fazendo-o paralelamente às já existentes relações de amizade e recíproco entendimento entre seus povos, tal como referido no intrôito ao citado acordo.

O articulado documento em exame consagra, em sua parte substantiva, o propósito básico da ampliação e do fortalecimento dos vínculos já existentes entre os dois países na área cultural. Todavia, recomenda a adequada consideração à autonomia dos órgãos e instituições competentes, com sujeição, obviamente, aos princípios constitucionais e às

leis ordinárias de ambas as partes. É admitida qualquer forma de cooperação que possa ser avençada.

Sr. Presidente, estou com dificuldades com relação à leitura, porque ainda não tenho o texto em mão.

É muito importante essa avença entre o Brasil e a África do Sul, país que, pelos valores culturais que conhecemos, tem dado relevante demonstração de sua capacidade. Não me refiro apenas ao que hoje representa Nelson Mandela como grande estatista mundial, mas à própria sociedade sul-africana, que tem conosco uma forte amizade e espera de nós uma reciprocidade.

Estamos, então, instituindo uma relação que considero importante. Com o óbvio consentimento prévio de cada parte, esse acordo enseja a criação de uma comissão mista Brasil-África do Sul para debater, de forma concreta, bienalmente, seus programas de cooperação. Tenho certeza de que isso trará inúmeros benefícios para os dois países.

Recebemos, recentemente, convidada pela Fundação Palmares, a Vice-Ministra da Educação e Cultura da África do Sul, com quem tivemos uma ampla discussão. A Senadora Emilia Fernandes e eu conversamos a respeito dessa importância de estreitarmos cada vez mais nossos laços. E a cultura, sem dúvida nenhuma, aproxima as pessoas e consolida a amizade.

No que diz respeito ao aspecto adjetivo do acordo, divergência de interpretação, implementação, emenda, denúncia, entrada, permanência em vigor e local da feitura, cabe salientar que estão em conformidade com elaboração de atos da espécie.

Assim, somos pela aprovação integral do texto do acordo sobre cooperação no campo da cultura, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul em Pretória, em 26 de novembro de 1996.

É o parecer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Benedita da Silva, a dificuldade da leitura não prejudicou o aprofundamento da questão que V. Ex^a conhece tão bem. Acredito que já posso colocar em votação, porque ninguém vai discutir o mérito do relatório de V. Ex^a.

Os Srs. Senadores que estão de acordo querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedria ao Senador Bello Parga que fizesse a leitura do item sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, que aprova o texto do acordo relativo à isenção parcial de exigência de vistos celebrado entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o governo da Malásia em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esse texto do acordo internacional foi encaminhado com a competente exposição de motivos pelo Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, mensagem do Poder Executivo.

Nessa exposição de motivos cumpre destacar o seguinte: tem ele o objetivo de criar maior facilidade no trânsito de pessoas, entre os dois países, ao isentar de vistos nacionais brasileiros e malásios em viagem respectivamente à Malásia ou ao Brasil, em missão oficial ou turismo, com permanência de até 90 dias no outro país. Isso resume toda a matéria Sr. Presidente.

Tramitou regularmente na Câmara dos Deputados, obteve aprovação unânime das Comissões de Relações Exteriores, Constituição e Justiça e de Redação. Discutida em turno único, o projeto foi aprovado pelo Plenário daquela Casa.

O voto do Exm^o Sr. Senador Romeu Tuma, que em virtude de estar na Presidência incumbiu-me de fazer a leitura, diz:

"Cumpre destacar, preliminarmente, que o Brasil tem reiteradamente celebrado acordos nos moldes do ora examinado, que objetiva, em essência, o estreitamento de relações bilaterais.

A Malásia possui uma das mais pujantes economias do mundo que se tem convencionado chamar de Tigres Asiáticos, com grande inserção internacional, podendo constituir-se importante suporte comercial para o Brasil.

A inexorável aproximação dos países no mundo hoje globalizado, países que são signatários deste acordo, certamente trará muitas vantagens não apenas no campo econômico, mas também no campo cultural e político. Contemplando não somente agentes e pessoal diplomático, a isenção de vistos de que trata o acordo, objeto do presente exame, dirige-se, de forma mais ampla, também aos portadores de passaporte comuns, o que sem dúvida proporciona mais consistência e efetividade aos propósitos de aproximação entre os dois países.

Quero dizer que não negligencia o acordo sob exame a observância do prazo de permanência concedido a brasileiros e malásios que viajam respectivamente a cada um dos países. Esse prazo, que deverá ser de 90 dias, nos termos do apêndice do texto principal, é o corriqueiramente concedido pelo direito do estrangeiro, não havendo aí, portanto, qualquer inovação substancial.

Assim, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por todo o exposto, concluímos pela conveniência e oportunidade da adesão brasileira ao presente acordo, relativo à isenção parcial de exigência de vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da Malásia em Kuala Lumpur, em 26 de abril do ano passado, e também pela sua constitucionalidade, juridicidade, razão por que somos pela sua aprovação nos termos do Decreto Legislativo nº 67 do corrente ano."

É esse o relato do Senador Romeu Tuma que subscrovo na sua integralidade. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Há outros itens que, infelizmente, pela ausência dos Srs. Relatores, não tiveram entregues à Comissão os relatórios correspondentes.

Portanto, se ninguém mais quiser tratar de outro assunto, encerramos a reunião.(Pausa.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h15min.)

18ª Reunião (Ordinária), realizada em 18 de novembro de 1997.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Bianco, Pedro Simon, Jader Barbalho, Benedita da Silva, Abdiás Nascimento, Casildo Maldaner, Emilia Fernandes, Regina Assumpção, Marluce Pinto, Levy Dias e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos seguintes itens da pauta: Mensagem nº 179, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai", cujo Relator é

o Senhor Senador José Sarney. Mensagem nº 178, de 1997, que "Submete à apreciação do Senador Federal, o nome do Senhor Helder Martins de Moraes, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique", cuja Relatora é a Senhora Senadora Benedita da Silva. Mensagem nº 185, de 1997, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Guilherme Fausto da Cunha Bastos, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria", cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente da Comissão determina que a reunião tome-se secreta para que se proceda a discussão e votação dos itens relacionados. Reaberta a reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – (Início da reunião sem gravação de audio.)

...da reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal que se realiza hoje, 18 de novembro de 1997.

Da nossa pauta consta a audiência de três diplomatas indicados, respectivamente, para o cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai, em Moçambique e na República Árabe da Síria.

Convido o Sr. Embaixador Bernardo Pericás Neto a comparecer perante a Comissão.

Item 1: Mensagem nº 179, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, escolhido para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Avoquei a Relatoria dessa indicação pelo fato de que vejo na pessoa do Embaixador Pericás uma das expressões maiores da diplomacia brasileira, que grandes serviços tem prestado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Brasil nas missões que lhe foram atribuídas, quer internamente no Ministério, na parte administrativa, como também no exterior. Todas as suas promoções foram por merecimento;

ocupou cargos dos mais relevantes no Ministério das Relações Exteriores: foi Embaixador na Bélgica e na Organização dos Estados Americanos e serviu nos outros postos intermediários em diversas embaixadas do nosso País.

Os méritos do Embaixador Pericás foram reconhecidos não somente no perfil da sua carreira, nos postos que ocupou e chefiou, como, igualmente, nas distinções nacionais e estrangeiras com que foi agraciado. Destacamos, entre as condecorações brasileiras, a Ordem do Mérito Naval e a Ordem do Rio Branco.

O parecer, nesse sentido, é pela aprovação.

Concedo a palavra ao Embaixador Pericás.

O SR. BERNÁRDO PERICÁS NETO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejaria expressar o quanto me senti honrado por haver V. Ex^a avocado a relatoria da mensagem presidencial que submeteu o meu nome ao Senado Federal.

Esse gesto vem, uma vez mais, demonstrar o alto interesse que V. Ex^a devota às relações do Brasil com os países da América Latina e ao processo de integração sub-regional representado pelo Mercosul, processo no qual V. Ex^a tem papel histórico por todos reconhecido. Para mim, o gesto de V. Ex^a reforça a percepção da importância da missão para a qual fui indicado.

A história recente das relações entre o Brasil e o Paraguai é marcada pela posição central que o Brasil passou a ocupar nesse país. Os tempos em que o Brasil representava no cenário paraguaio sobre tudo uma memória dolorida foram substituídos por uma realidade de presença atuante e construtiva.

O processo iniciado com a visita do Presidente Vargas a Assunção em 1941 e que ganhou impulso com os acordos para a concessão de facilidades portuárias ao Paraguai em Santos e Paranaguá, com a construção da ponte da Amizade e com o empreendimento conjunto de Itaipu, transformou o Brasil no principal sócio do Paraguai.

Neste último meio século, o relacionamento bilateral tem sido balizado por iniciativas concretas, nas quais o interesse econômico caminha ao lado do político. Os resultados da aliança entre o Brasil e o Paraguai são visíveis nos benefícios que trazem para ambos os países. As obras, já completadas, que contribuíram decisivamente para reduzir os efeitos da mediterraneidade do Paraguai e para o aproveitamento da bacia dos rios Paraguai e Paraná, tanto para a produção de energia, quanto como via de transporte.

Hoje, o Brasil desfruta no Paraguai de uma situação sem paralelo: é o maior importador, exportador e investidor. Pelo Brasil circula a maior parte do comércio exterior paraguaio com terceiros mercados, por intermédio dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá. A balança comercial é, historicamente, muito favorável ao Brasil, condição, de certo modo, compensada pelo alto e preocupante volume do comércio irregular de triangulação.

Em 1996, o Brasil absorveu 43,5% do total das exportações paraguaias registradas – especialmente soja e algodão – e forneceu 26% das importações daquele país. No Paraguai, encontra-se o segundo maior contingente de brasileiros no exterior, logo após aquele que vive nos Estados Unidos. A influência brasileira permeia todos os níveis da sociedade paraguaia, até o Espanhol falado no País está eivado de influências vocabulares e mesmo sintáticas do Português.

Em nenhum outro país, a presença do Brasil é tão ampla, profunda e marcante, e, consequentemente, tão imediatas e fortes as repercussões de quaisquer medidas econômicas e sociais de caráter interno adotadas no Brasil. Exemplos dessa dependência cotidiana não faltam: um pequeno aumento do óleo diesel no Brasil implica aumentos imediatos nos custos das importações e das exportações paraguaias que transitam de caminhão entre Foz do Iguaçu e os portos de Santos e Paranaguá.

Esse quadro de crescente aproximação entre o Paraguai e o Brasil impõe-nos responsabilidades não só no plano econômico, mas também no político. Há no Paraguai quem considere o Brasil como a principal garantia externa da democracia paraguaia e da estabilidade das instituições.

Em verdade, a preservação e a consolidação da democracia paraguaia têm grande importância para o Brasil. Essa percepção nos leva a atuar com firmeza, quando se verificam situações de ameaça à ordem democrática, como o fizemos no episódio de abril de 1996, juntamente com nossos sócios do Mercosul.

O risco de rompimento da normalidade institucional no Paraguai motivou, inclusive, uma reflexão, entre os países do Mercosul, sobre a prioridade que se atribui ao compromisso democrático como condição para a cooperação no âmbito do Tratado de Assunção. Tal compromisso foi, então, formalizado pelos quatro países membros do Mercosul em declaração presidencial divulgada na Cúpula de San Luis(*), Argentina, em 25 de junho de 1996, à qual se somaram Chile e Bolívia.

A política externa brasileira tem, pois, sempre presente o interesse na estabilidade e na prosperidade do Paraguai. Esses objetivos permanentes estão, em grande medida, associados às perspectivas de êxito das transformações político-econômicas desencadeadas a partir da redemocratização do país vizinho.

Nossa principal contribuição para que isso acontecesse foi acolher o pleito do Paraguai e ingressar no Mercosul, com a consequente intensificação do comércio e das relações bilaterais em todos os campos...

Embora lentamente e permeado de momentos de incerteza, o processo político paraguaio tem evoluído na prática da democracia. Para isso, contribuiu o surgimento de uma nova geração política e a crescente e quase generalizada percepção de que os interesses do Paraguai não podem dissociar-se de uma situação de entendimento com o Brasil e, em termos mais gerais, de participação nos mecanismos do Mercosul.

Reconhecem essa realidade os principais líderes paraguaios, inclusive os da Oposição. Como todos sabem, no atual quadro político do Paraguai, existem elementos inquietantes. O Partido Colorado encontra-se fragmentado, e o Presidente da República tem sofrido tentativas de confrontação de sua autoridade. Recentes episódios envolvendo o General Lino Oviedo, cedor contestado das eleições internas do Partido Colorado para escolha do candidato às eleições presidenciais de 1988, dão motivo para preocupação.

O bom encaminhamento da definição da candidatura colorada às eleições presidenciais de 10 de maio próxima é fundamental para o andamento normal do processo de democratização do Paraguai.

Para mencionar três temas mais salientes, talvez, no relacionamento bilateral entre Brasil e Paraguai, gostaria de fazer uma rápida menção primeiro obviamente a Itaipu, que é o tema que baliza, desde a década de 70, as nossas relações bilaterais. Esse projeto tem uma dimensão para o Paraguai extraordinária, já que fez surgir lá um país completamente diferente do que antes existia. Há uma nova classe empresarial, um novo tipo de operariado, novas empresas de prestação de serviço e até mesmo uma nova geração política. Itaipu é o eixo da vida paraguaia. A maior usina hidrelétrica em funcionamento no mundo, com 12,6 milhões de quilowatts, é hoje responsável pelo suprimento de aproximadamente 22% da energia elétrica consumida no Brasil e 78% no Paraguai.

A administração conjunta desse complexo hidrelétrico é uma história de êxito que já tem 22 anos. Se, para o Brasil, Itaipu é, acima de tudo, uma usina hidrelétrica, ainda que a maior de todas, para o nosso vizinho, é também o principal motor da economia, daí por que é quase inevitável a politização do tema no Paraguai, que muitas vezes provoca diferenças de opinião e debates emocionantes.

A situação financeira de Itaipu, por exemplo, é sempre assunto de especial importância no Paraguai, pois a hidrelétrica gera considerável ingresso de divisas. Os pagamentos de Itaipu ao governo paraguaio, em 1996, corresponderam a 18% da renda fiscal prevista.

Nesse tema, significativo progresso foi alcançado recentemente, em 2 de dezembro, quando foi assinado o acordo que reestrutura a dívida de Itaipu com a Eletrobrás. Esse acordo, longamente negociado, deve regularizar definitivamente a situação financeira da empresa e remove um dos principais e mais antigos pontos de discussão entre Brasil e Paraguai.

Recentemente, um fato importante: chegou-se ao entendimento com a Argentina para instalação de duas turbinas adicionais na hidrelétrica, o que permitirá melhorar o esquema de manutenção da usina.

Outro tema extremamente importante nas nossas relações é o dos "brasilguaios". Embora não haja números exatos, estima-se em mais de 400 mil o número de brasileiros natos e seus descendentes que vivem no Paraguai.

A construção da hidrelétrica de Itaipu e da rodovia asfaltada que liga Paranaguá ao Paraguai, que veio baratear os transportes e estimular o comércio, deu um choque de dinamismo à economia paraguaia, e o leste paraguaio tornou-se um pólo de atração para agricultores brasileiros, os chamados "brasilguaios". Em termos históricos, é uma emigração ainda recente. Somente agora estaria economicamente ativa a segunda geração desses emigrantes, que ainda não se integraram plenamente no Paraguai. Entretanto, já há até mesmo um início de participação política de "brasilguaios" ou descendentes de brasileiros como candidatos a duas prefeituras importantes no Alto Paraná, bem como às câmaras municipais.

Existe um problema a ser enfrentado, que está sendo parcialmente resolvido, mas ainda é complicado: é o fato de numerosos trabalhadores não possuírem visto ou documentação definitiva para trabalharem legalmente no Paraguai.

Para tentar resolver esse problema, foi criado um grupo de cooperação consular, que iniciou um

trabalho no final de 1993, intitulado "Consulados Ambulantes", com vistas ao cadastramento e à regularização dos documentos daqueles brasileiros.

Esse programa teve muito êxito no início; depois foi vítima de uma campanha na imprensa, que alegava uma interferência de autoridades brasileiras. O programa está, no momento, suspenso, mas existem negociações com vistas a retomar esse processo de documentação de brasileiros, que é considerado muito importante para a proteção efetiva de seus direitos no Paraguai.

Neste caso, existe também um tema correlato, que é o da proteção dos menores, sobretudo na área da Ciudad Del Este, que cruzam as fronteiras e são, muitas vezes, explorados, seja no trabalho em atividades legais, seja em atividades como a prostituição e o tráfico de drogas.

Outro tema extremamente importante na relação entre Brasil e Paraguai é a questão do comércio irregular transfronteiriço. Esse comércio se realiza sobretudo em Ciudad Del Este. Há estimativas variadas para o valor desse comércio, mas calcula-se que deve chegar a alguns bilhões de dólares tanto o comércio dos chamados "compristas", como, em alguns casos, os desvios de mercadorias destinadas ao Paraguai, as quais chegam do Porto de Santos ou de Paranaguá e, ainda em território brasileiro, são desviadas como contrabando.

Esse também é um problema sério. Houve, com relação a Ciudad Del Este, uma decisão do Governo brasileiro de limitar o valor das compras a serem feitas, baixando-se de US\$250 para US\$150 por dia. Isso já provocou uma queda de cerca de 35% nas vendas da Ciudad Del Este. No entanto, é algo que deve merecer atenção, até porque Ciudad Del Este vive muito em função desse comércio; não existem muitas alternativas no campo da indústria. Portanto, é um tema que nos faz refletir no sentido de dar, talvez, algum apoio ao Paraguai, por meio de investimentos da parte de empresários brasileiros, que permitam um aproveitamento melhor das facilidades comerciais, evitando-se essa triangulação comercial irregular.

Esses são os três temas, Sr. Presidente, que mencionei mais especificamente. Há, evidentemente, vários outros em uma relação tão complexa como essa do Brasil e Paraguai. A título de ilustração, poder-se-ia mencionar a construção de uma segunda ponte internacional; a questão da utilização das hidrovias Tietê-Paraná e Paraguai-Paraná; a demanda paraguaia pela criação de um porto franco em Santa Catarina, destinado exclusivamente a exportações; a

proposta de um gasoduto Chaco-Paraná; a regulamentação da pesca nos rios limítrofes; a cooperação militar; e ainda as questões referentes ao combate ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro.

Um tema ainda que me parece importante salientar é a cooperação cultural. Creio que é extremamente válido o esforço em favor dessa cooperação cultural que se está realizando e que entendo deve ser mantido e desenvolvido. Essa dimensão, especialmente no que diz respeito a um país com o qual temos um projeto de integração em todos os níveis, como o Mercosul, parece-me altamente prioritária.

Desejaria mencionar a questão da inserção do Paraguai no Mercosul. A entrada do Paraguai no Mercosul significou, para esse país, uma valorização significativa de sua imagem internacional, especialmente após 35 anos de regime Stroessner(*) .

Dada, entretanto, a tradição reexportadora do Paraguai, o Mercosul é percebido, do ponto de vista econômico, como um pesado desafio para o país. Segundo o último relatório anual do FMI, a economia informal paraguaia é quase tão grande quanto a formal. O relatório mostra que as atividades não-registradas não só se tornam evasões fiscais e alimentam as transações fora do balanço, no sistema financeiro, como favorecem a corrupção e distorcem os incentivos concedidos às atividades produtivas.

É evidente que o Paraguai encontra dificuldades para implementar a tarifa externa comum, sem, com isso, afetar negativamente a sua debilitada economia, em grande medida dependente da importação e reexportação de bens de consumo e de capital.

A meta da integração demanda soluções negociadas em nível regional para que o país vizinho não seja levado a buscar vias unilaterais para contornar seus problemas. Não só de uma perspectiva econômica, mas também ângulo político, justifica-se considerar medidas no âmbito do Mercosul que possam estimular o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de promover a reestruturação econômica do Paraguai.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de assinalar que, do ponto de vista do nosso relacionamento bilateral, entendo ser fundamental ter em mente: primeiro, nenhum outro país mantém com o Brasil relações mais amplas, intensas e abrangentes; segundo, nenhum outro país o Brasil tem presença maior e mais expressiva; terceiro, com relação a nenhum outro país, são maiores as possibilidades de o

Brasil colaborar para uma evolução favorável das condições políticas, econômicas e sociais.

Além disso, parece-me igualmente importante não esquecer que o Paraguai, apesar das dimensões relativamente reduzidas de sua economia, é um parceiro econômico e comercial de alta significação para o Brasil. Além da sociedade que mantemos em Itaipu, é notável a participação do Paraguai na absorção de exportações brasileiras.

Em 1996, o Paraguai importou do Brasil valor superior a US\$1.300 milhões, montante equivalente ao da totalidade das exportações brasileiras para a área do Mercosul no ano de 1990. Esse valor faz do Paraguai o oitavo maior cliente do Brasil no mundo e significa que, na América Latina, somente a Argentina importa mais do Brasil que o Paraguai. Ademais, registre-se que, em 1996, as exportações do Brasil para o Paraguai foram superiores às nossas exportações para grandes mercados mundiais e potências econômicas, como, por exemplo, a Grã-Bretanha, a França, a China, a Espanha ou o Canadá.

As especificidades e potencialidades do Paraguai merecem, pois, especial atenção dos sócios do Mercosul, principalmente do Brasil. A adoção de medidas no âmbito do Mercosul que levem essas características em consideração parece recomendável, não só em termos estritamente comerciais, mas também do ponto de vista do bom andamento do processo de consolidação do acordo regional. De uma perspectiva mais abrangente, poderiam depender de tais medidas tanto a intensificação do interesse do Paraguai no exercício de aprofundamento da integração, quanto o seu comprometimento com os valores e objetivos partilhados pelos sócios. É importante que o Paraguai possa identificar o Mercosul como um caminho viável para o seu desenvolvimento econômico e social.

Creio que hoje o principal objetivo da política brasileira em relação ao Paraguai é dar continuidade, aprofundar e aperfeiçoar uma relação que se vem construindo com claro sentido de solidariedade e visão do futuro. Trabalhada com paciência e compreensão, num clima de diálogo franco e de entendimento, essa política permitiu elevar o relacionamento entre os dois países a novo patamar, fundado no respeito mútuo aos interesses recíprocos legítimos e na consciência de um destino comum no quadro da integração sul-americana.

Com a indispensável contribuição do Congresso brasileiro, o desenvolvimento dessa política certamente favorecerá o progresso e o bem-estar dos povos dos dois países.

Conforme assinalou, ainda recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, só podemos prosperar em sintonia com os países vizinhos, como parceiros plenos que se consultam e se coordenam, que se amparam e se incentivam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Embaixador Bernardo Pericás, na forma da Constituição, prestou à Comissão subsídios e esclarecimentos necessários para que o seu nome seja examinado pelos eminentes Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Srs. Senadores, temos ainda mais dois nomes a serem apreciados. Assim sendo, consulto o Plenário se aceitam, para rationalizarmos os nossos trabalhos, que façamos primeiro a audiência com os outros dois Embaixadores para, em seguida, conforme manda o Regimento, tornar a reunião secreta para que se realize a fase de interpelações aos três nomes submetidos a esta Comissão.

Se as Srs e os Srs. Senadores concordarem, adotaremos esse procedimento. (Pausa.)

Não havendo objeção, aproveito a oportunidade para agradecer ao Embaixador Pericás, acrescentando que o que pesou no fato de ser Relator da sua indicação a longa estima que tenho por V. Exª por tantos anos de convivência e de admiração por seu trabalho.

Muito obrigado.

Convido o Ministro de Primeira Classe, Helder Martins de Moraes para tomar assento à mesa, a fim de que possamos ouvi-lo sobre a sua indicação para a República de Moçambique, item 2 da pauta.

É Reladora da matéria a Senadora Benedita da Silva, a quem concedo a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, trata-se de indicar o Sr. Helder Martins de Moraes, Ministro de Primeira Classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique.

É importante ressaltar que o currículo, como é do conhecimento de todos, dá ao Ministro, sem dúvida alguma, todas as condições necessárias para representar perfeitamente o interesse de nosso País, pois assim o tem feito em várias oportunidades aqui apresentadas.

Para que pudéssemos ouvi-lo sobre sua pretensão no que diz respeito a essa nova representação e para que o País possa ter uma relação mais estreita com Moçambique, gostaria de dizer aos Srs. Senadores que, pelas informações constan-

tes deste relatório, estarão os membros desta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Helder Martins de Moraes.

O SR. HELDER MARTINS DE MORAIS — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores, constitui uma honra ter a oportunidade de dirigir-me a V. Ex's ao ensejo de minha designação para as funções de Chefe de nossa missão diplomática em Nampula.

Creio que faz parte da tradição deixar ao Embaixador sabatinado a opção entre falar sobre o País onde serve, com base em sua experiência concreta, ou sobre o país para o qual está sendo designado. No meu caso, isso significa optar entre falar sobre minha experiência na República de Gana ou sobre a minha visão e minhas expectativas em relação à Moçambique.

Não surpreende que, em se tratando de países jovens, produtos de uma mesma história e sujeitos aos mesmos contingenciamentos, tenham muito em comum.

Gana e Moçambique, como muitos outros países da África negra, se debatem hoje em dia entre as tradições do passado e as exigências da modernidade. Esses conflitos fazem parte da busca de um destino e de uma identidade no mundo em transição, incerto, complexo. Como se diz hoje em dia, marcha para a globalização, uma palavra sem muito sentido e que não oferece muitas promessas para os subdesenvolvidos da África, na medida em que globalização significa abertura de mercado somente para quem tem capacidade de competição.

Ora, não parece ser esse o caso de Moçambique, cujas exportações não chegam a US\$170 milhões, um terço das quais provenientes da venda de camarões e os dois terços restantes da comercialização de caju, algodão, açúcar e chá. É quase que uma economia de monocultura.

Resisto, Sr's e Srs. Senadores, em bombardeá-los com estatísticas, mas, às vezes, isso é inevitável se queremos dar uma idéia das grandezas. Mas prometo não abusar.

A população de Moçambique é de 16 milhões, duas vezes a população da Suécia; a área é uma vez e meia a área da França; a agricultura é o eixo da economia do referido país, ocupando 85% da população; os produtos principais são milho, mandioca, sorgo, feijão, amendoim e o caju — como o nosso Nordeste.

Para o setor agrícola, tem-se dirigido 30% dos investimentos estrangeiros desde 1953. O Governo

de Moçambique busca parceiros para a renovação da indústria do algodão, do sisal e do caju.

Quanto aos minérios, há vasta reserva de carvão, gás natural, tantalato, ouro, bauxita, cromo, níquel, esmeralda, mármore e granito.

No ano passado, foram consolidados 231 pequenos projetos de interesse para a economia do país, cabendo destacar cinco grandes projetos: o da usina de alumínio, que é o Projeto Mosauro; o da Hidrelétrica de Mapemba; o Projeto do Corredor de Maputo, ligado a transportes; o do gaseduto de Pand; e o Projeto de Carvão.

Nesse projeto de carvão, a Vale do Rio Doce esteve interessada, mas perdeu a oportunidade — ao que parece — por indecisão, surgindo outros interessados. A Companhia Vale do Rio Doce enviou a Maputo várias missões que não tiveram seqüência. Chegou a ser motivo de piada nos jornais de Maputo o fato de enviarem constantes missões sem seqüência, o que, de certa forma, frustrou o governo de Moçambique.

Há um projeto importante em relação ao carvão para exportação do mesmo, com capacidade inicial de 800 mil toneladas e a possibilidade de expansão para nove milhões de toneladas anuais.

Quanto à indústria, é incipiente, não vou enumerar as indústrias de sabão, de caixa de fósforo. Como todos os países jovens da África, há interesse em relação a numerosos projetos de processamento de refrigerantes e cervejarias, ou seja, é um campo imenso inclusive para as empresas brasileiras interessadas.

Muito importante é a pesca. Moçambique tem uma área de 2.400 quilômetros de extensão; as águas são riquíssimas e há investimentos de Hong Kong e dos Estados Unidos.

Quanto aos portos, também há perspectivas muito importantes, porque Moçambique — como disse — tem uma área muito extensa que está ligada a vários países interioranos, países sem acesso ao mar, como por exemplo, Zimbábue, Malavi, Zâmbia, são todos países que não têm acesso ao mar e que dependem da Bolívia. Daí a importância dos portos de Moçambique.

Outra área de grande importância, de grande interesse é a área naturalmente dos bancos, das finanças, dos seguros, que tem atraído bancos de Portugal.

É interessante observar, em relação à África, quanto à composição da população, que dos 17 milhões 10 mil são europeus, 35 mil são os que eles chamam de euroafricanos, 15 mil são indianos. É in-

teressantíssimo o fenômeno de que, na África, exista a presença de indianos e libaneses. Todos os países do oeste e leste da África têm grande número de indianos e de libaneses e são eles que atuam no setor de distribuição e no comércio. São de tal forma importantes que Idi Amin Dada, quando expulsou os libaneses de Uganda e os indianos de Gana, depois teve de chamá-los de volta mais tarde, pois a economia foi duramente afetada pela ausência deles.

Quanto à área política, trata-se de uma democracia multipartidária. O país, como se sabe, foi independente em 1975. Ao poder executivo, o primeiro Presidente do país foi o Samora Machel, quem o Presidente Samyé conheceu em visita ao Brasil. O Presidente atual é Joaquim Shissano. Ao Legislativo, com a câmara unicameral; o judiciário seguindo o esquema de Portugal; com corte suprema, cortes provinciais, distritais, municipais. O país é dividido em 10 províncias. Há dois partidos importantes que são: Freling e o Renam.

Quanto à economia, o Produto Nacional Bruto é apenas US\$1.580 bilhão, quer dizer, não tem comparação com o Brasil, que já está acima de US\$400 bilhões. A taxa de crescimento é de três mil e seis.

Passamos às exportações. Moçambique, em 1995, exportou apenas US\$160 milhões de caju, camarão, algodão, açúcar e chá. O Brasil não importa absolutamente nada de Moçambique.

Quanto às importações de Moçambique, elas montam a US\$960 milhões; são os maiores fornecedores a África do Sul, Arábia Saudita, Reino Unido, Portugal e Japão. O Brasil foi um grande exportador para Moçambique, que atingiu, em 1993, US\$400 milhões; hoje essa faixa se situa em US\$15 milhões.

Com o seu conhecido senso de humor e de irreverência, o Embaixador Roberto Campos costumava dizer que, como biquíni, as estatísticas mostram tudo, menos o essencial. Saímos da leitura dessa estatística com a sensação de que o essencial não foi captado. Não raro, esquecemo-nos de que os países da África negra não têm nem 50 anos de independência. A independência política de Moçambique, por exemplo, data de 1975. São apenas 22 anos. O que significam 22 anos na história de um país?

Emancipados do colonialismo, Gana, Moçambique, por exemplo, trazem a marca de uma história comum: a das lutas pela libertação, a do ingressar no que se presumia ser o reino da liberdade, mas que, para D. Manoel Vieira Pinto, seria apenas a continuação da colonização por outros meios.

Segundo o eminente bispo de Maputô, Moçambique estaria passando de um colonialismo de face conhecida, o de Salazar, para um colonialismo sem face ou de múltiplas faces, o que daria no mesmo.

Nesse mundo apressado e preocupado com o imediato, corremos o risco de perder não só nossas referências básicas, mas também o hábito de meditar.

Mas, por outro lado, por mais que meditemos sobre a África negra e sobre os africanos, como fez Gilberto Freire entre nós, nunca haveremos de reviver em toda a sua intensidade sofrimentos e angústias que um dia se abateram sobre uma brava gente, uma gente de índole criativa, espontânea e de sabedoria milenar. A que a sabedoria do coração, da simplicidade e do natural não contaminada pelo cálculo, a verdadeira sabedoria segundo Rousseau, mas em parte perdida na África de hoje e substituída pelo racionalismo ocidental.

É-nos impossível reconstituir em toda a sua plenitude o que foram continentes, culturas e povos, por muitos estúdiosos considerados berços da humanidade e que, tendo atingido seu apogeu, ver-se-iam colonizados e despojados de sua identidade. Há uma plethora de filmes e numerosos testemunhos sobre o sofrimento imposto a outros povos, mas não se registra, com a mesma intensidade, a tragédia que se abateu sobre os povos da África, como parte de um processo no qual nações inteiras foram desestruturadas e suprimiram-se muitas vidas e até as razões de viver dos que restaram. É que não há interesse, não é correto politicamente questionar a origem colonialista das riquezas, nem as luzes das nações que hoje se apresentam como modelo e centro da razão e do pensamento ocidental.

Srs. Senadores, nessa mesma Europa, metida a moralista, e, às vezes, impaciente quando se trata de nossos tropeços, há apenas alguns anos, acabada a Guerra Mundial e enterrado o último morto, finge-se ignorar o que se passava nas suas colônias na África e na Ásia. Os valores pelos quais muitos haviam morrido em campos de batalha na Europa, até mesmo africanos, não se aplicavam na África. Por incrível que pareça, foi isso que se viu após a Segunda Guerra Mundial, mas não duraria muito. A Guerra Fria, as disputas ideológicas e de influência colocariam essas contradições à prova. Mesmo hoje, após o debate do comunismo, ninguém menospreza o poder do marxismo no coração dos oprimidos e ofendidos, e, quanto mais recuamos na direção do pós-guerra, mais isso parece verdadeiro.

Bolívar, vivo, atravessava os Andes a cavalo, a libertar pelas armas seus irmãos, a produzir e a

plantar novos Estados. Marx, morto, não dado à es-
sas batalhas, age nos espíritos. Não sei se seria de
mau gosto dizer que ele foi o maior partido da África,
onde, quase sem exceção, os países independentes
vinham ao mundo cantando a Internacional, falando
russo, com partido único, economia centralizada e
toda uma "aparatura" familiar, sem dúvida, não reco-
nhecida nem legitimada pelo próprio Marx.

Há dois pontos que desejava salientar, pois,
creio, caracterizariam a história recente dos Estados
africanos em busca de um destino que julgam ser o
seu, mas que não se sabe ainda qual será.

Vendo que os tempos mudaram – uma qualida-
de das grandes nações e dos grandes líderes –,
França e Inglaterra adotaram novas táticas em rela-
ção à África. Aceleraram a formação dos quadros
preparando os seus futuros agentes. Nasceriam, as-
sim, as elites dominantes da África, em parte corrup-
ta, como os Mobutus, os Bocassas e outros, mas, ao
mesmo tempo, os futuros coveiros do colonialismo e
que se consideravam incorruptíveis. De Gaulle ofe-
receria a opção entre a independência já ou fazer
parte da França *d'outre-mer pour toujours*.

No início da década de 60, na África, ninguém
aceitaria, outra alternativa para a independência já.
Os ingleses foram mais diretos, mais realistas, e por
isso não tiveram a sua Indochina e nem a sua Argé-
lia. Confiaram a tarefa de governar por outros meios
ao poder do idioma, do direito, das instituições polí-
ticas, a dos bancos ingleses transplantados para as
colônias. A Inglaterra e mesmo a França de Vichy,
recém-liberada e moralmente combalida, podiam, no
pós-guerra, dar-se ao luxo de tais aberturas, de tais
generosidades. Portugal e Bélgica, os pobres da Eu-
ropa, tinham que se fingir de fortes. Portugal de Sa-
lazar, que vivia da ilusão ultramarina e que temia ver
sozobrar o último navio de uma empresa já falida, ou
desaparecer o último marco de um passado glorioso,
como um fantasma, ficou ainda a espalhar a morte e
o terror em Angola, Moçambique e Cabo Verde por
vários anos. As consequências desse desespero e
desse anacronismo ainda hoje se fazem sentir so-
bretudo em Moçambique e em Angola.

Não vou aqui descrever a história da Frelimo e
da Renamo, nem como, aos poucos, esses partidos
foram se dando conta de que a luta não era entre ir-
mãos, num processo longo que vai desde a assinatura
do Acordo de Nkomati, em 1984, aos protocolos
assinados em 1991 e 1992 sobre o sistema eleitoral,
os partidos políticos e sobre a estrutura das conver-
sações que levaram ao Acordo Geral de Paz assina-
do em outubro de 1992.

A transição para a paz, confiada à supervisão
das Nações Unidas – a Unimoç –, chefiada por um
general brasileiro, Lélio Gonçalves, foi um dos maiores
sucessos daquela organização em seus esforços
em busca de paz.

O primeiro Presidente de Moçambique, Samora
Machel, morreu num acidente de avião na fronteira
da África do Sul, em outubro de 1986. Seria sucedido
por seu Ministro das Relações Exteriores desde
1975, Joaquim Alberto Chissano, atual Presidente.

Passemos, em conclusão, ao segundo ponto
que gostaria de destacar. Como é sabido, Gana, o
primeiro país a se tornar independente na África com
Nkrumah, deu-se o papel de farol, de modelo, ajudando
vários outros, inclusive Angola, a seguir o
mesmo caminho. Bem mais tarde, Cuba entraria em
cena, procurando ajudar militarmente, e sob várias
outras formas, e com isso conquistando um lugar no
coração dos africanos, gratidão e reconhecimento,
que perduram até hoje.

Passada a euforia da vitória, da conquista, e
saída do seu espanto, a África, e com ela Moçambique,
Angola, Gana e outros, ingressam numa nova
fase: a da construção. Mas os primeiros líderes, ao
encararem o problema da reconstrução, procuraram
agir mais como políticos do que como engenheiros.
Por um momento, e ainda não despertados do seu
deslumbramento, líderes como Nkrumah, o primeiro
Presidente de Gana, e Nyerere, o Presidente da Tanzânia,
sonharam em reunir a África numa grande
Confederação de Estados Livres. Saíram a percorrer
a África e o mundo inteiro empunhando a bandeira
do pan-africanismo. Mas, para se darem conta de
que corriam sozinhos atrás de um sonho impossível
e de que ninguém os seguia, tiveram, contudo, a
compensação da criação da Organização da Unida-
de Africana.

Construir num mundo novo, eis a tarefa com
que se defronta a África, e se defronta em alguns
países com população dividida por etnias, como
ocorreu na Libéria, Ruanda e Burundi, e como ocorre
agora em Serra Leoa. A destruição é rápida, instantânea, e traz, às vezes, júbilo. A construção é lenta,
exige esforço, cálculo, habilidades novas e não-
testadas. Trata-se de exigências novas para as
quais os jovens países não estão ainda preparados.

Aqui entram os países doadores, o Banco
Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os inter-
esses econômicos dos países industrializados e
toda uma série de ambigüidades e, às vezes, de
mal-entendidos, em que de novo se revelam a de-
pendência e a revolta contra essa dependência. Mas

tudo isso, todos esses sofrimentos, todas essas contradições, toda essa aprendizagem, em idas e vindas, fazem parte do processo histórico que palma a caminho para a maturidade dos Estados.

Agora, para terminar, cabe-nos interrogar: qual é o papel do Brasil em relação a Moçambique e o que a África significa para o Brasil? Esta última é uma grande questão que deve ser colocada. Não falta ao Itamaraty percepção do que caberia fazer. O que falta são os meios. Não se pode fazer política externa sem dinheiro. Não faltam idéias, nem boa vontade, nem capacidade de trabalho no Itamaraty, mas é difícil competir com países ricos, nos quais, para as classes políticas, a política externa, por várias razões, inclusive históricas, situa-se num outro nível de prioridade.

Aqui, teríamos que tentar descobrir as razões pelas quais, historicamente, política externa no Brasil não tem o mesmo peso que em vários outros países e regiões. O papel do Brasil em Moçambique, na África em geral e em outras partes do mundo depende também, é claro, do Congresso, da liberação de recursos e da percepção da importância, cada vez maior, da política externa como componente da política interna, e do significado do trabalho diplomático através dos seus instrumentos de ação, a cooperação, as relações culturais, esportivas, as relações políticas que favorecem as relações econômicas, sendo, ao mesmo tempo, por elas influenciadas.

Não tendo os mesmos recursos e não podendo competir com países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, ainda assim, muito pode fazer o Brasil em áreas de grande alcance, como no campo dos esportes, na área cultural e na do intercâmbio de estudantes. Cuba, por exemplo, guiada por outras prioridades e por outro sistema de decisões políticas, já concedeu bolsas de estudo a mais de mil estudantes de Gana – a maior parte de nível médio – e mantém, naquele país, expressivo número de médicos que atuam em pequenos vilarejos do interior, coloca avião cubano à disposição para transporte desses estudantes. Poderíamos reinstituir o Projeto Rondon e colocá-lo a serviço da política externa ligado ao serviço militar. A França envia jovens ao exterior a serviço da política externa francesa, invés de colocá-los em serviços internos. No Brasil, não temos isso, mas penso que seria uma idéia a ser estudada pelos senhores.

Sempre houve e continua haver muitas expectativas em relação ao Brasil; expectativas em parte não atendidas seja por serem exageradas, seja por falta de recursos de nossa parte. No passado, res-

sentiu-se do fato de o Brasil não participar decisivamente das lutas anticolonialistas, acreditando alguns que nosso País até apoiava o saudosismo delirante de Portugal, no seu afã de se agarrar as últimas colônias.

Conforme testemunhou Gibson Barbosa no seu livro "Diplomacia – Um traço todo da vida", o Itamaraty sempre foi pró-independência das colônias da África, mas atuou apenas no campo diplomático. Em se tratando de países jovens, ainda não confiantes e habituados no passado a soluções vindas de fora, o dar-se conta de que não se pode esperar dos outros e de que nos cabe assumir o nosso próprio destino, tudo isso faz parte de uma longa caminhada, ainda não completada na África e nem mesmo no Brasil que partiu primeiro. Em outras palavras, ter expectativas em relação à ajuda externa é uma atitude corrente na África, mas não apenas na África. Mas, algumas expectativas são legítimas e diria inevitáveis e não podem ser confundidas com puro interesse, imaturidade, ou fuga de responsabilidade.

A África admira o Brasil e anseia por maiores contatos, por maior acesso às nossas escolas, às nossas técnicas agrícolas, aos nossos esportes. O problema que se apresenta hoje em dia, não apenas para o Brasil mas para países de outras regiões e até para o país mais afluente da África negra – a África do Sul, consiste em preparar-se para a tarefa de triagem dos postulantes, estudantes, e técnicos, originários de países com altas taxas de desemprego, sujeitos à evasão de cérebros, à evasão de cientistas e de técnicos e à emigração.

Cabe, pois, o que não é fácil, saber distinguir entre os interesses legítimos e capazes de se reverterem em benefícios dos próprios países de origem, de um lado; e, do outro, dos interesses em emigrar, em buscar emprego ou ganho fácil em atividades ilícitas. É impressionante hoje o número de jovens africanos que são usados pela máfia internacional e que viajam para a América do Sul, para o Brasil, para a Colômbia, em missões ligadas ao tráfico de drogas.

É um dos problemas sérios que têm todas as embaixadas nos países da África e faz parte também desse problema de conflito de transição. Mas se trata de um problema dos consulados, da Polícia; é um problema confrontado por todos os países do mundo.

Assim colocada a questão, a cultura pode ser vista como um terreno propício para a fundamentação de uma ponte espiritual permanente a ligar o Brasil e a África. A iniciativa ligada à Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa, pela qual muito lutou José Aparecido, tem valor permanente, é um exemplo de idéia luminosa e que não prescinde de novos impulsos, de novos descortinos, mas só possíveis com recursos financeiros, compromisso e envolvimento de a toda sociedade brasileira, de todos os órgãos do Governo, sobretudo daqueles que têm o controle do dinheiro.

Deixando de lado esse pré-requisito de toda política externa, que são os recursos para a sua implementação, todos sabemos que o Itamaraty pode fazer, e muito tem feito. Não se pode esquecer, contudo, que a força, a substância do poder e das relações que o projetam em última instância vêm da própria economia, repousam nos interesses econômicos, e é aqui onde se descortina o papel dos nossos empresários.

Os interesses entre os países não podem ser artificiais; eles são a expressão de interesses, de necessidades mais profundas, sejam culturais, sejam econômicas. Mas, estas últimas têm sido, como sabemos, o motor da história, não o único, mas um dos mais poderosos. Os nossos empresários ainda estão distantes da África, onde a sua presença é reclamada de forma permanente e como um investimento a longo prazo. Quando os empresários brasileiros atenderem a esse apelo sem preocupação com resultados imediatos, aí então o Brasil iniciará uma nova era nas suas relações com a África.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Quero, em nome da Comissão, expressar o valioso subsídio das informações trazidas aqui pelo Embaixador Helder Martins de Moraes. Desejo acrescentar que é uma das figuras mais simples, mas mais brilhantes da nossa Casa.

Conheço-o há muitos anos e as nossas relações se formaram em torno de um grupo de jornalistas, entre os quais Carlos Castello Branco, que quero lembrar aqui, como um grande admirador de Helder, Marcito, Hermano Alves e todos aqueles que comungavam desse mesmo ponto de vista. Ele se ligava, no Itamaraty, àquela linha de que foi expressão o Embaixador Zappa, que foi o nosso primeiro representante em Moçambique. Por ocasião da festa da libertação, contou-me o próprio Presidente Samora Machel que ao se apresentar o Embaixador Zappa "como representante do Brasil, ele, na mesma solenidade, disse-lhe: "Mas o Brasil não nos ajudou na independência". Eu, então, disse ao Presidente Samora Machel: "Mas, agora, estamos dispostos a ajudá-lo na construção de um País com direito a ter uma boa oportunidade, uma grande oportunidade na África".

Na realidade, o Brasil abriu créditos em relação a Moçambique, que avaliados hoje, devem ter sido da ordem de 400 milhões de dólares, perseguimos o projeto do carvão e, ao mesmo tempo, demos todo o apoio ao Presidente Samora Machel e, depois, ao Presidente Joaquim Chissano, a quem convidei a vir ao Brasil e que aqui esteve duas vezes quando fui Presidente.

Condecoro-o num banquete no Itamaraty. Sua esposa aqui ficou internada no Hospital Sara Kubitschek durante alguns meses, e, nós, do Brasil, oferecemos à nossa hospitalidade para que ela pudesse resolver um problema de saúde.

Portanto, penso que o Embaixador Helder vai para um país fascinante, como é Moçambique. Um país que teve uma importância fundamental no século XVI, na Era das Descobertas, quando Moçambique era o grande ponto em que as carracas portuguesas se abasteciam, no caminho das Índias, de Melinde, de Mombasa, da Goa Dourada, atravessando pelo estreito de Maláca, indo até Macau e, de lá, indo aos mares da China e até Nagasaki.

Nesse tempo, Moçambique era realmente uma expressão extraordinária; Maputo chamava Lourenço Marques, e os portugueses, posso dizer, deixaram ali aquilo que Carlos Fuentes disse em relação ao México, que nenhum conquistador foi mais brutal do que Hernán Cortez; ele levou o ouro do México, mas deixou lá um outro ouro: a unidade da língua espanhola, que conseguiu, desse encontro de culturas com as tragédias da história, construir um país. Os portugueses também fizeram isso.

Foi nesse sentido que, como Presidente da República, determinei ao Embaixador José Aparecido de Oliveira que, pessoalmente, em meu nome, percorresse os países da África de língua portuguesa; e criamos em São Luís do Maranhão, o Instituto de Língua Portuguesa, que, hoje, é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Sei perfeitamente que o Embaixador Helder Martins de Moraes, com a sensibilidade que tem para com os problemas da pobreza do Terceiro Mundo, fará um excelente trabalho em Moçambique, e nós, nesta Comissão, iremos acompanhar o seu trabalho.

Muito obrigado.

(Fazendo soar a campainha).

Convido o Sr. Guilherme Fausto da Cunha Bastos, Ministro de Segunda Classe, a comparecer a esta Comissão.

O Relator da matéria é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, veio a esta Comissão, por força e determinação do art. 84., Inciso VII, da Constituição, Ofício do Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 1.323, que submete à nossa apreciação, o nome do Sr. Guilherme Fausto da Cunha Costa Bastos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Árabe da Síria.

S. Ex^a preenche todos os requisitos e o seu **curriculum vitae** indica que S. Ex^a, o Ministro Guilherme Fausto da Cunha Costa Bastos, é bacharel em Direito, fez vários cursos de aprimoramento, em relação à sua cultura e aos seus conhecimentos, na área da diplomacia; fez a sua carreira com promoções, todas por merecimento, inclusive, participando de várias missões, tanto no Itamaraty como no exterior, tendo estado em Santo Domingo como 3^º Secretário; em Nova Iorque como Cônsul-Adjunto; foi Chefe substituto do Escritório do Conselho Financeiro da Embaixada do Brasil em Washington; em Tel Aviv como 2^º Secretário, ainda em Tel Aviv como Encarregado de Negócios, em 1978; em Nova Delhi, na Índia, Encarregado de Negócios; em Londres como Conselheiro; em Varsóvia como Conselheiro, Encarregado de Negócios, ainda como, Conselheiro e Encarregado de Negócios, também em Varsóvia, de 1986 a 1989; Cônsul-Geral em Chicago, de 1993 a 1997. Foi condecorado com a Ordem do Rio Branco, como Comendador e Ordem do Mérito Militar, entre outras condecorações. Acredito que S. Ex^a preenche todos os requisitos.

Portanto, os Srs. Senadores poderão decidir.

Era esta a indicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Sr. Ministro Guilherme Fausto da Cunha Bastos.

O SR. GUILHERME FAUSTO DA CUNHA BASTOS - Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores: é para mim uma honra comparecer perante esta Comissão que aprecia meu nome para Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

A história da Síria remonta, pelo menos, ao século 2500 a.C, quando um grande império semita se estendia do Mar Vermelho ao que é hoje a Turquia.

Damasco, estabelecida na ocasião, é uma das mais antigas cidades continuamente habitadas na face da Terra. A cidade atingiu seu apogeu, entre 1661 e 1750, da nossa era, como capital do Império Muçulmano dos Hamaiadas(?), Império que se estendia da Espanha à Índia. Desde, então, Damasco

tem sido um dos principais centros de cultura e comércio do mundo árabe.

A Síria de hoje celebra a sua data nacional em 17 de abril, pois se tornou independente de 26 anos de domínio francês exatamente em 17 de abril de 1946. Após a independência, o país passou por um período de instabilidade política. Em 1958, formou com o Egito a República Árabe Unida. Mas a experiência se encerrou em 1961, quando a Síria voltou a ter independência.

Fatos marcantes da história recente da Síria são: a subida ao poder, em 1963, do Partido Baath, o Partido do Renascimento Socialista Árabe, e, em 1970, a assunção à Chefia do Governo do Presidente Hafez Assad, que iniciou um período de estabilidade.

A Constituição síria em vigor, promulgada em 1973, define o País como uma República Democrática Popular e Socialista e estipula que o povo é a fonte de toda a soberania nacional. A Constituição reafirma o princípio da ideologia Baath, ou seja, que a Síria é parte de uma Nação árabe indivisível que luta pela completa unidade árabe.

Entre os princípios constitucionais, é estipulado que o Presidente seja muçulmano, que a fonte principal da Legislação seja doutrina e jurisprudência islâmicas e que o Partido Baath seja o partido da vanguarda na sociedade e no Estado.

O Executivo é exercido pelo Presidente e pelo Gabinete; o Presidente é eleito por um período de 7 anos por sufrágio universal. Cabe-lhe, nomear o Primeiro-Ministro e outros Membros do Gabinete e os Comandantes militares. Tem, ainda, o poder de dissolver o Conselho do Povo, que é o Legislativo sírio, e legislar em casos de segurança nacional. Os decretos presidenciais, nestes casos, devem ser referendados pelo Conselho do Povo. O Presidente Hafez Assad, em 1991, iniciou o seu quarto mandato, tendo sido eleito com 99% dos votos.

O Legislativo é exercido pelo Conselho do Povo; nele, o Partido Baath, os partidos da coalisão governamental, a Frente Nacional Progressista detém a maioria. Nas eleições de 1994, a Frente Nacional Progressista elegeu 167 parlamentares, para esses 250 assentos do Conselho do Povo.

A Constituição dispõe, ainda, que o Judiciário tem sua independência garantida pelo Presidente, na qualidade, também, de Presidente do Alto Conselho Judiciário, órgão ao qual compete designar, transferir e demitir juízes. A mais alta Corte do país, é a Alta Corte Constitucional, que julga a constitucionalidade dos atos normativos.

Ainda que predominantemente islâmica cerca de 90% da população e que a Constituição privilegie o Islam, a Síria está longe de ser um país fundamentalista. Na realidade, as minorias religiosas tendem a apoiar o governo, e o país é um Estado leigo.

O principal grupo de Oposição é justamente um grupo fundamentalista: a Irmandade Muçulmana, responsável por atentados terroristas. Mas, desde que derrotada, em 1982, na revolta da cidade de Hama, parece estar moribunda.

Dentro dos princípios do Partido Baath, no correr dos anos 60, a economia síria passou pelo período de nacionalização e centralização. O Estado passou a controlar o comércio, os preços e o câmbio. As empresas exploradoras de petróleo foram nacionalizadas e os bancos foram estatizados.

Nos anos 70, o país passou por um período de desenvolvimento e as taxas de crescimento foram altas. No entanto, na década seguinte, o país entrou no período de crise. O apoio ao Irã, por ocasião da guerra Irã-Iraque, afastou a Síria de seus vizinhos árabes. Isso, combinado com a queda de preços do petróleo e com más colheitas, ocasionou consideráveis quedas nas taxas de crescimento. A média da década foi de cerca de 2,5%.

A partir de 1991, foram tomadas medidas para atrair investimentos estrangeiros e, em especial, com a Lei nº 10, de maio de 1991, que concedeu isenções de impostos e outros incentivos ao capital estrangeiro. Essa lei permitiu a repatriação de lucros e do capital depois de 5 anos, entre outros incentivos para a execução de projetos de interesse nacional.

Por outro lado, a participação síria na coalizão contra o Iraque, na Guerra do Golfo, a reproximou do Ocidente e dos países árabes do Golfo que injetaram substanciais recursos financeiros na economia síria. Somados a esses fatores, o aumento da produção de petróleo e excelentes colheitas, as taxas de crescimento do PIB aumentaram significativamente entre 1991 e 1996, permitindo ao Governo investir em projetos na área de telecomunicações, energia elétrica e desenvolvimento da indústria pesada, além de investir na agricultura e irrigação e conceder subsídios a insumos, sustentação de preços e obras de infra-estrutura.

As reformas da economia têm prosseguido gradualmente, especialmente dado o sucesso da Lei nº 10; calcula-se que essa lei estimulou mais de US\$1,8 bilhão em investimentos na economia síria. No ano passado, foi autorizada a abertura de contas em dólares no país para cidadãos sírios e estrangei-

ros. Com isso, espera-se captar a poupança de cidadãos sírios.

Em termos de comércio exterior, nos últimos anos, a Síria tem tido a sua balança comercial deficitária. As importações se expandiram grandemente depois de 1993, sem que as exportações crescessem de maneira paralela. Com isso, o balanço de pagamentos tem sido deficitário e as reservas sírias vêm se reduzindo na cobertura dos déficits.

Assim, o Governo sírio deverá tomar maiores medidas de abertura da economia a fim de atrair novos capitais.

Dentro dos princípios do Partido Baath, o pan-arabismo fundamenta a política externa síria.

Os objetivos principais da atuação síria no campo internacional são: o estreitamento das relações com os países árabes, o resguardo da segurança nacional e a obtenção de um acordo de paz global, árabe-israelense, que inclua o retorno da Região de Golã à Síria.

Na realidade, a política externa síria, nos últimos 50 anos, tem sido profundamente marcada pelo relacionamento com Israel e tem sido de constante hostilidade. Tendo participado da coalizão árabe, que se opôs ao estabelecimento Estado judeu, a Síria confrontou Israel três vezes nos últimos 49 anos: em 1948, em 1967 e em 1973.

Como resultado da guerra de 1967, Israel ocupou a área das montanhas de Golã e a cidade de Cuneitra. Após a guerra de 1973, invadiu ainda novos territórios.

Sob mediação norte-americana, Síria e Israel concluíram acordo em 1974, que resultou na devolução dos territórios ocupados em 1973, de parcela de Golã, inclusive da cidade de Cuneitra.

Recentemente, sob mediação norte-americana, Síria e Israel entraram em negociações para estabelecer um acordo de paz. Essas negociações, no entanto, foram interrompidas com a ação punitiva de Israel contra o Líbano, em abril de 1996, e não foram reiniciadas após a eleição de Binyamin Netanyahu para Primeiro-Ministro de Israel.

A Síria exige, para a paz, a retirada total de Israel de Golã. E, num eventual reinício de negociações, que estas sejam retomadas no ponto em que foram interrompidas em 1996. Acredita-se que o governo israelense, então chefiado por Shimon Peres*, consideraria a possibilidade da gradual retirada israelense de Golã.

Essas negociações são secretas e, portanto, não existem documentos sobre essa intenção israelense. E o governo atual de Netanyahu declara a dis-

posição de reiniciar negociações, mas sem pré-condições.

Assim, apesar de esforços norte-americanos, o diálogo até agora não foi retomado.

Com relação aos Estados Unidos e seus aliados, até 1991, a política externa síria fora sempre de hostilidade. O apoio ao Irã, por ocasião da guerra Irã-Iraque, a afastará dos demais países árabes. A grande virada aconteceu em 1991, quando a Síria participou da coalizão multinacional, liderada pelos Estados Unidos, que confrontou Saddam Hussein na Guerra do Golfo.

O envolvimento sírio no conflito e sua participação no processo de paz, reaproximaram-na dos Estados Unidos, dos aliados deste e dos seus vizinhos árabes. Para isto também, em muito contribuiu o papel sírio para o término do conflito no Líbano.

Tendo tido papel importante na guerra libanesa, desde 1976, quando, a pedido do Presidente do Líbano, enviou para lá tropas, a Síria participou, em 1989, da negociação do Acordo de Taife, que visava acabar com o conflito.

Em 1990, tropas se juntaram ao exército libanês para derrotar o general rebelde Michel Aoun. E desde então, foram desarmada as milícias rebeldes e a guerra civil parece haver terminado.

As relações entre o Brasil e a Síria têm sido marcadas pela extrema cordialidade. O Brasil mantém relações com a Síria desde a sua independência, tendo aberto uma missão cumulativa com Beirute até 51. Em 1951, foi aberta uma legação, na Síria, que se tornou um Consulado-Geral em Damasco, por ocasião da República Árabe Unida, por ocasião da união da Síria com o Egito. A partir do término da união, mantivemos uma embaixada em Damasco.

O especial elemento de aproximação entre Brasil e Síria é a presença do grande contingente populacional de origem Síria no Brasil. Um contingente estimado entre 2 milhões e 2,5 milhões de pessoas, que tem dado importante contribuição à vida cultural, econômica e política brasileira. Como é um exemplo, o Exmº Sr. Senador Romeu Tuma.

Além disso, o papel fundamental sírio no processo político do Oriente Médio e o fato de ser a Síria produtora de petróleo e gás natural conferem a esse país especial importância para a diplomacia brasileira.

A abertura da economia Síria e a normalização do relacionamento do País com as nações ocidentais oferecem perspectivas de aprofundamento das relações Brasil/Síria, não somente quanto ao inter-

câmbio comercial, que tem sido continuamente crescente na década, mas também em outras áreas, como política e cultura.

Em fevereiro deste ano, foi dado importante passo para o estreitamento das relações bilaterais, com assinatura de acordo de cooperação cultural e educacional, quando veio ao Brasil o Ministro da Educação da Síria. Esse acordo foi aprovado na última semana, nesta Comissão.

Assim, há inúmeras possibilidades e um enorme potencial para o estreitamento das relações entre Brasil e Síria, especialmente porque o elemento mais importante já existe para essa aproximação que é a amizade entre os dois povos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos fazendo primeiro a apresentação e depois nossa reunião tem que se transformar em secreta. Perguntaria aos Srs. membros da Comissão se poderíamos discutir outro item da pauta antes de transformá-la em secreta? É um extrapauta, um acordo entre o Brasil e França para financiamento de material para a Polícia Federal. Assim discutiríamos esse item em sessão aberta e posteriormente faríamos a secreta. Pergunto aos Srs. Senadores se concordam. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Solicitaria a V. Exª preferência para essa circunstância, porque sei que V. Exª na qualidade de relator desenvolveu um trabalho muito grande, inclusive de pesquisa, a fim de que esse acordo de parceria se concretize exatamente, como V. Exª designa, para a modernização e o reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, que é uma velha luta que V. Exª e eu empreendemos há alguns anos. De modo que afirmo a V. Exª que a minha manifestação é favorável, para que se possa discutir logo o parecer de V. Exª, e passarmos à votação do acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, foi proposto e aprovado que antes de V. Exª transformar em secreta a reunião, apreciarmos o item relativo ao acordo entre Brasil e a França para o auxílio à Polícia Federal na implantação do projeto Pró-Amazônia, Promotec. E da Sofremec(?), que é uma empresa francesa, praticamente estatal, a qual se dedica, única e exclusivamente, à parceria entre a França e

outros países no campo da segurança pública. Informo que o Ministro Iris Rezende vai à França, por isso solicitei a V. Ex^a, que concordou, a aprovação desse acordo, para que possamos discutir as suas bases, visto que o Pró-Amazônia e o Promotec são projetos já estabelecidos e programados pela Polícia Federal para serem instalados na Região Amazônica. Com a instrumentação do Promotec na Superintendência da Polícia Federal poderemos interligá-lo com o projeto de informatização, que já está sendo posto em prática na Região Amazônica.

Sr. Presidente, sou favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável. Submeto-o à discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço aos presentes que se retirem do recinto, uma vez que a reunião, a partir deste momento, será secreta, para que os Senadores possam interrogar os embaixadores indicados.

(Reunião secreta)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Na forma regimental, está reaberta a reunião.

Terminada a fase da inquirição feita aos Srs. Embaixadores, anuncio o resultado da votação: 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário.

A votação é a mesma para os três embaixadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h14min.)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 470, de 1995-SF, "destinada a Analisar a programação de rádio e TV, no País".

1^a Reunião Realizada em 9 de dezembro de 1997.

Às dezenove horas e vinte minutos dos nove dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo Napoleão, (Presidente); Pedro Simon (Relator); Benedita da Silva, José Fogaça, Roberto Requião, José Agripino Maia, Edison Lobão, Artur da Távola (Vice-Presidente), Lucídio Portella, Guilherme Palmeira, Leomar Quintanilha e Regina Assumpção, reúne-se a Comissão Especial "Destinada a Analisar a Pro-

gramação de Rádio e TV, no País". Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Hugo Napoleão, esclarece que a presente reunião destina-se à apreciação e votação do Relatório Final do Nobre Senador Pedro Simon. Antes de conceder a palavra ao Senhor Relator, o Senhor Presidente convida o Ilustre Senador Artur da Távola (Vice-Presidente da Comissão) a tomar assento à mesa, enaltecedo o seu retorno as atividades desta Casa, e solicita a Sua Excelência que assuma os trabalhos da reunião para que possa atender outro compromisso na Comissão de Relações Exteriores. Já na Presidência, Senador Artur da Távola concede a palavra ao Senhor Senador Pedro Simon. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senhores Senadores José Fogaça e Artur da Távola. A matéria é aprovada por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, parabenizando o trabalho exaustivo do Senhor Relator e agradecendo a presença dos demais Senadores, declara encerrada as atividades da Comissão e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata. – Senador Artur da Távola, Presidente eventual

ANEXO À ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 9-12-97, PARA APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Hugo Napoleão

Vice-presidente: Senador Artur da Távola (em Exercício da Presidência)

Relator: Senador Pedro Simon

INTEGRA DE ACOMPANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Havia número regimental, declaro instalados os trabalhos desta reunião ordinária da Comissão Especial criada por meio do Requerimento nº 470, de 1995, destinada a analisar a programação de rádio e TV no País.

Quero dizer que o Senador Pedro Simon, Relator da matéria, chegou a uma conclusão e pretende

submeter à apreciação desta Comissão o seu relatório. Entendo que o passo é extremamente fundamental, uma vez que a Comissão trabalhou durante muitos meses, mas precisava realmente chegar ao seu término e, sem o relatório, isso seria impossível. Portanto, é com alegria e júbilo que manifesto neste momento, nesta hora, neste instante, a minha aprovação à medida que foi justamente a conclusão do parecer.

Vou passar a palavra ao Senador Pedro Simon para que profira o seu parecer e pedir ao Vice-Presidente, eminentíssimo Senador Artur da Távola, que faça a gentileza de assumir os trabalhos da Comissão, uma vez que, neste exato momento, sou Relator da Mensagem Presidencial que indica o Sr. Márcio Dias, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica. Deverei, portanto, comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Tão logo termine minha missão, retornarei à Comissão para continuarmos os nossos trabalhos.

Senador Artur da Távola, por gentileza assuma a Presidência; e a Comissão recebe com muita alegria a sua presença já plenamente restabelecido e recuperado dos males que, passados, o acometiam.

Concedo a palavra ao Relator para emitir seu parecer.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, quero repetir o que disse o nosso Presidente, Senador Hugo Napoleão, que, creio, fala em nome de toda a Comissão, destacando não apenas a alegria de ver o aspecto saudável de S. Ex^a; o Senador Artur da Távola, mas também o rejuvenescimento que S. Ex^a mostra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, chegamos a uma conclusão e expomos à Comissão o fruto de estudos, de debates e de uma ampla compilação que se fez.

Apresentamos o relatório que, modéstia à parte, vai servir como uma espécie ABC para o debate e a discussão a respeito da televisão. Neste relatório, recolhemos os depoimentos com as respectivas recomendações de cada uma das pessoas que estiveram presentes, apresentando também as sugestões.

Mostramos ainda os pontos de vista, as idéias e as propostas feitas. Verificamos oitenta análises apresentadas em revistas, jornais e artigos acadêmicos, que consideramos depoimentos virtuais. Sobre esse assunto, também apresentamos a síntese e as conclusões. Reunimos tudo o que há em tramitação

no Congresso Nacional: emendas, projetos constitucionais etc.

Realizamos um debate sobre o futuro da nossa televisão e concluímos, apresentando em forma de recomendações, uma série enorme de propostas e idéias.

Destacamos a importância da televisão em relação à criança brasileira; ressaltamos o valor dos grandes debates e das discussões na questão referente ao Conselho da Comunidade Social. Abordamos a hipersegmentação do mercado, a fiscalização da TV, o Conselho de Comunicação Social. Falamos sobre a Voz do Brasil. Fizemos uma análise da televisão pública e da possibilidade de, no futuro, termos uma grande cadeia nacional das televisões, como já existe em São Paulo, principalmente, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Levantamos o problema das concessões e renovações; falamos sobre a produção independente e fizemos uma infinidade de propostas e sugestões. A idéia é a de entregarmos o parecer e o relatório. Esta Casa termina suas atividades na próxima sexta-feira. Cada um de nós levaria este trabalho para estudos e, em março, fariamos uma reunião formal e discutiríamos o que fazer em relação ao trabalho analisado.

Debateríamos sobre a necessidade da criação ou não de outra Comissão, se daríamos por concluído nosso trabalho, se partiríamos para a realização de um grande simpósio com a presença de universidades, televisão. Mas a idéia é a de que, com este parecer, modéstia à parte, crie-se um *vade mecum* do que se discute sobre a matéria. Ele contém um número muito grande de propostas, haja vista o número de técnicos e especialistas que aqui estiveram e de estudos importantíssimo sobre a televisão nos últimos dez anos. Em março, repito, faremos uma reunião e debateremos o que deve ou não deve ser feito. Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Indago dos membros da Comissão se desejam fazer algum comentário ao Relatório, ao mesmo tempo em que, na Presidência eventual desta Comissão, cumprimento o Senador Pedro Simon, não apenas pela idéia de realização dos trabalhos desta Comissão, mas também pela exaustiva forma pela qual consolidou um material disperso, complexo e difícil e, ao mesmo tempo, vasto. Trata-se de um trabalho de fôlego que honra, a meu juízo, o Senado Federal.

Abro a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, tornamo-nos conhecimento do Relatório; creio que há ques-

tões extremamente sensíveis para a problemática dos meios de comunicação de massa atualmente.

Uma delas que ressalta mormente do Relatório é a questão relativa ao controle externo sobre a televisão. Esse é um tema polêmico e uma discussão em aberto no Brasil. Não saberia dizer se a sociedade brasileira tem uma tendência para o controle ou não. Mas tudo indica que no mundo moderno já não há mais o conteúdo restritivo de censura em relação a isso: o fato de que, por algum meio ou de alguma forma, se estabeleçam restrições quanto aos programas ou quanto àquilo que é transmitido pela televisão aos lares.

Os cidadãos em geral são os últimos beneficiários da televisão, são os destinatários dos programas. Portanto, no caso, há uma questão de cidadania. A pergunta seria: a cidadania tem o direito de estabelecer restrições democráticas à programação de televisão. Creio que sim.

O fato de entendermos que deva haver também não significa que entendamos que esse tipo de instrumental tenha que surgir necessariamente de fora, podendo inclusive nascer dos próprios meios de comunicação. Recentemente, na Itália, por uma decisão espontânea das oito empresas de telecomunicação mais importantes do País, emissoras e redes privadas, inclusive a que pertence ao Sr. Silvio Berlusconi, ex-Primeiro-Ministro da Itália, **esponte sua**, estabeleceram um critério de auto-regulamentação, ou seja, entre as sete horas da manhã e as dez e meia da noite, não seria transmitida pela TV italiana ou, pelo menos, por esses oito canais, nenhum programa que contivesse excessos relativos a sexo, violência ou qualquer outro tipo de expressão comportamental que poderia gerar interpretações duvidosas nas crianças.

De modo que isso é um avanço civilizatório. Onde há auto-regulamentação séria, consistente, dificilmente haverá censura. Onde inexiste, o vozerio popular pedindo a censura ou o controle externo cresce e a censura acaba se tornando algo quase impossível de se evitar. Se a tendência atual em relação a todas as profissões é a de auto-regulamentação... está em vigência uma medida provisória que fez com que todos os conselhos profissionais das chamadas profissões liberais, tais como os de medicina, engenharia ou de arquitetura, sejam privados.

Na verdade, o Estado não tem mais qualquer controle sobre o exercício profissional. Esse controle é basicamente auto-regulamentado. Nada impede que se aplique esse princípio aos meios de comunicação de massa e à televisão. Se eu pudesse deixar

um registro seria este: o de que ressaltássemos um dos aspectos do Relatório que é o de recomendar a busca da auto-regulamentação como forma de controle aos excessos das emissoras de televisão no Brasil.

Quero registrar os meus cumprimentos ao trabalho do eminente Senador Pedro Simon a este alentado Relatório que estamos completando neste final de ano.

Era essa a minha pequena intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A palavra continua franqueada. (Pausa.)

Não havendo quem deseje dela fazer uso, antes de encerrar os trabalhos, quero novamente ressaltar a importância do trabalho que durou dois intensos anos e de, certa forma, pensar em voz alta sobre a contradição que existe entre a magnitude do tema e a importância que lhe foi dada fora do âmbito do Senado. Ou seja, um tema dessa magnitude não teve fora do âmbito do Senado qualquer repercussão, nem mesmo das próprias associações comunitárias que verberam excesso da televisão, muito menos dos próprios meios, que poderiam de alguma maneira estar a discutir conosco essa matéria. O que revela um momento da vida brasileira no qual a chamada mídia eletrônica, absolutamente senhora ou imperatriz absoluta do espaço aéreo, do espaço cultural e do espaço público, evidentemente não vê com bons olhos qualquer forma de reflexão sobre seus próprios caminhos. O que é uma pena. O próprio Senador Fogaça, de modo muito democrático, coloca a questão de que dentre as hipóteses de regulamentação nenhuma é mais democrática e perfeita do que a auto-regulamentação.

Este problema existe no mundo inteiro, cada país busca resolvê-lo, mas, de uma certa forma, uma grande parte deste problema já não pode mais ser resolvido no âmbito de um deles. Recordo-me que, quando iniciamos esta Comissão, começava a TV a cabo. Hoje, ao encerrarmos pelo menos provisoriamente os trabalhos dela, não apenas as 40 emissoras iniciais já estão na casa de mais de dois milhões de brasileiros, como também novas tecnologias lançam dentro das casas 140 canais. E já agora também a inter-relação computador-television, internet-television, televisão-internet é cada vez uma realidade mais ampla, o que cria um espectro absolutamente impossível de ser abarcado por legislações locais, o que deixa o legislador atônito diante de uma complexidade dessa ordem. Mas, ao mesmo tempo, aumenta a importância da reflexão sobre a matéria.

O que nos leva, também, a uma outra conclusão que agrego à do Senador José Fogaça, a de que, sem a preparação efetiva de quem está do outro lado da comunicação e que é, a rigor, o dignatário do direito de informação, sem um trabalho de formação, de leitura crítica dos meios de comunicação – nas salas de aula, nos próprios meios, se for possível, nos organismos parlamentares, nas associações das comunidades –, sem a criação de uma leitura crítica dos meios de comunicação, eles vão continuar sendo recebidos de modo passivo, com uma fruição passiva e absolutamente poderosa e superior a qualquer forma de regulamentação.

Portanto, creio que vai fazer parte da formação do cidadão do futuro na escola, desde logo, começar a desenvolver um sistema de consciência crítica, para que ele esteja, de alguma maneira, alerta em relação aos processos que o envolve. Assim como hoje se quer que a criança tenha, na sala de aula, aulas sobre trânsito, aulas sobre sexo, aulas sobre drogas, aulas sobre as culturas excluídas num país como o Brasil, futuramente há de se ter inevitavelmente nas escolas, nas igrejas, nos centros comunitários e no Parlamento, centros formadores de leitura crítica dos meios de comunicação como uma outra alternativa de defesa, porque a consciência livre é a grande defesa. E mais do que defesa, pelo fato de impedir ataques da violência na TV, dos excessos, etc., é no sentido de formação de padrões estéticos próprios que são capazes de rejeitar simplesmente o que não lhes agrada.

Um terceiro ponto que eu gostaria de lembrar – já conversei com o Senador Pedro Simon antes e acredito que esteja no Relatório – é o de que há necessidade de, uma vez delimitada efetivamente a função dos meios de comunicação no País, muito mais do que elaborar um código de restrições, um código do que não fazer, elaborar um programa do que fazer. O que fazer na programação infantil para que milhões de crianças brasileiras possam ter ao lado da diversão, do entretenimento – que não pode ser mal visto, evidentemente –, mas elas vão ter a sua formação da sua sensibilidade, dos padrões nacionais de cultura, de um entendimento do mundo. Isso pode perfeitamente vir dentro da ficção, como a própria Comissão o demonstrou nas palestras, em tempos passados, veio em programas como o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, *Aventuras do Tio Maneco*, a própria adaptação do *Sesame Street* para o Brasil. Então, esse seria o terceiro ponto.

O quarto ponto, efetivamente, é legislativo – e o Senador Pedro Simon, vi aqui, tem uma parte inte-

ra dedicada a isso. O País não desenvolveu – e nem tinha como – a matéria legislativa referente aos meios de comunicação na mesma velocidade da evolução desses meios. Em outras palavras, a tecnologia e o avanço dos meios deram-se numa progressão geométrica, enquanto o grau de consciência sobre o que aconteceu dá-se numa progressão aritmética. Então, há uma defasagem entre a velocidade de multiplicação, de transformação dos meios e a velocidade do legislador e dos graus de consciência para a compreensão daquele fenômeno e a organização de um sistema legal que possa não encapsulá-lo, censurá-lo, garroteá-lo, mas colocar os marcos gerais.

Hoje o próprio Parlamento, que passou a ter, desde a Constituição, a tarefa de ser quem dá a última palavra sobre a renovação das concessões, praticamente se transformou num órgão ratificador de concessões, e não num órgão com condições internas de julgar se o meio de comunicação que pede a renovação do canal efetivamente cumpriu o seu papel.

E dá-se, então, na sociedade, uma transformação até perversa. O meio de comunicação não é empresa privada, o jornal é, o meio eletrônico não é. Ele é uma concessão para o uso de um serviço público. Ele é concedido sob condições. E essas condições são respeitadas no rádio, na televisão? E as rádios que vendem praticamente todo o seu horário para quem quiser comprar, vivendo não do seu trabalho radiofônico, mas da venda do seu espaço, sem nenhum critério, elas merecem ser renovadas? Não merecem? Qual é o tamanho da terceirização? Quando se dá a concessão para o uso de um canal ou de uma rádio, está se dando a concessão para o uso ou está se dando a concessão para o uso e o monopólio da produção? São questões que não estão tocadas ainda, não só porque o Parlamento é fraco demais em relação ao poder destrutivo dos meios de comunicação, em relação aos membros do Parlamento que ousem tocar nesta matéria, como também, a meu ver, o grau de consciência sobre ela é pequeno.

Por tudo isso, quero louvar, sem nenhuma formalidade, sem nenhum agrado, sem nenhuma palavra de circunstância, o trabalho e a preocupação do Relator, Senador Pedro Simon, porque S. Ex^a toca nesses assuntos. Fosse este País mais sério, essa matéria hoje aqui estaria sendo debatida por uma legião de pessoas, instituições e Parlamentares, porque esse é um dos maiores e mais complexos problemas da contemporaneidade. Ele trata da saúde

mental, das liberdades cidadãs, da formação da sensibilidade, desse meio campo difícil entre o que é a informação e o que é a formação, trata de uma matéria que o Senador Fogaça desenvolveu com grande brilho e até com alguma nostalgia, porque nunca foi entendido, trata dos limites dessa atividade, dos limites na informação.

Vivemos num momento em que o usuário da informação praticamente não tem nenhum direito e o fornecedor da informação tem todos os direitos. Partimos do princípio de que o fornecedor da informação, a eles estão garantidas todas as liberdades, e eu as defendo, sempre que também sejamos capazes de defender o direito do usuário. Ele é o portador do direito, o direito de ser informado, e não apenas o direito de informar ter todas as aberturas que devem existir numa sociedade livre.

Portanto, essa é uma matéria de uma significação profunda. E eu, ao encerrar os trabalhos, mais uma vez, enfatizo, pelo menos para os Anais da nossa Casa, pelo menos para o alcance da TV Senado, que cobre esta reunião, a importância dessa matéria, o seu significado.

Uma vez mais, cumprimento o Relator pela seriedade, que lhe é característica, aliás com a qual se desincumbiu dessa tarefa. E espero que possamos a ela voltar, não fiquemos no magnífico trabalho de hoje, porque, como disse o Senador Pedro Simon, ele está abrindo as grandes perguntas que a sociedade brasileira há de se fazer, para, a partir daí, erigir um trabalho sistemático em todas as frentes abarcadas pelos meios de comunicação.

Declaro encerrada a reunião, agradecendo aos Srs. Parlamentares a presença.

(Levanta-se a reunião às 20h07min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL N.º 33, DE 1998

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000018/98-7, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9.º da

Lei n.º 8.112, de 1990, CLÁUDIA SILVA BRANQUINHO, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, 12 de janeiro de 1998. – Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL N.º 34, DE 1998

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000123/98-6, resolve dispensar o servidor ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LOSSIO, matrícula 3825, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Presidência do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 6 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 12 de janeiro de 1998. – Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL N.º 35, DE 1998

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos n.º 9 de 1996 e n.º 15 de 1997 da Comissão Diretora, resolve:

Art. 1.º São designados os servidores FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula 330, e ADRIANO BEZERRA DE FARIA, matrícula nº 2420, como gestor titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato n.º 33/97, celebrado entre o Senado Federal e Violato Engenharia e Comércio Ltda.

Art. 2.º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de janeiro de 1998. – Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN 2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB 2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO 3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC 4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI Suplentes de Secretário 1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF	LIDERANÇA DO PSDB Líder Sergio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge
		LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares - PFL - ES Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS
		LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos
		LIDERANÇA DO PPB Líder Epitacio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim
		LIDERANÇA DO PTB Líder Odacir Soares Vice-Líder Regina Assumpção
		LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra

Atualizada em 8/1/98.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORÔ PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinbuing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinam
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lucio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro do Estado)

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SÓBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4084/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-VAGO (1)	
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/86

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/87
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSÉ EDUARDO	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37
--------------	------------	--------------------	-------------

(1) Término do exercício da suplência do Senador Albino Boaventura.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 1865/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

**1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS
ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTES)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES

SUPLENTES

VILSON KLEINÜBING

SC-2041/42

1- FRANCELINO PEREIRA

MG-2411/12

BELLO PARGA

MA-3069/70

2- JONAS PINHEIRO

MT-2271/72

WALDECK ORNELAS

BA-2211/12

3- EDISON LOBÃO

MA-2311/12

FERNANDO BEZERRA

RN-2461/67

1- JOSÉ FOGAÇA

RS-3077/78

CARLOS BEZERRA

MT-2291/92

2- ROBERTO REQUIÃO

PR-2401/02

COUTINHO JORGE

PA-1026/1226

1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DF-2011/12

OSMAR DIAS

PR-2124/25

2-LÚCIO ALCÂNTARA

CE-2301/02

BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT

SE- 2391/92

1-EDUARDO SUPILY - PT

SP- 3215/16

ESPERIDIÃO AMIN

SC-4200/06

1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA

PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS

SALA N° 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

■- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

■- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
 PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FREITAS NETO	PI-2131/37
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAM BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
VAGO (2)	AC-1478/1378
NABOR JUNIOR	RR-1101/4062
MARLUCE PINTO	GO-2031/32
OTONIEL MACHADO	
PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
OSMAR DIAS	PR-2124/25
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
PPB	
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Término do exercício da suplência do Senador Albino Boaventura.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6
 Horário regimental: 4^{as} feiras às 14:00 hs.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSÁPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO Maldaner	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219
------------------	------------	-----------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS**SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612****SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541****FAX: 311-4315**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
ROMEU TUMA	SP-2050/57
EDISON LOBÃO	MA-2311/46
PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO	
PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
BENI VERAS	CE-3242/43
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3- VAGO (1)	
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDE

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
------------------	--------------	-----------------	------------

(1) Término do exercício da suplência do Senador Albino Boaventura.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479
PMDB	
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO (1)	
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327

(1) Término do exercício da suplência do Senador Albino Boaventura.

(2) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(**) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 186/5/6

Atualizada em: 11/11/97

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- WALDECK ORNELAS	BA-2211/17

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
-------------------	-------------------	-----------------------	---------------------

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16
VAGO	

PPB + PTB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
---------------------------	-------------------	------------------------	-------------------

() Desfilou-se da PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.**

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

(*) Atualizada em: 02/10/97

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	SENADORES
	PMDB
JOSE FOGAÇA CASILDO MALDANER	1 - PEDRO SIMON 2 - ROBERTO REQUIÃO
	PFL
VILSON KLEINUBING WALDECK ORNELAS	1 - JOEL DE HOLLANDA 2 - JÚLIO CAMPOS
	PSDB
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	PPB
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
	PTB
JOSE EDUARDO	
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
	DEPUTADOS
	PFL/PTB
PAULO BORNHAUSEN JOSÉ CARLOS ALELUIA	VALDOMIRO MÉGER BENITO GAMA
	PMDB
EDISON ANDRINO GERMANO RIGOTTO	CONFÚCIO MOURA ROBSON TUMA
	PSDB
FRANCO MONTORO CELSO RUSSOMANO	NELSON MARCHEZAN RENATO JONHSSON
	PPB
JÚLIO REDECKER	
	PT/PDT/PC do B
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -

BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETARIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 09/07.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Carmen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvelo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judicária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcelo Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Florati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional/judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A “flexibilização” da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Beloso Martín – Comunidades Europeias, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$ 15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs, e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– A Constituinte perante a História (R\$ 8,00). História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– Teotônio Vilela (R\$ 10,00). Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 (R\$ 3,00). "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– Volume 10 (R\$ 3,00). "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.





EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS